

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA

**A COMPANHIA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS E A CONQUISTA  
BRITÂNICA NA ÍNDIA: TERRA, TRIBUTO, COMÉRCIO E MOEDA  
1765-1835**

Andréa Bastos da Silva Guimarães

Orientador

Prof. Dr. José Luís da Costa Fiori

Rio de Janeiro

2010

Andréa Bastos da Silva Guimarães

**A COMPANHIA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS E A CONQUISTA  
BRITÂNICA NA ÍNDIA: TERRA, TRIBUTO, COMÉRCIO E MOEDA,  
1765-1835**

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Economia

Orientador:  
Prof. Dr. José Luís da Costa Fiori

UFRJ

Rio de Janeiro

2010

Andréa Bastos da Silva Guimarães

A COMPANHIA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS E A CONQUISTA BRITÂNICA NA ÍNDIA:  
TERRA, TRIBUTO, COMÉRCIO E MOEDA, 1765-1835

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Economia

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. José Luís da Costa Fiori (Orientador)  
Instituto de Economia/UFRJ

---

Prof. Dr. Carlos de Aguiar Medeiros  
Instituto de Economia/UFRJ

---

Prof. Dr. Daniel Pinho Barreiros  
Instituto de Economia/UFRJ

---

Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines  
Núcleo de Estudos Internacionais/UFRJ

---

Prof. Dr. Maurício M. Metri  
Núcleo de Estudos Internacionais/UFRJ

UFRJ

Rio de Janeiro

2010

*Para Hugo e Jacyra in memorium.*

## AGRADECIMENTOS

A minha mãe pelo apoio e carinho.

A Dona Neusa pela calma, segurança e sabedoria que me transmite diariamente.

A Sônia, melhor amiga e companheira, que mais uma vez me deu apoio e algumas broncas, nos momentos necessários, sem os quais provavelmente eu não teria conseguido concluir esta tese. Sua lucidez, carinho, inteligência e humor fazem com que a vida seja uma agradável viagem.

As famílias Peçanha (Alves, Muniz e Viana) que me receberam com tanto carinho e generosidade.

Aos queridos Sérgio, Lucas, Noemia e Luís, Bo, Lu, Rita, Claudia, Monica, Suzi, Rosi, Leila, Sarah, Ju e Carmen, Ziza, Zé Carlos, Jackie, André, Dione, Guilherme e Clician porque a vida só vale a pena quando temos amigos para amparar nos maus momentos e para compartilhar os bons momentos.

Ao meu orientador, que não só me orientou academicamente, apontando caminhos, corrigindo desvios, mas também me deu confiança e incentivo nos muitos momentos de dúvidas e inseguranças. Seu brilhante conhecimento histórico e teórico, assim como, sua amizade e carinho, foram fundamentais para o desenvolvimento desta tese.

Aos amigos do grupo de pesquisa sobre o poder britânico com quem compartilhei as indagações, a angústia e o prazer desta pesquisa.

A Beth e o Ronei da secretaria da pós-graduação sempre solícitos nos orientando e ajudando a cumprir as regras e formalidades necessárias ao processo de pós-graduação.

Ao IBGE por ter me dado a oportunidade de aperfeiçoar minha formação teórica e minha compreensão dos processos históricos que envolvem a relação entre o poder e a moeda.

Ao Instituto de Economia por continuar sendo um centro de referência teórica e reflexão crítica possibilitando que graduandos e pós-graduandos não fiquem limitados a lógica reducionista e mecânica da ortodoxia econômica.

A iniciativas como *openbooks* e *archive.org* que tornam acessível em meio eletrônico aos pesquisadores livros que há muito não estão mais nos planos de publicação das editoras, mas que são essenciais para milhares de pesquisadores e leitores espalhados por todo o mundo. Sem dúvida meu trabalho de pesquisa foi em grande parte facilitado por esta iniciativa.

Guimarães, Andréa Bastos da Silva. **A Companhia das Índias Orientais e a Conquista Britânica da Índia: Terra, Tributo, Comércio e Moeda 1765-1835**. Rio de Janeiro, 2010. Tese de Doutorado - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

## RESUMO

Este trabalho parte da concepção de que o dinheiro não pode ser adequadamente entendido isolado dos poderes do Estado - seja ele o estado moderno ou antigos poderes soberanos. O dinheiro é essencialmente uma unidade de conta, estabelecida pela autoridade pública. O que confere aceitação geral ao dinheiro é a relação de dívida entre a população e o Estado, sob a forma de uma obrigação fiscal. Assim, o dinheiro é uma criatura do poder e um crédito fiscal para extinguir a dívida. Com base nessa concepção investigamos a conquista territorial da companhia das Índias Orientais no subcontinente indiano e a competição com seus rivais indianos e europeus pelo poder no subcontinente. Essa disputa na Índia fragilizou a companhia obrigando-a recorrer ao apoio do Estado. Fortalecida pelos poderes do estado britânico a companhia se transformará na máquina fiscal-militar do Estado britânico na Índia. Os tributos cobrados nos territórios conquistados serão aplicados no comércio, de forma a ampliar os ganhos tributários e seu poder de tributação será a base para alavancar mais recursos através do crédito obtido com banqueiros e comerciantes indianos e britânicos na Índia. Essa base fiscal ampliada pelo crédito permitirá a companhia derrotar todos seus competidores e tornar-se o poder supremo na Índia. Examinamos também como a conquista da supremacia no subcontinente irá mudar a relação hierárquica entre os meios de pagamento emitidos pela companhia e pelos banqueiros indianos. Analisamos também o processo de centralização administrativa com a criação de um governo único para a Índia britânica e como esta centralização irá refletir nas relações monetárias através da proclamação uma nova e única unidade monetária para toda Índia britânica, símbolo do poder britânico, que será a base para a reordenação e hierarquização do sistema monetário e bancário na Índia.

Guimarães, Andréa Bastos da Silva. **A Companhia das Índias Orientais e a Conquista Britânica da Índia: Terra, Tributo, Comércio e Moeda 1765-1835**. Rio de Janeiro, 2010. Tese de Doutorado - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

## ABSTRACT

This work comes from the idea that money can't be adequately understood in isolation from the powers of government - being it ancient sovereign powers or modern state. Money is essentially a unit of account established by public authority. What gives general acceptance of money is the debt ratio between the population and the state, in the form of a tax liability. Thus, money is a creature of power and a tax credit for extinguishing the debt. Based on this conception it was investigated the territorial conquest of the East India Company in the Indian subcontinent and competition among Indian and European rivals for power in the subcontinent. In India this dispute weakened the company forcing it to turn to the state support. Bolstered by the powers of the British state the company will become the fiscal-military machine of British state in India. The taxes collected in the conquered territories will be applied in the trade in order to enlarge the tax gains and its power of taxation shall be the basis for leveraging additional resources obtained through the credit with Indian and British bankers and traders. This expanded tax base for credit will allow the company to defeat all his competitors and become the supreme power in India. It was also examined how the conquest of supremacy in the subcontinent will change the hierarchical relationship between the means of payment issued by the company and the Indian bankers. We also analyzed the process of administrative centralization by creating a single government for British India and how this centralization will reflect in monetary relations through the proclamation of a new single currency for the entire British India, a symbol of British power, which will be the basis for the hierarchization and reordering of the monetary and banking system in India.

## **Lista de Mapas**

<b>Mapa 1 – Povoamentos Europeus no subcontinente indiano,1501-1739 .....</b>	<b>57</b>
<b>Mapa 2 – Índia ao final do período Mongol .....</b>	<b>59</b>
<b>Mapa 3 – Índia em 1785.....</b>	<b>65</b>
<b>Mapa 4 – Expansão britânica no sul da Índia, 1750-1820.....</b>	<b>97</b>
<b>Mapa 5 – O crescimento do império territorial britânico na Índia, 1765-1805.....</b>	<b>130</b>
<b>Mapa 6 – Índia pré-Motim .....</b>	<b>133</b>
<b>Mapa 7 – Linhas de crédito na Índia no final do século XVIII.....</b>	<b>137</b>
<b>Mapa 8 – Índia britânica e governos aliados, 1857 .....</b>	<b>167</b>



## **Lista de Figuras**

**Figura 1 – East India Company, Murshidabad, Bengal 1792-1818, Rupee ..... 157**

**Figura 2 – East India Company, 1835, One Rupee, Silver ..... 163**

## Lista de Tabelas e de Gráficos

<b>Tabela 1 - Exportações da Companhia britânica das Índias Orientais, 1691-1720 .....</b>	<b>55</b>
<b>Tabela 2 - Arrecadação tributária bruta, imposto sobre a terra, gastos totais e resultado da Companhia das Índias Orientais em Bengala, Bihar e Orissa de 1765-1803 .....</b>	<b>118</b>
<b>Tabela 3 - Arrecadação tributária bruta, gastos totais e resultado, nas Presidências de Bengala, Madras e Bombaim da Companhia das Índias Orientais de 1793-1805 .....</b>	<b>120</b>
<b>Tabela 4 - Principais Unidades Monetárias emitidas pelo governo da Companhia das Índias Orientais nas três presidências entre 1793-1806 .....</b>	<b>156</b>
<b>Tabela 5 - Os Principais Bancos na Índia, 1720-1843 .....</b>	<b>171</b>
<b>Tabela 6 - Bancos na Índia, capital, notas em circulação, espécie em caixa e letras descontadas ..</b>	<b>179</b>
<b>Gráfico 1 – Arrecadação Bruta e Gastos Totais da Companhia das Índias Orientais, 1793-1805....</b>	<b>127</b>

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1 O PODER E O DINHEIRO</b> .....	<b>7</b>
1.1 O PODER E O DINHEIRO NA ABORDAGEM ECONÔMICA TRADICIONAL.....	7
1.2 A CONTRIBUIÇÃO DE ALFRED MITCHELL INNES .....	15
1.3 A TEORIA ESTATAL DA MOEDA DE GEORG FRIEDRICH KNAPP .....	26
<b>2 A CONQUISTA TERRITORIAL DA ÍNDIA: DE COMERCIANTE A SOBERANA</b> .....	<b>45</b>
2.1 DA COMPETIÇÃO A SUPREMACIA MILITAR SOBRE AS RIVALS EUROPÉIAS.....	52
2.2 DE COMERCIANTE A GOVERNANTE DAS REGIÕES DE BENGALA, BIHAR E ORISSA .....	62
<b>3 A COMPANHIA E O ESTADO: DE CREDORA A DEVEDORA</b> .....	<b>77</b>
3.1 O IMPACTO DA CONQUISTA NA ÍNDIA SOBRE A COMPANHIA EM LONDRES E A INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL DE 1773 .....	78
3.2 A INTERVENÇÃO DE GOVERNAMENTAL DE 1784 E O FIM DA INDEFINIÇÃO SOBRE A SOBERANIA DOS TERRITÓRIOS INDIANOS .....	93
<b>4 OS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO DA COMPANHIA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS: O TRIBUTO E O CRÉDITO</b> .....	<b>112</b>
4.1 A TRIBUTAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDIANOS PELA COMPANHIA .....	115
4.2 A PARTICIPAÇÃO DAS REDES LOCAIS E METROPOLITANAS DE CRÉDITO NO FINANCIAMENTO DA COMPANHIA .....	134
<b>5 A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO NA ÍNDIA BRITÂNICA</b> .....	<b>146</b>
5.1 A FORMAÇÃO DA ÍNDIA BRITÂNICA E A PROCLAMAÇÃO DA MOEDA DO PODER BRITÂNICO NA ÍNDIA.....	149
5.2 A ORDENAÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO E BANCÁRIO DA ÍNDIA BRITÂNICA.....	169
<b>CONCLUSÃO: TERRITÓRIO, TRIBUTO, COMÉRCIO E MOEDA</b> .....	<b>185</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>193</b>

## INTRODUÇÃO

O meu primeiro contato com as teorias que propõem uma relação entre o poder e a moeda durante o curso de doutorado provocou estranhamento e ceticismo, pois a proposição de uma relação causal entre as relações monetárias e as relações de poder era algo totalmente inédito quando se confronta com as proposições monetárias no campo hegemônico da teoria econômica e no campo da teoria marxista.

Contudo, quando avancei na minha pesquisa sobre a conquista militar da Índia pela Companhia britânica das Índias Orientais e o processo de acumulação de poder e de riqueza nos territórios conquistados, as questões monetárias, a dominação territorial e a subordinação política mostraram-se intensamente inter-relacionadas.

Assim, tornava-se evidente a necessidade de aprofundar a minha reflexão teórica referente à relação entre poder e moeda. Nesse sentido, meu ponto de partida foram as proposições teóricas sobre a moeda e poder desenvolvidas por M. Innes, acrescidas de abordagens teóricas mais recentes para então me debruçar sobre a teoria cartal da moeda desenvolvida por Knapp.

À medida que meu estudo teórico sobre a moeda avançava, tornou-se evidente que sob a aparente neutralidade das relações monetárias ocultam-se relações sociais de dívida e de poder.

Este avanço nas questões teóricas me permitiu reconhecer que a capacidade de determinar a validade e a posição hierárquica das diversas moedas dentro do seu espaço de dominação e de influenciar, através da tributação, o preço de todos os bens e serviços que nele circulam afeta a riqueza relativa e as relações de poder entre os diversos grupos sociais e confere claras vantagens àqueles grupos que têm seus certificados de dívida reconhecidos pelo poder soberano.

A capacidade de arbitrar a validade e o valor relativo das diversas moedas que circulam no seu território é mediada pela capacidade do governante de impor aos demais grupos sociais a condição de seus devedores tributários. Este poder do governante está fundamentado, em última instância, no uso da força, ou seja, na sua capacidade de mobilizar os meios de violência, se necessário. Entretanto, o uso da força aumenta muito o custo da dominação, de forma que o exercício de poder está sempre associado a outras formas de dominação, geralmente, ideológicas. Daí a importância da criação de coalizões de interesses e da incorporação de grupos sociais ao núcleo do poder.

Assim, as questões monetárias estarão sempre estreitamente ligadas aos desafios inerentes às lutas de poder, tanto internamente, isto é, dentro do território de dominação, quanto externamente, nas disputas entre os diferentes poderes soberanos.

Adotar este ponto de partida teórico esboçado acima tornou, no entanto, meu trabalho de pesquisa histórica ainda mais desafiador, pois de modo generalizado historiadores e economistas têm assumido como fato histórico que a moeda é um mero instrumento surgido espontaneamente para facilitar as trocas, desprovido, portanto, de qualquer conteúdo político. Esta visão asséptica da moeda perpassa todas as análises históricas referentes às questões monetárias que envolvem o governo da companhia britânica nos territórios indianos, assim como as relações entre a rúpia e a libra. Assim, qualquer pesquisador que se debruçar sobre estas questões terá de enfrentar o desafio de descortinar as disputas de poder e o exercício da dominação política encobertos pelas narrativas históricas referentes ao desaparecimento, falta, substituição de formas “arcaicas” de moeda etc.

Apesar desta dificuldade, a reflexão teórica sobre a moeda e as relações de poder me permitiu avançar no objetivo de analisar os processos de acumulação de poder e de riqueza pela Companhia britânica das Índias Orientais no subcontinente indiano e o papel do poder político na construção e no controle do padrão monetário válido dentro do seu território como

uma forma de dominar e subordinar as demais moedas e poderes concorrentes. Esta perspectiva teórica também nos permitiu tornar mais clara que a desvalorização da rúpia frente à libra no último quarto do século XIX está diretamente ligada à afirmação e consolidação da supremacia britânica em todo subcontinente indiano.

Nesse sentido, estruturamos a tese da seguinte forma. No primeiro capítulo, examinamos do ponto de vista teórico as relações que existem entre o dinheiro e o poder, com o objetivo de identificar o papel do poder soberano na construção do padrão monetário utilizado dentro do território sobre o qual exerce dominação.

Inicialmente, analisamos a visão econômica convencional sobre o dinheiro e o poder. Para isso, tomamos o artigo “On the Origin of Money”, de 1892, de Karl Menger, sobre a origem do dinheiro como um modelo dessa visão tradicional sobre o poder e a moeda. Em seguida, para a reflexão sobre as relações teóricas entre a moeda e o poder, avaliamos a contribuição da teoria monetária de Alfred Mitchell Innes, delineada nos artigos “What Is Money?”, de 1913, e “The Credit Theory of Money”, de 1914. Por último, analisamos o trabalho de Georg Friedrich Knapp, “A Teoria Estatal da Moeda”, publicado em 1905, certamente a mais importante referência teórica sobre o tema. De forma complementar, recorreremos a outros autores que se dedicaram ou a análise das teorias monetárias de Innes e de Knapp, ou a análise das fundações sociais do dinheiro. Por fim, apresentamos uma conclusão acerca das relações entre o poder e a moeda.

No segundo capítulo, analisamos as origens da Companhia britânica das Índias Orientais, a luta política travada pela companhia na Inglaterra para defender seus privilégios comerciais obtidos em 1600, assim como os fortes vínculos institucionais que uniam a companhia ao mercado acionário e ao Estado inglês. Neste capítulo, examinamos também, as atividades da companhia britânica na Índia antes da conquista territorial, envolvendo não só suas relações com as demais companhias europeias, mas também sua relação com os poderes

locais indianos, de forma a identificar os fundamentos que permitiram sua transformação de comerciante em governante. No capítulo dois, também discutimos os elementos de continuidade e de ruptura entre a Índia pré-colonial e o governo da companhia nos territórios indianos.

No terceiro capítulo, analisamos o impacto da conquista territorial na Índia sobre as finanças da companhia e sobre sua relação com o Estado britânico. Abordamos inicialmente a situação financeira da companhia e seus vínculos com o Estado na primeira metade do século XVIII, antes da conquista de Bengala, de forma a identificar os impactos iniciais da conquista sobre a companhia e sobre as relações entre a empresa e o Estado. Para isso, utilizamos como referência principal o trabalho de H. V. Bowen (2007) sobre a Companhia das Índias Orientais e o império britânico na Índia. Nesta obra, Bowen explora as disputas pelo controle acionário da empresa após a conquista territorial na Índia, o longo processo de intervenção estatal na companhia objetivando assegurar o controle sobre a empresa e sobre o império, os métodos utilizados para administrar o império e o comércio e os impactos do império sobre a economia britânica.

No quarto capítulo, apresentamos os aspectos gerais do sistema tributário indiano que já existia no subcontinente antes de a companhia se tornar governante e começar a tributar os territórios submetidos ao seu poder. Será este sistema tributário que a Companhia das Índias Orientais herdará ao se tornar poder territorial na Índia e terá de tomar decisões sobre quanto, como e quem tributar. A resposta a estas questões causará grande impacto sobre o nível de renda do campo, a sustentabilidade da tributação ao longo do tempo, e sobre a estrutura de posse da terra. Em seguida, analisamos os distintos sistemas de tributação que a companhia implementou em cada território que foi sendo incorporado a cada uma das três presidências em que a administração dos seus territórios na Índia estava dividida.

Em seguida, passamos a analisar os empréstimos da companhia, a expansão de sua capacidade de mobilizar recursos na Índia e a consolidação das alianças com as classes mercantil e financeira indianas. Será objeto também de nossa análise como a companhia foi moldando suas relações financeiras e monetárias no subcontinente, de forma a transformar o que era uma relação de associação e dependência com os mercadores-banqueiros indianos e suas *hundis* (moeda privada dos mercadores-banqueiros indianos) em uma relação de subordinação, na qual os últimos foram substituídos pelas casas comerciais britânicas, e suas *hundis* foram substituídas pelos títulos e pela moeda da companhia, após a consolidação de sua supremacia no subcontinente indiano.

No quinto e último capítulo, começamos delineando o quadro monetário indiano no século XVIII antes de a companhia tornar-se governante. Em seguida, analisamos as medidas de administração monetária introduzidas pela companhia nos territórios indianos sob seu governo, a dificuldade em manter a rúpia de prata como moeda *valuta* em Bengala, os problemas da administração de um padrão bimetálico em cada um dos governos da companhia na Índia e as tentativas de uniformizar o padrão monetário nas três presidências da companhia na Índia. Abordamos também as reformas administrativas introduzidas pelo governo, a centralização do poder e a criação de um governo único para toda a Índia britânica e como estas mudanças se refletiram na política monetária, com a centralização da autoridade monetária e a proclamação de uma moeda única indo-britânica, que será a base para reorganização do sistema monetário no subcontinente indiano, reordenando e hierarquizando em torno da moeda do poder britânico todas as demais unidades monetárias e meios de pagamento que existiam no subcontinente. Prosseguimos examinando o sistema bancário existente nas três presidências e como o governo da Índia recém-criado irá atuar sobre esse sistema re-hierarquizando os atores e seus instrumentos de crédito.



Por fim, apresentamos as conclusões finais dessa pesquisa, mostrando como as conquistas territoriais foram utilizadas para alavancar as transações comerciais na Índia e na Ásia e também para financiar novas conquistas territoriais na região, gerando um mecanismo autossustentado que envolvia conquista, tributação, comércio, moeda e crédito.

## 1 O PODER E O DINHEIRO

Neste capítulo, pretendemos examinar as relações que existem entre o dinheiro e o poder e o papel do poder soberano na construção do padrão monetário utilizado dentro do território sobre o qual exerce dominação. Na elaboração dessa reflexão teórica tomamos como uma importante referência a análise feita por Metri (2007) das relações constitutivas entre o poder e moeda.

Inicialmente, analisaremos a visão econômica convencional sobre o dinheiro e o poder. Para isso, tomaremos o artigo de Karl Menger sobre a origem do dinheiro como um modelo dessa visão tradicional sobre o poder e a moeda. Em seguida, avaliaremos a teoria monetária de Alfred Mitchell Innes, delineada em dois artigos inspiradores, para refletirmos sobre as relações teóricas entre a moeda e o poder. Por último, passaremos a analisar o trabalho de Georg Friedrich Knapp, *A teoria estatal da moeda*, publicado em 1905, certamente a mais importante referência teórica sobre o tema. De forma complementar, recorreremos a outros autores que se dedicaram ou a análise das teorias monetárias de Innes e de Knapp, ou a análise das fundações sociais do dinheiro. Por fim, apresentaremos uma conclusão acerca das relações entre o poder e a moeda.

### 1.1 O PODER E O DINHEIRO NA ABORDAGEM ECONÔMICA TRADICIONAL

Até os dias atuais, a visão predominante nos manuais de economia sobre a origem e a natureza da moeda é muito influenciada pelas proposições apresentadas no artigo de Karl Menger, “On the Origin of Money”, de 1892.<sup>1</sup> Neste artigo, Menger procura estabelecer as bases de sua teoria monetária, desvendando o enigma do dinheiro, sua origem e suas funções, pois as ideias sobre o dinheiro existentes até então lhe pareciam insatisfatórias. Em virtude

dessa grande influência, usaremos o artigo de Menger como um modelo de abordagem tradicional da moeda, com o intuito de analisar como é entendida a participação do poder na gênese e no desenvolvimento das relações monetárias.

Segundo Menger, o dinheiro, como um meio de troca universal, surge das forças do livre mercado. As pessoas aprenderam que a troca indireta, em que sua mercadoria era trocada por outra sem utilidade direta para elas, mas que era mais facilmente vendável, era vantajosa, pois a posse dessa mercadoria mais comercializável conferia uma maior possibilidade de obter as mercadorias que realmente desejavam.<sup>2</sup>

Men have been led, with increasing knowledge of their individual interests, each by his own economic interests, without convention, without legal compulsion, nay, even without any regard to the common interest, to exchange goods destined for exchange (their “wares”) for other goods equally destined for exchange, but more saleable (Ibid., p. 248).

Guiadas por seu próprio interesse e perspicácia, as pessoas perceberam que os bens possuíam diferentes graus de comercialidade, de forma que começaram a demandar algumas mercadorias não para seu uso pessoal, mas com a intenção de utilizá-las como meio de troca solucionando, assim, o problema da dupla coincidência de desejos que impedia a expansão do comércio.

Even in the relatively simple and so often recurring case, where an economic unit, A, requires a commodity possessed by B, and B requires one possessed by C, while C wants one that is owned by A – even here, under a rule of mere barter, the exchange of the goods in question would as a rule be of necessity left undone. These difficulties would have proved absolutely insurmountable obstacles to the progress of traffic, and at the same time to the production of goods not commanding a regular sale, had there not lain a remedy in the very nature of things, to wit, *the different degrees of saleableness (Absatzfähigkeit) of commodities*. [...] any one has brought goods not highly saleable to market, the idea uppermost in his mind is to exchange them, not only for such as he happens to be in need of, but, if this cannot be effected directly, for other goods also, which, while he did not want them himself, were nevertheless more saleable than his own. By so

---

<sup>1</sup> Menger, Karl. On the Origins of Money. *The Economic Journal*, v. 2, n. 6, p. 239-255, jun. 1892.

<sup>2</sup> Ingham (1996, p. 514-515), em sua crítica à abordagem ortodoxa do dinheiro, observa que “[...] it is not so much a question of whether it is advantageous to use money if others do, but rather that agents *cannot* use money *unless* others do likewise. To state the obvious: the advantage of money presupposes a monetary system”.

doing he certainly does not attain at once the final object of his trafficking, to wit, the acquisition of goods needful to *himself* (Ibid., p. 242, 248).

À medida que esse procedimento passou a ser identificado como vantajoso não só por alguns, mas por todos, as mercadorias foram diferenciadas, e as mais comercializáveis tornaram-se dinheiro.<sup>3</sup>

[...] we can only come fully to understand the origin of money by learning to view the establishment of the social procedure, with which we are dealing, as the spontaneous outcome, the unpremeditated resultant, of particular, individual efforts of the members of a society, who have little by little worked their way to a discrimination of the different degrees of saleableness in commodities [...] The practice of every-day life, as well as jurisprudence, [...] distinguish two categories in the wherewithal of traffic – goods which have become money and goods which have not. And the ground of this distinction, we find, lies essentially in that difference in the saleableness of commodities set forth above – a difference so significant for practical life and which comes to be further emphasized by intervention of the state. This distinction, moreover, finds expression in language in the difference of meaning attaching to “money” and “wares”, to “purchase” and “exchange” (Ibid., p. 250, 252).

Assim, para Menger, para ser eleito como dinheiro é necessário, mas não suficiente, ter uma utilidade prévia como mercadoria. Era necessário ainda e principalmente que a mercadoria possuísse uma elevada demanda relativamente a sua oferta, isto é, que ela fosse considerada valiosa e possuísse também características físicas adequadas às transações comerciais, como, por exemplo, durabilidade, divisibilidade, transportabilidade, etc.

[...] With the extension of traffic in space and with the expansion over ever longer intervals of time of prevision for satisfying material needs, each individual would learn, from his own economic interests, to take good heed that he bartered his less saleable goods for those special commodities which displayed, beside the attraction of being highly saleable in the particular locality, a wide range of saleableness both in time and place. These wares would be qualified by their costliness, easy transportability, and fitness for preservation (in connection with the circumstance of their corresponding to a steady and widely distributed demand), to ensure to the possessor a power, not only “here” and “now” but as nearly as possible unlimited in space and time generally, over all other market-goods at economic prices (Ibid., p. 248).

Entre as mercadorias que funcionaram como dinheiro, os metais preciosos superaram todas as outras mercadorias-dinheiro e tornaram-se universalmente aceitos como meios de troca em virtude de sua mais elevada comercialidade e de suas qualificações superiores para funcionarem como dinheiro.

The reason why the *precious metals* have become the generally current medium of exchange among here and there a nation prior to its appearance in history, and in the sequel among all peoples of advanced economic civilization, is because their saleableness is far and away superior to that of all other commodities, and at the same time because they are found to be specially qualified for the concomitant and subsidiary functions of money. [...] each man, in the first instance (i.e. till he invests in goods directly useful to him), should lay in his available exchange-stock in precious metals, or convert it into the latter. [...] and the consequent facility with which they can serve as *res fungibiles* in relations of obligation, have led to forms of contract by which traffic has been rendered more easy (Ibid., p. 252, 254-255).

As proposições acima evidenciam que, ao se constituir em meio de troca universalmente aceito, o dinheiro torna-se também uma importante forma de preservação e acúmulo de riqueza, assim como unidade de conta e meio de pagamento de dívidas, criando a possibilidade para o desenvolvimento do crédito. Assim, as demais funções do dinheiro, de reserva de valor e de unidade de conta, são para Menger secundárias, podendo ser deduzidas de sua função como meio de troca. A preponderância da função do dinheiro como meio de troca em Menger é reafirmada por Ludwig von Mises<sup>4</sup> (apud AGGIO, ROCHA, 2009, p. 156)

After Menger's review of the question, further discussion of the connexion between the secondary functions of money and its basic function should be unnecessary. Nevertheless, certain tendencies in recent literature on money make it appear advisable to examine briefly these secondary functions [...] and to show once more that all of them can be deduced from the function of money as common medium of exchange.

---

<sup>3</sup> Menger reconhece o papel do Estado e da lei de enfatizar essa diferenciação que, no entanto, foi produzida de forma espontânea e não premeditada.

<sup>4</sup> Mises, L. *The Theory of Money and Credit*. Indianapolis: Liberty Fund, 1981, p. 33-34.

Com relação ao valor de troca do dinheiro, Menger considera que este seria determinado pelo seu valor intrínseco, ou seja, pelo valor do metal precioso<sup>5</sup> contido em cada unidade monetária.

This development was materially helped forward by the ratio of exchange between the precious metals and other commodities undergoing smaller fluctuations, more or less, than that existing between most other goods, – a stability which is due to the peculiar circumstances attending the production, consumption, and exchange of the precious metals, and is thus connected with the so-called intrinsic grounds determining their exchange value (Ibid., p. 254).

Menger reserva ao Estado o papel de assegurar a autenticidade e legitimidade da moeda e de regular a sua oferta, de forma a aperfeiçoar a instituição social do dinheiro e ajustá-la às múltiplas e variáveis necessidades do desenvolvimento do comércio.

The fixing of a coinage so as to include all grades of value (Wertstufen), and the establishment and maintenance of coined pieces so as to win public confidence and, as far as possible, to forestall risk concerning their genuineness, weight, and fineness, and above all the ensuring their circulation in general, have been everywhere recognised as important functions of state administration (Ibid., p. 255).

Assim, o dinheiro-mercadoria, ou dinheiro em espécie, surge espontaneamente como um meio de troca da tentativa de indivíduos empreendedores de minimizar os custos de transação da troca. O objetivo de cada indivíduo que vai ao mercado é trocar os bens e serviços de que dispõem por outros que ele deseja mas não possui. O dinheiro é apenas um facilitador das trocas, um véu que perpassa as transações econômicas reais, sem causar qualquer impacto ou modificações sobre elas. Um óleo que lubrifica as engrenagens do mercado.

Menger não atribui qualquer participação da autoridade política na gênese do dinheiro. A influência de convenções sociais ou da lei na determinação da unidade monetária é rechaçada. “Money has not been generated by law. In its origin it is a social, and not a state

---

<sup>5</sup> O valor do metal precioso seria, por sua vez, influenciado pelas forças de oferta e demanda como o de qualquer

institution. Sanction by the authority of the state is a notion alien to it” (Ibid., p. 255). Contudo, ele admite que a lei pode ajustar e aperfeiçoar o uso do dinheiro, de forma semelhante como a lei aperfeiçoou os direitos derivados do costume. Ou, como observa Bell (1998, p. 2), “[...] the state’s role would have been limited to an ex-post codification of social costumes”.

Para Menger (Ibid., p. 239), “every economic unit in a nation should be ready to exchange his goods for little metal disks apparently useless as such, or for documents”, porque estes últimos são representantes da moeda plena, ou seja, a possibilidade de conversão confere a eles seu valor. Assim, o papel-moeda é visto como um substituto temporário para o dinheiro em espécie, e os demais instrumentos de crédito, como as letras de câmbio e notas promissórias, um mecanismo de pagamento diferido, cujo valor também se escora na possibilidade de sua conversão final na moeda metálica padrão. Ambos os mecanismos facilitam e aumentam a segurança de transações com montantes elevados e entre diferentes regiões.

As proposições de Menger sobre a origem, a natureza e as funções do dinheiro servem de fundamento para a maioria das teorias sobre a moeda e são reproduzidas com pequenas variações em quase todos os modernos manuais de economia monetária.<sup>6</sup> Em geral, à história estilizada da origem da moeda é adicionado o surgimento do papel-moeda não conversível, ou dinheiro *fiat*,<sup>7</sup> como o resultado da continuidade do processo autônomo de redução de custos e de aumento da eficiência das transações de troca.

---

outra mercadoria.

<sup>6</sup> Alguns manuais de economia monetária mais recentes acrescentam às três funções tradicionais do dinheiro – meio de troca, unidade de conta e reserva de valor – uma quarta função, a de servir de padrão para pagamentos diferidos, mas a maioria considera que esta função já está implícita no funcionamento do dinheiro como unidade de conta. Além disso, a preponderância da função do dinheiro como meio de troca é mantida, ainda que nem sempre seja explicitamente afirmada. “Money is often defined by the functions it fulfills, thereby contributing in different ways to the workings of economy: – first and foremost, money is a medium of exchange [...]” (BELKE; POLLEIT, 2009, p. 8).

<sup>7</sup> O termo *fiat*, ou faça-se, derivado do latim, é utilizado para designar o dinheiro emitido pelo governo que não é conversível, nem tem seu valor ancorado em termos de qualquer padrão metálico. O rompimento unilateral, em 1971, pelo governo americano da conversibilidade de sua moeda em termos do ouro deu lugar ao surgimento de

Como observa Seabrooke (2001, p. 28-29), essa visão do desenvolvimento do dinheiro em dinheiro-crédito como um facilitador para a expansão da economia transforma o crédito em uma mera resposta às necessidades da economia real, reduzindo as forças que criaram o crédito “to a functional logic of economic demand and removed from their substantive political and economic foundations. But the substantive validity of credit-money relies upon its political and economic foundations, that promises to pay can be honored”.

Mesmo se levando em conta que a teoria monetária proposta por Menger, incorporada pela maioria das modernas teorias sobre a moeda, não pretende descrever o processo histórico real de desenvolvimento do dinheiro, mas apenas ressaltar os aspectos lógicos fundamentais deste processo, isso não impede que suas hipóteses teóricas tenham de enfrentar o teste da história. Conforme observado por Innes (2004, p. 57), “there is only one test to which monetary theories can be subjected, and which they must pass, and that is the test of history. Nothing but history can confirm the accuracy of our reasoning, and if our theory cannot stand the test of history, then there is no truth in it”.

Nesse sentido, a história da origem da moeda e a sequência lógica evolutiva proposta por Menger e incorporada pelo *mainstream* econômico, que começa com o escambo sendo substituído pelo dinheiro-mercadoria e este sendo aperfeiçoado pelo papel-moeda e pelo

---

um padrão monetário internacional totalmente fiduciário em que a maioria dos países passou a emitir dinheiro *fiat*. Existiram anteriormente dois sistemas monetários internacionais lastreados ao ouro. No final do século XIX, a Inglaterra construiu um sistema de pagamentos internacionais, baseado em sua moeda, a libra esterlina, cujo valor era fixado ao ouro. Este sistema foi denominado de padrão ouro-libra. Em geral, os demais países fixavam indiretamente o valor de sua moeda ao ouro, através da fixação da taxa de câmbio de sua moeda em relação à libra. O fracasso da Inglaterra em sustentar a paridade entre a libra e ouro após a Primeira Guerra Mundial levou o padrão ouro-libra a entrar em crise. Em 1947, foi estabelecido um novo sistema ancorado no ouro, em que o dólar substituiu a libra esterlina. O novo sistema monetário foi denominado de Sistema *Bretton Woods* e vigorou até 1971. De acordo com Serrano (2002), como ocorreu anteriormente com a Inglaterra, a estabilidade desse sistema dependia da capacidade dos Estados Unidos de manter superávits em conta corrente em relação ao resto do mundo. As crescentes dificuldades de os EUA manterem sua conta corrente superavitária ao longo dos anos 1960 foram deixando evidente a necessidade de um realinhamento cambial. A ausência de consenso e a pressão dos demais países centrais por alternativas que enfraqueciam a posição do dólar levaram os EUA a romper com a conversibilidade e com o acordo de *Bretton Woods*, dando origem a um novo padrão monetário em que o dólar continuou sendo a moeda internacional. No entanto, agora estaria finalmente livre das limitações que tanto o padrão ouro-libra, quanto o ouro-dólar impunham aos países que emitiam a moeda-chave internacional. Serrano (2002) dá uma visão bem detalhada da condição de sustentação do financiamento externo do país emissor da



crédito até chegar ao dinheiro atual, o dinheiro *fiat*, não encontram sustentação nos registros históricos. Pesquisas históricas revelam que registros de créditos e débitos precedem a cunhagem de moedas em aproximadamente 2 mil anos.<sup>8</sup>

Além disso, a proposição de que o dinheiro se originou espontaneamente de alguma primitiva propensão humana, em vez de enfatizar o importante papel desempenhado pelas autoridades em sua criação, ignora completamente que o dinheiro de conta, ou numerário, é quase sempre restrito ao território sob jurisdição da autoridade política que o criou. Ou, como observa Tcherneva (2006, p. 75), “the absence of any link between state and money also explains why M-theory<sup>9</sup> cannot account for the important and almost universal ‘one nation–one currency’ relationship”.

De acordo com Wray (2006, p. 7-8), na abordagem econômica ortodoxa, o governo surge como um intruso que abandona o “natural” dinheiro-mercadoria e impõe ao mercado o artificial dinheiro oficial, denominado de dinheiro *fiat*, cujo valor não está lastreado a qualquer mercadoria. Por isso a necessidade para a ortodoxia de uma série de regras, leis e procedimentos que retirem o fundamento político e social do dinheiro, repondo uma aparente ordenação associal e natural.<sup>10</sup>

Regrettably, nations have abandoned the use of intrinsically valuable money in favor of “fiat” monies that cannot provide a relative price anchor. Monetary growth rules, prohibitions on treasury money creation, balanced budget requirements, and the like (not to mention currency boards and dollar standards for developing nations), are all attempts to remove discretion from monetary and fiscal authorities, to make fiat money operate as if it were a

---

moeda internacional em um padrão referido ao ouro e no sistema atual totalmente fiduciário, que ele denomina de padrão dólar flexível.

<sup>8</sup> A esse respeito ver: Ingham (2004), Innes (2004a), Henry (2004), Forstater (2004).

<sup>9</sup> Com a expressão *M-Theory*, Tcherneva refere-se a *Metallic Theory*, ou *Metallism*, na qual Menger pode ser incluído.

<sup>10</sup> Para a ortodoxia econômica, as leis de curso forçado e o controle sobre as reservas bancárias são vistos como intromissões do governo na organização natural do mercado, no entanto, o dinheiro fiat do governo circula não só por causa destes mecanismos impositivos, mas também porque ele continua reduzindo os custos de transações das trocas (TCHERNEVA, op.cit., p. 75). Segundo Wray (2006, p. 8), a ortodoxia econômica admite uma “quase legítima” função para o governo na gestão monetária, mas, como o governo possui uma tendência a administrar mal, haveria a necessidade de mecanismos que restrinjam sua autonomia, reduzindo a ação estatal a uma mera resposta autômata aos requerimentos do mercado.

commodity, thereby restoring the “natural”, asocial, monetary order (WRAY, 2006, p. 4).

Essa tentativa dos economistas de “naturalizarem” o processo social que deu origem ao dinheiro é destacada por Babb e Carruthers (1996, p. 1558): “Although economists allow that money is a human invention assuming different forms in different times and places, they adopt a evolutionary perspective that de-emphasizes money’s contingency and its ultimate foundation in social convention.”

Quando o processo social e as relações hierárquicas que instituíram o dinheiro são “esquecidos”, e em seu lugar o dinheiro aparece como algo “natural”, os possíveis questionamentos a estas relações perdem fundamentação (BABB; CARRUTHERS, 1996, p. 1557-1558). Como observa Hilferding (apud BABB; CARRUTHERS, 1996, p. 1556)

In money, the social relationships among human being have been reduced to a thing, a mysterious, glittering thing the dazzling radiance of which has blinded the vision of so many economists when they have not taken the precaution of shielding their eyes against it.

Para recuperarmos os vínculos sociais e as relações de poder apagadas pela aparente equivalência das relações monetárias, é necessário buscarmos outras referências teóricas que nos permitam analisar o papel da autoridade política na definição do padrão monetário utilizado dentro do território onde exerce sua dominação. Nesse sentido, na próxima seção iremos analisar a teoria monetária de Alfred Mitchell Innes, de forma a tentar recuperar os vínculos teóricos entre o poder e o dinheiro na história.

## 1.2 A CONTRIBUIÇÃO DE ALFRED MITCHELL INNES

Mitchell Innes publicou dois artigos no *Banking Law Journal*: o primeiro, em 1913, denominado “What is Money”, e o segundo, em 1914, sob o título “The Credit Theory of

Money”. Neles, Innes apresenta os princípios teóricos de sua *Credit Theory of Money*. Extraordinários pela originalidade de suas proposições sobre a natureza do dinheiro, estes artigos rompem com as teorias monetárias predominantes na época, expressas modelarmente no artigo já mencionado de Karl Menger, “On the Origin of Money”, de 1892.

A esta abordagem do dinheiro difundida amplamente entre economistas e historiadores de sua época, Innes denominou *Metallic Theory* (ao longo do texto, referida como Metalismo).<sup>11</sup> Innes critica essa visão convencional sobre a evolução do dinheiro, na qual o escambo é substituído pela mercadoria-dinheiro que passa a ser usada como meio de troca. Nesta visão convencional, somente depois o crédito é descoberto, permitindo a substituição do dinheiro e a redução dos custos de transação. Innes inverte essa evolução, argumentando que, pela sua natureza, dinheiro é crédito, mesmo que assuma a forma física de um metal precioso.

Para provar sua afirmação, Innes desconstruirá a história estilizada apresentada pela visão convencional sobre a evolução do dinheiro, demonstrando, com base em evidências históricas, que a unidade monetária independe do valor intrínseco da moeda e, portanto, de seu conteúdo metálico e de seu peso. Assim, nunca houve, nem haverá um padrão de valor metálico, ou uma moeda de conta padrão.

We are so accustomed to a system in which the dollar or the sovereign of a definite weight of gold corresponds to a dollar or a pound of money that we cannot easily believe that there could exist a pound without a sovereign or a dollar without a gold or silver dollar of a definite known weight. But throughout the whole range of history, not only is there no evidence of the existence of a metallic standard of value to which the commercial monetary denomination, the “money of account” as it is usually called, corresponds, but there is overwhelming evidence that there never was a monetary unit which depended on the value of coin or on a weight of metal; that there never was, until quite modern days, any fixed relationship between the monetary unit and any metal; that, in fact, there never was such a thing as a metallic standard of value (INNES, 2004a, p. 16).

---

<sup>11</sup> “[...] *the Credit Theory of Money, as opposed to the Metallic Theory which has hitherto been held by nearly all historians and has formed the basis of the teaching of practically all economists on the subject of money*” (INNES, 2004, p. 50) .

Para Innes, pouco importa de que a moeda é composta, valendo, sim, o que está carimbado nela.

Under subsequent Emperors the amount of alloy constantly increased till the coins were either of copper with a small amount of silver, or were made of a copper core between two thin plates of silver, or were mere copper coins distinguishable from the other copper coins only by the devices stamped on them; but they continued to be called silver (Ibid., p. 19).

Assim, o padrão monetário de valor independe do peso e do material das moedas, que podem mudar constantemente, sem que isso altere o padrão de valor ou a unidade de conta. Por exemplo, no caso dos Estados Unidos, o dólar, independentemente do metal utilizado em sua fabricação ou de seu peso, continuará sendo o mesmo. O que importa e confere aceitabilidade a uma moeda é o nome carimbado nela e a identificação de seu emissor.

There can hardly be stronger evidence than we here get that the monetary standard was a thing entirely apart from the weight of the coins or the material of which they were composed. These varied constantly, while the money unit remained the same for centuries. [...] There can be no doubt that all the coins were tokens and that the weight or composition was not regarded as a matter of importance. What was important was the name or distinguishing mark of the issuer, which is never absent (Ibid., p.19, 20).

Segundo Innes, a crença de que o mecanismo de crédito surgiu para economizar as transações com moeda é uma grande falácia. As investigações históricas têm demonstrado que as transações de crédito são anteriores ao uso da moeda. A moeda era pouco utilizada nas transações comerciais.

One of the popular fallacies in connection with commerce is that in modern days a money-saving device has been introduced called credit and that, before this device was known, all purchases were paid for in cash, in other words in coins. A careful investigation shows that the precise reverse is true. In olden days coins played a far smaller part in commerce than they do today. Indeed so small was the quantity of coins, that they did not even suffice for the needs of the Royal household and estates which regularly used tokens of various kinds for the purpose of making small payments (Ibid., p. 27).

Tendo demonstrado que os metais preciosos não poderiam ter sido o padrão de valor e o meio de troca, Innes começa a explicar a natureza do dinheiro, que é a coisa pela qual as mercadorias são trocadas.

What we have to prove is not a strange general agreement to accept gold and silver, but a general sense of the sanctity of an obligation. In other words, the

present theory is based on the antiquity of the law of debt. [...] The sanctity of an obligation is, indeed, the foundation of all societies not only in all times, but at all stages of civilization; and the idea that to those whom, we are accustomed to call savages, credit is unknown and only barter is used, is without foundation. [...] Credit is the purchasing power so often mentioned in economic works as being one of the principal attributes of money, and, as I shall try to show, **credit and credit alone is money**. Credit and not gold or silver is the one property which all men seek, the acquisition of which is the aim and object of all commerce (Ibid., p. 30; 31).

Assim, o dinheiro que se recebe ao realizar uma venda é um símbolo, uma ficha, um *token*, uma promessa de pagamento. Quem vende, portanto, adquire um crédito e quem compra entrega em troca da mercadoria ou serviço adquirido um reconhecimento de dívida. Innes observa que quem possui um crédito possui o direito a ser pago. Em sua raiz, pagar significa “pacificar”, “satisfazer” o seu credor. Contudo, a característica mais importante do crédito não é o direito a um pagamento, mas sim a possibilidade de seu possuidor liberar-se de dívidas, utilizando o crédito que possui.

The root meaning of the verb “to pay” is: that of “to appease”, “to pacify”, “to satisfy”, and while a debtor must be in a position to satisfy his creditor, the really important characteristic of a credit is not the right which it gives to “payment” of a debt, but the right that it confers on the holder to liberate himself from debt by its means — a right recognized by all societies. By buying we become debtors and by selling we become creditors, and being all both buyers and sellers we are all debtors and creditors. As debtor we can compel our creditor to cancel our obligation to him by handing to him his own acknowledgment of a debt to an equivalent amount which he, in his turn, has incurred. For example, A having bought goods from B to the value of \$100, is B’s debtor for that amount. A can rid himself of his obligation to B by selling to C goods of an equivalent value and taking from him in payment an acknowledgment of debt which he (C, that is to say) has received from B. By presenting this acknowledgment to B, A can compel him to cancel the debt due to him. A has used the credit which he has procured to release himself from his debt. [...] This is the primitive law of commerce. The constant creation of credits and debts, and their extinction by being cancelled against one another, forms the whole mechanism of commerce and it is so simple that there is no one who cannot understand it. **Credit and debt have nothing and never have had anything to do with gold and silver** (Ibid., p. 31-32).

Innes (Ibid., p.33-35), usando seu conhecimento histórico, sustenta que o crédito precedeu historicamente a cunhagem de moedas e, durante séculos, o comércio foi realizado unicamente com base no crédito. Para isso, era necessária apenas a existência de uma unidade

de conta que possibilitasse o registro dos débitos e créditos. Ou seja, uma linguagem, na qual créditos e débitos pudessem ser expressos. Quem compra emite um certificado de dívida (dinheiro) e quem vende recebe um crédito, ou promessa de pagar, que pode ser usado como reserva de valor (entesourado) ou para compensar seus débitos (pago a terceiros). Portanto, o dinheiro é um débito para quem o emitiu e um crédito para quem o possui.

Deduz-se das proposições de Innes que a principal e primeira função do dinheiro é servir de *unidade de conta para o registro das operações de crédito e débito*. A função do dinheiro de reserva de valor e de meio de pagamento deriva-se da sua função de unidade de conta, e seu valor não depende de sua forma material. Logo, o valor de um crédito não depende de o devedor possuir ouro ou prata para saldar sua dívida, mas sim da “solvência” do devedor, ou seja, de ele possuir na data de vencimento créditos suficientes para compensar sua dívida. Estes créditos podem assumir as mais diversas formas nas diversas sociedades, em diferentes momentos históricos.

Henry (2004, p. 95), ao analisar o antigo Egito, confirma as proposições de Innes. Henry conclui que o dinheiro surgiu da necessidade da classe dominante de definir uma unidade de conta para contabilizar os excedentes agrícolas acumulados e o pagamento de impostos e de obrigações tribais aos reis e sacerdotes. A unidade de conta oficial no antigo Egito, chamada *deben*, não tinha relação com qualquer objeto específico. Era uma medida abstrata equivalente a 92 gramas, em que várias coisas – trigo, cobre ou prata – serviram como moeda.

Tendo clarificado a natureza do dinheiro, Innes passa a analisar as várias evidências de dívidas emitidas pelos agentes privados e públicos e como a evidência de dívida pública, ou seja, o dinheiro emitido pelas autoridades públicas, assumiu a proeminência na sociedade moderna.

So numerous have these government tokens become in the last few centuries, and so universal their use in everyday life – far exceeding that of

any other species of money – that we have come to associate them more especially with the word “money”. But they have no more claim to the title than any other tokens or acknowledgement of debt. Every merchant who pays for a purchase with his bill, and every banker who issues his notes or authorises drafts to be drawn on him, issues money just as surely as does a government which issues drafts on Treasury, or which puts its stamp on a piece of metal or a sheet of paper, and of all the false ideas current on the subject of money, none is more harmful than that which attributes to the government the special function of monopolising the issues of money (INNES, 2004b, p. 52).

Assim, inicialmente, Innes equipara as diversas formas de dinheiro emitidas pelo governo, pelos comerciantes e pelos banqueiros. Sejam títulos públicos, papel-moeda, moedas metálicas, letras de câmbio, notas bancárias, todas estas evidências de dívida são igualmente dinheiro. Innes (2004b, p. 53-54) acrescenta que a moeda emitida pelo governo já valeu menos em vários países da Europa que a moeda emitida pelos banqueiros.

Segundo Innes, não é evidente nos dias atuais que existam em circulação vários reconhecimentos de dívida denominados na mesma unidade de conta como existiu no passado. Para deixar evidente que há em cada país meios de pagamento de mesmo nome, mas emitidos por diferentes agentes, Innes cria um exemplo, em que são transacionados por diferentes preços várias ordens de pagamento de mesmo valor nominal em virtude da confiança no crédito de quem os emitiu. Um comerciante de Nova Orleans apresenta para seu banqueiro ordens de pagamento de mesmo valor nominal: uma emitida pelo Tesouro, outra emitida por um banco da cidade, outra por um grande banco da cidade de Nova York, e outra ainda emitida por um desconhecido comerciante do subúrbio.

For the draft on the Sub-Treasury and for that on the bank in the city, my banker will probably give me a credit for exactly the nominal value, but the others will all be exchanged at different prices. For the draft on the New York bank I might get more than stated amount, for that on the obscure tradesman, my banker would probably give nothing without my endorsement, and even then I should receive less than the nominal amount. All these documents represent different dollars of debt, which the banker buys for whatever he thinks they may be worth to him (Ibid., p.54-55).

O exemplo dado por Innes revela a existência, na sociedade atual, de vários certificados de dívida, diversos tipos de dinheiro, emitidos por diferentes agentes econômicos, e que o preço pelo qual eles são transacionados depende da credibilidade de seu emissor. A credibilidade do emissor confere à dívida emitida por ele uma determinada posição dentro do sistema monetário. Portanto, Innes reconhece implicitamente a existência de uma hierarquia de dívidas.

The dollar of government money in America is equal to that of bank money, because of the confidence which we have come to have in government credit, and it usually ranks in any given city slightly higher than does the money of a bank outside the city, not at all because it represent gold, but merely because the financial operations of the government are so extensive that government money is required everywhere for the discharge of taxes or other obligations to the government (Ibid., p. 55).

Embora se tenda a pensar o dinheiro como algo que possui um valor nominal fixo, isto é um equívoco. Sendo o dinheiro um padrão abstrato de valor para o registro de créditos e débitos, quando emitimos dinheiro, emitimos um certificado de dívida, uma promessa de pagamento futuro.<sup>12</sup> Portanto, seu valor está sujeito à avaliação que fazemos da capacidade que seu emissor tem de cumprir esta promessa. Esta avaliação não considera se ele é capaz de entregar peças de metal em pagamento, mas sim, se é capaz de entregar um crédito (não importando a forma que este assuma) que compense a sua dívida.

Assim, o papel-moeda e a moeda metálica emitidos pelo governo são reconhecimentos de dívidas emitidas pelo governo, e sua aceitabilidade e valor dependem da crença na capacidade do governo de resgatar estas dívidas, entregando, em troca, um crédito equivalente.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> “Credit and debit are abstracts ideas, and we could not, if we would, measure them by the standard of any tangible thing. We divide, as it were, infinite credit and debt into arbitrary parts called a dollar or a pound, and long habit make us think of these measures as something fixed and accurate; whereas, as a matter of fact, they are peculiarly liable to fluctuation” (INNES, 2004b, p. 57).

<sup>13</sup> “A government dollar is a promise to ‘pay’, a promise to ‘satisfy’, a promise to ‘redeem’, just as all other money is. All forms of money are identical in their nature. [...] The one essential condition to the stability of all money by whomsoever issued is, as I explained in the former article, that it should be redeemable at the proper time, not in pieces of metal, but in credit” (INNES, 2004b, p. 54, 55).



O que possibilita ao governo compensar suas dívidas são os créditos que ele possui por impor à sociedade a condição de sua devedora, isto é, ao imputar à sociedade a obrigação de pagar tributos, o governo se torna credor de toda a sociedade.

What has really happened is that the government has put upon the pieces of gold a stamp which conveys the promise that they will be received by the government in payment of taxes or other debts due to it. By issuing a coin, the government has incurred a liability towards its possessor just as it would have done had it made a purchase — has incurred, that is to say, an obligation to provide a credit by taxation, or otherwise for the redemption of the coin and thus enable its possessor to get value for his money. In virtue of the stamp it bears, the gold has changed its character from that of a mere commodity to that of a token of indebtedness. In England, the Bank of England buys the gold and gives in exchange coin, or bank-notes or a credit on its books. In the United States, the gold is deposited with the Mint and the depositor receives either coin or paper certificates in exchange. The seller and the depositor alike receive a credit, the one on the official bank and the other direct on the government treasury. The effect is precisely the same in both cases. The coin, the paper certificates, the bank-notes and the credit on the books of the bank, are all identical in their nature, whatever the difference of form or of intrinsic value. A priceless gem or a worthless bit of paper may equally be a token of debt, so long as the receiver knows what it stands for and the giver acknowledges his obligation to take it back in payment of a debt due. Money, then, is credit and nothing but credit. A's money is B's debt to him, and when B pays his debt, A's money disappears. This is the whole theory of money (INNES, 2004a, p. 38-39).

O que faz com que o dinheiro emitido pela autoridade pública seja aceito é a necessidade que os membros da sociedade têm de obter créditos que sejam aceitos como pagamento de suas obrigações ao governo. Isso fica evidenciado na seguinte passagem: “a government issue of money must be met by a corresponding tax. It is the tax which imparts to the obligation its ‘value’. A dollar of money is a dollar, not because of the material of which it is made, but because of the dollar of tax which is imposed to redeem it” (Ibid., p. 71).

Cada emissão de dinheiro realizada pelo governo, seja para pagar por bens e serviços adquiridos, seja para injetar meios de troca na economia, aumenta sua dívida e tem de ser compensada por meio da tributação. Embora Innes reconheça que nas modernas economias a dívida do governo é avaliada, em geral, como uma das mais seguras, devido ao imenso poder do governo propiciado pelo seu poder legislativo e pela enorme expansão de suas transações

comerciais e financeiras, isso não anula o fato de que, como qualquer grande banco ou grande comerciante, se o governo “is issuing its obligations which are immediately payable in excess of its credits which are immediately available, then, its obligations must be falling in value” (INNES, 2004b, p. 71). Tal fato se manifestará como um aumento geral dos preços.

A teoria monetária de Innes traz grandes avanços para a compreensão da natureza do dinheiro ao expor que o dinheiro oculta uma relação de crédito, que o dinheiro é o padrão abstrato de valor no qual as relações de crédito e débito são expressas e que os reconhecimentos de dívida são hierarquizados socialmente de acordo com a avaliação da solvência de seu emissor. No entanto, Innes não consegue compreender totalmente a especificidade da relação de crédito em que um dos participantes é o poder soberano, ou classe dominante na visão de Henry. O dinheiro emitido pelo poder soberano não é apenas um dos mais altos na hierarquia das dívidas. A autoridade governante é a única que pode saldar dívidas usando um reconhecimento de dívida emitido por ela mesma. Nenhum outro agente da sociedade pode fazer isto. O que lhe permite agir assim é sua capacidade de se colocar como credor da coletividade e de colocar a sociedade como sua devedora, sujeita a pagar tributos, taxas, direitos, licenças, etc., ao Estado.<sup>14</sup> Innes não percebe que o Estado e sua moeda não podem ser equiparados a qualquer outro agente e evidência de dívida dentro de seu espaço soberano.

If social debt relationships are organized in a pyramidal fashion, then the least acceptable forms of money are at the bottom of the pyramid, while the most acceptable ones are at the top (see Bell, 2001). Furthermore, each liability is convertible into a higher and more acceptable form of debt. What liability, then, sits at the top of the pyramid? To settle debts, all economic agents except one, the state, are always required to deliver a third party’s IOU,<sup>15</sup> or something outside the credit–debt relationship. Since only the sovereign can deliver its own IOU to settle debts, its promise sits at the top of the pyramid. The only thing the state is “liable for” is to accept its own IOU at public pay offices (WRAY, 2003a, p. 146, n. 9). This stratified view

---

<sup>14</sup> Por Estado, estamos nos referindo a qualquer autoridade governante, tais como: príncipes, soberanos, estado-nacional, etc.

<sup>15</sup> A sigla IOU, do inglês, *I owe you*, expressa um reconhecimento de dívida emitido por qualquer agente econômico.

of social debt relationships provides a preliminary indication of the primacy of state currency. But can agents simply refuse to take the sovereign's money and, therefore, undermine its position in the pyramid? The answer is "no", because as long as there is someone in the economy who is required to pay taxes denominated in the state's currency, that money will always be accepted (TCHERNEVA, 2006, p.76).

Assim, a teoria monetária de Innes nos auxilia na compreensão da moeda e dos fenômenos monetários, mas ela é insuficiente para elucidar a natureza da relação entre o poder e a moeda, de forma que se torna necessário buscarmos outros fundamentos teóricos que nos possibilitem avançar nesta direção. Para isso, analisaremos na próxima seção a teoria estatal da moeda de Georg Friedrich Knapp. Antes, porém, exporemos de forma sucinta a abordagem de Innes acerca do aviltamento da moeda pelos soberanos e acerca da inflação.

Innes alerta que a prática de os soberanos proclamarem por decreto a redução do valor das moedas era um mecanismo utilizado para sobretaxar a população.

[...] when the king was in want of money, he "*mua sa monnaie*", as the phrase was, that is to say, he decreed a reduction of the nominal value of the coins. This was a perfectly well recognized method of taxation acquiesced in by the people, who only complained when the process was repeated too often, just as they complained of any other system of taxation which the king abused (INNES, 2004a, p. 22).

Esse aumento indireto de tributação era feito pela redução do valor da moeda, de forma a reduzir as dívidas do governo em posse das pessoas que teriam, em contrapartida, de dar mais moedas para quitar suas obrigações tributárias com o governo.

We can now understand the effect of the "*mutations de la monnaie*", which I have mentioned as being one of the financial expedients of medieval French kings. The coins which they issued were tokens of indebtedness with which they made small payments, such as the daily wages of their soldiers and sailors. When they arbitrarily reduced the official value of their tokens, they reduced by so much the value of the credits on the government which the holders of the coins possessed. It was simply a rough and ready method of taxation, which, being spread over a large number of people, was not an unfair one, provided that it was not abused (Ibid., p. 35).

Mas a ideia geral de que os reis intencionalmente cunhavam moedas de peso e pureza inferiores é sem fundamento (Ibid., p. 23). Em realidade, esta acusação se deve ao

pensamento equivocado de que por meio da cunhagem os soberanos fixavam o valor das moedas em termos de algum metal precioso utilizado na sua elaboração. Como sabemos, o valor da moeda não tem qualquer relação com seu conteúdo metálico e peso. No entanto, as pessoas constatavam que o valor das moedas em circulação se reduzira, havia a percepção de que existiam menos moedas em circulação, e as autoridades responsáveis pela emissão das moedas eram consideradas culpadas pela sua adulteração e desaparecimento. As autoridades governantes, por seu lado, atribuíam o problema à adulteração das moedas pela população, que as lixava, derretia e exportava para seu ganho pessoal, de forma que leis foram promulgadas punindo estes crimes exemplarmente, e novas cunhagens de moedas “plenas” eram ordenadas. No entanto, nenhuma dessas medidas solucionava a questão.

No doubt a certain amount of exporting and melting took place, when the coins of high intrinsic value (a very small proportion of the whole), the *monnaie blanche*, as it was called in France, rose above its official value, but the absurdity of the popular outcry for more coins was well exposed by that fine old economist Sieur de Boisguillebert, who pointed out that the apparent abundance and scarcity of coins was deceptive, and that the amount of coinage was in both cases the same, the only difference being that while trade was brisk, comparatively few coins by their rapid circulation appeared to be many; while in days of financial distress, when trade was, as not infrequently happened in the middle ages, almost at a standstill, coins seemed to be scarce (INNES, 2004b, p. 62).

Assim, o misterioso desaparecimento das moedas se devia principalmente à redução da atividade econômica causada, em geral, pelas guerras. As despesas de guerra aumentavam a dívida do soberano em um ritmo muito superior ao de seus créditos, e a redução das atividades comerciais restringia o espaço para novos aumentos da arrecadação de impostos, de forma que a moeda se desvalorizava à medida que cresciam as dívidas sobre a solvência do soberano.

Purchases are paid for by sales, or in other words, debts are paid for by credits, and, as I have said before, the value of a credit depends on the debtor being also a creditor; in a situation such as that which I have described (though it must not be thought that there were no intervals of comparative prosperity), commerce was practically at a standstill, credits were of little value. At the same time the governments had accumulated great debts to

maintain their armies and to carry on their continual war-like operations, and were unable to levy the taxes which should pay for them. It was impossible that, under such conditions, the value of credit (in other words, the value of the monetary unit) should not fall. It is quite unnecessary to search for imaginary arbitrary depreciations of the coinage to explain the phenomenon (INNES, 2004a, p. 38).

Para Innes, portanto, a inflação decorre do excessivo endividamento do governo frente ao que pode ser compensado pela arrecadação de impostos. O efeito inflacionário causado por este endividamento do governo seria propagado de forma ampliada pela expansão do crédito bancário, causando um grande endividamento dos comerciantes, acarretando a depreciação de todo o dinheiro, independentemente de quem o emitiu, e levando a um aumento generalizado dos preços.

Each new inflation of the government debt induces an excess of banking loan four or five times as great as the government debt created. [...] Just as the inflation of the government money leads to inflation of bank money, so, no doubt, the inflation of bank money leads to excessive indebtedness of private dealers, as between each other. The stream of debt widens more and more as it flows (INNES, 2004b, p. 74, 75).

Como observa Ingham (2004, p.180), Innes não consegue se livrar totalmente da concepção econômica que ele critica, chegando a uma conclusão muito próxima daquela da teoria quantitativa da moeda. Ou seja, o aumento geral de preços, em vez de ser explicado pelo aumento na quantidade de moeda, como na teoria quantitativa, é explicado por Innes pelo excesso geral de créditos e débitos causado pelo grande endividamento do governo, ratificado e ampliado pela atividade bancária.

### **1.3 A TEORIA ESTATAL DA MOEDA DE GEORG FRIEDRICH KNAPP**

Georg F. Knapp, assim como M. Innes, desenvolve sua teoria monetária contrapondo-se à teoria metalista, que tem em K. Menger um de seus principais formuladores. No entanto, diferentemente de Innes, a abordagem de Knapp é fundamentalmente teórica. Seu objetivo é descobrir “the soul of money” (KNAPP, 2003, p. ix). Para isso, ele inicia sua análise

buscando identificar as características teóricas do dinheiro segundo sua origem. Ao analisar geneticamente os meios de pagamento, Knapp, ao contrário de Innes,<sup>16</sup> faz a distinção entre os meios de pagamento primitivos, que ainda não se constituem em dinheiro, e o dinheiro, na concepção moderna.<sup>17</sup>

Nesse sentido, Knapp começa sua análise supondo o *authylism* em que um material, medido de alguma maneira física, é usado como uma socialmente reconhecida mercadoria-de-troca. Assim, Knapp adota o mesmo ponto de partida que a teoria metalista – a mercadoria-de-troca – no entanto, diferentemente da tradição metalista, o *authylism*, para Knapp, é apenas o caso mais simples de meio de pagamento, no qual o detentor pode escolher entre a satisfação “real” e a satisfação circulatória.<sup>18</sup> O mais importante exemplo de *authylism* é o *autometallism*,<sup>19</sup> no qual a mercadoria-de-troca é constituída por um metal precioso.

Authylism has still another property – measurement by weighing, which in the case of autometallism gains a legal significance. [...] Pensatory practice, on the other hand, means the practice of weighing at the time of payment in order to establish the validity (Ibid., p. 28).

Desta forma, Knapp estabelece como primeira categoria de sua análise os meios de pagamento que são *pensatory*,<sup>20</sup> ou seja, os meios de pagamento que têm sua validade estabelecida pela pesagem no momento do pagamento.<sup>21</sup> Os meios de pagamento que são

---

<sup>16</sup> Innes não faz a distinção entre os diferentes tipos de crédito que se desenvolveram historicamente. Ingham (2004) critica especificamente este aspecto da abordagem de Innes, por não fazer a distinção entre as modernas formas de crédito, que criam dinheiro, e as formas históricas anteriores de crédito que não criam dinheiro. A esse respeito, Ingham (2004, p. 184-185) observa que todo dinheiro é crédito, mas nem todo crédito é dinheiro.

<sup>17</sup> Como observa Bonar (1922, p. 39), “Professor Knapp deliberately chooses (Preface v, § 2; cf. p. 82, 201, 281) to regard money as it now is in fully developed civilisations, without denying that primitive man had means of exchange worthy of study (e. g. p. 8, 23).”

<sup>18</sup> Por satisfação real, Knapp entende a possibilidade de a mercadoria-de-troca ser utilizada tecnicamente para a produção ou no consumo.

<sup>19</sup> Knapp cria uma terminologia própria, baseada principalmente no grego, de forma a representar os diferentes aspectos do dinheiro.

<sup>20</sup> Knapp utiliza o termo *pensatory* para designar a possibilidade teórica de a validade do meio de pagamento ser estabelecida através da pesagem. “There can be morphic means of payment the validity of which at the time of payment is established by weighing; in the language of the Bourse this use is *al marco*, by weight. As we should express it, these are morphic means of payment with pensatory practice.” (KNAPP, op. cit., p. 28)

<sup>21</sup> O metal deve ser pesado no momento do pagamento, pois só assim a proposição da teoria metalista de que o meio de pagamento possui um valor intrínseco derivado de seu peso metálico seria satisfeita. Supor a pesagem do metal no momento da cunhagem não garantiria a perfeita correspondência entre o valor e o peso metálico do meio de pagamento, devido ao desgaste pelo uso.

*pensatory* podem ser *morphics* e *amorphics*. Quando a forma e sinais delimitam o meio de pagamento, estes deixam de ser amórficos e tornam-se mórficos.

To-day, in the countries of our standard of civilisation, it is not possible to pay by weighing out copper or silver or gold. We always pay in “pieces”, i. e. in movable objects which are defined not by their matter but by their form. We pay, therefore, in shaped movable objects, and shaped movable objects which bear signs upon them. (Ibid., p. 26)

Quando o sistema monetário torna-se mórfico, abre-se a possibilidade teórica de que a necessidade de o meio de pagamento ser definido pelo material do qual é composto e pelo peso, como no autometalismo, seja abandonada.

The means of payment at present in common use always have this form, i. e., that of pieces in the legal sense. They are “morphic”. Morphic means of payment are, as we shall see, not always money, but all money comes under the head of morphic means of payment. Morphism is a necessary, but is not a far-reaching, condition for a system of money. [...] As soon as the forms and signs are significant for delimiting what is a means of payment and what is not, we have morphism. (Ibid., p. 27-28)

O morfismo cria a possibilidade de que o reconhecimento social do meio de pagamento não dependa do conteúdo material do qual é composto, abrindo assim espaço para o surgimento de meios de pagamento que não são mercadorias, ou seja, meios de pagamento cuja exclusiva satisfação é circulatória. “But presentation in a ‘real’ form is always a special case [autometallism], which is possible but not necessary.” (Ibid., p. 24) [observação minha].

Mas então, o que fundamentaria a validade do meio de pagamento que não possui base material? Segundo Knapp, o Estado nomeia a unidade de valor e descreve o meio de pagamento – a forma e os sinais que o tornam reconhecível – que corresponde ao nome. Assim, a validade do meio de pagamento não depende do peso, sendo estabelecida pela ação política do Estado.

The unit of value is no longer definitely “real”, but it is so indefinitely, no longer a pound of copper or an ounce of silver, but always a given quantity of a material prescribed by *law*, whether copper or silver or gold. Debts in units of value – lyric debts – are debts repayable in the material used in payments at the time, even if they were contracted in another material (Ibid., p. 25) [grifo meu].

Para Knapp, diferentemente do que propõe a teoria metalista, a unidade de valor não pode ser definida tecnicamente, mas somente em termos históricos. A definição da unidade de valor e a escolha do meio de pagamento são sempre “a free act of the State’s authority” (Ibid., p. 24).

Como observa Wray (2000, p. 6), Keynes, na obra *Tratado sobre a moeda*, acompanha Knapp, enfatizando o papel desempenhado pelo Estado na definição do dinheiro de conta e ressaltando que há pelo menos 4 mil anos o Estado sustenta “the right to determine and declare what thing [money] corresponds to the name [unit of account], and to vary its declaration from time to time”.

Segundo Knapp, ao contrário do que a teoria metalista supõe, as dívidas nunca são reais, mesmo quando denominadas em *pounds* de prata ou em outro metal *hylic*.<sup>22</sup> A nominalidade das dívidas torna-se evidente quando o Estado muda o meio de pagamento, mas não é esta mudança que cria a nominalidade, apenas torna evidente que ela, a princípio, é possível.<sup>23</sup> Quando o Estado estabelece o novo meio de pagamento em substituição ao velho, a lei deve

When legal ordinances give the name to the unit of value (as mark, franc or rouble) and define it by reference to the earlier unit, there is nothing to prevent us from giving to the morpnic means of payment a validity dependent not on weight but on fiat. A proclamation is made that a piece of such and such a description shall be valid as so many units of value. [...] Validity by proclamation is commonly called the “face value”, in contrast with the “intrinsic value” of the pieces, which is supposed to depend on their metallic content. [...] Validity by proclamation is not bound to any material. It can occur with the most precious or the basest metals, and in all cases where payments are not pensatory, i. e., in all modern monetary systems (KNAPP, 2003, p. 30).

A validade por proclamação não é incompatível com a permanência da conexão do meio de pagamento com seu conteúdo material, entretanto, “the fact that pieces are of given

---

<sup>22</sup> Um metal é *hylic*, quando ele é conversível em meios de pagamento sem limites. Ou seja, qualquer pessoa pode levar o metal para cunhagem sem restrições.

<sup>23</sup> “The nominality of debts does not lie in the fact that the State alters the means of payment more or less often, but in the fact that such an alteration is possible in principle, whether it is made or not. The nominality of debts and of the unit of value is a necessary premise before money can come into being” (KNAPP, 2003, p. 19).



content [...] is not the basis of the validity.” (Ibid., p. 31). O Estado confere ao objeto que serve de meio de pagamento um uso independente de seu conteúdo material. Assim, mesmo no autometalismo, o meio de pagamento torna-se dinheiro, ao contrário do que propõe a teoria metalista, não por seu conteúdo metálico, mas por seu fundamento legal. Não é o peso que determina seu valor, mas a norma legal que estabelece que determinada moeda feita com determinado peso vale tantas unidades de valor.

Nesse sentido, os meios de pagamento modernos são “pay-tokens, or tickets used as means of payments” (Ibid., p. 32).

The idea of the ticket or token tells us nothing as to the material of the disc. It is made both of precious and of base metal and also of paper, to mention only the most important. [...] Perhaps the Latin word “Charta” can bear the sense of ticket or token, and we can form a new but intelligible adjective – “Chartal”. Our means of payment have this token, or Chartal, form. (Ibid.)

O meio de pagamento cartal é criado pelo Estado quando confere a determinadas peças carimbadas a propriedade de ser meio de pagamento. Por meio da ordenação do Estado, este meio de pagamento carrega com ele o poder de liquidar ou realizar pagamentos, independentemente do seu conteúdo material. Knapp ressalta que “the State, not the jurist, creates it”. (Ibid., p. 39) Assim, a sua afirmação inicial de que o dinheiro é uma criatura da lei (Ibid., p.1) não deve ser entendida no sentido estrito, mas como resultado da ação política do Estado.

If we have already declared in the beginning that money is a creation of law, this is not to be interpreted in the narrower sense that it is a creation of jurisprudence, but in the larger sense that it is a creation of the legislative activity of the State, a creation of legislative policy. (Ibid., p. 40).

Prosseguindo a análise dos meios de pagamento cartais, Knapp deduz que do ponto de vista teórico o dinheiro pode ser classificado segundo sua origem em quatro tipos distintos.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Do ponto de vista genético, o dinheiro pode ser: hilogênico ou autogênico. O dinheiro hilogênico pode ser subdividido em *orthotypic* e *not-orthotypic*, enquanto o dinheiro autogênico se subdivide em *metalloplatic* e *not-metalloplatic*. Quando os meios de pagamentos cartais permanecem conectados à forma e ao conteúdo metálico, eles são hilogênicos. Além disso, eles são *orthotypics* quando a moeda é cunhada segundo a norma estabelecida para conversão do metal em moeda. Estes constituem o que se denomina de dinheiro em espécie. A categoria de dinheiro hilogênico não *orthotypic se* refere à situação em o metal é entregue ao Estado, que então emite as

Esta classificação, que Knapp (Ibid., p. 93) denomina de genética, não pretende representar os meios de pagamento que existiram em determinado país em épocas passadas, mas sim definir os diferentes tipos de dinheiro segundo sua origem, que podem existir lado a lado em um mesmo sistema monetário nacional.

Outra forma de representar o dinheiro utilizada por Knapp é a análise funcional do dinheiro, ou seja, a identificação das diferentes maneiras nas quais as diversas formas de dinheiro são usadas de acordo com o tipo de pagamento e as normas jurídicas que as afetam (Ibid., p. 94).

O critério adotado por Knapp para definir os meios de pagamento que fazem parte do sistema monetário é que este seja aceito para pagamentos ao Estado. “On this basis it is not the issue, but the acceptance, as we call it, which is decisive. State acceptance delimits the monetary system” (Ibid., p. 95).

Knapp exclui a emissão pelo Estado como critério, pois existem meios de pagamento que não são emitidos pelo Estado, mas que são importantes. De forma semelhante, ele rejeita as leis de curso forçado, “*legal tender*”, pois existem meios de pagamento que não possuem esse estatuto legal, mas que também são importantes (Ibid.).

Assim, Knapp coloca o Estado ou poder soberano no centro da comunidade de pagamentos a partir do qual a ordenação dos diversos meios pagamentos é estabelecida. É a definição das regras monetárias pela administração pública que regula e hierarquiza as relações entre os diversos tipos de dinheiro existentes no território em que o poder soberano exerce sua autoridade. Nesse sentido, Knapp classifica os meios de pagamento, segundo a participação ou não do Estado, e segundo a forma como ele participa.

---

peças segundo a norma, mas não na forma de moeda, mas na forma de certificados de depósito. O dinheiro é autogênico quando ele não é conversível em metal. O dinheiro autogênico pode, no entanto, manter a forma de peças metálicas não conversíveis que, portanto, não possuem norma. Por fim, a última categoria diz respeito ao dinheiro autogênico que não possui forma metálica, constituído por notas, ou seja, papel-moeda não conversível. “In this case, therefore, no *hylic* metal is used as the basis for the money, neither for coining, nor as a reserve kept by the State creating the money.” (KNAPP, op.cit., p. 70)

Payments to which the State is a party, either as giver or receiver, will be called *centric*, because the State is regarded as the centre from which the ordering of the business of payment radiates. Payments in which the *State takes no part* either as giver or receiver we call *paracentric*; such are all payments between private persons. [...] *Centric* payments are either: (1) payments to the *State as receiver*; these we call *epicentric*. [...] (2) *payments made by the State*, these we will call *apocentric* (Ibid., p.96-97). [grifo meu]

O dinheiro também pode ser classificado em obrigatório ou facultativo. Uma vez que Knapp delimita o sistema monetário pelo que é aceito pelo Estado nos seus guichês, então, para se constituir em dinheiro, todo meio de pagamento tem de a princípio ser aceito nos pagamentos *epicêntricos*. Se a isso for adicionada a obrigação de aceitação nos pagamentos *paracêntricos* e *apocêntricos* (denominados por Knapp de *anepicêntricos*), o dinheiro torna-se “legal tender for all purposes. In this case we will call the money obligatory, but, if it is not legal tender for anepicentric payments, so that the recipient's consent is necessary, then the money is facultative.” (Ibid., p. 97)

Knapp ressalta que a subdivisão do dinheiro em obrigatório e facultativo “[...] is totally independent of the question whether specie or notal money is under consideration” (Ibid., p. 98).

O dinheiro, segundo sua funcionalidade, pode ser classificado também em definitivo ou provisório. O dinheiro é definitivo quando ao se pagar com ele a transação é completamente concluída tanto para o credor, quanto para o devedor, assim como para o emissor do dinheiro. “The payer is no longer under an obligation, the recipient has no further rights either against the payer or against the State, if the State has issued the money.” (Ibid., p. 102)

O dinheiro é considerado provisório quando ao fazer um pagamento com ele o devedor não tem mais nenhuma obrigação com o credor, no entanto, o credor pode ainda reivindicar que o emissor o converta na forma de dinheiro definitivo. “If the State is the

issuer, the State remains engaged to redeem; if not the State, an institution, say a Bank; then the private issuer is and remains under an obligation to redeem.” (Ibid., p. 103)

Novamente, Knapp destaca que a classificação do dinheiro em definitivo ou em provisório não tem qualquer relação com a classificação genética, ou seja, o dinheiro definitivo não é o dinheiro em espécie, e o dinheiro provisório não é constituído pelo papel-moeda. O que importa são as relações entre os tipos de dinheiro e o que a administração do Estado estabelece em relação aos diferentes tipos de dinheiro.

We do not ask whether the money is hylogenetic or not, but what are the mutual relations between the kinds of money occurring in the system. Inconvertible State notes, as they usually were in Austria, belonged entirely to the class of definitive money, [...]. Our thalers too would be classified as definitive money, if all depended on the laws; but since in the administration of the laws the thalers were in fact converted, and since we judge according to administered law, it follows that our thalers were convertible. (Ibid., p. 103-104)

O dinheiro definitivo pode ainda ser subdividido em tipos de dinheiro que são acessórios e o dinheiro que é *valuta*. O dinheiro que é *valuta* tem de ser antes de tudo definitivo e, além disso, tem de ser o dinheiro que o Estado utiliza como reserva para fazer seus pagamentos.

The concept “valuta money” is a sub-class of definitive money; first of all, the requirements of ultimate validity must be satisfied, and then, secondly, the money must be held in readiness for apocentric payments. This second is the business of the State, a regulation of lyric administration; it is not inferred from legal regulations, but from the facts which help to determine their administration. Having the money in stock is a political and not a juridical matter; it often depends not on the State’s wishes, but on its powers. Having the money in stock is a question of power which influences politics and therefore has a determining influence on administration. (Ibid., p. 106).

Todos os outros tipos de dinheiro que não são *valuta*, são acessórios. O dinheiro é acessório: primeiro, quando sua aceitação é facultativa; segundo, quando, mesmo sendo obrigatório, ele não é definitivo, mas provisório, podendo, portanto, ser resgatável por outro; “[...] thirdly, when it is definitive but not forced on the recipient in apocentric payments” (Ibid., p. 108).

A definição pelo Estado do dinheiro que é *valuta* é de grande importância para o sistema monetário, pois o sistema de pagamentos se organiza hierarquicamente a partir desta definição. O dinheiro que é *valuta* é o que é colocado no topo da hierarquia dos meios de pagamento em cada sistema monetário. Todas as demais formas de dinheiro se relacionam com o dinheiro *valuta* em uma posição subordinada.

When the State determines to fulfil its obligations in such and such a kind of money, it might appear as if it were pronouncing on the one matter of its own apocentric payments, while other payments were not affected. For example, if the Austrian Treasury announced that it made its payments in State notes, one might suppose that this did not affect paracentric payments. [...] as soon as the State has elevated a kind of money (say the State notes) into the position of valuta, it cannot in its judicial capacity require that the private debtor should perform his lytric obligations in one way and the State as debtor in another. So, if from political necessity the State announces that henceforth it will pay in State notes, as fountain of law it must equally allow the State notes to suffice for other payments. And indeed not only in epicentric payments but in paracentric payments, when there is a dispute the State must decide as a judge that a payment in State notes is sufficient. If it did not, it would, as judge, be condemning its own course of action, and contradicting itself. The consequence is, in a legal dispute the means of payment which the creditor is compelled to accept is always that which the State has put in the position of valuta. (Ibid., p. 109-110)

Como observa Metri (2007, p. 32), “ao fazer a declaração de qual moeda será a *valuta*, o soberano define, com efeito, a moeda de referência de todo o sistema e, mais precisamente, a unidade de conta usada nas transações privadas”.

Knapp confere grande peso à capacidade do Estado de impor o dinheiro *valuta* aos seus credores, pois como o Estado paga com esse dinheiro, ele implicitamente se compromete a aceitá-lo nos pagamentos *epicêntricos*, ou seja, nos pagamentos em que o Estado é o credor.

The valuta means of payment of a country are called “standard” in the narrower sense of the word. To find out what is “standard” in the narrower sense we always have to ask the two questions: which kinds of money are definitive? and which of the definitive kinds does the State force on the creditor in apocentric payments? (KNAPP, 2003, p.111-112).

Knapp ressalta que a decisão de qual dinheiro será colocado na posição de *valuta* é uma decisão do poder soberano. A lei e a administração se ajustam à decisão do poder soberano.

The laws do not decide what shall be valuta money, they merely express a pious hope, for they are powerless against their creator, the State; the State in its payments decides what is valuta money and the Law Courts follow suit. Not lytric regulations but sovereign power prescribes the money of apocentric payments, and the lytric administration adjusts itself accordingly. (Ibid., p. 111)

Além do dinheiro emitido pelo poder soberano, agentes privados também podem emitir meios de pagamento. Dentre estes, os mais importantes são as notas bancárias emitidas pela comunidade bancária. As notas bancárias são promessas de pagar à vista, ou seja, contra apresentação, uma determinada soma expressa na unidade de conta definida pelo poder soberano.

Knapp ressalta que mesmo que o banco não seja capaz de resgatar suas notas em dinheiro *valuta* ainda assim suas notas possuem validade, pois estas não perdem a sua propriedade fundamental de ser um meio de pagamento válido para o próprio banco.

The fundamental property of a bank-note is, therefore, by no means the promise to pay. A bank-note is a chartal document, which specifies a sum of valuta money; and the bank issuing it is pledged by law to accept it for a payment of that amount. But that is nothing else but a chartal means of payment issued privately; it is a private till-warrant available for payments to the bank (epitrapezic payments). [...] but clearly the customers of the bank can use it for payments between themselves, as they are sure it will be taken at the bank. These customers and the bank form, so to speak, a private pay community; the public pay community is the State. (Ibid., p. 134)

Knapp utiliza para as notas bancárias o mesmo critério de validade utilizado para o dinheiro emitido pelo Estado, ou seja, as notas bancárias, assim como o dinheiro emitido pelo Estado, são documentos cartais emitidos pelo banco. Os clientes do banco aceitam as notas e as utilizam em pagamentos entre eles porque, em última instância, as notas podem ser usadas em pagamentos ao próprio banco. Assim, as notas bancárias são meios de pagamento válidos dentro da comunidade de pagamento privada, composta pelos clientes do próprio banco, e sua circulação é limitada pelo tamanho desta comunidade. De forma semelhante, o dinheiro emitido pelo Estado é aceito e usado por todos que compõem a comunidade pública de pagamentos, porque o Estado se compromete a aceitá-lo em pagamento às obrigações a ele

devidas. Esta é, de longe, a mais importante e maior comunidade de pagamentos, devido à capacidade do Estado de impor à sociedade a obrigação de pagar impostos (tributos, taxas, multas, etc.).

It [autogenic money] frees us from our debts, and a man who gets rid of his debts does not need to spend time considering whether his means of payment were material or not. First and foremost it frees us from our debts towards the State, for the State, when emitting it, acknowledges that, in receiving, it will accept this means of payment. The greater the part played by the taxes, the more important is this fact to the tax-payer. (Ibid., p. 52) [observação minha]

Assim, Knapp, de forma semelhante a Innes, fundamenta a aceitação generalizada do dinheiro emitido pelo Estado, independentemente de seu conteúdo material, ao fato de ele ser um meio de pagamento válido para o Estado, ou seja, de poder ser usado para quitar dívidas existentes para com ele. Daí o papel essencial desempenhado pelos impostos de tornar o dinheiro emitido pelo Estado mais “procurado” quanto maior é o peso e a difusão da tributação sobre a sociedade.

No caso dos bancos, a aceitação de suas notas bancárias amplia-se consideravelmente quando o Estado anuncia a aceitação das notas bancárias emitidas por este ou aquele banco nos pagamentos feitos a ele (pagamentos *epicêntricos*).

Very frequently (almost as a rule) among these banks one is formed which the State supports even more strongly; it makes no contribution to it in money, but announces administratively that the notes such and such a bank will be received in payment by the State; that is State “acceptation”. For the bank, this means an enormous increase in its profits, for now everybody is glad to take its banknotes, since all the inhabitants of the State have occasion to make epicentric payments (e. g. for taxes). Hitherto it was only the customers of the bank who cared to use this means of payment. But now the circle of users is indefinitely enlarged. So that the State has again increased the business of such a bank, and by a new method. It has announced, “I recognise bank-notes made by you as State pay-warrants”. (Ibid., p. 137).

Ao declarar a aceitação das notas bancárias, emitidas por um ou por mais bancos, o Estado confere aos acionistas destes bancos meios para ampliar consideravelmente o seu lucro, uma vez que estas passam a ser aceitas e a circular dentro da comunidade pública de pagamentos. As notas bancárias tornam-se, dessa forma, parte do sistema monetário estatal,

isto é, tornam-se dinheiro garantido pelo Estado e permanecem nessa posição até que o Estado resolva retirar seu reconhecimento.

A aceitação pelo Estado garante às notas bancárias a condição de “entrada” no sistema monetário estatal, mas sua posição dentro do sistema não está ainda definida. Ou seja, sua relação hierárquica com os outros tipos de dinheiro não está definida pura e simplesmente pela declaração de aceitação das notas nos pagamentos *epicêntricos*. Nesse sentido, Knapp ressalta que geralmente o Estado impõe, como contrapartida à aceitação das notas bancárias nos pagamentos epicêntricos, a condição de que estas sejam resgatáveis em dinheiro *valuta* emitido pelo próprio Estado.

Very often, but not invariably, the State imposes the condition that these notes shall be convertible at the bank; yet sometimes the bank-notes continue to be State pay-warrants after they have ceased to be convertible. They attain this position not by being convertible, but simply by being recognised by the State. (Ibid., p.137-138)

A exigência de conversibilidade das notas bancárias é uma das medidas por meio das quais o Estado assegura uma posição superior ao dinheiro emitido por ele. No entanto, a conversibilidade também é interessante para o próprio banco, pois ela permite que suas notas circulem sem qualquer contestação entre os súditos do poder soberano, aumentando, assim, as suas possibilidades de negócios e de lucro. Knapp ressalta, no entanto, que não é a conversibilidade, mas a aceitação pelo Estado, que confere validade pública às notas bancárias.

Convertibility is first of all important for the bank itself. On the strength of it the bank-notes can be put into circulation without dispute, because every holder has the possibility of obtaining possession of *valuta* money issued by the State. But convertibility is also important for the State, after it has recognised the bank-notes as currency, even as accessory money. For so long as the bank is obliged to redeem its notes in money issued by the State, the State does not need to take any further steps in order to keep the bank-notes in their accessory position. The bank looks after that. Convertible bank-notes when they have become part of the currency are already automatically in the subordinate position which we call accessory. They are not a final means of payment for the creditor, because he can demand conversion. The State



wants convertibility for the bank-notes since and so long as it them to be accessory money. Every State takes care that the notes shall be convertible, and makes this a condition of allowing the bank to have a note issue. (Ibid., p. 138)

Em vários momentos históricos, a conversibilidade das notas bancárias teve de ser suspensa, principalmente em períodos de guerra em que os bancos concediam empréstimos ao Estado, emitindo mais notas do que poderiam de fato converter.<sup>25</sup> No entanto, era do interesse do próprio Estado, devido aos empréstimos recebidos, que as notas bancárias continuassem a circular sem restrições. Assim, o Estado liberava o banco da obrigação de converter e anunciava que a partir dali fazia seus pagamentos *apocêntricos* em inconversíveis notas bancárias, tornando as notas bancárias dinheiro *valuta* (Ibid., 143).<sup>26</sup> Desta forma, chega-se ao papel-moeda não conversível. Knapp aponta que estas mudanças do dinheiro *valuta* ocorreram muitas vezes em momentos de dificuldades fiscais, em que o Estado não conseguia continuar pagando na moeda que era *valuta*.<sup>27</sup> “The mournful hour arrives when the State has to announce that it can no longer pay in the money that was till then *valuta* and that those warrants themselves are now *valuta*” (Ibid., p. 196)

Wray observa que, ao livrar-se da conversibilidade, o dispêndio interno do Estado não é mais limitado pela quantidade de metal disponível.

O Estado então moveu-se para um sistema de papel-moeda interno, fazendo seus pagamentos *apocêntricos* em notas do banco central e aceitando pagamentos *epicêntricos* em notas de bancos privadas (hoje depósitos) que teriam que ser resgatas (hoje compensadas) por notas *valuta* do banco central (hoje reservas) (WRAY, 2003, p.49).

Até aqui abordamos os principais aspectos da teoria monetária de Knapp, considerando-se o dinheiro dentro do próprio país, deixando de lado as relações monetárias

---

<sup>25</sup>“The bank is scarcely in a position to refuse assistance to its too powerful patron and benefactor, although it is not part of its proper business to grant loans of that sort. [...] Certainly in doing so the bank has overstepped the limits prescribed for its business, but its guardian, the State, has compelled it.” (Ibid., p. 142).

<sup>26</sup> Wray (2003, p. 48) observa que usualmente isso se aplicava a um único banco, aquele que iria se tornar o Banco Central.

entre diferentes países. Apresentaremos a seguir algumas proposições de Knapp sobre as relações monetárias internacionais que consideramos poderem ser úteis para nossa análise das relações entre a libra esterlina e as moedas indianas nos séculos XVIII e XIX.

Nesse sentido, é importante retomar a definição de dinheiro de Knapp. O dinheiro é sempre um meio de pagamento cartal, definido e proclamado pelo Estado, sendo associado ao Estado que o cria. Logo, não existe dinheiro internacional, pois cada moeda cartal tem sua validade restrita ao território dentro do qual o Estado exerce sua autoridade política.<sup>28</sup>

[...] the Chartal form is associated with the State which introduces it, for the use of the piece must take place where the law runs, i. e. it is limited to the State's territory, for the law does not operate beyond its boundaries. The Chartal form can never be effective "internationally", or, rather, it can never be effective from State to State, as long as States are totally independent of one another. (KNAPP, 2003, p. 40-41)

A validade do dinheiro é restrita ao território sobre o qual o soberano tem o poder de impor à população a condição de devedora, estabelecendo a cobrança de impostos. Portanto, o valor do dinheiro no exterior não pode ser estabelecido cartalmente. Sendo assim, como seria definido o seu valor externamente? Segundo Knapp, seu valor é definido de forma semelhante como é definido o preço de um ativo na bolsa de valores, ou seja, seu valor é influenciado pelas transações comerciais e financeiras envolvendo os países, que irão afetar a oferta e demanda da moeda estrangeira, mas também é influenciado pela percepção em relação à evolução futura dos negócios envolvendo os países. O preço da moeda em termos da moeda estrangeira está sujeito, portanto, a oscilações em virtude das transações comerciais e financeiras, assim como devido a mudanças nos humores do mercado.

The inter-valutary exchange is determined by business settlements, which give rise to payments on one side or the other, and also by forecasts of future

---

<sup>27</sup> Knapp denomina de mudança "*obstructional*" às mudanças do dinheiro *valuta* ditadas pela necessidade, e denomina de "*exactory*" "[...] changes the State does not follow fiscal convenience [...], but by force of will establishes as *valuta* a kind of money recognised by it to be suitable". (Ibid., p. 196).

<sup>28</sup> Isso não significa que Knapp descarte a possibilidade de acordos interestatais para a criação de uniões monetárias, em que o dinheiro de cada Estado traz "[...] the stamp of the State which issues them, but each State treats the synchartal money issued by the other as if it were its own". (Ibid., p. 269). Ele ressalta, no entanto, que este sistema por si só é incapaz de estabilizar o câmbio entre as moedas *valutas* dos Estados que fazem parte da união.

business conditions. The exchange is therefore a psychological phenomenon; it depends on acts of will in the past which have given rise to these unsettled transactions, and also on opinions as to future business relations. It cannot be ascertained by any technical consideration of the material of the valuta pieces, because its origin is not Chartal and technical, but mercantile and psychological. [...] we are referring to the fixing of a price for the valuta money of one country on the Bourse of the other, settled by the total liabilities and by the moods and feelings on which the settlement of price is based. (Ibid., p. 221-222)

Existe, portanto, um contraste entre a circulação interna e externa da moeda. Internamente, sua validade se apoia no poder da autoridade; externamente, sua validade seria um fenômeno mercantil (Ibid., p. 217). Externamente, o valor da moeda *valuta* é afetado pelos determinantes econômicos e especulativos do mercado de câmbio.

Não existe uma paridade por si entre as moedas em função de seu conteúdo material. Só se pode falar em “*mint par*” entre duas moedas quando ambas estão no mesmo padrão metálico, mas, mesmo neste caso, só existe paridade devido à decisão do Estado de considerar o câmbio que corresponde ao “*mint par*” como a paridade. No entanto, outra paridade pode ser escolhida: por exemplo, o câmbio que prevaleceu em determinado período histórico pode ser considerado como o par. Knapp destaca que a paridade é sempre o resultado de um propósito político. O Estado tem o interesse de estabelecer uma paridade entre sua moeda e a moeda de outro país, em geral aquele com o qual tem maiores relações econômicas e realiza intervenções no mercado cambial, de modo a influenciar o valor de sua moeda em termos da moeda estrangeira.

The franc is not *per se* worth 81 pfennigs of German money, but there is a policy at work to keep it at this value. So with the rouble, which was not in 1903 really worth 2.16 marks, but there was a policy to keep it so. The policy can be successful for long periods together, keeping the exchange steady with small fluctuations up or down. Sometimes crises occur which prove that the parity was only a political aim, suddenly made unattainable. (Ibid., p. 225)

Knapp denomina administração *exodromic* à intervenção que tem por objetivo estabelecer uma paridade cambial entre as moedas *valutas*.

There is no parity in the nature of things for the inter-valutary exchange of two countries, so long as we consider the valutas separately in their respective monetary systems. Sometimes, however, there is a lytric policy of States which sets up such a parity as its goal, and there is an administrative action for realising it. We call this **exodromic**; [...] The State which has resolved on intervention goes down into the arena and brings its forces into play, trying artificially to alter the relations of supply and demand, and going on till its goal is reached. (Ibid., p. 253-254)

Knapp ressalta que, além de não existir uma paridade natural entre as moedas valuta, também não há um processo automático de correção da paridade cambial como pressupõe a teoria metalista. Quando o câmbio desvia-se da paridade pretendida, intervenções são feitas para corrigir seu valor. Knapp cria um exemplo teórico envolvendo Inglaterra e Alemanha, ambas no padrão ouro, para exemplificar a política exodrômica.

What then are these exodromic measures? They are very various. The best known is the step taken by the bank when it makes the discounting of bills and loans on securities more difficult by raising its rates. Thus fewer bank-notes are issued, and fewer bank-notes therefore will be presented to be cashed. At the same time foreign speculators will be moved to send their capital in order to profit by the higher rates of interest. In this way conscious intervention can cause a situation which creates a demand for German currency in England, when it was Germany whose exchange on England was below par. The low state of the exchange arose, however, from the fact that German currency was not wanted in England. By the intervention of the German Bank, the demand which had been absent is artificially created – that is by exodromic intervention, and the exchange is very likely again at par, made so not automatically but by conscious intervention (Ibid., p. 259-260).

Esta intervenção *exodromic* é necessária mesmo quando não há um padrão metálico. O método pelo qual esta intervenção é realizada costuma variar, embora o objetivo seja o mesmo – regular o câmbio. Knapp deixa bem claro que o sucesso da administração exodrômica depende do poder econômico, pois a manutenção da paridade sempre envolve custos e requer recursos que nem todos os países são capazes de suportar. Uma longa e contínua depressão do câmbio só pode ser revertida por meio do fortalecimento da posição comercial de um país em relação ao outro. A alteração do padrão monetário não é a solução, pois a manutenção do padrão monetário também é uma questão de força econômica.

The State whose currency is below par is only saved in the long run by strengthening its commercial position in relation to the other State, and not by merely altering its currency system, for it is a question of strength, whether a better currency system can be maintained or not. There are both good and bad swords, but a weak man is not helped by being recommended to get a better sword, if his arm is too weak to wield it (Ibid., p. 268)

A escolha do padrão monetário não é nunca uma questão técnica, nem tampouco um fenômeno espontâneo do mercado. A escolha é sempre política e depende da hierarquia, da força e da dependência entre os países. Aqueles que dependem de empréstimos externos ficam sujeitos ao interesses dos credores na estabilização da paridade cambial de sua moeda com a moeda do país do credor, mesmo que isso tenha elevados custos internos para o país endividado. Isso explica a migração de muitos países para o padrão-ouro no último quarto do século XIX, pois isso tornaria mais fácil estabilizar seu câmbio com a moeda inglesa, a moeda do país mais forte na época.

England, once possessed of a gold standard, is the model Power because she is the strongest. It was because the other Powers wished to enter into stable inter-*valutary* relations with her that, on exodromic grounds, the gold standard spread; it was the easiest method of reaching the exodromic aim (Ibid., p. 278).

Knapp aponta que a contradição entre a circulação interna e externa – internamente, a validade do dinheiro é estabelecida pela autoridade; externamente, seu valor é resultado do jogo do mercado<sup>29</sup> – se manifesta também nos diferentes tipos de dinheiro que predominam nestas duas dimensões. Externamente, o dinheiro em espécie predomina, enquanto internamente o papel-moeda e outras formas notais de dinheiro (*metalloptic*) prevalecem. Segundo Knapp, isso ocorre porque o dinheiro em espécie envolve sempre o estabelecimento

---

<sup>29</sup> Embora o poder soberano possa intervir no mercado cambial e frequentemente o faça, ele tem de entrar no jogo do mercado usando de meios mercantis para alterar as relações de oferta e procura e alcançar sua meta. Ele tem de atuar como um poderoso negociante. “The State must be powerful enough to hold all other dealers on the Bourse in check. Sometimes it has to support the weak supply, sometimes the weak demand, and it must carry all before it if it is to be able to keep the inter-*valutary* exchange at the parity fixed upon. It is a question of economic strength.” (KNAPP, op. cit., p. 254-255)

de uma política *hylodromy*,<sup>30</sup> com o objetivo de dar ao metal escolhido como *hylic* um preço fixo dentro do país, e isto facilita o controle exodromico do câmbio.

Contudo, do ponto de vista teórico, Knapp ressalta que é plenamente possível um sistema internacional totalmente baseado em formas notais de dinheiro, sem qualquer vinculação com um padrão metálico, o que só veio a ocorrer quase 70 anos após a publicação de seu livro.

Hylodromy is only a means to a higher end, namely, the realising of exodromic control and stabilising of the inter-valuation exchanges. Theoretically it would be possible to stabilise the inter-valuation exchanges even without hylodromy. It is only necessary that the two States concerned should decide on a parity, e. g. England and Germany might agree that fractions neglected – the pound sterling was to be kept at a par of twenty marks. When this is done, the lytric administration of England decides always to give one pound sterling for twenty marks and that of Germany twenty marks for one pound sterling. Kindly observe that we are not speaking of handing over sovereigns or of double crowns, but of valuta money, which in our own case might be notal, e. g. might consist of inconvertible paper money. We are not proposing this; we only assert that it is conceivable, and that the intervaluation exchange would be stable, so long as this arrangement was retained (Ibid., p. 294).

A teoria monetária de Knapp que procuramos sintetizar aqui nos forneceu um conjunto teórico que nos permite refletir sobre as relações entre o poder e o dinheiro tanto internamente, na definição e hierarquização do sistema monetário do país, como externamente, na relação com os demais poderes soberanos onde não existe uma instância superior de poder para estabelecer a unidade de conta e o meio de pagamento internacional, válido em todos os territórios. Mas, mesmo neste cenário anárquico, Knapp aponta que um soberano pode fazer valer seu poder econômico, de forma a garantir o valor de seus créditos em relação aos demais soberanos, estabelecendo o seu padrão monetário como aquele a ser copiado, e impondo uma determinada paridade entre sua moeda e a moeda dos países

---

<sup>30</sup> Knapp denomina *hylodromy* à ação do Estado com o objetivo de fixar o preço do metal *hylic* dentro do país, de forma que o Estado se comprometa a comprar sem restrições todo metal trazido ao mercado a um preço fixo (*hylolepsism*) e se comprometa também a vender o mesmo metal para os que assim desejarem a um preço fixo (*hylophantism*).

devedores como uma condição necessária para o acesso ao seu mercado, aos seus produtos e ao seu capital.

Assim, para Knapp, a construção de um padrão monetário internacional nunca é produto das forças mercados ou de uma definição técnica decorrente das propriedades intrínsecas do material utilizado para corporificar o dinheiro. O padrão monetário internacional é sempre o resultado de uma política exodrômica.

The enormous extension of the gold standard since 1871 is merely an exodromic approach first to England, then to the Western Powers in general. If England in 1871 had had a silver standard, there would have been the same leaning of neighbouring States upon her, and this would have meant a universal extension of the silver standard – if we may be allowed the exaggeration. If a State with a silver standard had had the undoubted predominance of England in 1871, this State would have driven even England to follow her example, for this State would then have been the leader. It was not the gold standard per se that spread after 1871, but the English monetary system [...] (Ibid., p. 278).

É a partir da perspectiva teórica desenvolvida por Knapp e das contribuições de Innes que iremos nos próximos capítulos analisar a conquista territorial britânica na Índia, a substituição do comércio pela tributação como principal fonte de lucro dos conquistadores e de financiamento de novas conquistas, assim como a remodelagem do sistema monetário nos territórios conquistados e os mecanismos utilizados para estabilizar o câmbio entre o dinheiro inglês e as moedas indianas.

## 2 A CONQUISTA TERRITORIAL DA ÍNDIA: DE COMERCIANTE A SOBERANA

Criada legalmente em 1600 como uma companhia por ações,<sup>31</sup> a Companhia das Índias Orientais<sup>32</sup> recebeu da Coroa inglesa a concessão do monopólio do comércio com as Índias Orientais.<sup>33</sup>

Em sua criação, a companhia contava com 218 sócios. Boa parte deles também eram membros de outras sociedades, como a Companhia do Levante, que explorava o comércio com a Turquia e o Oriente Médio via Mediterrâneo. As dificuldades enfrentadas pela Companhia do Levante, devido à deterioração do cenário político europeu e aos fabulosos lucros obtidos pelos holandeses no comércio com as Índias através do Cabo da Boa Esperança, levaram os ingleses a tentar estabelecer o comércio direto com o Oriente por esta rota comercial.

A companhia britânica das Índias Orientais explorou lucrativamente o comércio na região, importando produtos asiáticos para serem vendidos na Inglaterra ou reexportados para outras regiões. Devido a seu grande sucesso comercial e crescente envolvimento na política

---

<sup>31</sup> Em sua criação, em 1600, a primeira subscrição de ações tinha por objetivo financiar a realização de uma única viagem às Índias por via marítima, contornando Cabo da Boa Esperança. O capital levantado para esta primeira viagem foi de apenas 55 mil libras esterlinas. Ao final da viagem, seria apurado o resultado e, no caso de lucro, ele seria distribuído entre os investidores. Esse esquema de realizar subscrições para viagens independentes prosseguiu até 1613, quando se realizou a primeira *joint-stock* em que foram feitas subscrições para financiar quatro viagens à Índia. Este procedimento foi denominado de *terminable stock*, ou seja, eram as ações que tinham um prazo determinado ou um conjunto definido de empreendimentos; ao final, seria apurado o resultado e realizada a distribuição entre os acionistas. Este esquema perdurou até 1657, quando foi realizada a subscrição para *general stock* em que as ações subscritas não teriam limites de tempo ou de número de empreendimentos. Nessa primeira subscrição geral, levantou-se o capital de cerca de 740 mil libras esterlinas. Para mais detalhes sobre os mecanismos iniciais de financiamento da companhia britânica das Índias Orientais e sobre os motivos que influenciaram o uso de *terminable stock*, ver Scott (1912, p. 89-130).

<sup>32</sup> Embora comumente conhecida como *East India Company*, em sua carta de concessão de 31 de dezembro de 1600, a companhia foi registrada com o nome de *Governor and Company of Merchants of London Trading into the East Indies*. Após a criação, em 1698, de uma nova companhia, denominada *English Company Trading to the East Indies*, a velha companhia passou a ser denominada *London East India Company* ou *Old Company*. Após a fusão das duas, em 1709, a empresa foi chamada de *United Company of Merchants of England Trading to the East Indies*. Em nossa tese, sempre que possível, utilizaremos a denominação Companhia das Índias Orientais, pois nos concentraremos em sua atuação no período pós-fusão. O termo *britânica* será empregado para diferenciá-la das companhias francesa e holandesa.

<sup>33</sup> Deve-se ter em mente que, na época, as expressões Índia, Índias Orientais não tinham a precisa conotação geográfica atual, designando qualquer lugar a leste do Cabo da Boa Esperança e a oeste do continente americano. A esse respeito, ver Keay (1991, p. 72).



interna inglesa, a empresa se tornará o centro de grandes batalhas comerciais e políticas, na Inglaterra dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Apesar de a carta real conceder-lhe o monopólio do comércio “in all places where trade was possible from the Cape of Good Hope to Straits of Magellan”, a empresa enfrentou constantes ameaças a seus negócios, tanto pela concorrência de empresas já estabelecidas, estrangeiras e britânicas,<sup>34</sup> quanto pela ação dos próprios monarcas britânicos que, necessitando de recursos, infringiam os privilégios comerciais concedidos por eles à Companhia, oferecendo privilégios semelhantes a outras empresas em troca de “presentes”, empréstimos e participação nos lucros.

Na Inglaterra, o sucesso da Companhia das Índias Orientais levará outros mercadores, financistas e empresas da City a buscar uma participação nos enormes lucros desse comércio. Assim, a companhia enfrentará frequentes investidas contra ela junto ao Parlamento e à Coroa. Ataques a seu monopólio, críticas a sua organização como companhia por ações,<sup>35</sup> processos de representantes dos fabricantes de têxteis contra suas crescentes importações e inexpressivas exportações de tecidos para a Ásia, ataques de mercantilistas a sua demasiada exportação de bulhão, assim como críticas a sua excessiva captação por meio de bônus em vez de realizar novas subscrições de capital serão recorrentemente apresentadas ao

---

<sup>34</sup> No século XVII, a companhia britânica terá como principal rival a companhia holandesa das Índias Orientais. A partir década de 40 do século XVIII, com o declínio financeiro e comercial da companhia holandesa, a companhia francesa das Índias Orientais se tornará a principal competidora dos britânicos. Entretanto, dentro da própria Grã-Bretanha, a empresa enfrentou várias ameaças a seus privilégios comerciais de companhias já estabelecidas como a Companhia do Levante, que alegava prejuízos devido a sua competição, assim como de empresas criadas posteriormente e que também desejavam explorar o comércio com as Índias. São exemplos disso: a *Scottish East India Company* (1617), a *Courten's Association* (licenciada em 1637 e mais tarde denominada de *Assada Merchants*), a *Darien Company* (1695) e finalmente aquela que se tornou sua maior rival interna, até a fusão das duas, a *English Company Trading to the East Indies* (1698).

<sup>35</sup> Várias organizações mercantis criticavam o fato de a Companhia das Índias Orientais estar organizada como uma companhia por ações, pois neste tipo de organização qualquer pessoa poderia se tornar um investidor, desde que possuísse capital para isso, sem precisar ter qualquer vínculo com o setor mercantil. Diferentemente, em uma companhia regulada (*regulated company*), cada membro comercializava usando seu próprio capital. Assim, todos os membros de uma companhia regulada que atuavam no comércio pertenciam necessariamente à “classe profissional” dos comerciantes. Carruthers (1999, p. 131-134) discute os direitos de propriedade, a legislação mercantil e sua incorporação à lei comum na Inglaterra durante os séculos XVII e o início do século XVIII; Scott reproduz os argumentos utilizados nos debates no Parlamento entre os críticos da Companhia das Índias Orientais e seus defensores (op. cit., p. 139-140; 148-149).

Parlamento. Durante os séculos XVII e XVIII, a companhia vencerá a maioria das batalhas no Parlamento. No entanto, as inúmeras infrações a seus direitos comerciais exclusivos por atos da Coroa, mesmo após a negociação e assinatura de novas cartas pelos monarcas James I, Charles I e pelo governo Cromwell, levam a Companhia das Índias Orientais a buscar uma relação mais próxima com a Coroa. Após a Restauração, a companhia passa a atender mais solicitamente os pedidos de auxílio financeiro dos monarcas e a conceder uma mesada anual ao rei. Estas medidas, assim como a aceitação de James II como acionista da empresa assinalam uma mudança de postura política da companhia o que desagradou uma parte dos acionistas e diretores. Esta minoria, contrária ao excessivo apoio da companhia a James II, venderá suas ações nos anos seguintes e passará a fazer oposição à direção da companhia de fora da empresa.

Devido à estreita ligação financeira com os governos de Carlos II e de James II, a Companhia das Índias Orientais passa a ser publicamente identificada com o regime. Após a Revolução Gloriosa, tal alinhamento deixa de ser vantajoso para a companhia que tem a legitimidade de seu monopólio contestada pela ausência de uma sanção parlamentar que confirmasse a sua Carta Real. Os dissidentes da companhia, organizados em um sindicato, conseguem apoio parlamentar para a criação, em 1698, de uma nova empresa para comercializar com as Índias Orientais, em troca de um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas à Coroa.<sup>36</sup> Após a aprovação pelo Parlamento da proposta de empréstimo do sindicato, a Coroa britânica comunicou à Companhia das Índias Orientais que ela teria apenas mais três anos para explorar o comércio com as Índias.<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> Pressionada pelas despesas com a Guerra dos Nove Anos, a Coroa, sob sanção parlamentar, resolveu oferecer o monopólio do comércio com as Índias para a organização que contribuísse com maior valor para aliviar as necessidades do Estado. A Companhia das Índias Orientais propôs emprestar ao Estado 700 mil libras esterlinas a 4% de juros ao ano, enquanto a oposição à companhia ofereceu 2 milhões de libras a 8% ao ano. Para mais detalhes sobre as articulações que envolveram a criação da nova companhia inglesa das Índias Orientais, ver Scott (op. cit., p. 152-166).

<sup>37</sup> A carta patente da companhia estabelecia que ela teria que ser comunicada sobre a revogação de sua concessão com três anos de antecedência.

Mesmo com sua proposta derrotada, a Companhia das Índias Orientais conseguiu participar da subscrição da nova sociedade que seria criada para obter o capital necessário a ser emprestado ao Estado. Ao final das subscrições, a velha companhia havia subscrito 315 mil libras das ações da Sociedade Geral habilitada para explorar o comércio com as Índias em troca do empréstimo à Coroa.<sup>38</sup> A nova companhia por ações – *English Company Trading to the East Indies* –, criada pelos dissidentes, havia subscrito 1,662 milhões das ações da Sociedade Geral, enquanto mercadores independentes subscreveram 23 mil libras esterlinas.

Ao participar da Sociedade Geral, a velha Companhia das Índias Orientais garantia que, após 1701, ela poderia continuar a existir explorando o comércio com as Índias dentro dos limites de sua participação no empréstimo ao Estado. Isso mudava completamente o cenário, pois assegurava a sobrevivência da companhia. Apesar de ela ter perdido seu monopólio com a criação da nova Companhia das Índias Orientais, a competição comercial estava concentrada entre as duas, e a velha companhia possuía todas as vantagens de uma organização já estabelecida.

No ano seguinte, as ações da velha companhia começaram a se recuperar, enquanto a nova companhia enfrentava dificuldades. Além de ter de levantar capital para funcionar, uma vez que todo seu capital acionário havia sido emprestado ao Estado, precisava começar a erguer uma estrutura comercial na Índia para poder tirar proveito de sua concessão. Esta situação, aliada ao fato de que a velha companhia ainda possuía um considerável apoio no Parlamento, tornava improvável a sua dissolução.<sup>39</sup> Assim, a melhor alternativa que se

---

<sup>38</sup> O Ato do Parlamento determinava que todos subscritores seriam incorporados como uma Sociedade Geral com cada membro sendo habilitado a exportar para as Índias um valor máximo equivalente ao que ele tinha contribuído para o empréstimo, mas adicionalmente estabelecia que qualquer membro dessa Sociedade Geral que desejasse poderia unir seus respectivos direitos sob o Ato e realizar o comércio sob a forma de uma companhia por ações, obtendo uma carta de incorporação. Assim, o esquema da legislação de 1698 estabelecia uma companhia regulada (a Sociedade Geral) com previsão de uma ou mais companhias por ações conectadas a ela. Esta solução intermediária se devia em grande parte aos debates inconclusos no Parlamento a respeito da melhor forma de organização para explorar o comércio a longa distância, se era mais apropriado uma companhia regulada ou uma companhia por ações (SCOTT, op. cit., p. 165).

<sup>39</sup> Carruthers (1999) destaca as conexões financeiras forjadas no final do século XVII entre os partidos políticos, a City, as grandes companhias acionárias e o Estado britânico. Segundo sua pesquisa, os partidos políticos

delineava era a fusão das duas companhias. O processo de unificação foi lento e bastante complexo, tendo em vista a situação financeira<sup>40</sup> distinta e a animosidades pessoal forjada ao longo dos vinte anos de lutas entre os diretores das duas organizações. O acordo entre as duas companhias começou a ser negociado em 1701 e só foi concluído em 1709. Em 1702, estabeleceram-se as seguintes bases: durante os sete anos seguintes, o comércio das duas companhias seria administrado por um Comitê de Gestão composto por 12 membros de cada uma; as ações que cada uma possuía na Sociedade criada para levantar o capital a ser emprestado ao governo seriam equalizadas;<sup>41</sup> ao fim do período, a união seria efetuada pela dissolução do Comitê de Gestão e a transferência da metade correspondente a cada uma das ações emprestadas ao governo para seus membros individuais, quando da dissolução da velha companhia. Nesse estágio, não haveria mais distinção entre seus membros, e a *English Company* se tornaria *United Company*. Em 1708, foi feito um empréstimo adicional ao governo no valor de 1,2 milhões de libras, para assegurar seu apoio à fusão das duas companhias.<sup>42</sup> Ao final da união, o capital total da nova empresa era de 3,163 milhões de

---

estiveram profundamente envolvidos na criação das principais companhias por ações: o Banco da Inglaterra, a velha e a nova Companhia das Índias Orientais e a Companhia dos Mares do Sul. As ações destas companhias constituíam a maioria das ações negociadas na Bolsa e, assim, elas dominavam o mercado acionário londrino. As mesmas companhias também concederam grandes empréstimos de longo prazo ao governo, desempenhando, portanto, um importante papel nas finanças públicas. Elas corporificavam, de fato, a conexão entre o mercado de capital privado e as finanças públicas. Para os partidos políticos cuja meta era determinar a política, isso criava um poderoso incentivo para tentar capturar as companhias e explorar a influência política que elas possuíam. Além disso, tal controle trazia recompensas financeiras.

<sup>40</sup> Embora as ações da velha companhia já estivessem acima do par em 1700, o seu excessivo endividamento foi um obstáculo à união final entre as duas empresas. A situação só foi resolvida às vésperas da unificação, e as duas companhias foram obrigadas a quitar suas dívidas antes da fusão. Esta decisão, no entanto, atingia muito mais a velha companhia que possuía uma dívida bem maior que a nova.

<sup>41</sup> O valor total das ações a serem equacionadas entre as duas companhias era de 1,977 milhão de libras esterlinas, uma vez que mercadores independentes haviam subscrito 23 mil libras esterlinas da Sociedade Geral. Deste total, 315 mil libras eram de propriedade da velha companhia, e 1,662 milhão de libras de propriedade da nova companhia. Para equalizar as ações entre as duas companhias, a velha companhia deveria pagar 673,5 mil libras à nova companhia, de forma que cada uma ficasse com ações no valor de 988,5 mil libras. O acerto de contas envolvia ainda a avaliação dos ativos (*quick and dead stock*) das duas companhias, de forma que no final os valores recebidos pela nova companhia foram menores. Para mais detalhes sobre a engenharia financeira realizada para a unificação das duas companhias, ver Scott (op. cit., p. 169-206).

<sup>42</sup> Houve uma diferença de 14 mil libras esterlinas na nova subscrição de ações feita para emprestar ao governo (SCOTT, op. cit., p. 176).

libras esterlinas com os membros de cada uma das antigas empresas detendo 50% (1,5815 milhões de libras esterlinas) das ações da *United Company*.

A união da velha e da nova companhia para a criação da *United Company* dava feições corporativas a coalizão de interesses entre os dois principais grupos políticos britânicos – os wighs e tories. Metade dos membros da nova diretoria era composta por filiados ao partido *Tory* e a outra metade filiada aos *Whigs*. Esta composição da diretoria refletia a divisão entre os acionistas da nova empresa. P. J. Cain e A. G. Hopkins (1980, 1986, 2002) que estudam o imperialismo britânico e o impulso expansionista emanado do setor financeiro, em geral, e da City de Londres em particular, consideram a Companhia das Índias Orientais “indubitavelmente a mais impressionante manifestação ultramarina da aliança entre terra e finança no séc. XVIII”<sup>43</sup>

Os anos que se estenderam entre a assinatura do acordo inicial e o surgimento da *United Company* foram essenciais para aproximar, reorganizar e unificar o quadro das duas empresas. A companhia recém-criada tinha de levantar capital de giro por meio da emissão de bônus, pois seu capital acionário havia sido emprestado a longo prazo ao Estado. Nos primeiros anos após a união, a empresa teve de pagar 6% de juros, mas, em 1718, a taxa paga pelos seus títulos já era de 4%, o mesmo custo do capital que a companhia holandesa das Índias Orientais pagava em seus empréstimos. O fim da guerra fratricida e a união entre as duas empresas conferiram uma base financeira mais ampla e uma sustentação política maior à companhia britânica o que lhe permitirá suplantar seus competidores na Índia nas décadas que se seguem.

---

<sup>43</sup> CAIN, P. J. & HOPKINS, A. G. *British imperialism*, 1688-2000, (2 ed. 2002). A expansão da Companhia das Índias Orientais na Índia antes de 1857 é discutida nas pp. 278-84. Sobre a aliança entre os interesses financeiros e a elite agrária e sua importância no expansionismo britânico ver também: CAIN, P. J. & HOPKINS, A. G., Gentlemanly capitalism and the British expansion overseas, I: the old colonial system, 1688-1850, *Economic History Review*, 2nd. ser., 39 (1986), pp. 501-25; e CAIN, P. J. & HOPKINS, A. G., The political economy of British expansion overseas, 1750-1914, *Economic History Review*, 2nd. ser., 33 (1980), pp. 463-90.

As relações entre a companhia e a Coroa inglesa mantiveram-se muito estreitas devido a seu papel no financiamento público e a sua dependência de concessão real e da autorização do Parlamento para a renovação de seus privilégios comerciais. Contudo, isso não a distingue de outras grandes empresas por ações criadas neste período, como, por exemplo, o Banco da Inglaterra e a Companhia dos Mares do Sul (*South Sea Company*). Sua especificidade advém do fato de ela ter exercido, entre 1765-1857, o papel de governante de uma vasta e rica região em nome da Coroa inglesa, transformando-se, nas palavras de Jacob Bosanquet, diretor-presidente da companhia no final do século XVIII, em uma “powerful engine in the hands of government for the purpose of drawing from a distant country the largest revenue it is capable of yielding” (apud BOWEN, 2007, p. 11).

Até meados do século XVIII, a atuação da companhia britânica das Índias Orientais na Ásia e no subcontinente indiano poderia ser caracterizada como essencialmente comercial, sem possuir qualquer caráter de dominação territorial ou mostrar algum sinal que apontasse para um projeto de construção de um Império na Índia. Contudo, em 1765 a companhia britânica recebeu do imperador mongol, a quem havia derrotado um ano antes na Batalha de Buxar, o título de imperial *diwani* de Bengala, tornando-se, assim, governante deste vasto e rico território no nordeste da Índia. A partir de Bengala, a companhia conquistará, por meio de um longo e intermitente processo, todo o subcontinente indiano, anexando os territórios que atualmente constituem o Paquistão, Bangladesh e Índia. Os territórios na Índia sob controle da companhia também serviram de base para as demais conquistas britânicas na Ásia, como, por exemplo, Cingapura (1819), parte da Birmânia (1826),<sup>44</sup> Aden (1839) e Hong Kong (1841).

---

<sup>44</sup> A Primeira Guerra Anglo-Birmanesa terminou em 1826, com a companhia britânica das Índias Orientais anexando Tenasserin, Assam e Arakan aos seus domínios na Índia. Depois disso, ocorreram mais duas Guerras Anglo-Birmanesas: a primeira, em 1852, e a última, em 1862, quando toda a Birmânia passou para controle britânico.

Para realizar estas extraordinárias conquistas, a companhia inglesa teve de suplantar suas competidoras europeias, derrotar o decadente poder do imperador mongol e subjugar os poderes regionais indianos que também competiam pela supremacia político-militar no subcontinente indiano.

Neste capítulo, pretendemos analisar as atividades da companhia britânica na Índia antes da conquista territorial, enfocando não só suas relações com as demais companhias europeias, mas também aquela que mantinha com os poderes locais indianos, de forma a identificar os fundamentos que permitiram sua transformação de comerciante em governante.

## 2.1 DA COMPETIÇÃO À SUPREMACIA MILITAR SOBRE AS RIVAIS EUROPEIAS

Desde o século XVII, o comércio entre a Europa e a Ásia estava, em sua maior parte, nas mãos de grandes companhias acionárias. As companhias protegiam seus elevados investimentos mantendo relações financeiras muito estreitas com os governos de seus países de origem. Geralmente, em troca do monopólio sobre o comércio com a Ásia, as empresas faziam empréstimos ao Estado.

Com o capital acionário duplicado em 1709, pacificada politicamente e com a segurança financeira ampliada por seu importante papel no financiamento público, a companhia britânica das Índias Orientais era, pelos padrões da época, uma organização gigantesca no início do século XVIII. Suas ações estavam fixadas, em 1709, em 3,2 milhões de libras subscritos por cerca de 3 mil acionistas,<sup>45</sup> e a empresa recorria intensamente ao

---

<sup>45</sup> Marshall (1998, p. 488) faz referência ao valor do capital acionário da Companhia das Índias Orientais de 3,2 milhões de libras esterlinas e a cerca de 3 mil acionistas para o ano de 1708. No entanto, este valor acionário corresponde ao valor do capital social da companhia que surgiu após a consolidação das duas companhias inglesas das Índias Orientais, a velha e a nova, que deu origem à *United Company of Merchants of England trading to the East Indies*, em 1709. A velha companhia, criada em 1600, tinha em 1708 um capital social de 1,57 milhão de libras esterlinas e cerca de mil acionistas, enquanto a nova companhia havia sido criada, em 1698, com um capital inicial de aproximadamente 1,66 milhão de libras esterlinas (SCOTT, 1912, v. 3, p. 464-467; p. 478-479). Scott (op.cit.) não informa o número de acionistas que subscreveram a nova companhia, em 1698, nem o número de acionistas da empresa que surgiu da fusão das duas, em 1709. Furber (1940, p.138) aponta para a dificuldade de avaliar com precisão o número exato de sócios, pois os livros de registros da companhia listam todas as pessoas que possuíam suas ações durante o período coberto pelo livro. Para o ano de

mercado londrino para levantar capital de giro, no entanto pagava taxas reduzidas para o padrão vigente, já que seus títulos eram considerados tão seguros quanto os títulos públicos. Na realidade, a totalidade de seu capital acionário havia sido emprestado ao Estado em troca de títulos públicos de longo prazo que eram utilizados como colateral para emissão de títulos de curto prazo da companhia no mercado londrino.

A Companhia das Índias Orientais, o Banco da Inglaterra e a Companhia dos Mares do Sul funcionavam como os três principais pilares do sistema que uniu, no final do século XVII, as finanças públicas, as finanças privadas e o mercado acionário londrino.

Indeed, the success with which the government borrowed long term depend upon the liquidity that only an active stock market could offer. [...] The government could borrow long term at the same time that its creditors were lending short term. Liquidity was one of the great advantages of lending to the government through company stock rather than through annuities and lottery loans, for the later were hard to transfer and hence illiquid by comparison. The existence of a secondary capital market for company shares improved the government position as a debtor in the primary capital market.<sup>46</sup>

O trabalho de Carruthers (1999) mostra como essas três companhias acionárias ajudaram a expandir a dívida nacional, que foi a base financeira para uma agressiva e cara política externa. Essas empresas eram o centro da comunidade financeira. A revolução financeira, como Dickson<sup>47</sup> denominou-a, preparou as bases para o Estado fiscal-militar britânico: um Estado capaz de lutar grandes guerras e levantar os recursos necessários para pagá-las. O desenvolvimento do sistema público de empréstimo foi essencial para o desenvolvimento da máquina fiscal do Estado e para a construção do Império (Ibid., p. 83).

---

1711, Furber encontrou 3.150 nomes citados como proprietários de ações da *United*. Bowen (2006, p. 86) apresenta o número de 2.826 acionistas da companhia na data de 9 de março de 1773, período em que as transações com as ações da companhia passavam por um grande *boom* em virtude das perspectivas de lucros extraordinários após a conquista de Bengala.

<sup>46</sup> CARRUTHERS, Bruce G. *City of capital: politics and markets in the English Financial Revolution*. 2 ed. Princeton – New Jersey: Princeton University Press, 1999, p. 80-82.

<sup>47</sup> DICKSON, P. G. M. *The financial revolution in England: a study in the development of public credit 1688-1756*, (1967).



A partir da sua privilegiada posição na City e no sistema de finanças públicas, a companhia britânica das Índias Orientais conseguia operar em grande escala, enviando à Ásia anualmente, na década de 20 do século XVIII, de 20 a 30 grandes navios. Segundo Marshall (1998, p. 488), o valor de suas vendas anuais flutuava entre 1,25 e 2 milhões de libras.<sup>48</sup>

Para adquirir os produtos asiáticos em uma época em que não havia um padrão monetário internacional e a libra esterlina não tinha aceitação nos principais mercados da Ásia, a companhia inglesa precisava levar da Inglaterra produtos para vender neste mercado. Como os produtos manufaturados ingleses tinham pouca penetração na Ásia, a maior parte da carga embarcada pela companhia era composta de bulhão, ou seja, lingotes de prata ou ouro para serem vendidos nos mercados asiáticos. Parte da carga em bulhão era composta por moedas de ouro e de prata, mas que não estavam sendo embarcadas como moeda, pois não tinham validade como tal na Ásia. Elas eram embarcadas pelo seu conteúdo metálico e seriam vendidas por seu valor de uso<sup>49</sup> como metal.

Segundo Marshall (Ibid., p. 488), no início do século XVIII, 80% ou mais do valor das mercadorias embarcadas para a Índia pela companhia britânica era bulhão. Chaudhuri (1968, p. 497-498) estima valores de exportação para as Índias de mercadorias e metais preciosos pela companhia britânica das Índias Orientais de 1660-1720 que confirmam esta elevada participação dos metais preciosos nas exportações da companhia, ainda que tenham ocorrido grandes oscilações no período, devido às dificuldades da companhia em obter os metais para exportação em função de guerras, problemas de transporte, etc.<sup>50</sup> Para reduzir o efeito das

---

<sup>48</sup> Os valores de receita de vendas da companhia são consistentes com as estimativas de Chaudhuri (2006, p. 438) que oscilam entre 1,3 e 2 milhões de libras esterlinas nos anos 1720.

<sup>49</sup> O valor de uso é um conceito utilizado por Marx (1983, p. 45-46) em oposição aos conceitos de valor de troca e de valor. Por valor de uso, entendem-se as propriedades intrínsecas que tornam uma mercadoria capaz de satisfazer às necessidades humanas, sejam elas quais forem. De forma semelhante, Knapp se refere à satisfação real que uma mercadoria pode prover pelo seu uso. Esta capacidade de proporcionar satisfação real é uma condição necessária para que a mercadoria se torne meio de troca, mas não é uma condição suficiente. “The possibility of ‘real’ satisfaction is undoubtedly a necessary condition for any commodity becoming a socially recognized exchange-commodity” (KNAPP, 2003, p. 5).

<sup>50</sup> Segundo Chaudhuri (1968, p. 491-493), até o início dos anos 1660, a companhia adquiria os metais preciosos com negociantes de bulhão, principalmente em Londres e Amsterdã. Mas, a partir de meados dos anos 1690, a

situações extraordinárias, utilizamos médias móveis trienais nos dados de exportação para as Índias. A partir da Tabela 1, conclui-se que a menor participação dos metais preciosos foi de 67%, e a maior, de 87%, para o período de 1691-1720.

Scott (1912, v. 3, P. 136-138, 139-140, 200) faz referência aos recorrentes ataques de representantes da manufatura têxtil à Companhia das Índias Orientais devido ao pequeno montante que era exportado para as Índias e às crescentes importações de tecidos.

Tabela 1 - Exportações da Inglaterra para as Índias pela Companhia britânica das Índias Orientais, 1691-1720								
	total	treasure <sup>(1)</sup>	goods	total	treasure <sup>(1)</sup>	goods	treasure <sup>(1)</sup>	goods
período	£	£	£	%	%	%	média móvel trienal	
1691-1692	174.937	135.789	39.148	100,0%	77,6%	22,4%		
1692-1693	178.845	150.097	28.748	100,0%	83,9%	16,1%		
1694-1695	327.543	251.142	76.401	100,0%	76,7%	23,3%	79%	21%
1695-1696	393.621	232.963	160.658	100,0%	59,2%	40,8%		
1696-1697	57.759	32.510	25.249	100,0%	56,3%	43,7%		
1697-1698	370.685	320.473	50.212	100,0%	86,5%	13,5%	67%	33%
1698-1699	476.092	412.180	63.912	100,0%	86,6%	13,4%		
1699-1700	579.198	482.219	96.979	100,0%	83,3%	16,7%		
1700-1701	703.497	657.088	46.409	100,0%	93,4%	6,6%	88%	12%
1701-1702	325.264	258.433	66.831	100,0%	79,5%	20,5%		
1706-1707	306.944	281.483	25.461	100,0%	91,7%	8,3%		
1707-1708	371.911	323.603	48.308	100,0%	87,0%	13,0%	86%	14%
1708-1709	552.152	438.956	113.198	100,0%	79,5%	20,5%		
1709-1710	508.905	373.349	135.556	100,0%	73,4%	26,6%		
1710-1711	527.832	348.444	179.388	100,0%	66,0%	34,0%	73%	27%
1711-1712	466.274	317.322	148.952	100,0%	68,1%	31,9%		
1712-1713	300.418	201.425	98.993	100,0%	67,0%	33,0%		
1713-1714	334.318	259.442	74.876	100,0%	77,6%	22,4%	71%	29%
1714-1715	420.351	348.839	71.512	100,0%	83,0%	17,0%		
1715-1716	398.662	346.314	52.348	100,0%	86,9%	13,1%		
1716-1717	520.089	469.173	50.915	100,0%	90,2%	9,8%	87%	13%
1717-1718	603.762	517.703	86.057	100,0%	85,7%	14,3%		
1718-1719	611.283	532.170	79.113	100,0%	87,1%	12,9%		
1719-1720	690.057	564.243	125.814	100,0%	81,8%	18,2%	85%	15%

Obs. Excluímos os anos para os quais não havia informação disponível ou os dados não eram completos

(1) barras e moedas de prata e de ouro.

Fonte: Chaudhuri, K. N. *Treasure and trade balances: the East India Company's export trade, 1660-1720*, *Economic History Review*, 21 (1968), pp. 498.

Na virada do século XVII para o século XVIII, 95% das cargas da companhia britânica eram obtidas na Índia (PRAKASH, 1998, p. 240). A principal base desta companhia

---

companhia começou a adquirir diretamente da Espanha, principalmente de Cadiz, a prata que exportava para as Índias. Estamos nos referindo às Índias porque, embora a maior parte fosse para o subcontinente indiano, uma parte destas exportações também era utilizada para adquirir produtos em outras regiões da Ásia.

na costa oeste da Índia era Bombaim. Na costa leste, ela possuía duas importantes bases: no sul, Madras era o principal povoamento inglês na chamada Costa Coromandel;<sup>51</sup> no norte, na região de Bengala, Calcutá,<sup>52</sup> obtida em concessão pela companhia, havia substituído Hugli como principal porto utilizado pela companhia britânica na região. Bengala era uma rica província indiana produtora de têxteis manufaturados e de seda bruta. No século XVIII, a região tinha se tornado a principal fornecedora de têxteis da companhia britânica. Segundo Prakash (Ibid., p. 240), a participação de Bengala no total importado da Ásia pela companhia britânica teria aumentado de 42%, entre 1698-1700, para 66%, no período 1738-1740. Para adquirir estes têxteis, os agentes da companhia construíram oficinas em muitos centros de tecelagem no interior, acessíveis de Calcutá por meio do sistema de rios de Bengala. Os embarques de Bengala totalizavam, de acordo com Prakash (Ibid., p.240), 78% das cargas embarcadas pela companhia britânica na Índia nos anos 1738-1740.

Fora da Índia, pequenas quantidades de pimenta eram trazidas de Bencoolen, na Sumatra, crescentes quantidades de chá, seda e porcelana eram adquiridas no porto de Cantão, na China (MARSHALL, 1998, p. 490).

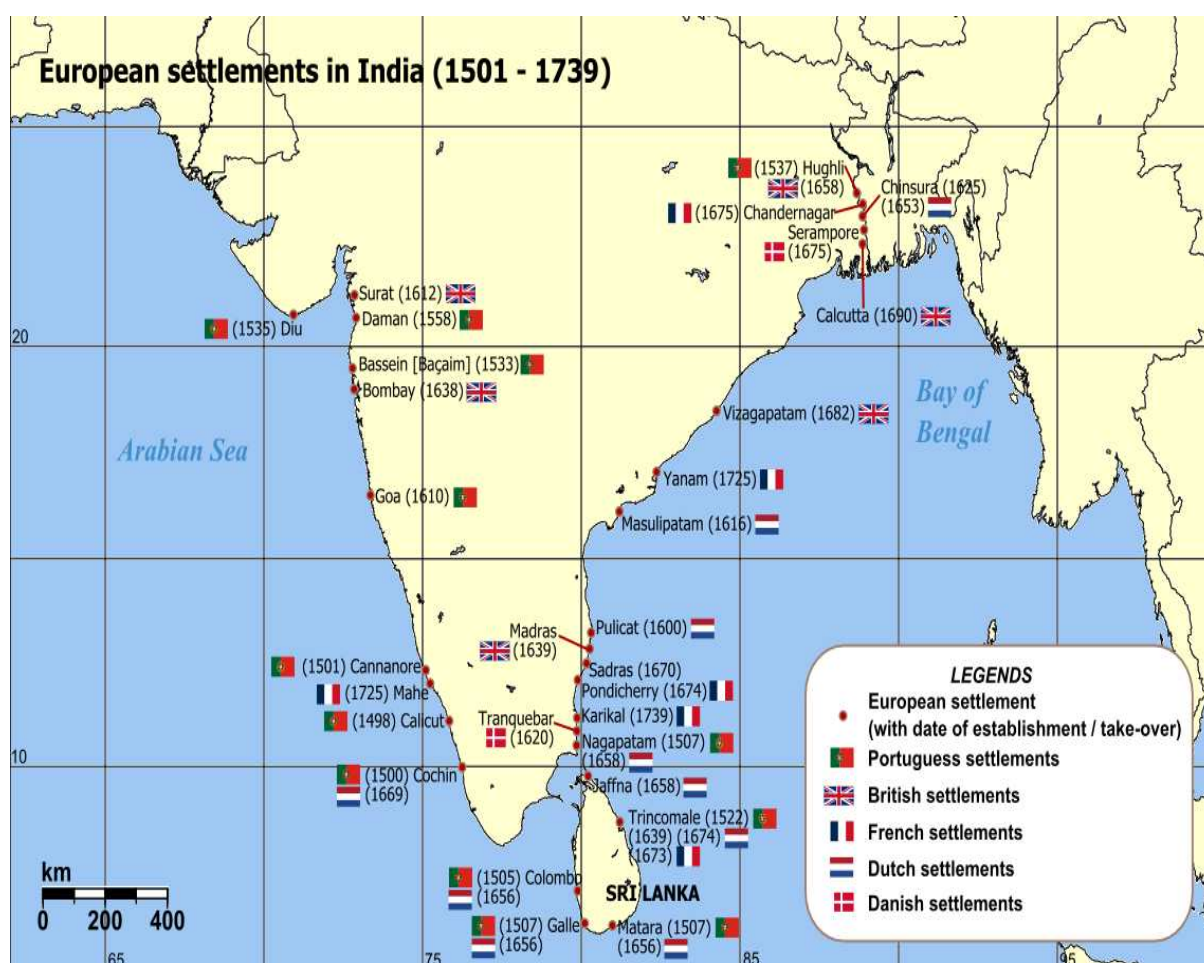
Segundo Marshall (Ibid, p. 490-491), nos anos 20 vinte do século XVIII, a companhia britânica tinha superado, em valor de vendas, a companhia holandesa, que até então dominara o comércio asiático. A liderança dos ingleses no comércio de têxteis da Ásia foi alcançada no início do século XVIII.

Assim como a inglesa, a companhia francesa das Índias Orientais, criada em 1664, também se concentrou no comércio indiano, estabelecendo seus agentes e corretores nas principais áreas têxteis da Índia. O quartel-general da companhia francesa ficava em Pondicherry, a 85 milhas de Madras, base da companhia britânica no sudeste da Índia. Em

---

<sup>51</sup> Os têxteis de Coromandel eram muito demandados na Europa durante todo o século XVII, mas, ao longo do século XVIII, Madras será suplantada por Bengala como principal fornecedora de têxteis para a Europa.

Bengala, a companhia francesa obteve Chandernagore, a 16 milhas ao norte de Calcutá, como uma concessão do governo mongol no final do século XVII. Nos anos 1720, o volume e o nível de lucro do comércio francês era cerca da metade daquele da companhia britânica; no entanto, no início dos anos 1740, a companhia francesa se aproxima de tal forma da inglesa que passa a ameaçar sua liderança. No mapa 1 que se segue, pode-se visualizar melhor as bases comerciais europeias no subcontinente indiano, ao final da década de 30 do século XVIII.



Mapa 1 – Povoamentos europeus no subcontinente indiano, 1501-1739

Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:European\\_settlements\\_in\\_India\\_1501-1739.png](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:European_settlements_in_India_1501-1739.png). Acesso: 2008

Com a irrupção da guerra na Europa opondo os dois países (Guerra da Sucessão Espanhola), esta rivalidade comercial se intensifica, desencadeando uma série de conflitos

<sup>52</sup> Em 1690, a companhia britânica das Índias Orientais recebeu em concessão do imperador mongol da Índia o direito de adquirir três vilas na região de Bengala: Gobindapur, Sutanutis e Kolkata. Com o passar do tempo, as

entre as duas companhias na Índia. Tais conflitos se iniciaram no mar em 1744, e logo passaram para a terra, com os franceses conquistando Madras e repelindo o ataque britânico a sua base em Pondicherry. O fim da guerra na Europa<sup>53</sup> em 1748 não significou o fim dos conflitos entre as companhias britânica e francesa na Índia. Pouco depois, elas já estavam envolvidas na disputa sucessória no sudeste da Índia. Franceses e ingleses se enfrentaram como aliados de diferentes grupos que disputavam a sucessão do nababo<sup>54</sup> de Arcot e do *nizam*<sup>55</sup> de Hyderabad. O mapa 2 permite visualizar as cidades e a região onde será travado o conflito entre as companhias inglesa e francesa e seus aliados indianos.

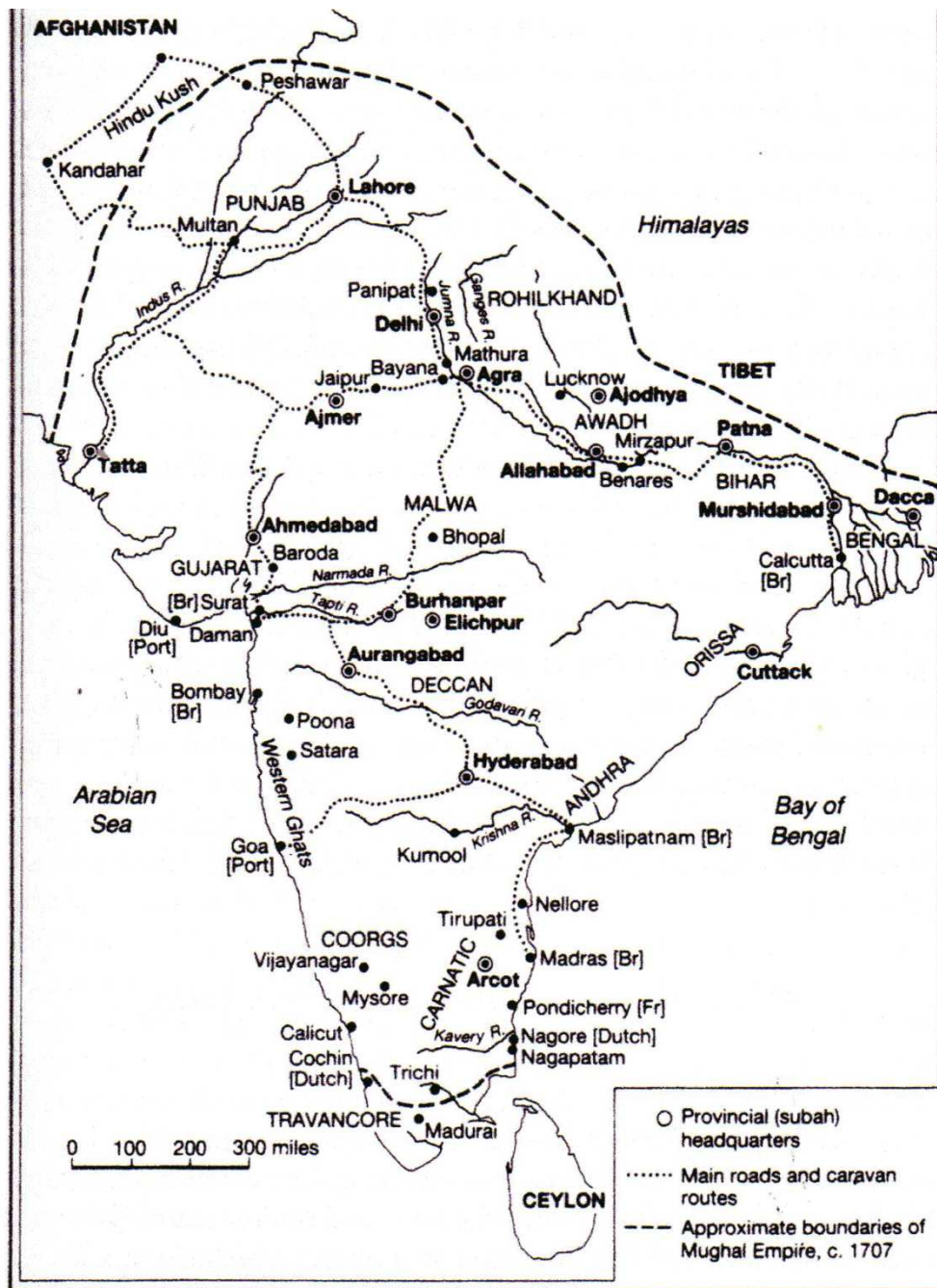
---

três vilas deixaram de existir e no lugar delas surgiu a cidade de Calcutá.

<sup>53</sup> Com o fim da guerra na Europa e a assinatura do Tratado de Aix-la-Chapelle, em 1748, Madras foi devolvida pelos franceses aos ingleses.

<sup>54</sup> Nababo era um título equivalente ao de vice-rei ou de governador (KUMAR & DESAI, 1984, p. 1030).

<sup>55</sup> *Nizam* era o título hereditário do governante do Estado de Hyderabad (KUMAR & DESAI, op. cit., p. 1030). Hyderabad era um estado na região de Deccan, no centro sul do subcontinente indiano. Em Deccan, existiram três poderosos sultanatos que disputavam o controle do centro-sul do subcontinente indiano e que foram subjugados pelo imperador mongol indiano, no final do século XVII. Após o domínio mongol, a região passou a ser governada por pequenos chefes locais e por um pequeno grupo de poderosos nobres muçulmanos que haviam acompanhado a expansão mongol. Um destes nobres muçulmanos, o *nizam*, havia erigido um grande domínio na região, mas não possuía uma soberania completa, mantendo-se como chefe tributário à autoridade do imperador mongol. Arcot estava dentro do território reivindicado pelo *nizam*, e o nababo de Arcot era formalmente a ele subordinado. A disputa de poder nesta região se acirrará nos 40 e 50 do século XVIII, tendo como principais rivais o *nizam* e o nababo de Arcot, com os europeus apoiando militar e financeiramente um ou outro dos contendores. Ao final dos anos 40 e 50 do século XVIII, os dois centros de poder declinaram com os governantes locais, tornando-se crescentemente endividados com os mercadores ingleses, em virtude das dívidas contraídas para financiar a guerra. Para maiores detalhes sobre o conflito entre as companhias inglesa e francesa na Índia e sobre as chamadas guerras de Carnataca ver: "Índia." *Encyclopædia Britannica. Encyclopædia Britannica Online.* Encyclopædia Britannica, 2008. Web. 13 Aug. 2008. Disponível em: <<http://www.search.eb.com.w10038.dotlib.com.br/eb/article-47007>>.



Mapa 2 – Índia ao final do período Mongol  
 Fonte: Bayly (1998, p.17)

A morte do *nizam* de Hyderabad provocou uma guerra civil no sul. Figura que representava um poder estabilizador na região de Deccan, sua morte reacendeu antigas disputas dinásticas. Ingleses e franceses intervieram, financiando e apoiando militarmente distintos grupos em contenda. Inicialmente, a companhia francesa teve mais sucesso conseguindo que o “príncipe” por ela apoiado se tornasse o novo *nizam* de Hyderabad.



Esta vitória francesa foi parcialmente anulada quando a companhia britânica e seus aliados venceram os franceses em Arcot e fizeram de Muhammad Ali seu novo nababo. Com a assinatura do Tratado de Pondicherry, em 1754, Muhammad Ali, apoiado pelos ingleses, é reconhecido pelos franceses como nababo de Arcot. Com isso, os territórios de Arcot, formalmente uma dependência de Hyderabad, se tornavam de fato um Estado cliente da companhia britânica.<sup>56</sup>

A companhia inglesa e a francesa voltaram a se enfrentar na Índia quando as tropas britânicas capturaram, em 1757, a base francesa de Chandernagore, em Bengala. Apesar desta conquista, a guerra com a companhia francesa só foi decidida quando os ingleses derrotaram as forças francesas no sul, na Batalha de Wandiwash, em 1760. Já em 1761, Pondicherry, a capital da companhia francesa caía sobre controle inglês. Foi decisivo no resultado da guerra a capacidade financeira e logística da Grã-Bretanha para o envio de reforços e o reabastecimento das tropas inglesas em Madras e em Bengala. A guerra se encerrou com a assinatura do Tratado de Paris em 1763. A vitória inglesa significou um freio nas ambições francesas, e a companhia britânica das Índias Orientais tornou-se o poder estrangeiro dominante na Índia.

Muitos historiadores têm interpretado as guerras entre as companhias francesa e britânica na Índia como uma mera extensão da guerra na Europa, devido ao fato de ambas as companhias serem fortemente apoiadas pelas Forças Armadas de seus países. Segundo Marshall (1998, p. 498), no entanto, não existia ainda uma política nacional britânica para a região. As forças reais britânicas enviadas à Índia deviam seguir a orientação da companhia

---

<sup>56</sup> As guerras entre as companhias britânica e francesa foram travadas no sul da Índia, na costa de Carnataca. Houve três guerras de Carnataca, envolvendo as duas companhias e seus aliados indianos. A primeira foi vencida pelos franceses, com a captura de Madras (1746), que depois foi devolvida aos britânicos (1748). Na segunda guerra (1749-1754), pode-se dizer que houve um empate entre as duas companhias: os franceses conseguiram que seu aliado se tornasse *nizam* de Hyderabad; já os britânicos colocaram no poder, em Arcot, um aliado seu. A terceira e última guerra de Carnataca (1757-1763) será vencida pela companhia britânica e significará o fim do projeto francês na Índia (DUTT, 2006, p. 2).

britânica. Assim, seria um erro interpretar o confronto entre as companhias britânica e francesa como um mero reflexo do conflito entre os dois países europeus.

Para Marshall (Ibid., p. 501) as companhias se enfrentaram por questões que envolveram a própria Índia. A companhia francesa interferiu na disputa sucessória no sudeste indiano porque ali a autoridade política era fragmentada e pouco sólida, havendo chances de grandes lucros se o candidato por ela apoiado, financeira e militarmente, se tornasse governante. Para a companhia inglesa em Madras, no entanto, o triunfo francês era visto como ameaça ao seu comércio na costa Coromandel e quiçá em toda a Índia. Para impedir o sucesso francês, os britânicos ofereceram apoio ao rival indiano na disputa sucessória ao governo de Arcot, em troca de concessões territoriais.

A guerra deixou os britânicos profundamente envolvidos nas questões políticas de Carnataca. Muhammad Ali, que se tornou o nababo de Arcot, teve sua posição de aliado independente dos britânicos ratificada no Tratado de Paris de 1763. A independência do nababo, no entanto, era muito mais nominal. Foi requerido que as despesas da guerra e a manutenção de um grande exército britânico permanentemente em suas terras fossem pagas pelo nababo. Não conseguindo pagar suas dívidas com a companhia, o nababo se endividou mais ainda, contraindo grandes empréstimos de comerciantes privados britânicos, em sua maioria de funcionários da companhia.

Assim, era do interesse da companhia e de seus servidores que o nababo fosse capaz de aumentar a área sob seu efetivo controle e adicionaram recursos a sua disposição. Por meio de empréstimos e de outros favores especiais concedidos pelos britânicos em Madras, o nababo foi capaz de estender sua influência até os membros da Câmara dos Comuns que defendiam seus interesses em troca de favores. Tropas britânicas ajudaram-no a expandir o território sob seu controle em uma série de campanhas. O estado de Carnataca foi gradualmente expandindo seu território, adquirindo parte das ricas e férteis terras de Tanjore,



até que as dívidas acumuladas pelo nababo levaram a companhia a afastá-lo em 1792. Em 1801, Carnataca foi formalmente anexado pela companhia, enquanto Tanjore foi anexado em 1799.

Como ressalta Marshall (Ibid., p. 502): “In South British intervention created a state; in Bengal the Company operated within a state that was already formed.”

## 2.2 DE COMERCIANTE A GOVERNANTE DAS REGIÕES DE BENGALA, BIHAR E ORISSA

Enquanto se desenrolava a disputa entre franceses e ingleses no sul da Índia, em junho de 1756, o novo nababo de Bengala (Siraj-ud-daula, neto do antigo nababo que falecera em 1756) atacou os ingleses e tomou Calcutá. Em janeiro de 1757, as tropas britânicas em Madras, apoiadas por tropas indianas do seu aliado em Carnataca, marcharam para Bengala e retomaram Calcutá. No entanto, a companhia resistia em aceitar as exigências de Siraj-ud-daula e buscou uma alternativa política que lhe desse segurança e melhores condições comerciais, pois temia que o nababo se aliasse aos franceses. O objetivo da companhia era derrubar o atual nababo, substituindo-o por um governante apadrinhado por ela, conforme ela já fizera em Arcot. Com este intuito, a companhia ofereceu apoio a um grupo de militares, chefiados pelo general Mir Ja'far, comandante do Exército do nababo. As únicas possíveis ameaças ao projeto britânico em Bengala poderiam advir do imperador mongol e dos franceses. Esta última foi eliminada com a captura da colônia francesa em Chandernagore, em 1757. Quanto ao imperador mongol, ele encontrava-se muito enfraquecido para interferir em disputas sucessórias regionais. Assim, a companhia britânica acabou por derrotar Siraj-ud-daula, em junho de 1757, na Batalha de Plassey, quando os conspiradores o abandonaram. O exército da companhia tomou a capital de Bengala e ali instalou Mir Ja'far como o novo

nababo. Com isso, também o estado de Bengala tornava-se cliente da companhia, com um novo nababo governando sob a proteção britânica.

No entanto, em poucos anos, Bengala se tornaria uma província sob governo da companhia. Entre 1760 e 1763, sucessivos nababos foram depostos pela companhia, até que um deles, Mir Kasim, procurou resistir e enfrentou a companhia.

Todos os nababos colocados no poder pela companhia após a batalha de Plassey enfrentaram o mesmo problema: arcar com os elevados compromissos financeiros assumidos com a companhia e tentar impor limites ao comércio privado de seus funcionários, que estava arruinando as finanças do Estado e os comerciantes e produtores de Bengala que não eram associados aos britânicos (DUTT, 2006, p. 12-22; MARSHALL, 1998, p. 493-494).

Mir Kasim recebeu apoio do vizir de Oudh, do norte da Índia, e do imperador mongol, Shah Alam. Ele e seus aliados acabaram sendo derrotados pela companhia britânica na Batalha de Buxar, em 1764. Com a vitória em Buxar, a companhia britânica ganhou temporariamente a posse sobre a pessoa do imperador mongol. Segundo Ray (1999, p. 511), o imperador, na vã esperança de que os britânicos o ajudariam a recuperar o Forte Vermelho, em Déli,<sup>57</sup> agraciou a companhia com a mais importante concessão jamais obtida por um Estado europeu da corte mongol.

British power was thereby placed within the ritualized Mughal framework of gifts, exchanges, and appointments. On condition of paying an annual tribute to the Emperor of Rs. 2.6 million (approximately £ 260,000), the Company obtained, as a free and perpetual gift (*alamgha*), the imperial post of Treasurer (*Diwan*) of Bengal, Bihar and Orissa (Idem).

Clive, enviado pela companhia para negociar com o governo mongol o Tratado de Allahabad, em 1765, obteve adicionalmente do imperador a confirmação de que Circars

---

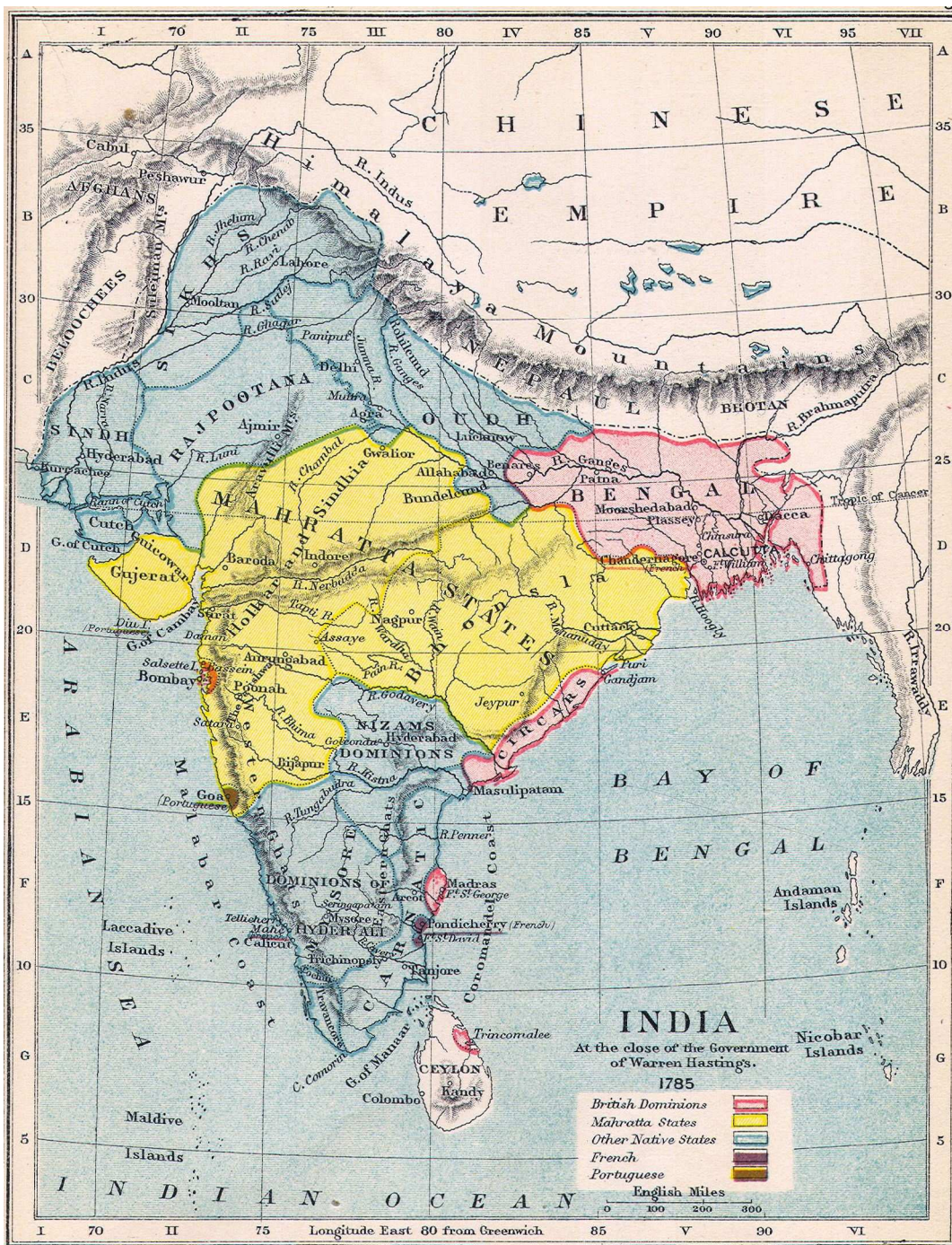
<sup>57</sup> Os imperadores mongóis tornaram-se incapazes, na primeira metade do século XVIII, de rechaçar as invasões afegãs, à medida que o tesouro imperial se enfraquecia e com ele a capacidade de mobilizar tropas. As frequentes invasões e saques das tropas afegãs no norte da Índia tornavam Déli, a capital do império, extremamente vulnerável. Em virtude dessa insegurança, o imperador Shah Alam e a corte mongol haviam se refugiado em Bihar, e o trono no Forte Vermelho, em Déli, permanecia vago.

Norte, a faixa costeira, até então formalmente dependente do *nizam* de Hyderabad, era um presente para a companhia em Madras. Sob sanção imperial, o nababo de Arcot, legalmente representante do *nizam*, mas na prática dependente da companhia, obteve Carnataca como um território independente do *nizam*, e a companhia, por sua vez, obteve do nababo de Arcot a confirmação do *jagir* (território cuja administração e receita pública eram destinadas a um representante do Estado) ao redor de Madras como seu presente (Idem).

Assim, conforme pode ser observado no mapa que se segue, Bengala, Bihar e Orissa no nordeste, as Circars Norte, mais abaixo na costa leste, Madras dentro do território de Carnataca, e Bombaim na costa oeste, constituíam os territórios da companhia britânica das Índias Orientais, em 1765. Apesar de o mapa 3 mostrar um retrato das subdivisões territoriais da Índia 20 anos após a assinatura do Tratado de Allahabad, durante este período a companhia não conseguiu nenhum significativo avanço territorial na Índia.<sup>58</sup> A companhia inglesa passou a governar uma população de 20 milhões de pessoas e a ter acesso a uma receita tributária anual de mais de 3 milhões de libras, garantindo a influência britânica até Déli, uma vez que o imperador passou a estar sob “proteção” da companhia, em Allahabad.

---

<sup>58</sup> A única anexação territorial neste período foi a ilha de Salsette, ao lado de Bombaim, na costa oeste, após a Primeira Guerra Anglo-Maratha.



Mapa 3 – Índia em 1785

Fonte: <http://www.heritage-history.com/maps/gardiner/gard050.jpg>. Acesso 27/04/2010

Os eventos que levaram a companhia a assumir diretamente o governo de Bengala são interpretados de formas diferentes pelos historiadores. Segundo Marshall (1998, p. 492-493), historiadores ocidentais apontam a desintegração do império mongol na Índia como fator essencial. De acordo com esta linha de argumentação, com a irrupção da guerra na Europa em

1744 e 1756, as companhias inglesa e francesa tornaram-se hostis. Uma vez iniciada a disputa, as companhias exploraram as fragilidades do sistema político indiano, ocasionadas pelo colapso do poder mongol. Bengala foi jogada no vórtice da rivalidade anglo-francesa pelo tolo ataque do nababo Siraj-ud-Daula a Calcutá em 1756. Assim, nesta perspectiva, os britânicos apenas aproveitaram as oportunidades criadas pela desintegração do império mongol na Índia.

Historians of the late nineteenth or early twentieth century generally portrayed conquest as a largely defensive reaction to French rivalry or to the instability created by the collapse of the Mughal empire. The commercial functions of the East India Company were largely ignored [...] including an extremely vigorous private sector operating in the interstices of the Company's monopoly, and suggested a number of links between "economic contact between India and the west" and the rise of British "imperialism". (MARSHALL, 1975, p. 465)

Segundo Marshall, estas interpretações têm sido questionadas a partir das pesquisas mais recentes.

In the first place, the British presence in India is no longer seen as purely passive until the mid-eighteenth century. The British appear to have been increasingly assertive well before open military and political intervention began. Secondly, the history of breakup of the Mughal empire left a void of disorder that the British were eventually obliged to fill is being questioned. On the contrary, some scholars are arguing that British rule was built not on Indian collapse but on the emergence of a new order in eighteenth-century India. (Ibid., p. 493)

Estudos sobre as atividades comerciais desenvolvidas por agentes privados britânicos na Índia têm revelado a existência de crescentes pontos de atrito entre os britânicos e as autoridades locais na Índia na primeira metade do século XVIII.<sup>59</sup> Neste período, o setor privado era composto por servidores da companhia, que exploravam o comércio na Ásia por conta própria, com a autorização da companhia.<sup>60</sup> Este setor, organizado em casas comerciais

---

<sup>59</sup> C. A. Bayly (2008) faz uma análise de como a expansão do comércio interno (denominado de *country trade*) europeu na Índia, em grande parte nas mãos de comerciantes privados britânicos contribuiu para erodir os reinos regionais e locais no interior do subcontinente.

<sup>60</sup> A companhia permitia que seus funcionários, fossem eles graduados ou não, explorassem o comércio asiático por conta própria. Este privilégio era visto como uma compensação aos baixos salários pagos pela companhia.



privadas (denominadas de *agency houses*), baseadas nos povoados da companhia na Índia, também estava envolvido com o comércio marítimo. Logo, além de buscar cargas que pudessem exportar para a Europa, estas empresas privadas começaram a entrar no lucrativo comércio marítimo entre a Índia e regiões do Oriente Médio, África e Ásia. Comerciantes privados britânicos associados com indianos exploravam as redes comerciais já existentes, enviando navios com têxteis indianos do porto de Madras para o Golfo Pérsico, para o Mar Vermelho, para a China, para as Filipinas, para o sudeste da Ásia e para os arquipélagos ao leste. Nos anos 1720, Madras havia perdido terreno para Calcutá nesse tipo de comércio.

De acordo com Marshall (1998, p. 493-494), havia, principalmente em Bengala, claras evidências de que os servidores da companhia operavam em uma escala considerável.<sup>61</sup> Tal fato provocava um clima de tensão com o governo local, já que os mercadores privados britânicos reivindicavam isenção dos impostos aduaneiros e interferiam no comércio e nos monopólios concedidos anteriormente.

Este comércio privado inglês fazia aumentar, na visão de Marshall (Ibid., p. 494), os elos estabelecidos com as comunidades comerciais indianas por meio do comércio oficial da companhia. Os mercadores privados traziam pouco capital da Grã-Bretanha e recorriam pesadamente ao crédito de banqueiros e comerciantes indianos. Um complexo padrão de relações se desenvolveu, associando comerciantes britânicos e indianos. Estes investiam grandes recursos no transporte marítimo realizado pelos comerciantes privados britânicos. Paralelamente, ricos mercadores indianos tornaram-se agentes de empresas privadas

---

Alguns diretores e acionistas da companhia também exploravam privadamente o comércio asiático com o conhecimento da companhia.

<sup>61</sup> Marshall faz referência ao debate entre Prakash (1993, 1998) e Sushil Chaudhuri (1993, 1995) sobre o peso das companhias europeias na indústria têxtil de Bengala e na exportação de têxteis no início do século XVIII. Prakash estima que as duas companhias, inglesa e holandesa, geraram aproximadamente entre 95 mil e 111 mil empregos de tempo integral de 1709 a 1718, e que as companhias europeias eram as maiores exportadoras de têxteis de Bengala. Chaudhuri contesta estas estimativas e chega a números bem inferiores aos de Prakash em relação ao pessoal ocupado e afirma que o comércio têxtil exportador estava predominantemente nas mãos de asiáticos, isto é, de não europeus.

britânicas, agindo como seus *banians* ou *dubashes*, como eram chamados os mercadores-banqueiros em Bengala e em Madras, respectivamente.<sup>62</sup>

Para Marshall (Ibid., p. 495), a acelerada expansão dos povoados europeus trazia óbvios problemas para os governantes indianos.

Expansion of European settlements on this scale posed obvious problems for Indian rulers. The dissemination of wealth among their subjects through dealings with Europeans was of course welcome, but if that wealth lay beyond the reach of the ruler within what amounted to a foreign enclave, if that enclave was growing very rapidly, and if some of the Europeans within the enclave seemed to be extending the range of their activities, the challenge to the ruler's authority was unmistakable. Calcutta in particular constituted such a challenge to the rulers of Bengal.

Nesse contexto, o ataque de Siraj-ud-daula a Calcutá não foi gratuito. Foi, sim, uma clara tentativa de mostrar aos britânicos que não poderiam continuar desafiando sua autoridade, extrapolando sua permissão de comércio, entrando em atividades comerciais que tradicionalmente tinham estado em mãos indianas, ainda mais quando se negavam a pagar impostos sobre esse comércio.<sup>63</sup>

Outro ponto controverso seria o vácuo de poder e o declínio econômico causados pelo enfraquecimento da autoridade mongol. Não resta dúvida de que o poder do imperador mongol, em várias regiões da Índia, havia se tornado muito mais simbólico do que efetivo. Entretanto, estudos recentes têm mostrado que, apesar do enfraquecimento da administração central e das derrotas militares do imperador mongol frente aos persas, em algumas áreas o governo mongol foi substituído por autoridades regionais capazes de estabelecer a ordem necessária à manutenção do ritmo de atividade econômica.

---

<sup>62</sup> Tais mercadores-banqueiros possuíam uma comunidade comercial própria, composta de correspondentes e agentes, nos principais centros comerciais asiáticos onde suas letras de câmbio, *hundi*, eram aceitas como meio de pagamento.

<sup>63</sup> O comércio exportador e importador que a companhia britânica realizava entre a Europa e a Índia havia sido isento de impostos e tarifas aduaneiras desde 1717. Seus funcionários e outros agentes privados que comercializavam por conta própria aproveitavam a isenção da companhia em benefício próprio. No entanto, os ingleses se recusavam também a pagar impostos sobre o comércio interno e sobre o comércio intrasiático (DUTT, op.cit., p.12-13).

Imperial decay was in fact compensated for to some extent by the prosperity of new provincial kingdoms and the emergence of new centres of trade and industry. [...] The Deccan under its Asaf Jahi rulers was equally affluent. Benares, under a semi-autonomous local raja, achieved a new level of prosperity. Wealthy and skilled migrants from the capital contributed to the prosperity of the provincial metropolis. In general, the effects of war and administrative disarray were felt more in the west than in the east and to some extent the losses of one region were the gains of another. When Surat declined, its commerce moved to Bengal (RAYCHAUDHURI, 1984, p. 7-8)

Assim, na primeira metade do século XVIII, o subcontinente passava por grandes transformações, com alguns centros econômicos e políticos entrando em declínio, enquanto outros floresciam. Particularmente em Bengala, a primeira metade do século XVIII foi um período de expansão econômica, com crescimento da produção agrícola e do comércio. “There the Mughal governor freed himself from all effective central control and founded a dynasty of independent Nawabs, who created an effective autonomous administration.” (Marshall, 1998, p. 495-496).

Já no oeste da Índia, segundo Marshall (1998, p. 496), as condições políticas e econômicas se deterioraram mais acentuadamente.

In the late seventeenth and early eighteenth century the Marathas<sup>64</sup> succeeded in subverting Mughal rule over large tracts. Trade routes were seriously disrupted and the economy of Gujarat suffered severely, its great port of Surat being a prime victim. From mid-century, however, the Marathas began to establish their own local states, such as those of their titular leader, the Peshwa, or of individual commanders, such as Sindia or Holkar. These rulers maintained stability within their borders, encouraged economic activity, and also checked any attempt at military expansion by the British at Bombay.

---

<sup>64</sup> Os hindus maratas resistiram ao domínio dos sultanatos do planalto de Deccan e posteriormente ao avanço do imperador mongol Aurangzeb, fundando um reino no oeste da Índia. Após a morte de seu rei Shivaji, seus herdeiros não tiveram o mesmo sucesso na guerra contra as forças mongóis. Embora seu neto, Shahu, tenha permanecido como rei, seu poder de fato era pequeno, tendo passado o controle do governo para o *peshwa*, primeiro-ministro, por ele indicado, enquanto os chefes militares governavam cada estado com relativa autonomia. Esta forma de organização política foi denominada de Confederação Maratas e, sob a liderança dos *peshwas*, os maratas experimentaram uma nova fase de expansão territorial até a derrota em 1761, na Batalha de Panipat, para tropas afegãs. Mesmo após esta derrota, os maratas continuaram a ser uma força poderosa e um dos principais competidores da companhia pela supremacia na Índia, até o início do século XIX. Para maiores informações sobre as conquistas militares e táticas militares dos maratas, ver: BARUA, Pradeep. Military Developments in India, 1750-1850. *The Journal of Military History*, v. 58, n. 4, p. 599-616, Oct., 1994.



Para Marshall (Ibid., p.496-497), o estabelecimento de Estados regionais viáveis em algumas partes da Índia foi uma condição necessária para a ascensão do poder territorial britânico.

British commercial enterprise, particularly that of the private traders and their Indian allies, could expand within the framework of opportunity offered by local rulers. The needs of these rulers for cash and troops and the ambitions of the British could coincide to enable the British to play a political role as bankers to the state or as military commanders. Political infiltration could later turn to political dominance and eventually to outright rule, as the British took over the administrative structures created for the regional states and made them work for their purposes, drawing taxation into British coffers and bringing troops into British service.

Marshall (Idem) considera que, se no século XVIII a Índia tivesse se transformado em uma terra de ninguém, dificilmente o império britânico que ali se instaurou seria concebível. O governo britânico foi sustentado pela riqueza indiana e foi construído sobre as fundações criadas pelos próprios governos regionais. Assim, para Marshall (Ibid., p. 497), a ascensão britânica teria sido um processo gradual que somente pode ser entendido no contexto das amplas mudanças ocorridas na Índia durante o século XVIII. Afirma ele:

The British won power as participants in Indian political struggles. The way in which they exercised their power did not at first mark any sharp break with Indian patterns of rule. As eighteenth-century rulers had done, the British preserved an outward respect for Mughal forms. But also like their predecessors, the British took Indian tax administrators and bankers into partnership. Parts of the Indian economy remained buoyant at least until the end of the eighteenth century, and thus the British were able to raise high yields of taxation and to borrow from indigenous bankers.

Marshall (Idem) ressalta que esta reinterpretação não é aceita pelos historiadores que trabalham na Índia. A excessiva continuidade, apontada por estas reinterpretações, entre a Índia pré-colonial e a ordem colonial inicial, o alto nível de cooperação entre a elite indiana e o ascendente poder britânico, assim como a manutenção da prosperidade econômica na Índia do século XVIII são contestados.

O trabalho de Ray é um bom exemplo da historiografia que destaca a ruptura, em vez da continuidade, no processo de tomada de poder pelos britânicos na Índia. Em sua pesquisa, Ray (1999) ressalta o sofrimento daqueles que foram diretamente atingidos pela ruína do poder mongol e a disputa entre a companhia britânica, Mysore e maratas pelo seu espólio, assim como os impactos destrutivos das medidas implementadas pela companhia britânica nos territórios sobre seu governo e de seus aliados.

Segundo Ray (Ibid., p. 515-516), para aqueles que vivenciaram esta transição, a convulsão do império mongol foi acentuada pelos monopólios impostos pela companhia britânica ao transporte marítimo e ao comércio de mercadorias nos territórios direta ou indiretamente por ela administrada.<sup>65</sup> Em Bengala, a companhia forçou a retirada de “homens de crédito e de grande capital”, levando a uma “súbita falha na oferta habitual de moeda”.

A consequência disso, segundo Ray (Ibid., p. 516), foi uma inédita escassez de moeda. Os banqueiros privados (*sahukar*) e os cambistas (*shroff*) procuravam aliviá-la pelo aumento da circulação das letras de câmbio indianas (*hundi*) e pela cobrança de um desconto (*anth*) a qualquer comerciante que insistisse em converter sua letra de câmbio em moeda. O problema, no entanto, era agravado pela crise da agricultura e pela cobrança de impostos em áreas assoladas pela guerra, saque e fome.

A descrição de Ray sobre os danosos efeitos monetários do governo da companhia se assemelha em muito à descrição feita por Innes, apresentada no primeiro capítulo deste trabalho, em relação ao súbito desaparecimento das moedas na Europa da Idade Média o que era atribuído ao aviltamento da moeda pelos soberanos. Os soberanos, por sua vez, responsabilizavam a população por derreter e fundir as moedas para serem vendidas fora do país. Segundo Innes, a principal causa do aparente desaparecimento das moedas era a retração

---

<sup>65</sup> Além de Bengala, Orissa e Bihar, a companhia governava Bombaim, Madras e a faixa costeira no leste do subcontinente indiano, denominada Circars Norte, e exercia indiretamente o poder em Carnataca, por meio da sua influência econômica e político-militar sobre o governo do nababo.

do comércio e da produção em virtude das guerras. Esta retração da atividade econômica fazia com que a moeda circulasse mais lentamente, criando a sensação de que havia menos moedas em circulação.

Existem inúmeros relatos de membros dos conselhos da companhia em Bengala e Madras, alertando a diretoria da empresa em Londres sobre a escassez de moedas em Bengala e Madras, devido ao embarque de moedas de ouro e prata para serem vendidas como bulhão na China e em Londres. No entanto, a relação que Ray faz entre a escassez de moedas metálicas, os relatos de fome, pobreza e destruição nos territórios que antes do governo da companhia experimentavam um florescimento econômico precisa ser melhor explicado.

As guerras entre os poderes regionais indianos e a companhia sem dúvida devem ter contribuído para a redução da atividade econômica, assim como a excessiva arrecadação tributária imposta pela companhia sem a contrapartida de despesas equivalentes, as quais deveriam ser mantidas no mínimo possível (com exceção das despesas militares), para gerar superávits no orçamento que seriam embarcados diretamente para Londres, como bulhão, ou indiretamente, via mercadorias adquiridas na China, depois remetidas para Londres. Essa excessiva tributação sem que o governo (da companhia) injetasse na economia através do gasto público o dinheiro necessário ao pagamento de impostos, provocou a retração do ritmo de atividade econômica, falências generalizadas, que levaram os cobradores a recorrer ao tributo em espécie, em áreas até então monetizadas, devido à incapacidade de a população obter o dinheiro para pagar os impostos.

Este problema é apontado por Dutt (2006, v. 1, p. 65), quando ele compara a tributação da companhia com a tributação imposta no passado por governos despóticos indianos. “The Nawab’s methods of collection, though always harsh and severe (...)”, mas a receita arrecada era “enjoyed by the Nawab, they were spent in the country and flowed back to the people in one shape or another; but when the entire revenues of the assigned districts

were claimed and obtained by the British money-lenders, they left the country once and for ever. The country became poorer; industries and trades declined.”

Assim, o problema não era tanto a intensa tributação, mas o fato de que esta não tinha contrapartida, ou seja, o governo não gastava no país, de forma a retornar o dinheiro recebido sob a forma de tributo. Isto fica bem claro nos relatos de Harry Verelst, que governou Bengala após o retorno de Clive para a Grã-Bretanha.

Whatever sums had formerly been remitted to Delhi were amply reimbursed by returns made to immense commerce of Bengal... How widely different from these are the present circumstances [...] I have observed that one great advantage the country formely reaped was the diffusion of its revenues by large grants to different families, and by the expensive luxury of its governors. But now the whole amount of the lands is swallowed up in one gulp – your treasury; nor does any part of it return into the circulation, except the sum issued from our investment and necessary expenses (Apud DUTT, 2006, v. 1, p. 31).

Para Ray (1999, p. 515), a abolição da liberdade de comércio, por mar e por terra, implementada pela companhia nos territórios indianos governados por ela e por seus aliados, teria tido também efeitos negativos sobre a parcela da economia indiana que não era associada aos britânicos. Novos monopólios reforçavam os “investimentos” da companhia, ou seja, a aquisição de cargas de tecidos de algodão, seda, índigo, salitre para serem embarcados para a Inglaterra e para outras partes da Ásia por mercadores privados britânicos operando por conta própria.

De acordo com Ray (Ibid., p. 523), o elo que unia a companhia, as casas comerciais inglesas e os *baboos*, *banians*, e cambistas indianos atingiu profundamente as velhas bases da sociedade indiana. Os novos ricos e os indianos que intermediavam os negócios entre os britânicos eram agora mais influentes que a arruinada nobreza mongol e os velhos e falidos rajás e *zamindars*,<sup>66</sup> que tiveram de vender suas terras quando falharam em pagar os impostos.

---

<sup>66</sup> *Zamindars* eram senhores de terra hereditários, dotados de poderes quase feudais, pagando rendas e prestando serviços militares aos nababos e virtualmente governando as pessoas que viviam em suas propriedades. Os grandes *zamindars* eram reconhecidos como rajás por seus súditos e arrendatários (DUTT, 2006, p. 37).

A revolução social – uma clara e real inversão da hierarquia existente – marcou a cultura da época com um profundo pessimismo.

Apesar dessa inversão da ordem social, as relações entre a companhia britânica e as elites comerciais e financeiras indianas eram muito próximas e amistosas. Observa Ray:

In popular perception, the British did not “interfere with the wealth of any rich men, bankers, merchants and other people who reside in their cities, but, on the contrary, they are very kind to those who are wealthy”. The rule of the British seemed to the leading *sahukar* [banqueiro] of Surat, the house of Arjunjee Nathjee Tarwady, to be a synonymous with “peace and justice”. The Benares bankers, such as the great house of Gopaldas Manohardas, with branches all over India, were the particular allies of the British. They advanced the Company Money at relatively low rates of interest and punctually remitted funds to pay British troops wherever they were operating (Ibid., p. 518). [observação minha]

Mais adiante, ao focalizar as vitórias militares da companhia sobre seus rivais indianos, Ray afirma que as comunidades financeiras foram fundamentais para o sucesso militar da companhia, devido a sua capacidade de transferir crédito às tropas através das fronteiras hostis. Observa ele:

Such being the situation, every power – with exception of Tipu Sultan of Mysore, who got rid of his bankers in a rage – depended as a matter of course upon the *hundi* banker’s word of honour which held fast to “a chain that extends everywhere”. The British East India Company was no exception. Its ability to hold its own against its potential Indian rivals depended less on superior European technology and powers of organization than on its ability to mobilize a flow of resources through the good offices of Indian bankers. (Ibid., p. 517)

Ray também reconhece que, após a intervenção do governo britânico na companhia, outros pontos de apoio entre os britânicos e a sociedade indiana começaram a ser construídos.

With the creation by 1793 of Cornwallis’s “government-by-regulations”, in Bengal the Company’s rule, at least for an élite, ceased to be arbitrary and predatory and became predictable. In what was known as the Permanent Settlement, the taxation assessment on the land of Bengal was fixed for ever, at what was initially a high level, and rights to land were thereby created that could be bought and sold. Money invested in land was permanently secure. Unable to pay assessment, many old landholders were forced to sell out; those who bought from them were in a sense throwing in their lot with the British. The élite who could use the new legal system were also guaranteed

personal security and absolute rights to property through the Company's courts, even against the government itself (Ibid., p. 521).

Outras iniciativas britânicas estreitaram ainda mais as relações com uma parte da sociedade indiana, como a fundação do Fort William College (1800), do Hindoo College (1817) e do Sanskrit College (1824). Fundado por Lord Wellesley (governador-geral que substituiu Lord Cornwallis), em 10 de julho de 1800, o Fort William College foi inicialmente planejado para oferecer treinamento aos funcionários da companhia britânica na linguagem e na cultura indianas. Contudo, além do ensino, o Fort William College deu início à tradução e edição de uma série de publicações que ajudaram a promover a moderna literatura indiana, particularmente em Bengali.<sup>67</sup> A fundação do Fort William College torna-se um marco da transformação de Calcutá em um centro intelectual indiano durante o século XIX.

Ao abordar o impacto da disseminação de ideias iniciada por tais publicações, Ray (Ibid., p. 527) observa:

This was no *inqilab*,<sup>68</sup> but a revolution of knowledge and sensibilities, behind which lay a social transformation. Tens of thousands of high-caste Bengali Hindus had consolidated their position within the framework of landed property laid down by the Permanent Settlement, and thousands of them had entered the world of service and trade in the now pre-eminent town of Calcutta. The latter were especially keen for their sons to have a liberal English education. [...] During the wars that led to the universal acknowledgement of British paramountcy in 1817-18, they offered prayers for the success of the British “from a deep conviction that under the sway of that nation, their improvement both mental and social, would be promoted, and their lives, religion and property be secured”.

Assim, embora Ray destaque as rupturas na transição de poder entre o império mongol e a ascensão britânica recuperando os relatos daqueles que sofreram com as guerras e fomes,

---

<sup>67</sup> Segundo Ray (op.cit., p.527), após o início das publicações do Fort Williams College, uma série de gráficas de propriedade de indianos começaram a se espalhar por Calcutá. Entre 1810 e 1820, pelo menos 15 mil obras, em linguagem Bengali, foram impressas e vendidas em Calcutá.

<sup>68</sup> Ray (op.cit., p. 508) utiliza o termo arábico e persa de *inqilab* para traduzir o sentimento dos indianos em face da inversão da ordem social. Essa mudança da sorte é sentida como a chegada de um período de desgraça e sofrimento.

não se pode negar que as perdas de muitos foram acompanhadas por ganhos e lucros de alguns em outras esferas da sociedade indiana.

Isso não quer dizer que nas primeiras décadas de seu governo a companhia britânica não tenha tomado medidas que tiveram um impacto negativo na vida daqueles que viviam sob seu governo. Dentre elas, pode-se apontar: a adoção da lei britânica para os moradores de Calcutá; a redução do gasto público e a utilização do Tesouro público para a aquisição de mercadorias chinesas para serem enviadas para a Inglaterra; a transferência do controle da coleta de impostos para mãos inglesas; o uso da força e da intimidação sobre produtores e comerciantes rivais indianos. Algumas dessas medidas tiveram impactos negativos sobre a própria companhia, causando a queda da arrecadação tributária.

No próximo capítulo, iremos analisar os impactos da conquista territorial na Índia sobre as finanças da companhia em Londres e sobre as suas relações com o governo britânico.

### 3. A COMPANHIA E O ESTADO BRITÂNICO: DE CREDORA A DEVEDORA

Assim como os historiadores antigos, modernos historiadores têm oferecido um leque de diferentes perspectivas sobre a companhia britânica das Índias Orientais. Existe uma série de trabalhos dedicados aos problemas do império britânico, ao desenvolvimento de novas relações entre a Companhia das Índias Orientais e o Estado britânico após a conquista territorial na Índia.

Chaudhuri<sup>69</sup> (*apud* BOWEN, 2007, 23) observa que a transição da Companhia das Índias Orientais de comerciante para soberano desafiou muitas das atitudes, pressupostos e ideias que pautavam o seu desempenho até então. Ao privilegiar o império ao comércio, a Companhia das Índias Orientais passou a ser afetada por uma série de poderosas forças econômicas e políticas, tanto na Índia quanto em Londres. Ela teve então de remodelar seus relacionamentos administrativo, financeiro e político. O efeito combinado destas modificações levou a companhia a começar a agir menos como uma empresa<sup>70</sup> e a se mover ao longo de uma trajetória de desenvolvimento institucional, determinada por suas repostas aos acontecimentos no sul da Ásia.

H. V. Bowen (2007) publicou recentemente uma extensa e detalhada pesquisa sobre a Companhia das Índias Orientais e o império britânico na Índia, os impactos desta conquista sobre a companhia e sobre as relações entre a empresa e o Estado. Para isto, o autor explora as disputas pelo controle acionário da empresa após a conquista territorial na Índia, o longo processo de intervenção estatal na companhia objetivando assegurar o controle sobre a empresa e sobre o império, os métodos utilizados para administrar o império e o comércio e os impactos do império sobre a economia britânica.

---

<sup>69</sup> CHAUDHURI, K. N. The English East India Company and its decision-making. In: BALLHATCHET, K.; HARRISON, J. (eds.). *East India Company studies: papers presented to Professor Sir Cyril Philips*. Hong Kong, 1986, p. 97-121.

<sup>70</sup> Existe um ramo da historiografia que discute a modernidade organizacional da Companhia das Índias Orientais.



Para analisar o impacto da conquista territorial na Índia sobre as finanças da companhia e sobre sua relação com o Estado britânico, abordaremos inicialmente a situação financeira da companhia e seus vínculos com o Estado na primeira metade do século XVIII, antes da conquista de Bengala.

### 3.1 O IMPACTO DA CONQUISTA NA ÍNDIA SOBRE A COMPANHIA EM LONDRES E A INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL DE 1773

Em meados do século XVIII, a Companhia das Índias Orientais era junto com o Banco da Inglaterra e a Companhia dos Mares do Sul um dos pilares da City londrina, e muitos dos seus mais proeminentes diretores e acionistas eram membros do poderoso grupo que dominava o mercado financeiro, exercendo grande influência no governo e na política. Sua posição no coração financeiro da metrópole também se devia ao fato de que, junto com as outras duas empresas, ela era uma das grandes financiadoras da dívida de longo prazo do estado britânico.

As três empresas haviam emprestado todo seu capital acionário ao Estado em troca de títulos públicos de longo prazo. Em decorrência destes empréstimos, tinham de buscar financiamento no mercado. No caso das duas empresas comerciais, os títulos públicos recebidos do Estado eram usados como garantia para os bônus emitidos e empréstimos de curto prazo realizados, para financiar suas operações comerciais. No caso do Banco da Inglaterra, os títulos públicos serviam de garantia para sua emissão de notas e letras bancárias.

Como observou Carruthers (1999), tal mecanismo permitia que o governo tomasse empréstimos a longo prazo, enquanto as pessoas que compravam as ações ou bônus das companhias detinham títulos que eram facilmente negociáveis, possuindo, portanto, liquidez.

Em decorrência de novas necessidades governamentais, as empresas poderiam ampliar seu capital para levantar novos recursos a serem emprestados ao Estado. Para isso, no entanto, era necessário que as empresas mantivessem um bom nível de lucratividade para que as

peessoas estivessem dispostas a investir em suas ações. Isso tornava o próprio governo altamente interessado em que as empresas continuassem a ser lucrativas e, portanto, havia uma inclinação favorável do governo a renovação de seus monopólios regularmente. De forma recíproca, as empresas, seus acionistas e detentores de bônus também tinham interesse na manutenção do regime.

With the joint-stock companies acting as intermediaries, large numbers of shareholders became, in effect, public creditors. They subscribed to shares, and the companies loaned the money to the government. The companies received interest on their loans and paid this to shareholders in the form of dividends. A regime that might default on the loans, or abolish the companies, would threaten the interests of public creditors. [...] The state's financial system was more than just an extractive machine, an engine of state, because it also helped build up a political constituency in support of the post-1688 Protestant regime (CARRUTHERS, 1999, p. 87).

Em 1744, no meio da Guerra da Sucessão Austríaca, os empréstimos da Companhia das Índias Orientais ao Estado tinham se elevado a 4,2 milhões de libras que, junto com doações financeiras, ajudaram a facilitar o caminho para as periódicas renovações dos privilégios comerciais exclusivos da companhia.

Para financiar suas operações comerciais, a companhia dependia de fundos de curto prazo obtidos principalmente de investidores londrinos e do reinvestimento de uma parte dos lucros do comércio.<sup>71</sup> Segundo Bowen (Ibid., p. 31-32), os lucros do comércio eram distribuídos aos acionistas *pro rata* na forma de dividendos, que usualmente ficavam entre 7% e 10%. Esse nível de retorno era reflexo da lucrativa performance comercial da companhia, mas os acionistas também se beneficiavam da reputação das ações da Companhia das Índias Orientais como um respeitável investimento que estava garantido no centro do sistema de crédito público. Esta reputação de “total confiabilidade” fazia com que as ações da companhia fossem muito procuradas pelos investidores.

---

<sup>71</sup> Os títulos e ações da companhia também eram procurados por investidores estrangeiros, principalmente, holandeses.

Em meados do século XVIII, a propriedade das ações da companhia concentrava-se em torno de Londres, com somente 0,01% delas sendo registradas nas províncias. No entanto, paralelamente a isso, as ações nas mãos de estrangeiros tinham alcançado 1/5 do total, a maior parte delas estando com acionistas holandeses (BOWEN, 2007, p. 32).

Após 1709 (ano da fusão da velha e da nova companhia), a empresa conseguiu, em relativamente pouco tempo, reduzir os juros pagos por seus títulos de 6% para 3%.<sup>72</sup> No entanto, em momentos de crise geral no crédito, como, por exemplo, em 1762-1763, a companhia chegou a oferecer 5% de juros para conseguir atrair fundos. Os títulos emitidos pela empresa eram denominados bônus de circulação ou bônus da Índia e eram cobiçados por indivíduos e companhias, pois possuíam alta liquidez (Ibid., p. 32-33).

Nos anos 1749-1750, houve uma reestruturação da dívida pública. O objetivo do governo era conseguir reduzir as despesas de juros sobre a dívida fundada de 4% para 3%. Para isso, pretendia fazer uma operação de conversão da dívida, trocando os títulos já emitidos e em circulação no mercado por novos títulos. No entanto, isso dependia, em grande parte, da renegociação também dos títulos privados das três principais companhias (Banco da Inglaterra, Companhia das Índias Orientais e Companhia dos Mares do Sul) que eram lastreados nos títulos governamentais.

Segundo Sutherland (1946, p. 26-27), o capital das três companhias afetadas representava 26% do estoque de títulos da dívida pública com juros a 4%, e os investidores individuais naturalmente observavam as companhias para decidir que direção tomar.

Não obstante a rejeição inicial das empresas, o governo conseguiu afastar a oposição política a sua proposta. O primeiro a rever sua posição foi o Banco da Inglaterra. Poucos meses depois, a Companhia das Índias Orientais também aceitou a proposta do governo. As

---

<sup>72</sup> Segundo Scott (op. cit., p. 202), em 1718, a taxa paga pelos títulos da Companhia das Índias Orientais já era de 4%.

negociações com a Companhia dos Mares do Sul foram mais longas e complexas, finalizando-se quase dois anos depois (SUTHERLAND, 1946, p. 27-28).

Com a operação de reconversão da dívida pública, a maioria dos bônus da Companhia das Índias Orientais foram trocados por anuidades (*East India Annuities*). As anuidades eram de fato títulos governamentais geridos pela companhia. Os juros anuais de 126 mil libras, referentes ao empréstimo de 4,2 milhões de libras feitos pela companhia ao Estado, forneciam a renda para o pagamento das anuidades, e o governo dava à companhia 1,7 mil libras ao ano por sua administração das anuidades.<sup>73</sup> Assim, o montante de bônus da companhia em circulação se reduziu de 4,2 milhões de libras para 1,8 milhão de libras, entre 1949-1952. Depois disso, o total de bônus da companhia cresceu lentamente. De 1760 até o início dos anos 1770, os bônus oscilaram entre 2,8 milhões e 2,9 milhões de libras (BOWEN, 2007, p. 33).

Embora fornecessem muito das necessidades de capital de giro da companhia, os bônus não eram suficientes, e a empresa tinha de recorrer também a empréstimos. Conforme observa Bowen:

From early years, the United Company had routinely used the Bank of England's overdraft facilities but it also borrowed from the Bank on a semi-regular basis, receiving just under £1,5 million between 1710 and 1745 (Ibid., p. 34).

Isso levou o acionista George Dempster (apud Bowen, 2007, p. 30) a declarar, em 1773, que a companhia era “*a great money engine of state whose credit was inseparably connected with government and the Bank of England*”.

Assim, quando chegaram a Londres notícias a respeito da vitória da companhia sobre as tropas do imperador Shah Alam, na Batalha de Buxar, disseminaram-se expectativas de elevados dividendos para os acionistas da empresa.

---

<sup>73</sup> Segundo Bowen (op. cit.), este arranjo durou até 1793, quando as anuidades e os resíduos do empréstimo da companhia ao Estado foram colocados sobre a administração do Banco da Inglaterra.

Robert Clive,<sup>74</sup> governador da companhia em Bengala, negociou os termos do acordo de paz com o imperador mongol. Obteve para a companhia o título de imperial *diwani* de Bengala, Orissa e Bihar; recebeu a faixa costeira das Cicars Norte como um presente para a companhia em Madras e transformou Carnataca, governado por um aliado da companhia, em um Estado independente. Logo após essas conquistas, Clive retornou a Londres com o objetivo de assumir o controle da companhia. Aí chegando, seus relatos sobre o acordo e suas projeções de fabulosos lucros tiveram forte impacto sobre os preços das ações da companhia.

Mirowski (1981, p. 568-571) realizou uma pesquisa detalhada sobre o mercado acionário inglês e o movimento dos preços das ações das principais companhias acionárias inglesas durante o século XVIII. Selecionou na publicação *Course of Exchange*, amostras da cotação das ações de cada corporação todas as quartas-feiras, calculou médias aritméticas simples anuais e construiu uma série de preços médios de grandes companhias acionárias britânicas da época, de 1695 a 1810. No caso da companhia das Índias Orientais, ele construiu uma série a partir de 1710, ou seja, após a fusão. Mirowski concluiu que, de 1764 a 1765, os preços médios das ações da companhia tiveram um pequeno aumento, passando de 151 libras para 158 libras. Já em 1766, o preço médio das ações da companhia pulou para 191 libras, tendo no ano seguinte mais um aumento significativo, chegando a 251 libras.

Segundo Bowen (2007, p. 57), as notícias da vitória da companhia na Índia e as projeções de lucro espalhadas por Clive provocaram também um considerável aumento nas transações com as ações da companhia, e os preços aumentaram de 165 libras, em janeiro de 1766, para 214 libras, em julho do mesmo ano (um aumento de quase 30% em seis meses).

Isso levou o jornal *Loyd Evening Post* (*apud* Bowen, 2007, p. 57-58) a publicar que “*more money was made on the buying and selling of India stock following the late good news from Lord Clive than at any time during the late war*”. O valor nominal total das ações

---

<sup>74</sup> Clive havia obtido várias vitórias na Índia, primeiro contra os franceses e depois contra o nababo de Bengala,

negociadas durante o ano de 1766 foi cerca de 4 milhões de libras, quase três vezes o montante dos anos anteriores (BOWEN, 2007, p. 58).

As atividades especulativas foram responsáveis pelo acentuado aumento da transferência de ações, mas o uso destas com objetivos políticos também contribuiu para os seus elevados níveis de comercialização. Antes de analisarmos a disputa pelo controle da companhia após a conquista de Bengala, é necessário esclarecer algumas questões sobre o peculiar regulamento interno da companhia.

Como vimos no capítulo anterior, antes da fusão entre a velha e a nova Companhia das Índias Orientais, houve uma intensa batalha política entre os dois grupos que controlavam estas companhias. Uma das críticas feitas à velha companhia era o fato de uns poucos acionistas controlarem a empresa, já que detinham muitas ações que lhes davam não só direito a uma grande parcela dos lucros, mas também a um número elevado de votos nas eleições para a presidência e diretoria da empresa. Assim, após o acordo entre os dois grupos políticos que permitiu a fusão, estabeleceu-se um limite máximo de votos por acionista, de forma que, por mais ações que possuísse da empresa, sua influência sobre a eleição da diretoria fosse bastante limitada. O regulamento interno da empresa após a fusão estabelecia que, para ter direito a um voto na eleição para a diretoria, o acionista deveria possuir, no mínimo, ações no valor de 500 libras; 1.000 libras daria direito a dois votos, acrescentando-se mais um voto a cada mil libras de ações, até o limite de cinco votos. O estatuto de criação da empresa de 1709 também proibiu a obtenção de votos por conluio.

Este mecanismo garantiu um equilíbrio na composição da diretoria entre os dois grupos, uma vez que cada um detinha 50% das ações da empresa. Ao longo de mais de cinquenta anos após a fusão, as alterações no corpo diretor foram ocasionadas apenas por

falecimento. No entanto, esta situação se alterará drasticamente após as notícias da conquista territorial na Índia.

Uma feroz batalha pelo controle da companhia foi inicialmente travada entre Robert Clive e Laurence Sullivan (diretor da empresa). Esta disputa depois se ampliou, envolvendo representantes do governo e parlamentares da oposição que pretendiam estabelecer sua própria influência sobre a empresa. Os grupos em disputa encorajavam seus associados a adquirir ações com direito a voto. Também usavam transferências de curto prazo para dividir grandes blocos de ações em pequenos lotes, distribuídos entre seus seguidores de forma a multiplicar o número de votos. Depois das eleições anuais para a direção, realizadas em abril de cada ano, as ações retornavam a seu proprietário original. Segundo Bowen (2007, p. 54-64), há evidências de que a divisão de ações ocorreu em pequena escala na primeira metade do século XVIII, mas a prática disseminou-se e tornou-se rotineira após 1765.

Na visão de Bowen (Ibid., p. 62-63), esta mistura de disputa política pelo controle da companhia e atividade especulativa teve considerável efeito sobre a participação dos acionistas nos negócios da companhia após os anos 1760. Entre 1740 e 1750, apenas cerca de 200 acionistas tinham votado nas eleições. Em 1762, somente 176 votos foram dados ao candidato líder. Já em 1769, ano em que houve uma feroz campanha eleitoral, o candidato líder obteve 1.459 votos. Este processo levou a um acirramento das disputas eleitorais, ao aumento da mobilização dos acionistas, assim como, à multiplicação das assembleias.<sup>75</sup>

Esta excessiva participação dos acionistas no processo de decisão era prejudicial a gestão empresarial da companhia, uma vez que enfraquecia a autoridade dos diretores. Na primeira metade do século XVIII, o controle dos diretores sobre os negócios era quase total.

---

<sup>75</sup> Antes de 1760, em geral, ocorriam cinco assembleias ao longo do ano – as trimestrais e a assembleia de abril para eleição da diretoria. Devido à boa performance comercial da companhia, os acionistas não pediam explicações minuciosas sobre os negócios. Durante o ano de 1773, os acionistas se reuniram 46 vezes, principalmente porque estavam tentando frustrar os esforços de Lord North (primeiro-ministro) de impor à companhia a regulação do Estado. Para mais detalhes sobre a organização e procedimentos da assembleia geral,

No entanto, como consequência da batalha pelo controle da companhia, uma longa e debilitante guerra passa a ser travada entre os acionistas e os diretores. Os acionistas subvertiam a política traçada pelos diretores, por exemplo, readmitindo funcionários na Índia que haviam sido afastados do serviço na companhia (BOWEN, 2007, p. 67).

Como consequência dessa batalha, passou a ocorrer uma substancial mudança na diretoria a cada ano. Nos anos em que as eleições foram mais disputadas, dos 24 diretores, cerca da metade era composta por novos membros. A substituição dos componentes dos vários subcomitês de ano a ano acabou por provocar uma descontinuidade na formulação política da companhia. Se, em 1754, metade dos diretores estava na diretoria havia mais de uma década, em 1765, apenas três mantinham sua posição. Esta mudança significava uma redução considerável da reserva de conhecimento e experiência, em uma época crucial para a companhia (Ibid., p. 68).

A instabilidade administrativa refletiu-se na atuação da companhia na Índia. Em 1769, chegaram a Londres notícias sobre a perda de Madras para o exército de Haidar Ali, governante da província indiana de Mysore. A derrota da companhia em Madras e a assinatura de um acordo de paz em condições desfavoráveis fizeram com que as ações da companhia caíssem de 274 libras, em abril de 1769, para 230 libras, um mês depois. As dificuldades financeiras enfrentadas pela companhia no início dos anos 1770, ampliadas pelo pagamento de dividendos injustificadamente elevados, levaram as ações a serem negociadas por um valor abaixo de 150 libras, em abril de 1773.<sup>76</sup>

No entanto, estes os percalços enfrentados pela companhia na Índia tinham uma razão de ser. Três fatores primordiais podem ser apontados como justificativa para a situação: a transformação da companhia em governante sem qualquer alteração em sua lógica de

---

ver: BOWEN, H. V. The "little parliament": the General Court of the East India Company, 1750-1784. *Historical Journal*, 34 (1991), p. 857-72.



funcionamento e estrutura administrativa, o conflito entre os interesses da companhia e os de seus funcionários, cada um buscando extrair o máximo de renda da Índia, e o conflito entre estes interesses comerciais e a função de governante.

Na Índia, a companhia era dividida em três presidências: Bombaim, na costa oeste, Madras, no sudeste, e Bengala, no nordeste. Cada presidência era autônoma em relação às demais. Dentro das presidências, governadores compartilhavam seus poderes com os conselhos de governo, compostos pelo próprio governador e mais três ou quatro membros. Cada presidência possuía também suas próprias guarnições e comandantes militares que serviam à companhia. Os governadores das presidências junto com seus conselhos decidiam como e quando usar estas forças. Embora a autoridade das decisões finais coubesse aos servidores civis da companhia, os comandantes das Forças Armadas<sup>77</sup> também participavam do processo decisório. Assim, não havia um comando unificado da companhia na Índia.

Um serviço militar e administrativo muito preocupado com o lucro pessoal era outra herança da estrutura organizacional da companhia. Seus empregados gozavam do privilégio de poder comercializar por conta própria e estavam organizados em casas comerciais privadas, em parceria com indianos. Como já mencionamos no capítulo anterior, eles exploravam o comércio marítimo entre a Índia e outras regiões da Ásia, África e Oriente Médio. No entanto, desde a vitória em Plassey, quando as tropas da companhia deixaram a costa e começaram a explorar o interior, abriram-se oportunidades para o comércio interno. Aproveitando-se do fato de ocuparem agora a posição de governantes, os servidores da companhia e seus aliados indianos passaram a usar seu novo poder em proveito próprio, intimidando produtores, comerciantes e agentes administrativos indianos. Por intermédio de suas conexões com a administração, impunham monopólios sobre o comércio de

---

<sup>76</sup> Após a notícia da conquista de Bengala, os dividendos haviam sido aumentados devido à perspectiva de fabulosos lucros. A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da companhia na Índia, entretanto, mostraram-se inadequadas, quando ela se tornou governante.

determinadas mercadorias: os produtores eram forçados a vender seus produtos a preços reduzidos, enquanto eles comercializavam estas mercadorias por um valor muito mais elevado. Além disso, negavam-se a pagar qualquer imposto ou tarifa alfandegária sobre o comércio interno e externo por eles realizado.

Esta tinha sido a principal causa do ataque do nababo Siraj-ud-daula à companhia e da queda dos sucessivos nababos colocados no poder pela companhia, pois os nababos depostos haviam tentado colocar um freio no comércio privado realizado pelos britânicos. Como observou Marshall (1999, p. 503):

Plassey opened up a wide field for individual enterprise. Both Indians and Europeans seized their chances. Company servants joined with the Indian trading partners and agents with whom they had worked in Calcutta. The greatest opportunities after Plassey were in internal trade. As civil servants and army officers moved away from Calcutta, they and their Indian underlings brought profitable local traders under their control.

Interesses privados misturados com interesses públicos e um desdém pelos exércitos indianos após as vitórias de Plassey e Buxar levaram a companhia em Madras e depois em Bombaim a se aventurarem em desastrosas expansões territoriais sofrendo derrotas, primeiro para Mysore e depois para os maratas.

Somados a estes problemas, havia ainda erros estratégicos cometidos por diretores da companhia. Logo após a aquisição da renda territorial na Índia, a companhia procurou tirar vantagem imediata do seu sucesso militar em Bengala, utilizando o excedente de renda local para aumentar os investimentos em bens na China para exportar para a Grã-Bretanha. Em maio de 1767, os diretores ordenaram que o Conselho de Madras embarcasse para Cantão 24 *lakhs*<sup>78</sup> de rupias correntes (aproximadamente 300 mil libras) que tinham sido remetidas de

---

<sup>77</sup> A companhia possuía seu próprio exército e armada, compostos por funcionários britânicos e indianos, os primeiros ocupando os postos de maior patente e os demais os de mais baixa posição na hierarquia militar.

<sup>78</sup> Sistema numérico utilizado na Índia para expressar grandes somas. 1 lakh = 10<sup>5</sup>, ou 100.000, 1 crore = 10<sup>7</sup>, ou 10.000.000.

Calcutá. Seis meses depois, uma soma similar deveria ser enviada novamente para Cantão (BOWEN, 2007, p. 223).

O Conselho de Madras alertou que

“The Coast and Bengal have long laboured under great inconveniences from the continual drains which have been made from both, for the China investment”, and they expressed the forlorn hope that the increased balances calculated to be accumulating at Canton might preclude the need for any further exports of silver (Idem).

Além desse dreno de parte do dinheiro em circulação para ser fundido e enviado para fora, após a aquisição da renda territorial, a diretoria reduziu os embarques de prata da Grã-Bretanha para a Ásia, pois agora dispondo do poder de tributar poderia aplicar parte da arrecadação tributária para adquirir cargas na Índia e na China.

Segundo Bowen (Ibid., p. 224-225), muito pouca prata foi enviada à Índia depois de 1757, e nenhuma foi despachada para Bengala. Em janeiro de 1768, ignorando o alerta sobre o dreno de dinheiro em espécie de Bengala, os diretores ordenaram a remessa de 500 mil libras de prata para Londres, pois estava se provando impossível investir em bens para exportar sob o argumento de que “*as specie laying dead in your Treasury is equally locked up from circulation as if brought home we do not see how the country can be injured by it*”.<sup>79</sup>

Somente um ano depois, a aguda escassez de moeda em Bengala obrigou os diretores a instruir os funcionários em Calcutá a comprar grandes quantidades da prata trazida por outras companhias europeias para a Índia, de modo a financiar o comércio com a China.

As recorrentes citações a escassez de moeda nos territórios indianos sob governo da companhia devem ser analisadas mais cuidadosamente. Como veremos com mais detalhe no próximo capítulo, mudanças no sistema tributário, na propriedade e na comercialização da terra afetaram negativamente a renda fundiária. Além disso, a crescente pressão do setor manufatureiro britânico contra as exportações de têxteis da Índia levaram a companhia a

procurar outras mercadorias que pudessem servir como meio de converter seu superávit tributário na Índia em libras esterlinas na Inglaterra. Isso levou a mudança na política comercial da companhia e uma parcela cada vez maior de suas compras passaram a ser realizadas na China ao invés de na Índia. Como observa Bowen (Ibid., p. 225-226), as seguidas mudanças de instrução revelam como a política comercial poderia ser então dramaticamente alterada de um ano para o outro, além de realçar as tensões que existiam dentro da companhia, com os diretores procurando adaptar seu comércio ao objetivo principal de transferência do tributo.

De fato, era indiferente se o dinheiro do pagamento de impostos era retirado de circulação e deixado trancado no cofre em Bengala ou transformado em lingotes e barras para ser vendido em Londres ou na China. Os efeitos depressivos da contínua retirada de circulação dos recursos monetários sobre a renda e os preços nos territórios indianos são evidentes. Aliado a estes efeitos têm-se uma tributação fixa em termos nominais, que não variava com a renda, de forma que o preço relativo de todos os bens e serviços se reduzia em relação ao “preço” do tributo cobrado pelo governo da companhia.

Isso levou os indianos que testemunharam o antes e o depois do governo britânico em Bengala a declarar:

“the country had four or five times more current cash than it can pretend to in these days”. The Red Sea and Persian Gulf no longer ‘poured in their treasures’ through the ports of Surat and Hugli, and the specie which used to flow into Bengal ‘by a thousand channels now flowed out by sea’ (Apud RAY, 1999, p. 516).

Uma seca devastadora agravou ainda mais a recessão em Bengala, produzindo um quadro desolador, em que a fome devastou 1/3 da população, em 1770. Segundo Ray (Ibid., p. 514), o sofrimento da população foi agravado pelos monopólios estabelecidos pelos britânicos e seus associados indianos sobre o arroz e outras mercadorias.

---

<sup>79</sup> *Fort William – India House correspondence and other contemporary papers relating thereto*, v. XIV, p. 17-18

A recessão em Bengala e a Grande Fome de 1769-1770 fizeram com que a receita tributária caísse rapidamente e, com ela, o comércio da companhia. O declínio na receita de venda de bens, as derrotas militares e a necessidade de honrar grandes pagamentos ao governo, aos acionistas e aos detentores de bônus levaram a empresa a pegar empréstimos com o Banco da Inglaterra entre 1769 e 1772, totalizando 5,5 milhões de libras (BOWEN, 2007, p. 35).

O anúncio da conquista territorial da companhia, em 1765, deu origem a uma disputa judicial entre a Coroa e a companhia sobre o direito legal dos territórios indianos. A Coroa alegava que qualquer conquista territorial realizada por um súdito só poderia ser feita em nome dela. Sendo assim, a soberania sobre os territórios indianos pertencia à Coroa britânica. A companhia, por sua vez, alegava que ela não havia conquistado militarmente os territórios, mas sim obtido uma concessão do imperador mongol da Índia para cobrar os impostos sobre a população destes territórios em nome do imperador.

Mesmo sem a definição judicial sobre o direito legal à posse territorial na Índia, a situação da companhia levou o governo a adotar uma postura crescentemente intervencionista, pois não se podia ignorar a potencialmente desastrosa combinação de derrotas na Índia e instabilidade institucional e financeira no âmbito doméstico. Apesar das pressões governamentais, a diretoria e os acionistas resistiam às tentativas de intervenção.

Contudo, depois que a City de Londres foi abalada por uma severa crise de crédito após a falência do Banco Ayr, no verão de 1772, o Banco da Inglaterra negou adiantamentos adicionais à companhia (BOWEN, 2006, p. 35).

A princípio, a companhia tentou afastar o iminente desastre, adiando o pagamento dos impostos aduaneiros ao Tesouro e baixando os dividendos anuais de 12,5% para 6%. Tais medidas foram apenas paliativas, de modo que os diretores se viram forçados a ceder,

---

(Apud BOWEN, 2006, p. 223).

aceitando as reformas propostas pelo governo em troca do adiantamento de 1,4 milhão de libras do governo de Lord North (primeiro-ministro britânico). O empréstimo foi pago ao final de 1776, mas a ação de resgate do governo marcou o início da mudança de papéis na relação credor-devedor entre a companhia e o Estado (Ibid., p. 36).

O Ato de Regulação de 1773 procurou corrigir a instabilidade institucional da companhia, assim como estabelecer algum grau de controle do governo sobre ela. Para assegurar maior continuidade executiva, a eleição anual dos 24 diretores foi substituída por um novo sistema, no qual apenas 1/4 dos diretores era substituído a cada ano. Já para eliminar a divisão de ações, foram feitas alterações nas qualificações dos acionistas com direito a voto. Um sistema proporcional de votos foi introduzido e somente os acionistas que possuíam ações de 1.000 libras, 12 meses antes da eleição, poderiam votar.

Segundo Bowen (Ibid., p.70-71), ao retirar o direito de voto dos proprietários de ações de 500 libras e instituir um sistema proporcional de votos, o governo fortaleceu a posição dos grandes acionistas, removendo a influência que poderia ser exercida por pequenos acionistas e pela divisão de ações. Logo, o Ato de Regulação de 1773 afastou a ameaça à estabilidade política imposta pela criação artificial de grande número de acionistas temporários e concentrou poder e influência nas mãos de alguns poucos.

Restrições estatutárias foram impostas sobre o montante de dividendos que poderiam ser pagos aos acionistas, com a finalidade de evitar que especuladores atuando em conjunto na assembleia de acionistas forçassem um aumento dos mesmos, como havia ocorrido em 1766. Os diretores passaram a ter de entregar balanços detalhados ao Parlamento e ao Tesouro em bases regulares, e avanços também foram realizados no sentido de regular o comércio da companhia ao estabelecer que ela deveria exportar anualmente para a Ásia bens manufaturados britânicos no valor mínimo de 287 mil libras esterlinas (Idem).

O Ato de Regulação de 1773 criou ainda o cargo de governador-geral da companhia na Índia, com superintendência sobre as presidências de Bombaim e Madras. Foi estabelecido também um Conselho de Governo, composto por quatro membros, dois deles nomeados pelo governo e os outros dois membros escolhidos entre os funcionários da companhia. A sede do governo-geral seria em Calcutá, no Forte William. Ao governador-geral também foi dada a chefia da Suprema Corte na Índia, estabelecida em Calcutá, para administrar a lei inglesa para os britânicos e para aqueles conectados com eles. Warren Hastings, funcionário da companhia e governador da presidência de Bengala desde 1772, foi nomeado para o cargo de governador-geral (DUTT, 2006, p. 36).

As questões diplomáticas entre a Grã-Bretanha e a Ásia começaram a ganhar maior importância e, com isso, veio também o reconhecimento de que o governo não poderia deixar inteiramente nas mãos da companhia a condução das relações externas britânicas na Ásia. Em virtude dessa preocupação, o Ato de Regulação de 1773 estipulou que despachos da diretoria da companhia para a Índia fossem enviados antes para exame dos ministros. Oito anos mais tarde, o Ato de 1781 estipulou que somente instruções relacionadas com Estados indianos deveriam ser enviadas aos ministros para exame. Logo questões financeiras passariam também a ser submetidas ao Tesouro para aprovação. Aos poucos, estabeleceu-se um aparato burocrático governamental para monitorar as ações da companhia (BOWEN, 2006, p. 72-73).

A gestão diária dos negócios da companhia e a administração dos territórios permaneceram nas mãos dos diretores que, no entanto, eram cada vez mais monitorados por ministros e pelo Parlamento. O Ato de Regulação foi o primeiro passo no sentido de tirar a direção política da Índia das mãos da companhia e de assegurar um controle unificado sobre os territórios britânicos na região. No entanto, ele se mostrará ineficaz para solucionar os problemas da companhia na Índia.

### 3.2 A INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL DE 1784 E O FIM DA INDEFINIÇÃO SOBRE A SOBERANIA DOS TERRITÓRIOS INDIANOS

Apesar do Ato de Regulação de 1773, os problemas da companhia na Índia persistiam. O modelo de gestão dual,<sup>80</sup> implantado por Clive, não tinha funcionado bem, de forma que Warren Hastings,<sup>81</sup> ao assumir o governo de Bengala em 1772, decidiu colocar a administração em mãos britânicas.

O Tesouro público de Bengala foi transferido para Calcutá,<sup>82</sup> criou-se um Comitê de Receita e o cargo de supervisor da receita para cada distrito de Bengala, Bihar e Orissa. Os supervisores seriam britânicos e, com auxílio de seus subordinados indianos, ficariam responsáveis por supervisionar a arrecadação e pela justiça civil em cada distrito. Os códigos civil e penal seriam britânicos e haveria duas cortes superiores para apelação em Calcutá (DUTT, 2006, p. 38).

A ordem da diretoria da companhia em Londres, proibindo o comércio interno dos funcionários na Índia, continuava a ser ignorada.<sup>83</sup> Hastings era contra qualquer restrição ao comércio privado realizado pelos funcionários da companhia. Não obstante, ele procurou aumentar os salários, colocou britânicos em cargos de maior responsabilidade, de forma a

---

<sup>80</sup> Em 1765, quando a companhia britânica assumiu o poder em Bengala, ela não tomou para si imediatamente a administração da receita pública e da justiça. A companhia manteve a estrutura da administração mongol em Bengala e seus operadores indianos. A arrecadação ainda era feita pelo tesoureiro do nababo, a justiça ainda era administrada pelos oficiais do nababo, e os códigos civil e criminal ainda eram os mesmos do império mongol na Índia. Assim, manteve-se a aparência de que o nababo governava, ainda que ele fosse apenas um fantoche nas mãos da companhia. Esta forma de governo criada por Clive foi designada de governo ou gestão dual.

<sup>81</sup> Em 1773, com o Ato de Regulação, Hastings, antigo funcionário da companhia na Índia, tendo sido membro do Conselho em Madras e atualmente ocupando o cargo de governador de Bengala, tornou-se governador-geral, com poderes de superintendência sobre Madras e Bombaim.

<sup>82</sup> Até então, o Tesouro ficava em Murshidabad, capital de Bengala, onde estava a sede do governo do nababo e de sua corte. No mapa 2 ou 3, no capítulo anterior (p. 55 e 61), pode-se visualizar Murshidabad e Calcutá.

<sup>83</sup> As ordens da diretoria para proibir o comércio interno dos funcionários da companhia datam da época de Clive como governador de Bengala. Clive, contrário a esta medida, propôs que este comércio fosse regulado pela companhia, mas a diretoria não aceitou sua proposta. Depois da partida de Clive da Índia, Verelst, de 1767 a 1770, e Cartier, de 1770 a 1772, governaram Bengala, mas nenhum dos dois tomou qualquer medida para coibir o comércio por conta-própria dos funcionários da companhia. Qualquer medida contra essas atividades era extremamente difícil, pois os governadores e alguns membros do conselho de governo possuíam negócios privados na Índia em sociedade com indianos e outros funcionários da companhia. A esse respeito, ver Dutt (op. cit., p. 26-27; 44-45; 67-68; 71-72).



reduzir a corrupção, e estabeleceu uma tarifa uniforme de 2,5% sobre o comércio interno desenvolvido pelos funcionários da companhia.

A tributação da terra em Bengala, Bihar e Orissa também foi reformada por Hastings, em 1772. As terras seriam oferecidas em leilão por cinco anos. Quem fizesse o maior lance ganharia a posse das terras e o direito de cobrar rendas das pessoas que viviam nelas durante os cinco anos seguintes. Alguns antigos *zamindars*, para não perder suas terras, fizeram ofertas acima do que seria possível obter de renda. No final, acabavam perdendo suas propriedades que eram compradas por agentes indianos, muitas vezes associados com os próprios ingleses (DUTT, 2006, p.38).

Um dos problemas desse sistema, além da violenta coerção a que eram submetidos os cultivadores e camponeses, é que não havia qualquer garantia de continuidade de posse das terras após o prazo de cinco anos. Isso levava à desistência de qualquer melhoramento ou investimento nas terras e estimulava a extração do máximo de renda dos cultivadores. Assim, o sistema tributário, além de levar ao empobrecimento dos cultivadores, de provocar revoltas camponesas e fugas em massa, também provocava o empobrecimento das terras.

Em 1776, em face das danosas consequências do sistema de tributação da terra implantado, Phillip Francis, membro do conselho de governo em Bengala, propôs à diretoria da companhia que se fizessem leilões de venda ou de concessões por vida ou por perpetuidade e não por tempo determinado. Nenhuma destas propostas foi aceita pela diretoria (Ibid., p. 39).

Ao contrário do proposto por Francis, em 1777, ao fim do prazo estabelecido pelo Acordo sobre a Tributação de 1772, o sistema foi modificado, introduzindo-se leilões anuais.

No norte, em Oudh, estado vizinho a Bihar, o vizir que havia se tornado aliado da companhia após a derrota na Batalha de Buxar veio a falecer em 1775. Seu filho o sucedeu e assinou um novo acordo com a companhia: em troca de tropas, lhe cedia Benares, a mais rica

região de Oudh. Benares era governada pelo rajá Chait Singh que, a partir desta data, deixou de ser vassalo do vizir e tornou-se vassalo da companhia britânica. Isso garantiu à companhia o pagamento, por parte de Singh, de 23,7 milhões de rupias (ou 237 mil libras) por ano (Ibid., p. 46-47).

Em 1778, Hastings solicitou que Singh ajudasse nas despesas de guerra da companhia passando a pagar 5 *lakhs* de rúpias, ou seja, 500 mil libras para a companhia, além de pagar despesas com a manutenção das tropas desta em Benares. Em 1782, devido aos atrasos nos pagamentos, Singh foi preso, o que gerou revolta em Benares e o ataque às tropas da companhia. Após reforços de Bengala, esta revolta foi contida, e um novo rajá foi alçado pela companhia ao poder em Benares (Idem).

Problemas semelhantes também ocorreram com o vizir e nababo de Oudh que solicitou a retirada das tropas da companhia de seus territórios, pois elas só lhe traziam despesas e problemas. Hastings, no entanto, o fez lembrar de sua posição de vassalo da companhia, e suas tropas foram mantidas.

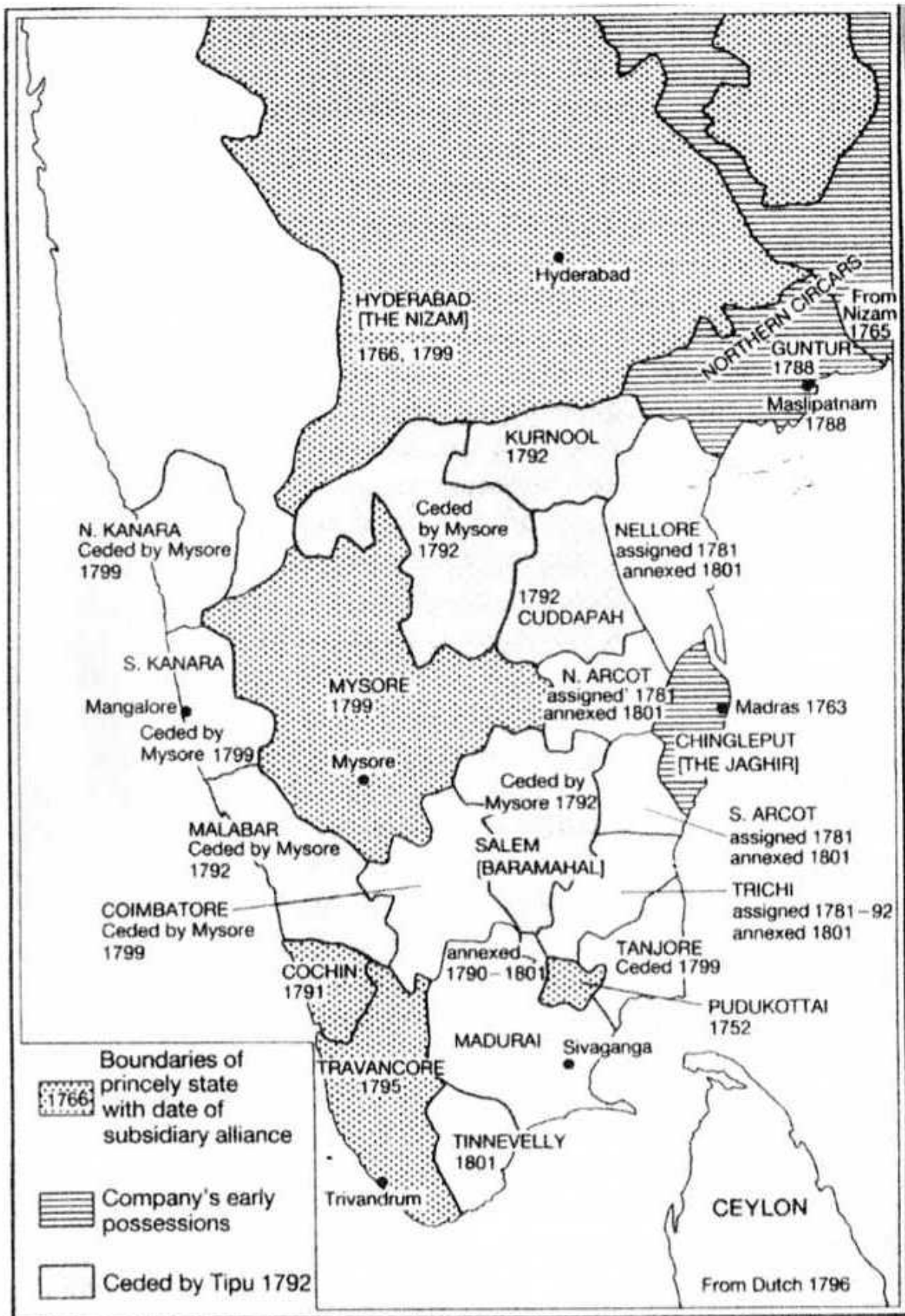
Em Madras, a companhia enfrentava problemas mais graves com seus funcionários. No início dos anos 1770, a diretoria, em Londres, descobrira que o nababo de Carnataca não pagava suas dívidas com a companhia, contraídas durante as Guerras de Carnataca, porque tinha hipotecado as receitas de grande parte de Carnataca aos funcionários da companhia, em troca de empréstimos privados concedidos por eles. Tal descoberta gerou forte reação da diretoria, exigindo que o governo e o conselho em Madras dessem prioridade aos interesses da companhia. Em resposta a esta cobrança da diretoria, o *Select Committee*, do Forte São Jorge, em Madras, enviou uma carta para a diretoria em Londres, datada de abril de 1770 (apud DUTT, 2006, p. 67):

We understand the sense and spirit of your orders to us to be this: that whereas the Nawab having made an assignment, by deed under his hand and seal, to certain persons of the revenues of part of the Karnatic, in trust, that the same should be applied in discharge of his private debts in exclusion of

the Company, you highly disapprove of, tell us that you will not suffer the idea of such an independent right to exist either in the Nawab or your servants, and enjoin us to demand a renunciation of the right they claim under that deed of assignment, that done, you command us to inform the Nawab that his first obligation is to discharge the debt to the Company [...].

Não obstante esta ordem da diretoria, a maioria dos servidores não aceitou renunciar ao recebimento das receitas tributárias em favor da companhia. O nababo de Carnataca, apoiado pelos servidores da companhia, convenceu então a diretoria a atacar Tanjore, estado muito rico próximo a Carnataca (ver mapa 4, a seguir), que embora aliado da companhia em nada contribuía para as suas despesas.

Tanjore foi atacado e cercado duas vezes. A primeira, em 1771, teve como resultado um acordo em que o nababo de Tanjore se comprometia a pagar um subsídio de 400 mil libras anuais à companhia. Contudo, isso não foi o bastante, e em 1773 Tanjore foi cercado e anexado pelo nababo de Carnataca, com auxílio das tropas da companhia (DUTT, 2006, p. 69).



Mapa 4 – Expansão britânica no sul da Índia, 1750-1820  
 Fonte: Bayly (1998, p. 88)

Em 1775, a diretoria, que não havia aprovado a anexação de Tanjore pelo nababo de Carnataca, enviou Lord Pigot para assumir o governado de Madras. Em 1776, o novo governador devolveu Tanjore ao antigo governante e designou um novo comandante para as tropas da companhia em Tanjore. Estas medidas desagradaram os funcionários da companhia em Madras, pois, enquanto Tanjore esteve submetido ao nababo de Carnataca, eles haviam feito novos empréstimos ao nababo em troca da concessão da arrecadação de impostos e de terras nas ricas áreas agrícolas de Tanjore. As medidas de Pigot provocaram uma rebelião, e Pigot foi feito prisioneiro por alguns altos oficiais militares da companhia em Madras (DUTT, 2006, p.70-71).

A notícia causou grande apreensão na diretoria em Londres que ordenou a libertação imediata de Lord Pigot e a apuração do ocorrido. Lord Pigot não resistiu à prisão, e um novo governador foi nomeado para Madras. Sir Thomas Rumbold chegou a Madras em 1778 e, pouco depois, em 15 de março de 1778, enviou a seguinte carta à corte de diretores da companhia:

How shall I paint to you my astonishment on my arrival here, when I was informed that, independent of this four lakhs of pagodas<sup>84</sup> [£160,000 the cavalry loan],<sup>85</sup> independent of the Nababo's to his old creditors and money due to the Company, he had contracted a debt to the enormous amount of sixty-three lakhs of pagodas [£2,520,000]. I mention this circumstance to you with horror for the creditors being in general servants of the Company, renders my task on the part of Company difficult and invidious (Apud DUTT, 2006, p. 71-72).

Concomitantemente a estes tumultos em Madras, os funcionários da companhia em Bombaim haviam feito uma aposta de alto risco, envolvendo-se na política sucessória dos maratas. Com a morte do *peshwa* Madhav Rao, deixando como herdeiro um filho recém-nascido, a companhia enviou suas tropas a Poona, em 1775, em apoio ao irmão do antigo *peshwa*, Raghunatha Rao, que postulava o cargo no lugar do sobrinho. Os demais líderes

---

<sup>84</sup> Pagoda era a denominação da moeda utilizada em Carnataca, enquanto a rúpia era a moeda de Bengala.

maratas se uniram contra o que eles consideravam uma usurpação do poder e marcharam contra os exércitos da companhia de Raghunatha Rao. Em 1779, os líderes maratas cercaram Poona, mas Hastings havia enviado reforços de Bengala, conseguindo romper o cerco. Os maratas buscaram formar uma aliança com os poderes muçulmanos de Mysore e de Hyderabad, para atacar os ingleses.

A proposta dos líderes maratas era que o *nizam* atacasse os ingleses e recuperasse as Circars Norte; os maratas de Nagpur atacariam Bengala; Poona atacaria Bombaim, e o governante muçulmano de Mysore, Haidar Ali, lançaria suas forças contra Madras. Hastings, entretanto, conseguiu atrair o *nizam* para o seu lado e neutralizou o rajá de Nagpur. No entanto, em 1780, Haidar Ali e seu filho Tipu marcharam contra Madras, com o intuito de apoiar o poder hindu marata de Poona.

Em 1781, Lord Macartney,<sup>86</sup> nomeado governador pela diretoria, chegou a Madras e encontrou Carnataca devastada pela guerra com Haidar Ali. Para defender Carnataca, Hastings enviou tropas de Bengala. Os reforços fizeram com que os exércitos de Haidar Ali se retirassem, entretanto, sem grandes perdas. Em 1782, Haidar Ali faleceu, e, no ano seguinte, a companhia assinou um tratado de paz com seu filho Tipu, que o sucedeu no governo de Mysore. Pelo acordo, retornava-se ao *status quo* anterior à guerra, com cada um devolvendo os territórios conquistados do outro.

No mesmo ano, Hastings assinou um tratado de paz com os maratas, reconhecendo como *peshwa* e legítimo herdeiro o filho de Madhav Rao. Após sete anos de guerra com os maratas, a única conquista da companhia foi a ilha de Salsette.

As guerras travadas pela companhia durante o governo de Warren Hastings, nos anos de 1772 a 1784, raramente produziram resultados decisivos apesar de Tanjore e de Benares

---

<sup>85</sup> O empréstimo de 160 mil libras dos servidores da companhia ao nababo de Carnataca, para pagar os salários atrasados da cavalaria, era o único de que a diretoria tinha conhecimento e que havia autorizado, em 1777.

<sup>86</sup> Rumbold foi demitido pela diretoria da companhia sob a acusação de violação de ordens e de corrupção.

passarem a ser estados tributários da companhia. Isto porque as despesas com as guerras, os levantes camponeses devido à tributação excessiva, o abandono das terras e o declínio do comércio e da manufatura tinham mais uma vez causado um impacto negativo sobre as finanças da companhia em Londres.

Além disso, quando a companhia se tornou governante e ganhou o direito de tributar diretamente Bengala, Orissa e Bihar e indiretamente Carnataca, ela não viu inicialmente problemas em deixar o comércio interno indiano ser explorado por seus funcionários, embora, já houvesse relatos que demonstravam que estas atividades estavam sem qualquer controle. Contudo, quando seus funcionários, por meio dos empréstimos concedidos aos *zamindars*, aos rajás e aos nababos, passaram a adquirir o direito às receitas tributárias e às terras dadas em garantia, esta situação se modificou. Nos territórios onde a companhia era a própria governante, a atuação dos servidores era menos prejudicial, uma vez que seus funcionários, exercendo a função de emprestadores de dinheiro, adquiriam as terras e o direito de tributá-las de seus antigos proprietários, mas continuavam tendo de pagar uma parte destes tributos ao governo da companhia.

Contudo, a atuação de seus servidores criava uma situação totalmente antiética em que funcionários que deveriam zelar pela segurança da população eram os mesmos que os expropriavam. Mas isto parecia não incomodar a diretoria, tendo em vista os inúmeros pedidos de investigação sobre a atuação de seus supervisores de arrecadação e de seus subordinados indianos negados pela companhia.

No entanto, em Carnataca e em outros territórios onde a companhia exercia o poder indiretamente, por meio de príncipes indianos, o seu direito às receitas tributárias para pagamento de dívidas de guerras e das tropas aí estacionadas concorria com outras dívidas destes príncipes com credores privados. Nestes casos, os interesses dos funcionários eram claramente prejudiciais àqueles da corporação.

As notícias sobre as derrotas militares, os relatos sobre o péssimo governo da companhia nos territórios e as informações sobre os conflitos de interesses entre a companhia e seus funcionários na Índia eram vistos com preocupação pelo governo em Londres, pois poderiam ameaçar o futuro britânico na Índia.

Esta situação alimentou uma série de críticas à companhia e a seus diretores. Já em 1783, em um inquérito parlamentar sobre a companhia, Edmund Burke (Apud BOWEN, 2007, p. 228) declarou que “the principles and economy of the Company’ trade have been [...] completely corrupted by turning it into vehicle for tribute”.<sup>87</sup> Segundo Bowen (Idem), esse inquérito concluiu que os diretores haviam tornado o financiamento do comércio da companhia quase que inteiramente dependente dos tributos de Bengala e, quando estes tributos falharam em fornecer o retorno esperado, o sistema financeiro e comercial da companhia entrava em colapso.

A intervenção feita pelo governo na companhia, em 1773, mostrara-se eficaz para estabilizá-la internamente, reduzindo as disputas entre acionistas e destes com a diretoria,<sup>88</sup> mas insuficiente para assegurar ao governo o controle sobre a companhia e sobre os territórios na Índia. Além disso, era evidente que a companhia necessitava de novas reformas para que estivesse capacitada a funcionar também como uma organização burocrática, capaz de comandar o Estado colonial inglês na Índia. Tais reformas foram introduzidas por Pitt, por meio do Ato da Índia, em 1784.

Deve-se, no entanto, ter em conta que a promulgação dessa lei só foi possível porque a situação financeira da companhia era tão grave no início dos anos 1780 que beirava à insolvência. Em 1781, a companhia teve de suspender os pagamentos ao governo britânico

---

<sup>87</sup> *Writings and speeches of Burke*, v. V, p. 241.

<sup>88</sup> Isso não significa que as reformas introduzidas pelo Ato de Regulação, em 1773, tenham acabado totalmente com os desentendimentos entre os acionistas e a direção. Eles continuaram a existir, como, por exemplo, quando os acionistas tentaram demitir Hastings do cargo de governador-geral, em 1776, e foram contidos pela diretoria. Entretanto, os conflitos entre os acionistas e a diretoria tornaram-se menos frequentes após a reforma de 1773 (BOWEN, 2006, p.75).



relativos à participação da Coroa nos lucros obtidos com a conquista territorial na Índia.<sup>89</sup> Dois anos depois, a companhia solicitou ao Parlamento autorização para emitir 500 mil libras de bônus na Inglaterra acima do limite fixado anteriormente pelo governo no Ato de Regulação de 1773. Além disso, o governo teve de conceder um empréstimo de 300 mil libras, em títulos do tesouro, à empresa. No ano seguinte, a situação piorou, pois mais de 1,5 milhão de libras de letras emitidas em Bengala foram apresentadas para recebimento em Londres, e a companhia não tinha como pagar. Em 1784, em troca da aceitação pelos acionistas e pelos diretores do decreto governamental (*India Act*), o governo concedeu um empréstimo de 800 mil libras à companhia, além do perdão de quase um milhão de impostos alfandegários atrasados, e determinou que a empresa pagaria apenas 300 mil libras por ano das letras emitidas na Índia.<sup>90</sup>

Promulgado por William Pitt em 1784, o Ato da Índia marcou o início do controle do governo britânico sobre os territórios na Índia, e a companhia tornou-se responsável pelas atividades comerciais e pela execução da política que passou a ser definida pelo governo por meio do Comitê de Controle (*Board of Control*). O Comitê de Controle era composto por seis membros: dois membros deste Comitê deveriam pertencer ao ministério, incluindo o presidente, que se tornou o ministro virtual para a Índia. Os diretores da companhia seriam ligados ao Comitê por um comitê secreto<sup>91</sup> de três pessoas, mas seus despachos para a Índia poderiam ser alterados, vetados e ditados pelo Comitê de Controle. O novo governador-geral de Bengala seria nomeado pela Coroa e teria poderes sobre todas as demais presidências e

---

<sup>89</sup> Embora a disputa entre a Coroa e a Companhia das Índias Orientais sobre o direito legal aos territórios na Índia ainda não estivesse definida pela Suprema Corte, a companhia se propôs a pagar 400 mil libras por ano ao governo, como uma participação em suas receitas territoriais na Índia (MILL, 1826, p. 224-226).

<sup>90</sup> Mill, 1826, v. IV, p. 225-226; 239-240.

<sup>91</sup> Nas questões de alto interesse político, seja relativas à guerra seja relativas à política externa, o *Board* poderia fazer uso do Comitê Secreto, composto por três diretores escolhidos pelo governo, para enviar comunicações diretas à Índia sem que os demais diretores da companhia tivessem qualquer conhecimento. O presidente do *Board* também poderia estabelecer linhas privadas de comunicação diretamente com funcionários em posições eminentes na Índia. O uso desses canais de comunicação era uma possibilidade real e que foi usada de tempos em tempos, contudo, geralmente era respeitada a necessidade de usar os canais próprios de comunicação com a Índia que passavam pela diretoria da companhia.

sobre o seu conselho de governo, em Calcutá. Os membros do conselho de governo foram reduzidos de quatro para três.

Um novo Ato foi aprovado em 1786, nomeando como governador-geral Lord Cornwallis e reformando o serviço civil da companhia. Pela reforma, os empregados foram proibidos de explorar o comércio asiático e, em troca, passaram a receber salários “principescos”.

Em janeiro de 1784, quando os acionistas concordaram com as reformas incorporadas no Ato de Pitt em troca de assistência financeira à companhia, eles perderam o poder de derrubar ou subverter qualquer decisão da diretoria que tivesse sido endossada pelo recém-criado Comitê de Controle (BOWEN, 2006, p. 75-76).

Até esta data, a companhia governara seus territórios e tomara decisões de fazer a guerra com os demais poderes na Índia com relativa autonomia frente ao governo. Os diretores e acionistas da empresa consideravam que havia uma união de interesses entre a empresa e a Coroa, de certa forma formalizada no acordo de 1767, relativo à participação da Coroa nas rendas territoriais da companhia na Índia. Contudo, o governo era até então tratado como um sócio, importante, porém menor. As dificuldades financeiras enfrentadas pela empresa, devidas fundamentalmente ao fracasso de suas políticas na Índia, mudaram esta situação. O governo britânico passou a assumir a postura dominante na relação com a empresa. Isso porque, quando a relação financeira se inverteu entre o Estado e a empresa, ou seja, quando o Estado passa de devedor a credor, ele assume de fato o governo dos territórios na Índia, restando à empresa governar em seu nome. Com isso, qualquer ameaça ao domínio territorial da companhia na Índia será uma ameaça direta ao projeto imperial britânico na Índia.<sup>92</sup>

---

<sup>92</sup> Marshall (1999, p. 506) faz o seguinte comentário, referindo-se ao período pós-1773 (data de promulgação do Ato de Regulação), que é ainda mais verdadeiro após 1784. “*Much more was now at risk, and the scale of the damage that failure in India could inflict on Britain had become even greater. [...] To guard against such*

Tornara-se evidente que a companhia era agora dependente do Estado para apoio financeiro, mesmo quando o Banco da Inglaterra retomou sua linha de crédito para a empresa. A companhia recebeu 6,4 milhões de empréstimos do Banco da Inglaterra entre 1776 e 1813 e em outubro de 1823 o banco emprestou 1,5 milhão, a 3,5% ao ano.

Assim, depois de 1784, os diretores foram constrangidos pela necessidade de assegurar aprovação formal dos ministros para instruções e decisões relacionadas com as áreas militar, política e tributária na Índia. Naturalmente isso tinha potencial para criar dificuldades, e a relação entre ministros e diretores ficou tensa, especialmente quando havia disputas sobre patrocínio, nomeações e o conteúdo de despachos destinados à Índia. Com o tempo, esta relação se tornou rotineira, e os conflitos surgiam eventualmente, quando decisões políticas eram vistas como prejudiciais aos interesses dos acionistas.<sup>93</sup>

Os conflitos entre a companhia e seus funcionários no caso dos empréstimos ao nababo de Carnataca tiveram de ser mediados pelo recém-criado Comitê de Controle e pelo Parlamento britânico, em 1784. Mesmo na ausência de provas que confirmassem as exorbitantes dívidas alegadas pelos credores privados, o Parlamento negou o pedido de investigação sobre a origem dessas dívidas e confirmou que as dívidas deveriam ser pagas pelo nababo de Carnataca.<sup>94</sup> Com relação à confirmação dessas dívidas pelo governo inglês, Mill faz o seguinte comentário:

It was to hold the corrupt benefit of a large parliamentary interest, created by the creditors and creatures, fraudulent and not fraudulent, of the Nawab of Arcot, that, according to Mr. Burke, the Ministry of 1784 decided that they

---

*disasters, Britain would be drawn into ever deeper involvement in India. There would be almost no limits to the resources which Britain would be prepared to commit in India.*” Referindo-se à importância que rapidamente a Índia adquiriu para a Grã-Bretanha, Cain e Hopkins (2002, p.275) colocam que “ [...] *the weight of its presence within the empire ensured that discussion of its future readily transcended the levels occupied by particular pressure groups and entered the sphere reserved for matters of national interest.*”

<sup>93</sup> Deve-se ter em mente que para ser diretor da empresa era necessário ser acionista e, em geral, o corpo diretor era composto por grandes acionistas da empresa. Especificamente, o conflito entre a diretoria e o Comitê de Controle será intenso no caso dos empréstimos privados ao nababo de Carnataca, e médio nos períodos de negociação da renovação da concessão real da companhia em 1793, 1813 e 1833.

<sup>94</sup> Alguns dos credores privados do nababo de Carnataca (ou de Arcot, como ele era originalmente designado) retornaram para a Grã-Bretanha com imensas fortunas. Com isso, alguns tinham conseguido se eleger como parlamentares ou eleger parlamentares para defender seus interesses.

should all, whether fraudulent or not fraudulent, receive their demands (MILL, 1817, v. 5, p. 16).

O interesse do comércio privado realizado em sua maioria pelos seus funcionários havia se sobreposto ao da companhia, pois, embora a conta fosse paga pela população de Carnataca, que seria mais intensamente tributada, estava evidente que a companhia havia sido colocada em uma posição de igualdade e de concorrência com os demais credores do nababo de Carnataca.

Entretanto, profundas mudanças seriam implementadas após 1784. Formalmente a companhia continuava sendo a governante dos territórios britânicos na Índia,<sup>95</sup> e os superávits dos territórios na Índia continuavam a ser usados para financiar a ampliação do seu comércio, mas cada vez mais questões relativas ao seu financiamento e ao próprio comércio da companhia passaram a ser submetidos aos ministros.

Pouco depois da aprovação do *India Act* (janeiro de 1784), o governo promulgou o *Commutation Act* (setembro de 1784). A Lei de Comutação tinha por objetivo acabar com o contrabando de chá e aumentar o consumo interno, de forma a transformá-lo em um dos principais mecanismos de transmissão do superávit tributário da Índia para a Inglaterra. Para isto, a lei reduziu a tarifa aduaneira sobre o chá de 119% para 12,5% e estabeleceu uma regulação para a importação e para a venda do chá pela companhia em Londres.<sup>96</sup>

As vendas de chá da companhia que, em 1784, haviam sido de 10 milhões de lb, alcançaram, em 1795, 20 milhões de lb.<sup>97</sup> As taxas de crescimento do consumo de chá se reduziram quando as pressões financeiras, devido às guerras napoleônicas, levaram ao

---

<sup>95</sup> A indefinição jurídica sobre a soberania dos territórios na Índia, reivindicados pela Coroa britânica e pela companhia, permanecia e só seria definitivamente encerrada, segundo Bowen (op.cit., p. 10-11), em 1813, quando a Carta da Companhia das Índias Orientais foi renovada pelo Parlamento e nela a companhia reconhecia a Coroa como soberana dos territórios na Índia.

<sup>96</sup> Sobre a implementação do *Commutation Act* ver: Hoh-cheung Mui and Lorna H. Mui, William Pitt and the enforcement of the *Commutation Act*, 1784-1788, *English History Review*, 76 (1961), p. 447-65 e Hoh-cheung Mui and Lorna H. Mui, The *Commutation Act* and the tea trade in Britain, 1784-1793, *Economic. History Review*, 16 (1963), p. 234-53.

aumento das tarifas. Entre 1798 e 1812, as vendas anuais médias de chá foram de quase 24 milhões de lb e de 1812 até 1833 as vendas mantiveram um crescimento constante ainda que menores. Em termos de receita, as vendas de chá passaram de um pouco acima de um milhão de libras, em 1784, para mais de três milhões de libras na primeira década do século XIX. Esse aumento fez com que a arrecadação do governo não sofresse muito. Em 1794, antes do aumento das tarifas durante a guerra com a França, a arrecadação do governo já havia recuperado o nível pré-1784. (BOWEN, 2007, p. 241-42)

O sucesso na transformação do chá em principal produto exportado da Ásia pela companhia foi uma alternativa às proibições e ao aumento da competição que os têxteis indianos enfrentavam tanto no mercado interno quanto nos mercados externos.

Os representantes da indústria têxtil britânica entraram com uma contestação parlamentar contra a companhia. Como resultado, em 1783, a companhia fez um acordo de não vender qualquer dos tecidos da Índia por sete anos, excetuando os manufaturados da costa de Malabar, não excedendo 2 mil peças ao ano. No mercado externo, ao final do século XVIII, os tecidos mais baratos de Manchester passaram a competir com sucesso com os têxteis indianos no mercado africano. Para piorar a situação, a guerra com a França fez com que a companhia perdesse acesso ao mercado europeu para o qual reexportava parte dos têxteis indianos. Assim, a receita da venda desses bens se reduziu de 2,5 milhões de libras em 1800 para 1,1 milhão de libras em 1809-1810 (BOWEN, 2007, p. 242-243).

O governo pressionava a companhia a buscar na Índia matérias-primas que pudessem ser processadas pelas manufaturas domésticas, assim como produtos alimentícios.<sup>98</sup> A

---

<sup>97</sup> Por lb indicamos a libra como medida de peso e não como dinheiro.

<sup>98</sup> A ideia, segundo Webster (1990, p. 410), era que a produção indiana fosse adequada às necessidades das manufaturas britânicas e do mercado Europeu. A Índia podia ser uma fonte suplementar de matérias-primas, ajudando a manter preços baixos e assegurando um fornecimento alternativo quando a interrupção do comércio impedisse a importação dos principais fornecedores. A substituição do algodão americano pelo indiano entre 1813 e 1819, propiciada pela Guerra Anglo-Americana, provou ser um bom exemplo disso. Quando o preço do algodão americano estava superfaturado, o fornecimento do algodão indiano ajudou os manufatureiros britânicos a se livrarem das pressões inflacionárias.

companhia procurou incentivar a introdução de algumas culturas (chá, café, açúcar, algodão, baunilha, etc.), mas não demonstrou interesse em produzir ela própria estes itens, incentivando os comerciantes privados britânicos a produzirem estas culturas na Índia.

O governo também pressionava a companhia para aumentar a exportação de produtos britânicos para a Ásia. Em 1773, ele havia estabelecido um valor mínimo para a exportação anual de manufaturados que era cumprido a duras penas pela companhia, que registrava perdas com esse comércio exportador.<sup>99</sup>

Devido às crescentes pressões do *Board*, a companhia buscou reunir informações sobre hábitos, preferências de cor, padronagem, etc. dos consumidores na Ásia. Tais informações e amostras, principalmente de tecidos, eram repassadas para os produtores nacionais de forma a adaptar a produção às preferências dos consumidores asiáticos. Isso possibilitou que algumas manufaturas têxteis desenvolvessem com sucesso um processo de adaptação e de inovação. Este foi o caso, por exemplo, das manufaturas têxteis de Norwich que passaram a produzir um tecido bem mais fino, ganhando com isso a competição com os holandeses pelo mercado de Cantão (BOWEN, 2007, p. 248-249).

Experimentos semelhantes foram feitos com diferentes tipos de metais. Como exemplo, Bowen cita que a introdução da máquina a vapor na cunhagem de moedas foi desenvolvida para atender à enorme encomenda de moedas, feita pela companhia para introduzir em Bengala, durante os anos 1780 (Ibid., p. 249-250).

Apesar desses exemplos de sucesso, a companhia não conseguiu expandir a exportação de produtos britânicos na Ásia no volume desejado, dando assim munição para os críticos do seu monopólio comercial.<sup>100</sup> Isso reforçou os argumentos daqueles que

---

<sup>99</sup> Segundo Bowen (2007, p. 247-248), nos anos 1780, dados da companhia sugerem uma perda anual de 4,7 mil libras na venda de tecidos de lã e de metais para a Índia. A situação era mesma na China. Entre 1781/2 e 1791/2 um prejuízo líquido de 82,5 mil libras foi registrado na exportação de roupas de lã e de 108,4 mil libras na exportação de metais para Ásia.

<sup>100</sup> Segundo Davis (1962, p. 285-303), no início do século XVIII, as exportações para Índia representavam 2% do total exportado pela Grã-Bretanha. Tais exportações eram compostas basicamente por tecidos de lã (65%),

acreditavam que o comércio privado oferecia os melhores meios de aprofundar a penetração britânica nos mercados indiano e chinês.

O governo revogou, em 1813, o monopólio comercial da companhia com a Índia mantendo, no entanto, o monopólio no comércio com a China.

Para Webster (1990, p. 406), dentro do governo havia a percepção de que o fim do monopólio traria poucos prejuízos e poderia apaziguar a crescente pressão política das províncias. Além disso, o governo acreditava que a abertura comercial incentivaria a plantação e importação de algodão na Índia, bem como de outros produtos primários, que a companhia não demonstrava muito interesse em explorar.

De fato, quando o monopólio foi quebrado, o comércio com a Índia já não era mais a principal fonte de lucro da companhia. Entre 1785 e 1810, as cargas despachadas para a China representavam 53,6% do valor faturado de todas as mercadorias exportadas pela companhia para a Ásia. O crescimento do comércio com a China fica ainda mais evidente quando se observa que, entre 1803 e 1808, as mercadorias de Cantão representavam 67% da receita de venda da companhia em Londres (BOWEN, 2007, p. 234). Isso realça o sucesso da estratégia pós-1784 de aumentar o comércio da China e transformá-la no eixo do sistema de remessa da renda territorial da Índia para a Grã Bretanha.

Antes da quebra do monopólio em 1813, sucessivas brechas já haviam sido introduzidas no monopólio da companhia, e o comércio privado realizado por funcionários da companhia e outros comerciantes britânicos cresceu consideravelmente. O valor dos bens

---

metais (7%) e chumbo (6%). No entanto, à medida que o controle britânico sobre Bengala foi assegurado, as exportações cresceram, alcançando 5% do total exportado pela Inglaterra em 1774. Deste total, os artigos de lã continuaram a ser o principal item individual exportado, representado 24%, metais 19% e diversos produtos manufaturados (mobiliário, artigos para cozinha e para o lar, relógios, etc.) 43%, ocorrendo, portanto, além de um crescimento das exportações, uma diversificação nos produtos manufaturados exportados. Estes dados de exportação referem-se não só à exportação da companhia, mas também à do setor privado britânico que tinha permissão para explorar o comércio com a Índia.

privados vendidos subiu de 774 mil libras, em 1788-89, para quase 3 milhões de libras em 1812-13 (Ibid., p. 253).<sup>101</sup>

A partir do *Charter Act* de 1813, a companhia foi obrigada a separar as atividades comerciais daquelas de natureza territorial e política. Isso significou que diferentes elementos das finanças da companhia tinham de ser desembaraçados, e um sistema de compensação de contas teve de ser criado (Ibid., p. 253).

Após a perda do monopólio com a Índia, a companhia começou a abandonar aquelas partes do comércio que não eram lucrativas, retirando-se da exportação de manufaturados britânicos para a Índia, mantendo apenas a exportação de mantimentos, munições, etc. para fins civis e militares (Ibid., p. 254).

Com o aperfeiçoamento da maquinaria na fabricação de têxteis britânicos e a proteção tarifária que vários países europeus passaram a adotar, a companhia também abandonou a importação de têxteis indianos, levando essa indústria na Índia ao colapso.

Segundo Bowen, os diretores tinham consciência de que a falência do setor têxtil indiano enfraqueceria as finanças de Bengala, enfraquecendo, portanto, as suas próprias finanças. Em uma tentativa de fortalecer o mercado interno, a companhia aboliu todas as barreiras alfandegárias nos territórios indianos sobre sua administração. No entanto, como a indústria têxtil de Bengala já tinha sido minada pela competição com os têxteis ingleses, os maiores beneficiados foram os exportadores britânicos, que passaram a entrar mais facilmente no mercado interno indiano.<sup>102</sup> Os comerciantes privados conseguiram dobrar o valor das exportações britânicas para a Índia entre 1812 e 1829, principalmente, de tecidos de algodão (Ibid., p. 254-255).

---

<sup>101</sup> Em 1793, o governo havia estabelecido que a companhia deveria ter 3 mil toneladas de carga ao ano disponível para a iniciativa privada, ao custo de 5 libras por tonelada enviada para fora, e 15 libras por tonelada embarcada para a Grã-Bretanha (Bowen, op. cit., p. 252-253).

<sup>102</sup> Para detalhados efeitos disso, ver: K. N. Chaudhuri, *India's foreign trade and the cessation of the East India Company's trading activities, 1828-1840*, *Economic History Review*, 19 (1966), p. 345-66.



Segundo Bowen (2007, p. 256), após 1813, a exportação de mercadores privados britânicos para a China também aumentou. Eles enviavam os produtos para a Europa e para os Estados Unidos, para de lá reexportarem para a China.

Contudo, o comércio importador da companhia da China era protegido por causa da regulação governamental das vendas de chá (pela qual era transferido o excedente tributário da Índia). No entanto, o chá não foi capaz de evitar a queda considerável na receita anual de vendas da companhia, que se reduziram do pico de 8 milhões de libras, em 1815, para menos de 5 milhões em 1830 (Ibid., p. 257)

Diante dessa queda de receita, a companhia teve de recorrer à importação de bulhão da Índia para saldar suas obrigações em Londres. Segundo Bowen (Idem), a escala dessas transferências da Índia, derivadas de rendas territoriais excedentes, eram às vezes consideráveis. Em 1823, em virtude de dificuldades para saldar letras de câmbio emitidas pela companhia, os diretores ordenaram uma remessa extraordinária de 2 milhões de libras da Índia e solicitaram que esta remessa fosse feita preferivelmente em ouro, pois “it is a considerably more favourable remittance than silver”.

A necessidade de remessa da renda obtida na Índia em bulhão evidenciava que o sistema de remessa via comércio já não estava mais funcionando adequadamente.

In general, the directors were now being driven to short-circuit the system of remitting funds through commerce, and they sought to achieve this by ordering the direct transfer of chests of bullion. Some, such as the financier Nathan Rothschild, later declared that this was the best way of transferring tribute to Britain, but others simply recognised that the Company’s financial wheels could no longer turn at all in London without such lubrication from Asia. This was acknowledged by the Chairman William Astell in 1830 when he wrote on the subject of bullion shipments from India: ‘I hardly know how we could get on without them’ (Ibid., p. 258).

Na visão de Bowen, entre 1814 e 1833, os diretores se esforçaram, mas sucumbiram quase resignadamente ao que parecia um inevitável fracasso em sustentar a atividade comercial da companhia por muito mais tempo, após a perda do monopólio comercial na

Índia. O bem regulado comércio de chá continuou a fornecer o canal por meio do qual os fundos poderiam ser remetidos da Índia, mas os diretores tinham de recorrer à transferência de grandes somas de bulhão da Ásia para saldar os crescentemente pesados encargos relacionados ao império, feitos sobre a companhia em Londres (Ibid., p. 258-259).

Na verdade, a remessa de bulhão da Índia invertia o fluxo que havia existido entre a Grã-Bretanha e a Índia por mais de 150 anos, mas em si ele não era novidade. Em vários momentos de dificuldades financeiras, após se transformar em governante na Índia, a companhia determinara remessas extraordinárias de bulhão para a Inglaterra. Em 1803, por exemplo, quando a companhia enfrentou escassez de caixa, o Banco da Inglaterra comprou 100 mil libras em prata dela. O que havia de novidade é que essas remessas deixaram de ser extraordinárias passando a ser regulares, à medida que a companhia foi se retirando das atividades comerciais e se dedicando às tarefas civis e militares da consolidação do império britânico na Índia e na Ásia.<sup>103</sup>

O grosso do comércio entre a Grã-Bretanha e a Índia e entre a Índia e a China agora estava com grupos privados britânicos, e suas receitas em dinheiro indiano e chinês eram importantes fontes para financiar a guerra e o comércio de chá da companhia. Em troca, a companhia assegurava a este setor um mecanismo para converter seu lucro em dinheiro inglês, como veremos no capítulo seguinte.

---

<sup>103</sup> Entre 1813 e 1833, a companhia entrou em guerra com o Nepal (1814-1816) e com Burma (1824-1826), anexando parte de seus territórios e travou guerra duas vezes com os marataas (1803-1805 e 1817-1818), além de incorporar definitivamente Mysore (1831).

#### 4 OS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO DA COMPANHIA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS: DO TRIBUTO AO COMÉRCIO

Antes de analisarmos o sistema fiscal que a companhia implementou nos territórios indianos, é necessário introduzirmos algumas características do sistema tributário indiano que já existia no subcontinente antes de a companhia se tornar governante e começar a tributar os territórios que caíam sob seu controle.

Em primeiro lugar, deve-se ter em conta que existia uma teia de relacionamentos de vassalagem e distintos níveis de hierarquia entrelaçados em cada região indiana durante a primeira metade do século XVIII. Não pretendemos aqui detalhar cada um destes relacionamentos e sua específica tributação, região por região, porque isto foge ao objetivo do nosso trabalho. Assim, apresentaremos apenas a lógica deste sistema tributário, de forma a permitir dimensionar os impactos das mudanças introduzidas pela companhia em tal sistema.

Os *zamindars* na Índia eram virtualmente senhores feudais com poderes civis e criminais e tinham direito consuetudinário à renda dos cultivadores ou *ryots*. Tal direito era passado como herança de pai para filho. Os cultivadores ou *ryots* nascidos na própria terra não eram meros trabalhadores agrícolas, eles também tinham direito a suas propriedades que também eram transmitidas de pais para filhos, pagando a costumeira renda aos senhores da terra. Existiam ainda arrendatários que pagavam renda aos senhores, mas não tinham nascido nas terras e, por isso, não possuíam direito hereditário, podendo ser dispensados pelos senhores das terras.

Havia também uma hierarquia ligando os chefes de vila, *patel*, aos *zamindars*, e os pequenos aos maiores *zamindars* dentro de cada região. Assim, os rajás eram chefes de

grandes regiões, ou de reinos, com vários *zamindars* a ele subordinados. Os *zamindars* pagavam uma parcela de suas rendas e prestavam serviço militar ao rajá ou sultão.<sup>104</sup>

Na maior parte do subcontinente indiano, a dinastia mongol governava por meio dos nababos. Eles tinham poder sobre os *zamindars* e rajás de sua região, mas deviam obediência ao imperador mongol, tendo de pagar a ele parte de sua receita tributária. Em meados do século XVIII, a subordinação dos nababos ao imperador era muito mais formal do que efetiva.

No sul do subcontinente indiano, alguns rajás e sultões resistiram ao império mongol e governavam seus reinos com relativa autonomia em relação à Déli,<sup>105</sup> não estando, portanto, subordinados a nenhum poder central.

No oeste do subcontinente, a Confederação Marata se constituiu a partir das ruínas do império marata que foi derrotado pelo imperador mongol Aurangzeb, no final do século XVII. No século XVIII, os maratas reconstruíram parte de seu poder, com seus principais chefes militares governando seus territórios, cada um com autonomia em relação ao outro, mas aceitando a liderança do *peshwa*, ou primeiro-ministro, que era um cargo hereditário. O *peshwa* também governava o seu próprio território, além de liderar a confederação contra inimigos comuns. Em seus territórios, os governantes maratas empregavam métodos de tributação semelhantes aos adotados pelos mongóis nas demais regiões indianas.

Em todo o subcontinente, cada um destes governantes regionais havia estabelecido a sua própria unidade de conta cuja validade estava restrita aos limites territoriais de sua autoridade. Assim, o subcontinente indiano do século XVIII em muito se assemelhava à Europa durante os séculos XIII ao XVI, “*each zone of sovereignty had its own unit of account, expressing the authority of its Prince by being exclusive to that territory*” (BOYER-XAMBEAU et. al. apud METRI, 2007, p. 105).

---

<sup>104</sup> Os príncipes indianos hindus eram designados rajás; os de religião mulçumana no centro sul do subcontinente eram designados sultões.

<sup>105</sup> Capital do império mongol na Índia.

De tempos em tempos, os nababos ou outros governantes reinspecionavam as propriedades dos *zamindars* para reajustar os tributos, uma vez que a tributação variava de acordo com a produção de cada propriedade.

Além disso, uma mudança de governo poderia implicar uma intensificação da tributação submetida ao *zamindars*, sendo conseqüentemente repassada aos *ryots* e aos outros arrendatários a ele subordinados.

Dentro de cada região, havia postos alfandegários que tributavam o comércio interno e nas principais áreas costeiras o comércio externo também era tributado, embora, as companhias europeias e outros comerciantes estrangeiros tenham conseguido, por meio de negociações com os governantes locais, obter concessões para a construção de feitorias, além de isenção de impostos sobre o seu comércio. Em troca, eles se tornavam vassalos do governante local, apoiando-o militarmente e/ou concedendo-lhe adiantamentos.

Segundo Marshall (1998, p. 496), os Estados regionais indianos do século XVIII tinham adquirido algumas características especiais. Eles mantinham a forma exterior do governo mongol, enquanto desenvolviam técnicas que lhes possibilitassem extrair efetivamente recursos da agricultura e do comércio. O resultado dos impostos era antecipado pelos banqueiros que eram intimamente envolvidos no funcionamento dos novos Estados. O dinheiro dos impostos era utilizado para pagar as tropas, crescentemente armadas e treinadas em moldes europeus, sob a direta autoridade do governante.

Será este sistema tributário que a Companhia das Índias Orientais herdará ao se tornar poder territorial na Índia e terá de tomar decisões sobre quanto, como e quem tributar. A resposta a estas questões exercerá um grande impacto sobre o nível de renda do campo, a sustentabilidade da tributação ao longo do tempo e a estrutura de posse da terra.

#### 4.1 O SISTEMA FISCAL DA COMPANHIA NOS TERRITÓRIOS INDIANOS

Como havíamos visto no capítulo anterior, ao se tornar governante, a companhia não fez inicialmente grandes alterações no sistema tributário de Bengala, Bihar e Orissa, mantendo a estrutura de tributação e a forma de pagamento dos tributos existentes, embora tenha havido um aumento do rigor na cobrança de impostos, com a criação do cargo de supervisores de arrecadação em 1769.

Assim, o que era aceito como pagamento no guichê do soberano foi mantido pela companhia (como vimos no Capítulo 1, denominado por Knapp de pagamentos epicêntricos) e, inicialmente, o mesmo também será mantido para os pagamentos feitos pelo poder soberano (pagamentos apocêntricos). Logo, a definição de moeda *valuta* em Bengala sob o governo da companhia será a mesma que havia antes da companhia se tornar governante. Contudo, ao se tornar governante, a companhia irá tomar para si o poder de proclamar e reescrever a unidade de conta que antes pertencia ao nababo, e a rúpia de Bengala se tornará a rúpia da companhia. Em 1773, a companhia introduzirá uma nova rúpia na presidência de Bengala, estabelecendo as especificações em que a nova rúpia deveria ser cunhada.<sup>106</sup> Logicamente isso implicou definir a taxa de conversão da velha na nova rúpia, e esta foi uma forma indireta de tributação, uma vez que agora mais rúpias teriam de ser entregues para quitar os impostos devidos ao governo.

Em 1772, após a reforma de Warren Hastings, foram introduzidos leilões quinquenais que, depois de 1777, passaram a ser anuais, de forma a aumentar a obtenção de tributos nas áreas leiloadas. Quem fizesse a maior oferta ao governo passava a ter direito à posse da terra e

---

<sup>106</sup> “When the stewardship of Bengal, Bihar and Orissa was handed over to the British i.e. the East India Company in 1765, the Company introduced a new rupee coin in 1773 to defuse the confusion that prevailed. This new rupee coin was called the ‘sicca’ rupee and was expected to be current in the Bengal Presidency. The sicca rupee had a weight of 180 grains with a silver content of 176 grains troy and 4 grains was an alloy [...]”.

a cobrar tributo aos produtores que nela viviam. Este sistema, no entanto, não se mostrou sustentável. Em pouco tempo, levou ao empobrecimento dos cultivadores e da terra, provocou a ruína dos tradicionais senhores, assim como o levante e a fuga dos camponeses e o abandono da região.

A queda da receita e o aumento das despesas militares levou à deterioração da condição financeira da empresa que teve de recorrer ao governo para superar sua grave crise financeira. A ajuda do governo, no entanto, teve um alto preço. Significou a submissão da companhia a ele e a cessão do controle político dos territórios na Índia.

Em 1786, o governo nomeou um novo governador-geral com maiores poderes sobre Madras e Bombaim, além de Bengala, sede do governo da companhia. Ele também teria poder de veto sobre seu Conselho de Governo.

Lord Cornwallis, o novo governador-geral, expressou, desde sua chegada, a opinião de que seria melhor estabelecer um acordo permanente de imposto sobre a terra “estimated on reasonable principles, for the due payment of which the hereditary tenure of the possessor would be the best and the only necessary security” e que o acordo “should be made in all practicable intances with the Zemindars”.<sup>107</sup>

Lord Cornwallis encarregou o Comitê de Receita de realizar os estudos necessários para a definição das bases do acordo. O estudo realizado propunha as bases financeiras para a tributação e recomendava que o acordo vigorasse por apenas dez anos. Cornwallis não aceitou esta recomendação ponderando que

I may safely assert that one-third of the Company's territory in Hindustan is now a jungle inhabited only by wild beast. Will a ten-years' lease induce any proprietor to clear away that jungle, and encourage the Ryots to come and cultivate his lands when at the end of that lease he must either submit to be taxed *ad libitum* for their newly cultivated lands, or lose all hopes of deriving any benefit from his labour, for which perhaps by that time, he will

---

(Central Bank of Ceylon, Currency Department, Currency Museum Circular, n. 8, 1984, March, 26<sup>th</sup>). Disponível em: [http://lakdiva.org/coins/silver\\_rupee.html](http://lakdiva.org/coins/silver_rupee.html). Acesso em: 27/05/2010.

<sup>107</sup> Select Committee's Fifth Report, 1812, p. 13 (Apud DUTT, op. cit., p. 54).

hardly be repaid? (Lord Cornwallis's Minute, dated 18 September 1789. apud DUTT, 2006, p. 60)

Em março de 1793, após finalizar o acordo em cada distrito de Bengala, Bihar e Orissa foi proclamado o Acordo Permanente de tributação da terra com a aprovação da Corte de diretores da Companhia das Índias Orientais. Por este Acordo, os proprietários das terras tinham a garantia de o valor da tributação definida no acordo seria mantido para sempre e que seus herdeiros e sucessores legais manteriam suas propriedades e a taxa fixada para sempre (DUTT, 2006, p. 62). O nível de tributação fixado era alto, mas o acordo dava segurança aos proprietários de terra. Assim, nestes territórios foi restaurado o antigo sistema de propriedade da terra, com os *zamindars* fazendo o papel de intermediários entre o Estado e a população rural, arrecadando os tributos dos produtores rurais, retendo uma parcela e repassando o restante ao governo.

Além disso, Lord Cornwallis efetuou uma série de outras reformas que deram maior segurança jurídica à população de Bengala, Bihar e Orissa. Entre 1790 e 1793, implantou uma série de reformas na administração e no sistema judicial de Bengala, Orissa e Bihar. Fez-se a separação entre as funções executiva e judiciária. O Comitê de Receita e os supervisores distritais perderam seus poderes judiciais em casos relativos à tributação. Os supervisores foram também destituídos de toda e qualquer autoridade judiciária. Criou-se o cargo de juiz e magistrado para cada distrito, com responsabilidade também de polícia dentro de sua divisão. Foram estabelecidas quatro cortes de apelação em Calcutá, Patna, Dacca e Murshedabad.

Nos primeiros doze meses, entre 1792 e 1793, a arrecadação do imposto sobre a terra foi de 3,092 milhões de libras contra uma arrecadação de 1,470 milhão em 1766, o primeiro ano em que a companhia se tornou governante, conforme pode ser observado nos dados da Tabela 2. Quando comparamos com a arrecadação no final da década de 1770, este crescimento é mais modesto. Apesar de não dispormos dos dados referentes aos anos 1780, o



déficit de mais de um milhão de libras no orçamento da companhia em 1779, assim como as dificuldades financeiras que enfrentou na primeira metade dos anos 1780 deixam evidente que a arrecadação total de tributos não deve ter subido neste período, enquanto as despesas provavelmente aumentaram com as guerras contras os maratas e contra Mysore.

Tabela 2 - Arrecadação tributária bruta, imposto sobre a terra, gastos totais e resultado da Companhia das Índias Orientais em Bengala, Bihar e Orissa de 1765-1803

Em £					
Ano	Arrecadação bruta total	Imposto sobre a terra	Gasto total	Resultado = Arrecadação - Gastos	Imp. s. terra / Arrecadação bruta
1765-66	2.258.227	1.470.000	1.210.360	1.047.867	65%
1766-67	3.805.817	nd	1.274.093	2.531.724	
1767-68	3.607.009	nd	1.487.383	2.119.626	
1768-69	3.783.207	nd	1.573.129	2.210.078	
1769-70	3.348.976	nd	1.752.556	1.596.420	
1770-71	3.330.343	nd	1.732.088	1.598.255	
1771-72	3.259.564	2.341.941	2.884.192	375.372	72%
1772-73	2.866.968	2.298.441	2.827.141	39.827	80%
1773-74	3.160.186	2.438.405	2.727.975	432.211	77%
1774-75	3.564.915	2.777.870	3.300.124	264.791	78%
1775-76	4.198.017	2.818.071	3.438.480	759.537	67%
1776-77	3.971.440	2.755.043	3.424.401	547.039	69%
1777-78	3.688.088	2.530.042	3.353.029	335.059	69%
1778-79	3.782.690	2.656.809	4.972.590	-1.189.900	70%
⋮					
1792-93	5.512.761	3.091.616	3.873.859	1.638.902	56%
1793-94	5.871.945	3.177.028	3.714.160	2.157.785	54%
1794-95	5.937.931	3.235.259	3.863.566	2.074.365	54%
1795-96	5.694.194	3.130.697	3.986.740	1.707.454	55%
1796-97	5.703.906	3.118.556	4.126.644	1.577.262	55%
1797-98	5.782.741	3.097.443	4.351.926	1.430.815	54%
1798-99	6.153.615	3.072.743	4.146.954	2.006.661	50%
1799-1800	6.498.473	3.213.230	5.058.661	1.439.812	49%
1800-1801	6.658.334	3.218.766	5.420.966	1.237.368	48%
1801-1802	7.127.988	3.296.303	5.647.415	1.480.573	46%
1802-1803	8.383.087	3.295.761	5.798.858	2.584.229	39%

Elaboração própria a partir das seguintes fontes: 1765-1771: Fourth Report, 1773, p. 535, apud Dutt, 2006, p.30; 1771-1779: Select Committee's Second Report, 1782, p.454, apud Dutt, op.cit., p.46;

1792-1803: Returns of the Gross Revenue, & c., in India since 1792. Ordered by the House of Commons to be printed, 22 June 1855, apud Dutt, op. cit., p. 263-265.

Os dados de arrecadação mostram que, durante o governo Hastings (1772-1785), o imposto sobre a terra representa mais de 2/3 do total arrecadado em Bengala, enquanto no governo de Cornwallis, com o Acordo Permanente de tributação da terra e com a proibição dos funcionários da companhia comercializarem por conta própria, a participação de os demais impostos aumentou, chegando a se tornar mais importante que o imposto sobre a terra em Bengala. Em Bombaim e em Madras, cidades portuárias, com poucas terras aráveis, a participação dos demais impostos é muito superior que a arrecadação gerada pela taxaço do solo. No entanto, no subcontinente como um todo, a atividade agrícola era a principal atividade econômica e a tributação da terra a principal fonte de financiamento das elites agrárias e do governo.

Isoladamente, o imposto sobre a terra continuou sendo o principal imposto indiano, e esta tendência manteve-se nos cinquenta anos que se seguiram. Segundo Kumar (1984, p. 916), em 1758-1759, quando todo o subcontinente indiano havia sido conquistado pela Grã-Bretanha e o governo passou da Companhia das Índias Orientais para a Coroa, o imposto sobre a terra representava 50% de toda a receita tributária; o imposto sobre o ópio, 17%; o imposto sobre o sal, 7%; os direitos alfandegários, 8%; o imposto sobre a renda, 0,3%; o imposto sobre o consumo, 4%; e 13%, os demais impostos.

Nos dados de arrecadação, em cada presidência, evidenciados na Tabela 3 a seguir, chamam a atenção os déficits da companhia em quase todo o período de 1793 a 1805, em Madras e Bombaim, onde a arrecadação local era incapaz de cobrir os gastos, mesmo nos raros períodos de paz. Isso provocará um problema adicional para a companhia. Embora o superávit em Bengala fosse capaz de cobrir o déficit nas outras duas presidências,<sup>108</sup> com sobras nos períodos de paz, sua moeda não era aceita como meio de pagamento nestas

---

<sup>108</sup> A companhia havia dividido seus territórios na Índia em três presidências: Bengala, Madras e Bombaim. À medida que novos territórios eram conquistados, estes eram incluídos sob a jurisdição das presidências já existentes, geralmente, de acordo com sua proximidade geográfica de cada um. Este padrão só será alterado nos

regiões. Diferentemente de Bengala, onde a companhia era a governante, em Madras e Bombaim, o poder da companhia era mais restrito.

Tabela 3 - Arrecadação tributária bruta, gastos totais e resultado, nas Presidências de Bengala, Madras e Bombaim da Companhia das Índias Orientais de 1793-1805

Em f				
Período	Região/ Total	Arrecadação bruta total	Gasto total	Resultado
1792-1793	Bengala	5.512.761	3.873.859	1.638.902
	Madras	2.476.312	2.222.878	253.434
	Bombaim	236.555	844.096	-607.541
1793-1794	Bengala	5.871.945	3.714.160	2.157.785
	Madras	2.110.089	1.972.224	137.865
	Bombaim	294.736	906.745	-612.009
1794-1795	Bengala	5.937.931	3.863.566	2.074.365
	Madras	1.775.782	1.880.332	-104.550
	Bombaim	312.480	823.910	-511.430
1795-1796	Bengala	5.694.194	3.986.740	1.707.454
	Madras	1.894.304	2.119.196	-224.892
	Bombaim	277.596	783.057	-505.461
1796-1797	Bengala	5.703.906	4.126.644	1.577.262
	Madras	1.996.328	2.449.000	-452.672
	Bombaim	315.937	932.394	-616.457
1797-1798	Bengala	5.782.741	4.351.926	1.430.815
	Madras	1.938.950	2.665.232	-726.282
	Bombaim	338.189	998.169	-659.980
1798-1799	Bengala	6.153.615	4.146.954	2.006.661
	Madras	2.123.831	3.442.094	-1.318.263
	Bombaim	374.587	1.280.315	-905.728
1799-1800	Bengala	6.498.473	5.058.661	1.439.812
	Madras <sup>(1)</sup>	2.822.536	3.319.547	-497.011
	Bombaim	415.663	1.577.182	-1.161.519
1800-1801	Bengala	6.658.334	5.420.966	1.237.368
	Madras <sup>(2)</sup>	3.540.268	4.614.387	-1.074.119
	Bombaim	286.457	1.432.832	-1.146.375
1801-1802	Bengala	7.127.988	5.647.415	1.480.573
	Madras <sup>(3)</sup>	4.729.609	5.347.805	-618.196
	Bombaim	305.992	1.414.825	-1.108.833
1802-1803	Bengala	8.380.087	5.798.858	2.581.229
	Madras	4.724.904	5.117.769	-392.865
	Bombaim	359.546	1.410.253	-1.050.707
1803-1804	Bengala	8.060.993	6.193.638	1.867.355
	Madras	4.651.744	6.306.284	-1.654.540
	Bombaim	558.648	1.895.483	-1.336.835
1804-1805	Bengala <sup>(4)</sup>	9.336.707	7.464.291	1.872.416
	Madras	4.897.140	6.312.613	-1.415.473
	Bombaim	715.548	2.338.279	-1.622.731

Fonte: R eturns of the Gross Revenue, & c., in India since 1792. Ordered by the House of Commons to be printed, 22 June 1855, apud Dutt, op. cit., p. 263-265.

(1) Anexação dos territórios de Tanjore e de parte de Mysore a presidência de Madras

(2) Anexação dos territórios cedidos pelo Nizam de Hyrerabad a presidência de Madras

(3) Anexação de Carnataca a presidência de Madras

(4) Anexação das províncias conquistadas dos Marathas a presidência de Bengala

anos 1820, com a criação de uma nova área administrativa da companhia na Índia, reunindo parte dos territórios

Embora a companhia tivesse obtido do imperador mongol da Índia e do nababo de Carnataca, em 1765, o direito de tributar Madras e as terras ao redor da cidade, ambas as regiões estavam sob a jurisdição do nababo de Carnataca, de forma que a companhia não exercia diretamente a autoridade política. Além disso, Madras possuía fortes elos econômicos com as demais regiões de Carnataca que abasteciam o seu comércio exportador. Os adiantamentos concedidos aos comerciantes indianos que serviam de intermediários entre as áreas produtoras e a companhia e/ou comerciantes privados britânicos tinham de ser feitos na moeda de Carnataca. Quando os comerciantes privados britânicos passaram a adquirir o direito de tributar parte das áreas produtoras de Carnataca em virtude dos empréstimos concedidos ao nababo, a tributação cobrada aos produtores era feita ou em espécie ou na moeda *valuta* em Carnataca.

O mesmo ocorria em Bombaim, que era um apêndice britânico em território marata (ver mapa 3 na página 61). Em virtude de seu isolamento geográfico, em Bombaim a moeda usada era a rúpia, emitida pelo nababo de Surat onde a companhia possuía uma base e tinha influência política sobre o governo que era, no entanto, subordinado ao governante marata da região.

Assim, a companhia terá de solucionar o problema de arrecadar em moedas distintas na Índia, integrar suas operações no subcontinente e realizar seu lucro em outra moeda, libra, distinta de todas estas. Mais adiante, veremos que a companhia inicialmente se submeterá aos mercadores-banqueiros indianos para solucionar seus problemas monetários, mas, depois de estabelecer sua supremacia em toda a Índia, romperá com esta dependência dos mercadores-banqueiros e de suas moedas privadas.

Em 1795, o acordo de tributação feito em Bengala foi estendido para Benares. Entre 1802 e 1805, este acordo também foi realizado com os *zamindars* que habitavam as Circars

---

conquistados dos maratas no noroeste. Esta nova região será denominada províncias do noroeste.

Norte e no *jagir* de terra ao redor de Madras, que haviam sido concedidos à companhia pelo imperador mongol, em 1765.

Outros territórios passaram ao controle da companhia após a promulgação do primeiro Acordo Permanente de tributação em Bengala, em 1793.

Em Madras, a companhia travou nova guerra com Mysore, agora governada pelo sultão Ali Tipu, filho de Haidar Ali. Lord Cornwallis conseguiu cercar a capital de Mysore e submeter o sultão a suas ordens. Um novo acordo de paz foi firmado entre a companhia britânica e o sultão Tipu, em 1792. Pelo acordo, Tipu cedia para a companhia Calicute e Coorg, no oeste, e o distrito de Baramahal, no leste. No mesmo ano, Lord Cornwallis estabeleceu um acordo com Mohammad Ali, nababo de Carnataca, no qual o governo era cedido para a Companhia das Índias Orientais.

Em Baramahal, foi feita uma experiência de tributação direta dos cultivadores que servirá de base para o sistema de tributação depois implementado pela companhia em todo o sul da Índia. A tributação era estabelecida a cada ano, diretamente com cada cultivador, sem passar por *zamindar* ou pelos chefes das vilas indianas.<sup>109</sup>

Em 1792, Malabar passou para o controle da companhia e foi incorporada à presidência de Bombaim. O governo da companhia em Bombaim fizera um acordo de tributação com os rajás e chefes locais que, ao não conseguirem pagar os tributos acordados, tiveram suas terras confiscadas. Isso provocou uma rebelião que, no entanto, foi logo contida. Os rajás e os chefes locais foram derrotados e, depois disso, a administração de Malabar foi transferida para a presidência da companhia em Madras. Sob a presidência de Madras, a tributação em Malabar passou a ser realizada diretamente com os produtores rurais.

---

<sup>109</sup> A vila é uma instituição comunal secular indiana que sobreviveu às quedas de impérios, dinastias, etc. Esta organização comunal era administrada pelos habitantes, possuindo sua própria auto-organização, com chefe, contador, polícia, construtor, artesão, terras comunais e individuais, etc. Em geral, a parte do governante na renda da terra era estabelecida com o chefe da vila ou por meio do *zamindar*, que acordava com o chefe da vila, e este acordava internamente com seus habitantes a participação de cada um. A tributação estabelecida em

Em 1793, após o retorno de Cornwallis para a Grã-Bretanha, o governo-geral dos territórios indianos passou para Sir John Shore. Durante o seu governo, a companhia não travou nenhuma guerra na Índia nem anexou novos territórios. Shore estabeleceu o acordo permanente de tributação em Benares e deu prosseguimento às reformas administrativas iniciadas por Cornwallis, procurando aumentar a participação indiana na administração do país. No entanto, a guerra na Europa terá reflexos na política britânica para a Índia. Em 1798, Lord Wellesley chegou à Índia como governador-geral e introduziu a chamada política de “*subsidiary alliance*” pela qual os príncipes indianos deveriam pagar subsídios à companhia para que ela mantivesse em seus territórios contingentes de seu exército, de forma a protegê-los de possíveis invasões externas.

Lord Wellesley dará início a um novo período de guerras e anexações territoriais da companhia na Índia. Em 1799, ocorre a quarta guerra entre a companhia e Mysore, com o sultão Tipu sendo derrotado e morto. A companhia coloca em seu lugar um aliado, que assina um acordo de paz cedendo os territórios de Canara, Coimbatore, Balaghat e outras partes de Mysore para a companhia. No mesmo ano, Wellesley anexa todo o território de Tanjore. Em Tanjore, a tributação costumava ser paga ao rajá pelos *pattakdars*, que governavam sobre um conjunto de vilas, sendo que alguns deles poderiam ser considerados *zamindars*. Após a anexação, “the British Government made a clean sweep of these Pattakdars, introduced the Ryottary system<sup>110</sup> in 1804, and fixed the revenue with reference to the produce of an average numbers of years, not on survey valuation of the lands.” (DUTT, 2006, p. 84)

---

Baramahal ignorava a vila e a propriedade comunal, estabelecendo a tributação direta com cada cultivador (DUTT, 2006, v. I, p. 77, 81)

<sup>110</sup> O acordo de tributação feito diretamente com cada cultivador será denominado *ryotwary system* em oposição ao acordo feito com os *zamindars*, denominado *zamindars system*. Além da diferença entre o sujeito da tributação, os dois sistemas também diferiam em outro aspecto fundamental. No acordo com os *zamindars*, a tributação era fixada definitivamente, independentemente de alterações na área plantada, de produtividade, de tipo de cultivo introduzido nestas terras. Já no sistema de tributação *ryotwary*, a tributação era estabelecida com relação à área plantada ou com relação à produção. Isso tornava necessário inquérito e fiscalização anuais, e a tributação variava ano a ano (DUTT, op. cit., p. 88-99).

Em 1800, Lord Wellesley anexou parte do território do *nizam* no planalto de Deccan, no centro-sul do país, em troca de proteção da companhia contra os constantes ataques maratas a seu território. Estes territórios foram denominados distritos cedidos e neles o sistema tributário adotado pela companhia foi o de tributação direta do agricultor, ou sistema *ryotwari*.

A administração do estado de Carnataca havia passado para as mãos da Companhia em 1792, após negociação entre Cornwallis e o nababo, mas oficialmente este ainda governava, recebendo em troca do acordo uma renda fixa anual paga pela companhia. Contudo, em 1801, quando Wellesley anexou Carnataca e seus territórios passaram ao controle da presidência da companhia em Madras, a companhia se tornou oficialmente a governante. Este passo final, transformando Carnataca em território da companhia, significou que a companhia passaria a ter o controle sobre a moeda de Carnataca, que assim como aconteceu em Bengala será reescrita pela companhia algum tempo depois.<sup>111</sup> Outro impacto dessa mudança se refletirá no canal existente entre o Tesouro público de Carnataca e o “bolso” dos comerciantes privados britânicos. Quando estes alegaram ter a receber do estado de Carnataca créditos no valor de 20,4 milhões de libras esterlinas e a companhia se negou a pagar, o governo britânico indicou comissários para decidir sobre a autenticidade das reivindicações dos credores privados. A comissão chegou à conclusão de que a maior parte da alegada dívida era falsa. De acordo com Dutt

The Karnatic had by that time been annexed by Lord Wellesley and was British territory. The claims, if admitted, would have to be paid, not by a Nawab, but by the Company's Government. Therefore an inquiry was made; and the result of the inquiry was that a sum of only £ 1,346,796 was admitted as valid, the remainder, exceeding nineteen millions sterling, was rejected as fraudulent and bad (Ibid., p. 75).

---

<sup>111</sup> “In the Presidency of Madras, the Company adopted the rupee of the Nawab of Carnatic which was originally minted at Arcot and later at Madras, Dacca and Chittagong. This rupee was called the ‘arcot rupee’ and though at first it was lighter in weight was later raised to 180 grains with a silver content of 165 grains troy in 1818.”

Com relação à tributação, no território de Carnataca havia chefes militares equivalentes ao *zamindars*, denominados *polygars*, que o antigo nababo não havia conseguido submeter militarmente. A companhia propôs um “acordo” em que aumentava a tributação sobre os *polygars* em 117% e tomava as terras mantidas por eles fora de suas próprias vilas. Os *polygars* se rebelaram, sendo quase todos exterminados pela companhia. Com os que restaram foi estabelecido um acordo permanente de tributação, entre 1802-1803, taxando 2/3 de suas rendas. Nos demais distritos de Carnataca, a companhia tributou diretamente os cultivadores, sem estabelecer um acordo permanente (Ibid., p. 84-87).

Nas Circars Norte, um acordo permanente de tributação, semelhante ao de Bengala, foi estabelecido com os *zamindars* pelo então governador de Madras, Lord Clive, filho de Robert Clive, entre 1802 e 1805. Um acordo semelhante foi estabelecido no mesmo período nas terras ao redor de Madras que pertenciam à companhia (*jagir* de terra ao redor de Madras, concedido pelo imperador mongol à companhia, em 1765).

No norte da Índia, o vizir de Oudh, antigo aliado da companhia, pressionado por Lord Wellesley, cedeu, em 1801, Allahabad e outros distritos em comutação ao pagamento de subsídios à companhia. Estes distritos também foram reunidos sob a denominação genérica de distritos cedidos. O irmão de Wellesley foi nomeado vice-governador destes distritos e em 1803 celebrou um acordo de tributação válido por três anos com os *zamindars* e outros senhores de terra. Na época, foi promulgado um decreto com a aprovação dos ministros e da diretoria da companhia, estabelecendo que, após este prazo, seria feito novo acordo de tributação por mais três anos, ao final do qual outro novo acordo seria estabelecido por quatro anos. Quando este expirasse, seria concluído um acordo permanente de tributação. Ou seja, passados dez anos do primeiro, seria introduzido um acordo permanente nos moldes de Benares e Bengala (Ibid., p. 112-115).



As mesmas regulações de Bengala e Benares foram introduzidas nos distritos cedidos do norte do país, separando a administração da receita e do judiciário e atribuindo aos *zamindars* poderes de polícia em sua jurisdição.

Em 1803, irrompe a segunda guerra entre a companhia e os maratas. Diferentemente do que havia ocorrido na década de 70 e 80 do século XVIII, em que Mysore e os maratas enfrentaram de igual para igual os exércitos da companhia, após os anos 1790, estes exércitos seriam de tal forma ampliados que nenhum poder regional indiano teria condições de superá-los.<sup>112</sup> Assim, em 1803, Agra, Bundelkhand, Cuttack e os territórios entre a bacia do Ganges e o rio Jumna foram conquistados pela companhia, recebendo a denominação de províncias conquistadas, para diferenciá-las dos distritos cedidos.

As províncias conquistadas, assim como os distritos cedidos, foram colocados sobre o controle das autoridades da companhia em Calcutá. As mesmas regulações e o mesmo tipo de acordo tributário recentemente estabelecido nos distritos cedidos foram introduzidos nas províncias conquistadas (Ibid., p. 115-117).

Quando Wellesley chegou à Índia, em 1798, seu objetivo era estabelecer a supremacia britânica em todo o subcontinente, de forma a não deixar espaço para os franceses firmarem uma base na Índia. Para alcançar seu objetivo, ele introduziu a política de cobrar subsídios dos governos aliados, que poderiam ser pagos em dinheiro ou em terras, de forma a financiar a ampliação dos exércitos da companhia e, assim, conquistar mais territórios, cuja tributação forneceria recursos para conquistas adicionais. Contudo, esta política de conquista territorial estava se revelando muito cara.<sup>113</sup>

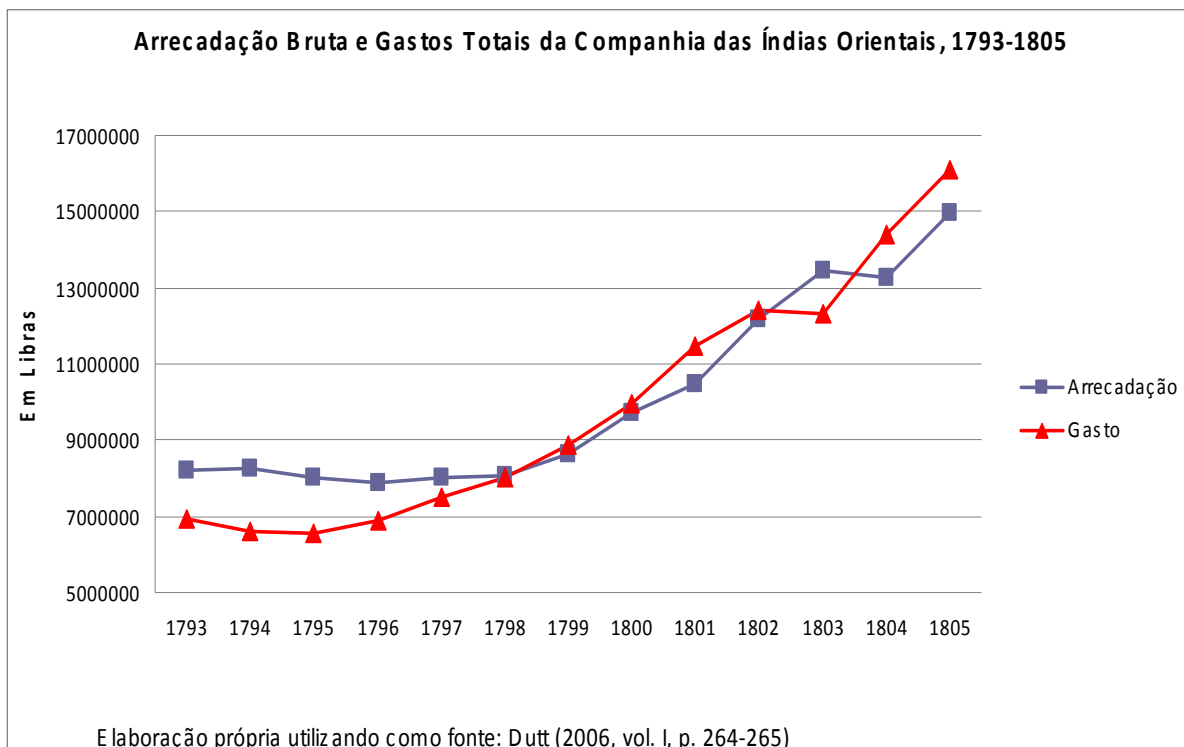
---

Disponível em: [http://lakdiva.org/coins/silver\\_rupee.html](http://lakdiva.org/coins/silver_rupee.html). Acesso em: 27/05/2010.

<sup>112</sup> Segundo Bowen (2006, p. 47), ao final do governo Wellesley, em 1805, a companhia tinha três exércitos na Índia, contando quase 200 mil homens.

<sup>113</sup> Barua (1994) analisa os conflitos entre a companhia e os poderes regionais indianos, entre 1750-1850, e conclui que os indianos procuraram adaptar seus exércitos, armamentos e forma de combate ao estilo europeu. No entanto, esse processo estava ainda no início, e, assim, os britânicos foram capazes de impedir sua continuidade, embora com grande dificuldade e enorme mobilização de recursos. Marshall (1980), em uma análise mais ampla dos conflitos militares entre europeus e asiáticos do século XVI ao XIX, semelhantemente a

A incorporação dos territórios cedidos permitiu um grande crescimento da arrecadação tributária bruta, que passou de cerca de 8 milhões de libras no início de seu governo, em 1798, para cerca de 15 milhões de libras, em 1805. Entretanto, a guerra com Mysore e com os maratas consumiu muitos recursos, transformando o superávit de quase um milhão de libras em um déficit de mais de um milhão (ver Gráfico 1 abaixo).



Os novos territórios anexados não foram, portanto, capazes de gerar uma arrecadação que compensasse os gastos com suas conquistas e com a defesa dos territórios anteriormente conquistados.

Ao lançar-se à conquista da supremacia no subcontinente indiano, a companhia enfrentou dois grandes desafios. O primeiro era militar. A companhia tinha de enfrentar e

---

Barua, destaca o processo de adaptação e a capacidade de resposta asiática ao desafio europeu, mas chega a uma conclusão distinta de Barua para a supremacia militar europeia. Segundo Marshall (1980, p. 28), “Although Indian states had shown some capacity to meet the challenge of the new field armies, another phase of successful Asian containment of European expansion, such as had occurred after the initial Portuguese and Dutch successes, was unlikely in the early nineteenth century. The output of arms in Europe was accelerating, shipping costs to the East were falling, European governments were displacing the companies and taking a direct interest in Asia, and territorial possessions in India were providing the British with new resources of men and money. European military power could now be used on a very large scale.”

derrotar seus dois principais rivais no subcontinente – os maratas e Mysore – e, ao mesmo tempo, precisava defender seus territórios e os de seus aliados de possíveis ataques de inimigos internos e externos. A guerra na Europa tinha oposto os britânicos aos franceses e seus aliados, e isso ampliara as linhas de defesa da Índia britânica. No âmbito militar, Lord Wellesley teve sucesso aniquilando definitivamente a ameaça de Mysore e temporariamente afastando a ameaça dos maratas, ao firmar uma aliança com o *peshwa*,<sup>114</sup> deixando os demais líderes *maratas* isolados. A frota e as tropas da companhia foram utilizadas para apoiar as expedições militares britânicas contra os franceses e holandeses na África e na Ásia<sup>115</sup> e tiveram sucesso em impedir que os franceses e seus aliados estabelecessem bases na Índia.

O segundo desafio enfrentado pela companhia era mais complexo. Nenhum poder conseguiu anteriormente conquistar todo o subcontinente indiano com o financiamento apenas de tributos extraídos dos territórios conquistados. O império mongol na Índia se fragmentou devido aos limites financeiros impostos a sua contínua expansão territorial. O período no qual o império alcançou sua maior extensão geográfica com o imperador Aurangzeb (1658-1707) foi também aquele em que começaram a se manifestar os sintomas de seu declínio. Suas crescentes despesas ultrapassavam o aumento de suas rendas, e o poder mongol começou a desmoronar sobre o próprio peso. Antes dos mongóis, o mesmo havia acontecido com os *guptas*, no norte do subcontinente. Diferentemente do que ocorrera com seus antecessores, a capacidade de tomar emprestado, ou seja, ter crédito é que possibilitará à Companhia das Índias Orientais financiar suas crescentes despesas militares na Índia.

Entretanto, durante o período das conquistas de Wellesley, havia um aperto do crédito em Londres devido às Guerras Napoleônicas, de forma que a companhia não tinha como se

---

<sup>114</sup> Aproveitando-se do conflito entre o *peshwa* e Holkar, a companhia lhe ofereceu apoio para recuperar seu trono em Poona; em troca, o *peshwa* se tornava um aliado subsidiário da companhia. Este acordo foi selado, em 1802, com a assinatura do Tratado de Bassein entre a companhia e o *peshwa*.

<sup>115</sup> As tropas e navios da companhia participaram das expedições da Coroa britânica no Ceilão (1795), Malaca e Molucas (1795), Cabo da Boa Esperança (1795 e 1806), Egito (1801), Ilhas Maurícios (1810) e Java (1811). O

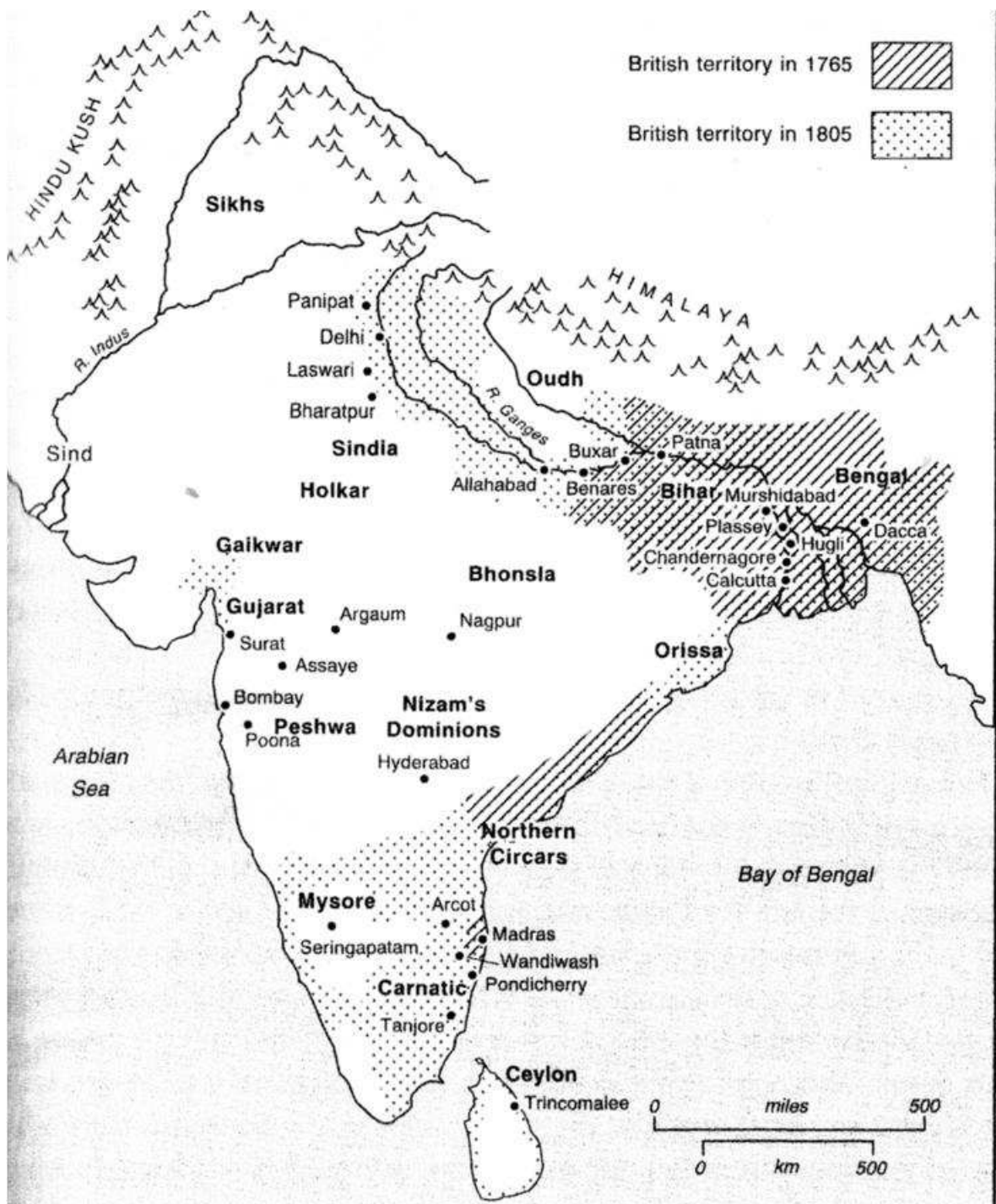
financiar em solo britânico. Será por meio do crescimento de sua dívida na Índia que a companhia financiará a sua cara máquina de guerra e adicionalmente estes relacionamentos financeiros envolvendo a companhia, o setor privado britânico na Índia e os mercadores-banqueiros indianos ajudarão a construir o apoio político ao seu governo na Índia.

No entanto, o enorme crescimento das despesas com a guerra continuava a pressionar as finanças da companhia. Os ministros e diretores começaram a ficar receosos com o acúmulo de letras da Índia que chegavam para ser pagos em Londres e com a deterioração da situação financeira da companhia. A continuação da política de conquista territorial na Índia deixou de ser vista com bons olhos. Lord Wellesley foi chamado de volta a Londres, e Lord Cornwallis, já em idade avançada, foi enviado novamente à Índia para estabelecer a paz com os maratas.

Em 1805, mesmo ano de sua chegada, enquanto negociava a paz com os líderes maratas de Sindia e Holkar, Lord Cornwallis faleceu. Sir John Barlow, membro sênior do conselho de governo em Calcutá, assumiu interinamente o governo e finalizou o acordo de paz com os dois líderes maratas. Assim, em 1805, a companhia tinha expandido consideravelmente seus territórios na Índia, conforme pode ser visto no Mapa 5, a seguir.

---

ressarcimento das despesas com estas operações será matéria de grande discussão entre os diretores e ministros (BOWEN, 2006, p. 47).



Mapa 5 – O Crescimento do Império Territorial Britânico na Índia, 1765-1805  
 Fonte: Ray (1999, p. 509)

Em 1807, Lord Minto chegou à Índia como novo governador-geral. Durante a sua administração, ele manteve a paz com os maratas e demais poderes indianos e procurou colocar em ordem as finanças da companhia na Índia, reduzindo o déficit orçamentário e gerando um superávit de mais de 2,5 milhões de libras a partir de 1810-1811. O fim de sua

gestão, em 1813, coincide com a renovação, por mais vinte anos, da Carta da companhia pelo Parlamento britânico, e com o fim oficial do monopólio comercial da companhia na Índia.<sup>116</sup>

Esses dois fatos aparentemente contraditórios, a renovação da Carta da companhia e o fim de seu monopólio comercial na Índia, evidenciam a enorme transformação ocorrida nos quase cinquenta anos que separam a aquisição do poder territorial pela companhia na Índia e o fim de seu monopólio.

O comércio não era mais o negócio principal da companhia. Seu maior objetivo na Índia era governar os territórios, de forma a extrair os recursos tributários que permitissem a expansão do poder imperial britânico no subcontinente indiano e na Ásia. O comércio se restringe cada vez mais a ser um instrumento por meio do qual parte destes recursos eram transferidos da Índia para a Grã-Bretanha. Como explicou o presidente da companhia, em 1833, o comércio da empresa fazia muito mais que gerar dividendos para os acionistas, ele também agia como um canal de remessa de um tesouro a outro (BOWEN, 2007, p. 43).

Como observa Marshall (1999, p. 506), a lucratividade da companhia agora dependia de sua habilidade em manter o controle sobre suas províncias na Índia. “Military power, revenue extraction, and trade had thus been fused together in a way that was to be characteristic of British India far into future.”

Entre 1814 e 1818, os maratas serão derrotados pelas forças da companhia. Os territórios governados pelo *peshwa* serão incorporados à presidência da companhia em Bombaim. Após submeter os chefes maratas de Sindia, Holkar, Bhonsla e Gaekwad, a companhia permitirá que eles governem seus estados, mas como subordinados ao poder imperial britânico. Neste período, a companhia travará combate contra os *gurkas*, tribo do oeste do Himalaia, com a qual mantinha conflitos territoriais. Após submeter as tribos e o

---

<sup>116</sup> Na realidade, já havia uma brecha no monopólio da companhia quando o Parlamento, em 1793, sob a pressão dos comerciantes privados, estabeleceu que a companhia deveria oferecer 3 mil toneladas da capacidade de seus navios para outros mercadores britânicos comercializarem com a Ásia. (Dutt, op. cit., p. 6).

governo do Nepal que os apoiava, a companhia assinará um acordo de paz com os *gurkas*, em 1815, ratificado pelo governo do Nepal, em 1816. Pelo acordo, a companhia conquistou as terras baixas ao longo da fronteira sul do Nepal, Garhwal e Kumaon no oeste do Nepal e Sikkim.

No período que se estende entre a derrota final dos maratas, em 1818, e o fim das atividades comerciais da companhia, em 1833, haverá algumas outras conquistas territoriais, como a anexação pela companhia de parte do território da Birmânia (antiga Burma), em 1826, e a anexação do estado de Mysore, em 1831. No entanto, a marca principal desse período será a introdução pela companhia de reformas civis na Índia.

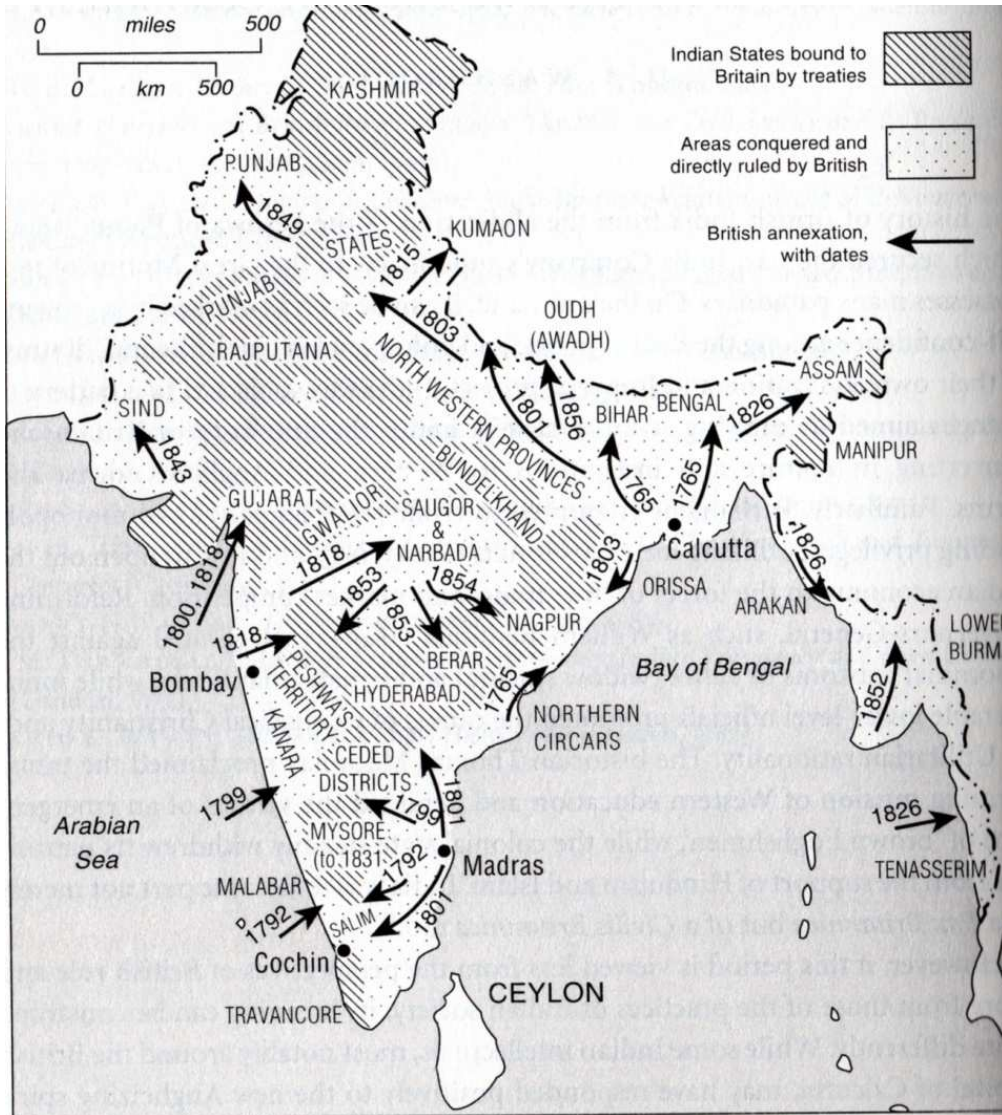
Será então instituído o serviço civil indiano, estabelecendo regras meritocráticas para a incorporação dos indianos à administração pública dos territórios, serão finalizados os acordos tributários na presidência de Madras e Bombaim<sup>117</sup> (incluindo os territórios do *peshwa marata*) e serão realizadas também reformas educacionais na Índia.

Mesmo ao fim de suas atividades comerciais, em 1833, a companhia continuará administrando os territórios indianos, e a renda territorial deles cobrada se tornará o principal recurso para pagar os dividendos de seus acionistas na Grã-Bretanha. Em 1858, com a transferência dos territórios da companhia para a Coroa britânica, as ações da companhia seriam liquidadas por meio de empréstimos feitos em nome da Índia, com os acionistas recebendo 200 libras por cada 100 libras de valor nominal de ações detidas. Até a liquidação final das ações, os acionistas continuariam recebendo seus dividendos estipulados em 10% ao ano. Os recursos para pagamento dos dividendos continuariam vindo da mesma fonte, isto é, dos impostos pagos pela população indiana (DUTT, 2006, p. 264).

---

<sup>117</sup> O sistema adotado nas duas presidências será a tributação direta ao cultivador, denominado sistema *ryotwari*.

Um pouco antes da chamada Primeira Guerra de Independência Indiana, denominada pelos britânicos de Grande Motim, sufocada pela companhia, seus domínios abarcavam todo o subcontinente indiano, conforme pode ser visto no Mapa 6, a seguir.



Mapa 6 – Índia pré-Motim  
 Fonte: Washbrook, (1999, p. 396)

Na próxima seção, iremos analisar os empréstimos da companhia, a expansão de sua capacidade de mobilizar recursos na Índia e a consolidação das alianças com as classes mercantil e financeira indianas.



## 4.2 A PARTICIPAÇÃO DAS REDES LOCAIS E METROPOLITANAS DE CRÉDITO NO FINANCIAMENTO DA COMPANHIA

Os impostos e os empréstimos dos banqueiros indianos possibilitaram à companhia travar guerra contra os outros estados da Índia e conquistar todo o subcontinente indiano ao final da primeira metade do século XIX (Mapa 6).

Quando se compara a arrecadação da companhia com as de seus principais rivais indianos nos anos iniciais da década de 90 do século XVIII, verifica-se que a companhia arrecadava uma receita bruta no valor de 59 milhões de rúpias (aproximadamente 5,9 milhões de libras) de Bengala, Bihar e Orissa, em 1793-1794. Já a Confederação Marata se apropriava de aproximadamente 57 milhões de rúpias, e Mysore, sob o governo do sultão Tipu, tinha uma receita de 23,7 milhões de rúpias (RAY, 1999, p. 517).

Apesar de a arrecadação dos maratas e da Companhia praticamente se equivaler, as finanças dos maratas eram por demais caóticas para chegar a produzir um superávit. O imposto sobre a terra em Bengala produziu um superávit de 22 milhões de rúpias em 1793-4, e, embora parte desse superávit fosse usado para cobrir os déficits das presidências da companhia em Madras e Bombaim, ainda sobrava um saldo positivo de 17 milhões de rúpias. Enquanto isso, Mahadji Sindia, senhor do norte da Índia, conseguia um superávit de apenas 1,2 milhão de rúpias de sua base em Malwa (Ibid.).

Segundo Ray (Ibid., p. 518), os banqueiros indianos sabiam que a companhia tinha disponível o maior superávit tributário do país que poderia ser oferecido como garantia para grandes contratos de empréstimos. Além disso, tais banqueiros já tinham experiência comercial com a companhia antes de ela se tornar governante, de forma que a empresa gozava de reputação de boa pagadora, ao contrário de outros poderes indianos que nem sempre tinham um relacionamento tão sólido com seus banqueiros e financiadores.

No entanto, antes de abordar o relacionamento entre os banqueiros indianos e a companhia, é necessário focar as funções que os primeiros desempenhavam tradicionalmente no subcontinente indiano. Na região oeste da Índia, havia um importante grupo de mercadores-banqueiros designados *bantias*.<sup>118</sup> A influência deles no oeste e em outras regiões da Índia na virada do século XVIII derivava de uma variedade de funções comerciais que realizavam e de seu controle do mercado monetário e da estrutura de crédito.

The idiosyncracies of the Mughal currency practices and procedure which place an over-high premium on the regional coin, i.e. a coin issued by the immediate ruling authorities [...], and the influx of bullion and foreign coins necessitated the existence and availability of banking and exchange services. [...] The latter [Bantias], traditionally associated with usury and in some cases deposit banking, had acquired an easy and quick familiarity with conversion procedures and assaying practices, and in course of time had arrogated to themselves the exclusive right to assay and change money. Drawing dividends from trade and brokerage and sometimes administrative service, they deployed it in buying substantial stocks of bullion imports coming into the ports cities – Surat in particular in the seventeenth century – and thereby controlling the money market in terms of both supply of capital and of exchange and discount rates (SUBRAMANIAN, 1987, p. 476-77).  
[observação minha]

Referindo-se a outro serviço essencial prestado pelos banqueiros, Subramanian (Ibid., p. 477) observa que: “The other principal service offered by the Shroffs<sup>119</sup> was a remittance of funds and proceeds and profits of trade through the medium of the Hundi – the indigenous bill of exchange, probably the most central and characteristic credit instrument of the banking system.”

As *hundis* ou letras de câmbio emitidas pelos banqueiros indianos poderiam ser emitidas para pagamento contra apresentação ou para pagamento depois de transcorrido um determinado período. Em ambos os casos, as *hundis* especificavam a praça comercial e a moeda em que estes pagamentos seriam feitos. Sobre as *hundis*, como sobre qualquer letra de câmbio, incidia um desconto que cobria os juros, o seguro e os custos de transporte. No

---

<sup>118</sup> O termo essencialmente indicava uma categoria ocupacional, abarcando um grupo de castas hindus e jainistas, especializadas na atividade comercial (SUBRAMANIAN, 1987, p. 474).

entanto, o lucro dos banqueiros indianos não se originava fundamentalmente do desconto cobrado, mas da arbitragem das taxas de câmbio entre as moedas indianas que a expansão das atividades comerciais no subcontinente havia possibilitado. Em essência, os mercadores-banqueiros dos séculos XVII e XVIII na Índia não se diferenciavam dos mercadores-banqueiros na Europa dos séculos XV e XVI.

A conexão entre os *bantias* e a companhia começou nos anos 30 do século XVIII, quando os primeiros começaram a utilizar mais intensivamente os navios britânicos para manter suas linhas comerciais com Bengala e o Golfo da Arábia e Pérsia e simultaneamente manter sua linha de *hundis* funcionando.<sup>120</sup> Nas décadas seguintes, os *bantias* começaram a usar crescentemente Bombaim como porto alternativo para estiva e transporte de mercadorias, em virtude da maior segurança oferecida pela cidade-ilha.

Segundo Subramanian (Ibid., p. 484), uma nova área de negócios após os anos 1760 irá ligar os *bantias* à companhia: “the Company’s growing requirements of credit and exchange assistance constituted a new source of business to the Bania shroffs [...]”.

As dificuldades financeiras do governo da companhia em Bombaim aumentaram à medida que o comércio na costa oeste perdia seu dinamismo e ao mesmo tempo que o governo de Bombaim se esforçava em manter seus investimentos em Malabar e Gujarat e sua recém-adquirida base em Surat. Uma alternativa seria desviar parte do superávit de Bengala para Bombaim utilizando a rede de crédito comercial já existente que ligava Surat até Murshidabad (capital de Bengala).<sup>121</sup> O Mapa 7 a seguir mostra a intrincada rede de

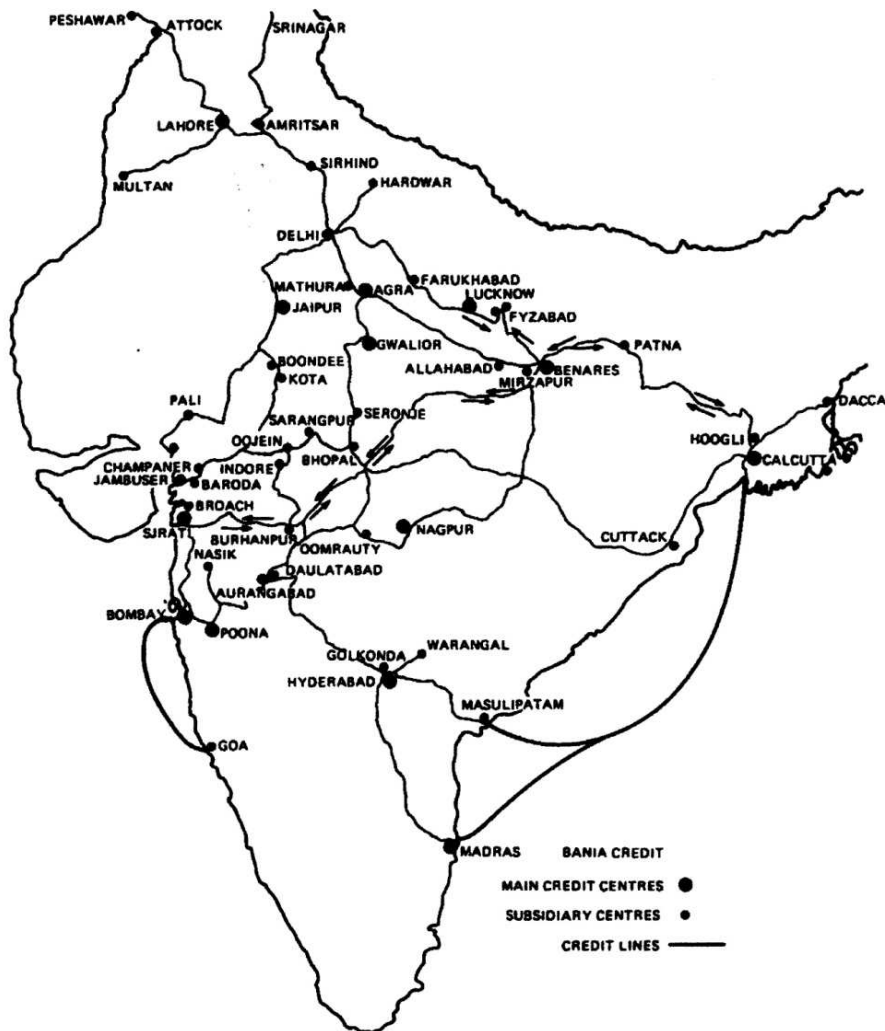
---

<sup>119</sup> *Shroffs* é a designação genérica dos banqueiros no subcontinente indiano. Os *bantias* constituíam um influente subgrupo de banqueiros indianos.

<sup>120</sup> Na costa oeste, em Gujarat, estavam localizadas as principais áreas produtoras de algodão que abasteciam as manufaturas têxteis de Bengala. Os *bantias* controlavam a comercialização de algodão das áreas produtoras para os principais mercados externos e internos no subcontinente.

<sup>121</sup> “Any transfer of funds particularly on large scale and on regular basis had to be effected invariably through the Hundi network that stretched right across the subcontinent connecting Surat with Murshidabad.” (Subramanian, 1987, p. 485).

compensação das hundis que conectava as principais praças comerciais do subcontinente indiano no final do século XVIII.



Mapa 7 – Linhas de crédito na Índia no final do século XVIII  
 Fonte: Subramanian (1987, p. 481)

As autoridades da companhia em Calcutá autorizaram que a companhia em Bombaim negociasse com os banqueiros *baniyas* de Surat e de Gujarat com quem ela já possuía relações comerciais e financeiras.

Fort William directed their subordinates at Bombay to make arrangements with Surat bankers to persuade them to advance money in Bombay in exchange for Company bills on Bengal issued in favour of their (shroffs) correspondents at Calcutta or Murshidabad as the case may be. At the same time, they decided to utilize the services of the Gujarati shroffs in Bengal, buy their Hundis in favour of the Bombay Government and have them dispatched to Bombay (Ibid. p. 486).

Segundo Subramanian, a parceria entre a companhia e os *banias* se cristalizará no espaço de cinco décadas, podendo-se identificar, neste período, duas fases distintas nessa associação. A primeira fase iria dos anos 1760 até o início dos anos 1780; a segunda, dos anos 1780 até a primeira década do século XIX. A primeira fase da cooperação dos *banias* com os britânicos se limitava à transferência de recursos de Bengala para cobrir os custos de Bombaim com seu exército e comércio. No entanto, depois que os esforços do governo de Bombaim para aumentar sua presença no interior esbarrou nos maratas: “[...] the situation changed perceptibly in terms of both the expanding scope of the Bombay Government’s political and commercial ambitions and of the Bania resources backing it.” (Ibid., p. 486).

Um aspecto que Subramanian (Ibid., p. 487) destaca é o poder dos banqueiros na fixação do câmbio entre a rúpia da companhia em Bengala e a rúpia de Surat em condições que eram desfavoráveis à companhia. Assim, são comuns os comunicados entre Bombaim e Calcutá a respeito da taxa de câmbio negociada com os banqueiros.<sup>122</sup>

Subramanian aponta que essas transações financeiras da companhia contribuíram para estender a linha de crédito até Bombaim e que a renovação da atividade comercial no oeste, no norte e na parte central da Índia, com a estabilização do poder marata de Sindia e Gaekwad, permitiu que:

New credit points like Bombay along the coast and Indore and Gwalior inland were emerging or in many cases reappearing to expand contours of the Hundi labyrinth. The utility of these credit centres was soon recognized during the years of the first Anglo-Maratha war (1775-82) when Bania cooperation reached its high point and when their Hundis became the principal instruments of supplies to the British armies in the distant theatres of war (Ibid., p. 490-91).

---

<sup>122</sup> “We are sensible that bills drawn from here on their factory were at an unfavourable exchange rate, it had been our constant endeavour to obtain money on favourable terms, but the merchants and shroffs taking advantage of the difficulties [...]” P. D. D. n. 64 of 1773, p.75, Letter addressed to Fort William on 15 August 1773. Apud Subramanian, op. cit., p. 489-90.

Dada a importância dos *banias* e de suas *hundis* para abastecer e pagar as tropas, questões relativas à taxa de desconto e de câmbio deixaram de ser importantes para a companhia.

Outros três fatores vão contribuir para a expansão da linha de crédito comercial. O primeiro é a expansão do comércio de algodão de Gujarat via Bombaim para a China. O segundo é a emergência de linhas de crédito adicionais, conectando os domínios maratas mais ao leste com o polo comercial de Calcutá. Outras rotas comerciais apareceram como resultado do pagamento de tributos e do retorno do tráfico de peregrinos no território da Confederação Marata. É nesse contexto que Benares surge como capital financeira do leste da Índia.

Accompanying this development was the emergence of the Benares banking house of Gopaldas Manohardas and their growing participation in the cotton trade, in anticipating revenue assignments and offering remittance facilities for Company and merchant. Other banking houses to engage in similar activities [...] The involvement of these large firms who very soon monopolized the remittance business of the Company did not, however, entirely dislodge the smaller and intermediary Gujarati bankers of Surat. On the contrary, there was a closer inter-locking of the various levels of the credit market. Leaving the business of large-scale money transfers to the bigger banking firms mentioned, the city shroffs concentrated on arranging medium-scale remittances to Bombay, issuing Hundis to the Surat factors against the Benares remittance on their agents at Bombay, and capital contributions to Surat agents of the Benares bankers who among other things undertook on a contractual basis the supply monthly advances to the Bombay Government. Furthermore, the development of Bombay's trade with China represented new business to them as they participated in the trade in the capacity of both supply merchants, brokers and bankers (Ibid., p. 494-95).

A partir dos anos 1780, o comércio de Bombaim com a China começou a crescer, impulsionado pela necessidade da companhia de obter recursos para adquirir o chá de Cantão. Devido às crescentes pressões do setor manufatureiro britânico contra a exportação de têxteis indianos mesmo para reexportação, a companhia e os mercadores privados britânicos encontravam dificuldade para remeter seus lucros e rendas no território indiano para a Grã-Bretanha.

A Lei de Comutação, de 1784, introduzida após negociação entre os ministros britânicos e os diretores da companhia, tinha por objetivo transformar o chá no principal mecanismo de transmissão de suas rendas na Índia para a Grã-Bretanha. Para isso, as tarifas aduaneiras foram intensamente reduzidas de forma a baratear o chá e permitir que a companhia enfrentasse a concorrência dos contrabandistas que o traziam do continente para a Grã-Bretanha. Para que o mecanismo funcionasse, era necessário também que a companhia fosse capaz de fazer grandes aquisições de chá, tornando-se sua principal compradora em Cantão, reduzindo a disponibilidade do produto para suas competidoras europeias. Para comprar grandes quantidades de chá em Cantão, a companhia usou basicamente quatro procedimentos: exportar bulhão da Índia para Cantão, usando, para isso, seu excedente tributário; exportar mercadorias indianas para a China; obter empréstimos junto aos comerciantes privados britânicos que lucravam com o comércio e com os leilões que terceirizavam a cobrança de impostos. Esta última alternativa também era vantajosa para os comerciantes privados britânicos que, em troca do empréstimo, recebiam letras de câmbio da companhia, resgatáveis em Londres em um prazo de 12 meses.<sup>123</sup>

O principal produto de exportação de Bombaim para a China era o algodão produzido em Gujarat. No entanto, os mercadores de Bombaim não tinham recursos para ampliar suas compras de algodão em Gujarat, uma vez que o dinheiro usado em Bombaim não era bem aceito fora dos limites da ilha. Isso significava que eles tinham de recorrer aos banqueiros *baniyas* de Surat e de Bombaim.

The Baniyas responded only too favourably to the growing demand for their Hundis and brokerage services with the result that by the early 1790s of the century, Hundis became the principal if not exclusive instrument of all cotton purchases in Gujarat; approached by European and Parsi merchant firms of Bombay, the city Bania drew bills on his principal at Surat and most often these were issued without receiving money deposits. The bills were dispatched to Surat, where on the strength of these securities further bills

---

<sup>123</sup> “The latter found it to their advantage to accept Company bills which would be discounted at London at a reasonable rate of exchange offering in return their funds to realize the Company’s annual investment of tea.” (SUBRAMANIAN, op. cit., p. 500).

were contracted for on their agencies at Broach, Jambuser, Bhavanagar or wherever needed. The demand of bills grew apace in the following years [...]. (SUBRAMANIAN, 1987, p. 503)

Havia, no entanto, entre as autoridades da companhia em Calcutá, a preocupação em desenvolver formas alternativas de financiamento. Uma das alternativas tentadas sem muito sucesso foi a emissão de notas promissórias da companhia pagando juros de 6% ao ano e o lançamento de empréstimos públicos. Contudo, a adesão foi pequena, e os banqueiros de Benares e Surat continuaram a ser a principal fonte de recursos para a companhia entre 1795 e 1800 (Ibid., p. 506).

Em 1804, em meio à guerra com os maratas, o governo de Bombaim buscava alternativas aos grandes banqueiros indianos e suas desfavoráveis taxas de câmbio. A solução foi a obtenção de empréstimo junto às casas comerciais britânicas em Bombaim.

By this agreement, the Company promised to make over their intended provision the cotton for the current year, i. e. 1804, to the Agency houses who in return agreed to pay freight charges for cotton at the rate of Rs 30 per ton together with the net proceeds thereof into the Company treasure at Canton for bills on the Court of Directors and to pay into the Bombay treasury on or before 31 May 1804, a sum of Rs 10 lakhs (Ibid., p. 508).

Ao final da guerra com os maratas, os comerciantes privados britânicos tinham se tornado os grandes financiadores da companhia na Índia, tomando o lugar dos banqueiros indianos e suas *hundis*. Segundo Subramanian (Ibid., p. 509), além da concorrência das casas comerciais britânicas, houve dois outros fatores que enfraqueceram a posição dos banqueiros indianos: a paralisação do comércio interno, causada pela longa guerra, interrompera sua rede de crédito que conectava o oeste, ao centro e ao norte da Índia; e as aquisições territoriais em Gujarat tinham garantido à companhia uma fonte permanente de tributação e maior acesso dos mercadores de Bombaim às áreas produtoras de algodão.

A expansão do comércio da companhia com a China, além de aliviar as pressões financeiras sobre a cidade de Bombaim, aumentava a necessidade de remeter os lucros e



resultados do comércio para Londres e para Cantão por meio das casas comerciais privadas britânicas.

The latter was, in other words, taking over to a limited extent the business and channels of remittance hitherto almost exclusively controlled by the shroffs and thereby tiding over its pecuniary requirements. Subscriptions to the public loans after 1807 increased rapidly; when the 1808 loan was closed in the following year, subscriptions to the tune of Rs 72 lakhs had been raised. [...] The fifty-year-old connection of the Company with the Bania bankers had clearly ended (Ibid., p. 509-510).

Esse processo de substituição dos mercadores-banqueiros também é destaque por Ray (1999, p. 522)

The political hegemony of the East India Company visibly transformed the conditions of Indian trade and finance. With more revenues than before [...] the Company authorities were in position to clip the wings of the Indian bankers and to break out of the irksome dependence on their *hundis*. These instruments were relegated to inland Indian business, the so called bazaar, as the Company floated public loans at as low a rate as 6 per cent, and eventually at 5 per cent, on the basis of heightened public confidence. Part of this confident public was the growing body of non-official Europeans gathered around the houses of agency for the conduct of the private trade. The other part was the emerging Indian public of the Presidency towns, presided over by the landholders and leaders of the Indian business communities that dealt with the British: Bengali *banians* of Calcutta, the Tamil *dubashes* of Madras, and the Parsee brokers of Bombay, whose function was to act as the intermediaries between the European agency houses and the Indian bazaar.

Assim como em Bombaim, em Carnataca relações semelhantes haviam sido estabelecidas entre britânicos e os mercadores indianos. Mercadores hindus, no fim do século XVII, começaram a considerar mais vantajoso se associar aos britânicos do que explorar independentemente o comércio asiático. Os navios britânicos eram maiores e mais armados para ultrapassar o bloqueio holandês a Malaca, Java e Sumatra, tradicionais mercados indianos. Além disso, a associação com os ingleses também conferia alguns privilégios:

The merchants who supplied the English were given the status of “Company Merchants”, a status that conferred some rights in the settlement, such as godown space and protection, an option on import goods, some share in the Company’s fiscal privileges [...]. (ARASARATNAM, 1979, p. 21).

Os mercadores também contribuía, provendo crédito de curto prazo, fazendo adiantamentos relativos às encomendas da companhia para produtores e outros intermediários.

No entanto, sua relação com os britânicos não se restringia à companhia.

Besides providing credit for orders made on behalf of the Company, the merchants lent money to English private traders and Company servants in the pursuit of their private trade. Company servants were trading on their own in combination with English private traders and both groups took Indians into partnership as well as borrowing money from them at interest and on Respondentia Bonds.<sup>124</sup> (Ibid., p. 21)

Em meados do século XVIII, a interdependência entre os mercadores indianos e os comerciantes privados britânico havia se intensificado. Vários servidores da companhia faziam fortuna com capital indiano, e os mercadores indianos de Carnataca começaram a concentrar seus ativos em Madras e a investir na expansão imobiliária urbana que a cidade experimentava nesse período. “Some of the merchants were also rentiers and tax farmers, having successfully bid for the revenue farms put up annually for auction” (Ibid., p. 23).

Além dos mercadores, outro grupo social que ascendia na sociedade local e fazia fortunas, no último quarto do século XVIII, eram os *dubashes*. Os *dubashes* ascenderam aproveitando as oportunidades surgidas da necessidade dos britânicos de estabelecer relações com a administração no interior de Carnataca e com a expansão dos interesses privados britânicos na região.

There was a *dubash* for every major officer on the Company’s establishment paid out of Company funds. [...] *Dubashes* organized the payment of commission from merchants when contracts were sealed for the supply of textiles and from tax farmers when offers for farms were accepted, organized presents from and to hinterland officials, disposed of goods traded in by their employers and kept their private accounts (Ibid., p. 24).

Nos anos 70 do século XVIII, a companhia em Madras decidiu adotar uma política semelhante à que havia sido introduzida em Bengala alguns anos antes e negociar diretamente com os produtores rurais. A ideia era “take the investment into our hands by standing

ourselves in place of merchants and employing agents or gumastahs<sup>125</sup> to make advances to weavers and superintendent looms” (Ibid., p. 30).

Inicialmente esse novo sistema foi introduzido no *jagir* de terra ao redor de Madras e em Cuddalore, mas a ideia era utilizá-lo em outras vilas de tecelagem no interior de Carnataca. No entanto, sua implantação efetiva envolvia alguns. O principal deles era o fato de que os comerciantes e intermediários que faziam a conexão entre as áreas produtoras e a companhia eram também responsáveis por fazer os adiantamentos e fornecer os insumos necessários à fabricação têxtil, na qual o fio era um dos itens principais.

In the villages to the south (Cuddalore) and to the north (Vizagapatnam), resident officers took over the supply of thread and shared the profits with the Company. Because of the immense importance of providing the proper thread suitable for the varieties of cloth ordered, it was decided to make the weavers advances in thread itself rather than cash to the extent of 2/3 and sometimes ¾ of the cash value. This had also the advantage of engrossing the whole thread supply trade to the Company and its agents (Ibid., p. 31).

Outro lucrativo negócio que seria explorado em sociedade entre a companhia e os comerciantes privados britânicos era o comércio de grãos.

Bengal was the major supplier of rice and the Company found it convenient to make remittances from there to Madras in grain through the medium of private traders. During the near famine conditions of 1780-82, when the Madras Government took measures to regulate the supply and price of rice in the settlements, it was clear that the trade had been engrossed by the European traders (Ibid., p. 37).

A penetração dos comerciantes privados britânicos em áreas até então ocupadas por mercadores e intermediários indianos foi de certa forma promovida pela companhia. Quando esta resolveu deslocar os intermediários indianos, sem ter os recursos suficientes para assumir todo o negócio, precisou recorrer aos comerciantes privados britânicos para complementar o

---

<sup>124</sup> Títulos em que a garantia (colateral) do empréstimo é o navio ou carga.

<sup>125</sup> Os *gumastahs* eram “[...] the lower rung of the indigenous social structure in Madras. They were employed by the Company as well as by English and Indian merchants. They had fixed salaries considerably below those of the dubashes. They worked in warehouses, custom post, the mint and in clerical positions in the offices of the senior officers, and had no obvious opportunities for making money – that is, not yet. Their day was to come

capital de que na época não dispunha. As guerras com Mysore e os maratas nos anos 1770-80 haviam reduzido a disponibilidade de recursos tributários para investir no comércio e, além disso, a direção da companhia já decidira privilegiar o comércio com a China em detrimento da Índia.

Partly their work had already been done for them by the Company its policies of by-passing the Indian merchant-middleman. Having done this, the Company's financial problems made it impossible to employ weavers directly. So it decided to go back to the contract method in many areas and publicly advertised for tenders for the supply of piece-goods. [...] The shortage of specie forced the Company to give preference to contractors who could accept payment in Bills of Exchange drawn on London. Cash advances were reduced to a minimum and Indian merchants could not get money to make advances to weavers (ARASARATNAM, 1979, p. 37).

É interessante observar que a substituição dos mercadores e dos banqueiros indianos nos postos-chave da economia indiana e do comércio com a China e com outras partes da Ásia por comerciantes privados britânicos permitiu à companhia expandir suas letras de câmbio (rúpia-libra) como meio de pagamento em substituição às *hundis* indianas. Isso não significou que os banqueiros e mercadores indianos tenham sido totalmente excluídos dos negócios ou que suas *hundis* tenham deixado de circular, mas sim que eles foram “disciplinados” pela companhia, tendo de assumir uma função subordinada, e suas *hundis* passaram ser apenas um meio de pagamento cartal emitido por um agente privado, na nova ordem monetária e mercantil.

No próximo capítulo, analisaremos mais detalhadamente como a companhia, ao se tornar governante, utilizou seu poder para proclamar uma nova moeda, transformando a rúpia emitida pelo nababo de Bengala na “rúpia da companhia” ou na “rúpia inglesa” e como, aos poucos, esta moeda foi levada pela companhia para todos os territórios sob o seu governo. Iremos também focar como as letras de câmbio e outros títulos emitidos pela companhia na Índia serão utilizados para submeter os banqueiros indianos e suas *hundis*.

## 5 A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO NA ÍNDIA BRITÂNICA

Antes de analisarmos as medidas de administração monetária introduzidas pela companhia nos territórios indianos sob seu governo, é necessário delinear o quadro monetário indiano na segunda metade do século XVIII.

Como Ambedkar (1947, p. 4-5) e Ellstaetter (1895, p. 1) observam, os governantes indianos consideravam o exercício do direito de cunhagem de moedas um privilégio do soberano e a moeda um símbolo de sua soberania. Assim, com o enfraquecimento do imperador mongol no século XVIII, os governos regionais mantiveram a aparência de subordinação mas, ao mesmo tempo, procuravam reafirmar sua independência em relação ao decadente poder mongol. Cada governante local passou a emitir a própria moeda como símbolo de seu poder, mantendo, no entanto, a forma e as inscrições nas moedas dos governantes mongóis como se ainda fossem subordinados ao poder deles. Dessa forma, proliferaram moedas com uma mesma denominação, mas com peso e conteúdo metálico distintos, tendo como marca visível de distinção apenas o nome do local em que foram cunhadas. Logo, cada poder local proclamou a sua própria moeda.

In the general scramble for independence which followed the fall of the Empire, the right to coinage, as one of the most unmistakable insignia of sovereignty, became the right most cherished by the political adventurers of the time. [...] the country was filled with diverse coins which, while they proclaimed the incessant rise and fall of dynasties [...] But they seemed to have held that as the money used by their subjects was made by them, they could do what they liked with their own, and proceeded to debase their coinage to the extent each chose without altering the denominations (Ibid., p. 4-5).

Ellstaetter (Ibid., p.1) estima que, em meados dos anos 1830, havia na Índia não menos que trezentos diferentes tipos de rúpias, embora aponte que muitas delas estavam fora de uso.

Em vários reinos do sul da Índia, eram utilizadas moedas de ouro, denominadas pagodas. Assim como ocorria com a rúpia, vários governantes emitiam moedas com esta mesma denominação, como, por exemplo, pagodas de Mysore, pagodas de Carnataca, pagodas de Pondicherry, etc., mas sua validade era circunscrita a seus territórios. (Ibid., p. 84-85).<sup>126</sup>

Existiam também em toda a Índia moedas de cobre, utilizadas para transações de pequeno valor. Bagchi (1985) cita ainda a utilização de conchas (*cowries*) como meio de troca, principalmente na área rural.

In many regions of India, both in towns and remote villages, the cowries (or sea shells) had been used as the medium of exchange for most local transactions. Although cowries were merchandise and there was no policy of stabilizing their value, it would seem that for a long time they had maintained a value which fluctuated within narrow limits in relation to the standard rupee of Mughal times (I am ignoring the question of depreciation of the rupee with age here) (Ibid., p. 503).

A companhia estava acostumada a lidar com este mosaico de moedas. Por mais de 150 anos, comercializara o bulhão trazido da Inglaterra com os mercadores cambistas indianos ou negociara diretamente com os estabelecimentos imperiais de cunhagem, para obter as moedas locais necessárias para o pagamento de seus fornecedores indianos em Bombaim, Surat, Hugli, Goa, Madras entre outras regiões.<sup>127</sup> Desde o século XVII, a companhia estava

---

<sup>126</sup> A dinastia mongol e, antes dela, os sultões mulçumanos nunca conseguiram submeter totalmente o sul da Índia. Assim, em muitos reinos no sul do subcontinente, manteve-se a prática de cunhar moedas de ouro de antigas dinastias hindus.

<sup>127</sup> A companhia negociava frequentemente com os banqueiros cambistas indianos para obter as moedas locais em troca do bulhão. Segundo Leonard (1981, p. 312), em muitos lugares os mercadores e banqueiros-cambistas indianos assumiram a administração das casas das moedas imperiais por indicação de funcionários do governo ou gozavam de privilégios como uma menor taxa de cunhagem. Estes privilégios, em geral, eram uma contrapartida dos empréstimos concedidos ao poder governante local. "The latter [moneychangers] were closely associated with the Mughal mints; they may sometimes have managed them. 'Recognized' Hindu bankers (great firms?) were given the very lowest rate for mint charges (2 1/6 percent, contrasted with 2 1/2 percent for

perfeitamente familiarizada com a diversidade de moedas indianas e com as diferentes taxas de conversão entre elas.

Como vimos no capítulo anterior, a companhia possuía fortes vínculos com os cambistas, banqueiros e comerciantes indianos, e este forte relacionamento financeiro foi uma das vantagens em relação aos demais poderes regionais indianos. Vimos também que as atividades de banqueiros e cambistas indianos interligavam as diferentes regiões e as diversas moedas do subcontinente indiano por meio de suas letras de câmbio, as *hundis*. Entre seus clientes, estavam vários príncipes indianos, sultões, nababos e a própria companhia, e eles financiavam a guerra e o comércio a grande distância.<sup>128</sup> Havia também, em um nível inferior de recursos e de abrangência, uma rede local de crédito que financiava a produção rural e o comércio local que possuía conexões com a chamada alta finança indiana.

Alguns autores (RAY, 1999; ARASARATNAM, 1979; SUBRAMANIAN, 1987) sustentam que, após a companhia assegurar a supremacia britânica no subcontinente derrotando Mysore, no final do século XVIII, e os maratas, no início do século XIX, os grandes banqueiros e comerciantes indianos perderam espaço para as casas comerciais privadas britânicas. Suas letras de câmbio, denominadas *hundis*, foram renegadas a um segundo plano, sendo substituídas pelas letras de câmbio e notas emitidas pela companhia, pelos mercadores privados britânicos e pelos bancos criados a partir do final do século XVIII.

Assim, neste capítulo pretendemos analisar como as decisões da companhia no âmbito monetário e financeiro impactaram o sistema monetário e bancário dos territórios indianos

---

Muslims and 3 percent for other bankers and moneylender [...]”. [observação minha]. Esse controle dos banqueiros cambistas da cunhagem de moedas e, portanto, da oferta monetária na Índia do século XVIII também é apontado por Muranjan (1952, p. 20): “In Bengal alone, the minting of money appears to have approximated to a monopoly privilege, a result of the unique power exercised by the house of Jagatseths [uma das mais importantes casas bancárias indianas]. Although the mint mastership was officially vested in a different individual, nobody but the house of Jagatseths had the effective use of the mint at Murshidabad [capital de Bengala].” [observação minha]. Assim, mesmo que a companhia não quisesse, em Bengala, até ela se tornar governante de fato da região ela tinha de se sujeitar aos termos dos banqueiros-cambistas.

<sup>128</sup> De acordo com Leonard (1979, p. 309), durante o governo mongol, os banqueiros e cambistas controlavam o valor, o câmbio e a circulação das moedas indianas.

sob seu governo, entre 1765 e 1835, data em que a companhia proclamou a sua rúpia de prata o padrão monetário em todos os seus territórios na Índia.

## 5.1 A FORMAÇÃO DA ÍNDIA BRITÂNICA E A PROCLAMAÇÃO DA MOEDA DO PODER BRITÂNICO NA ÍNDIA

Como vimos no capítulo anterior, ao assumir o governo em Bengala a companhia manteve a rúpia emitida pelo nababo como moeda da região. No entanto, em junho de 1766, o governo passou a emitir também uma moeda de ouro, denominada *mohur*, que anteriormente, durante o período mongol,<sup>129</sup> circulava em Bengala junto com a rúpia. O *mohur* foi decretado de curso forçado como a rúpia nos distritos de Bengala, Bihar e Orissa, e seu valor de troca em relação à rúpia foi fixado pela companhia.

A decisão de cunhar moedas de ouro deveu-se à dificuldade do governo em continuar pagando em rúpias, devido à escassez de prata, uma vez que a rúpia era reservada para a circulação externa, para ser enviada como bulhão para China e para Londres. A introdução do *mohur* como dinheiro corrente só agravou a escassez de rúpias, pois a proporção fixada pelo governo tornava mais vantajoso vender a rúpia como mercadoria. “This was a legal ratio of 16.45 to 1, and as it widely deviated from the market ratio of 14.81 to 1, this attempt to secure a concurrent circulation of the two coins was foredoomed to failure. [...] the currency stringency grew worse.”<sup>130</sup> (AMBEDKAR, 1947, p.13).

Em 1769, por meio de um decreto, o governo de Bengala tentou novamente fazer com que o *mohur* circulasse conjuntamente com a rúpia. Estabeleceu-se por lei que um novo

---

<sup>129</sup> No período mongol, entretanto, as duas moedas, a rúpia de prata e o *mohur* de ouro, eram idênticas em peso e circulavam sem que houvesse qualquer proporção fixa de troca entre as duas. (AMBEDKAR, 1947, p. 2-3).

<sup>130</sup> O *mohur* foi fixado por lei como equivalente a 14 rúpias *sicca*, o que significa uma proporção legal entre o ouro e a prata de 1 para 16,45. Contudo, no mercado, a proporção entre o ouro e a prata era de apenas 1 para 14,81. Logo, ao vender as rúpias como mercadoria, ou seja, por seu peso equivalente de prata, obtinha-se por 14 rúpias de prata 1,1 *mohur*, em vez do valor fixado pelo governo.



*mohur* seria cunhado com diferentes especificações de peso e pureza, e novos valores de troca entre o *mohur* e a rúpia foram fixados. Os resultados, no entanto, foram semelhantes àqueles obtidos em 1766.

Assim, o governo resolveu deixar apenas a rúpia circular em Bengala e parou de cunhar moedas de ouro. No entanto, em 1793, novamente a escassez de prata fez com que a companhia fosse forçada a retomar a cunhagem de moedas de ouro, mas sem muito sucesso.

It was not until 1793 that a third attempt was made to forge a double standard in Bengal. A new mohur was issued in that year, weighing 190.895 grs. troy and containing 189.4037 grs. of pure gold, and made legal tender at 16 Sicca rupees. This was a ratio of 14.86 to 1, but, as it did not conform to the ratio then prevalent in the market this third attempt to establish bimetallism in Bengal failed as did those made in 1766 and 1769. (Ibid., p.13-14)

O problema é que a companhia não tinha como manter os pagamentos em rúpia, devido ao contínuo dreno de prata para os demais mercados asiáticos. Conforme observa Bagchi:

For first of all, because of the continual drain of bullion from Bengal, at the end of the eighteenth or the beginning of the nineteenth century, silver was not always more plentiful than gold in the British treasuries. Thus, for example, in 1794, the District Judge of Birbhum pleaded that at least half of the salaries of the employees under his control should be paid in silver since many (probably most) employees earned less than a gold mohur (equivalent then to roughly Rs 15) a month. However, the Collector of the district expressed his inability to pay even one-tenth of the salaries in silver coin (BAGCHI, 1985, p. 502).

Em Bombaim, um processo semelhante ocorreu quando o governo tentou introduzir o *mohur*. A diferença era que lá o governo da companhia era fraco, de forma que o dinheiro que circulava era a rúpia de Surat. Devido à dependência do apoio financeiro do governo de Surat e de seus mercadores-banqueiros para mostrar-se viável aos olhos da diretoria da companhia, o governo da presidência de Bombaim tinha estabelecido<sup>131</sup>

---

<sup>131</sup> Como vimos no Capítulo 4, sem o apoio dos banqueiros de Surat e sua rede de *hundis* a ajuda financeira de Bengala dificilmente chegaria até Bombaim atravessando um território hostil governado pelos chefes Marathas. Adicionalmente, o apoio comercial e financeiro de Surat para a comercialização do algodão de Gujarat para a

that the Nawab's (or Surat) rupees were by agreement admitted to circulation in the Company's territories at par with the Bombay rupees. As a result of their being legal tender the Surat rupees, once they were debased, not only drove out the Bombay rupees from circulation, but also the mohur, for as rated to the debased Surat rupees the ratio became unfavourable to gold, and the one chance for a successful bimetallic system vanished away (AMBEDKAR, 1947, p.15).

Os problemas da companhia em Madras são ainda mais ilustrativos. A cidade de Madras estava sob o governo da companhia havia mais tempo que Bengala, ainda que em teoria Madras fosse subordinada ao nababo de Arcot, que subira ao trono com o patrocínio da companhia. Assim, as experiências monetárias da companhia em Madras iniciaram-se antes que ela assumisse o governo de Bengala.

The first attempt at bimetallism under the British in that Presidency was made in the year 1749, when 350 Arcot rupees were legally rated at 100 Star pagodas. As compared with the then market ratio this rating involved an under-valuation of the pagoda, the gold coin of the Presidency.<sup>132</sup> The disappearance of the pagoda caused a monetary stringency, and the Government in December, 1750, was obliged to restore it to currency. This it did by adopting the twofold plan of causing an import of gold on Government account, [...] and of compelling the receipts and payments of Government treasuries to be exclusively in pagodas. [...] It was not till after 1768 that the market ratio became equal to the legal ratio fixed in 1749 and remained steady for about twelve years. But the increased imports of silver, rendered necessary for the prosecution of the second Mysore war, once more disturbed the ratio, which at the close of the war stood at 400 Arcot rupees to 100 Star pagodas. [...] But instead of making the market ratio of 400 to 100 the legal ratio, it was led by the then increasing imports of gold into the Presidency to hope that the market ratio would in time rise to that legally established in 1749. [...] The result was bound to be different from that desired, for it was an under-valuation of the pagoda. [...] in 1797, with the effect that the pagoda entirely went out of circulation, and the final attempt at bimetallism thus ended in a miserable failure. (Ibid., p.14-15)

Assim, em Bengala, a moeda que a companhia utilizava para fazer seus pagamentos, a moeda *valuta*, segundo Knapp, era a rúpia de prata, até que não conseguiu mas mantê-la nessa posição e teve de introduzir o *mohur*. Em Madras, o inverso ocorreu: o pagoda de ouro era a

---

China, ajudou também o governo de Bombaim a se mostrar viável do ponto de vista financeiro e comercial para a diretoria da companhia em Londres.

<sup>132</sup> Em Carnataca, estado em que Madras estava situada, a moeda de referência dos antigos governantes da região era a "*star pagoda*", assim denominada porque trazia uma estrela estampada em um dos seus versos (ELLSTAETER, 1895, p. 84).

moeda *valuta*, e o governo introduziu a rúpia de Arcot.

Como vimos nos capítulos anteriores, as três presidências em que os territórios da companhia eram divididos eram governadas com relativa autonomia no que se refere à administração interna e também em termos monetários.

O Ato de Pitt para a Índia, em 1784, significou a perda da soberania da companhia sobre os territórios na Índia, uma vez que a decisão final a respeito das questões militares, tributárias e políticas na Índia foi retirada da companhia e passou a ser do Board of Control, na prática, um Ministério exclusivo para a Índia. Esta medida teve reflexos sobre a autonomia administrativa das três presidências da companhia na Índia. A partir de 1784, o governador da presidência de Bengala passou a ter também autoridade, principalmente em termos militares, sobre as demais presidências. Além disso, as presidências de Madras e de Bombaim, a primeira em menor medida, dependiam financeira e militarmente do auxílio de Bengala, onde ficava a sede da companhia na Índia e de onde se obtinha a maior parte dos recursos para financiar o comércio com a China e sustentar militarmente e financeiramente as outras duas presidências. Devido a esta dependência e ao fato de Bengala ter uma moeda distinta dos outros dois territórios, os auxílios financeiros e o abastecimento e pagamento das tropas, principalmente durante períodos de guerra, dependiam, em grande parte, do auxílio dos banqueiros cambistas indianos. Estes, por sua vez, obtinham grandes lucros por meio da arbitragem das moedas das diferentes presidências, com grandes perdas para a companhia que, sem alternativas, tinha de se submeter ao jogo e ao jugo deles.

No início do século XIX, a companhia conseguiu reduzir sua dependência dos banqueiros indianos e de suas *hundis*, obtendo recursos financeiros das casas comerciais privadas que atuavam em cada região, em troca de letras de câmbio emitidas pela companhia na Índia, resgatáveis em libras esterlinas em Londres. Os recursos de empréstimos obtidos com as casas comerciais privadas eram utilizados principalmente para pagar despesas

militares da companhia e para financiar a compra de chá na China. Quando o volume das operações entre a companhia e as casas comerciais começou a crescer, a partir dos anos 1790,<sup>133</sup> as letras da Índia passaram também a ser um mecanismo por meio do qual o câmbio entre as respectivas moedas indianas e a libra esterlina foi fixado pelo governo da companhia.<sup>134</sup> Estas operações de financiamento à companhia impulsionaram o surgimento de vários bancos privados atrelados às casas comerciais e permitiram uma ampliação do crédito.

Contudo, quando havia necessidade de transferência de recursos entre uma presidência e outra, o que estava em jogo era a taxa de câmbio entre as moedas das respectivas presidências. Logo, não havia como prescindir totalmente dos serviços dos banqueiros cambistas indianos. Para a diretoria da companhia, a regulação da taxa de câmbio entre as moedas das três presidências se tornaria mais fácil, se as três estivessem no mesmo padrão monetário.

Nesse sentido, seguindo orientação do governo britânico, a diretoria da companhia recomendou, em 1806, que a prata fosse adotada como único padrão monetário nos territórios indianos sob o seu governo.

---

<sup>133</sup> Segundo Bowen (1997, p. 277-280), entre 1756 e 1834, a companhia pagou em Londres 87,6 milhões de libras esterlinas referentes a letras de câmbio e títulos de dívida emitidas em libras, na Índia e em Cantão. Até o final do anos 1780, raramente estes pagamentos ultrapassaram 500 mil libras esterlinas anuais. Entretanto, após este período, dificilmente os pagamentos anuais foram inferiores a um milhão de libras, atingindo o pico de mais 4 milhões de libras no ano de 1812/13. Esta data refere-se ao pagamento em Londres e não à data de emissão das letras que, em geral, tinham um prazo de 12 meses, mas, devido a dificuldades financeiras da companhia, poderiam atrasar até cinco anos. “[...] from the mid-1780s onwards, the Company issued ‘India debt’ bills to its creditors in India as a means of transferring some of its local rupee debt payments to London. There were several other ways by which Company servants and others could transfer wealth from Asia to Britain, notably by investing in an expanding private trade, but the Company’s bills were always safe and secure, even though the rate of exchange was not competitive, the number of bills was often restricted by statute, and payments were sometimes delayed by four or five years during periods of financial crisis. Accordingly, the Company’s payments mechanism facilitated the transfer to Britain of a large proportion of the fortunes generated by private activity in Asia” (Ibid, p. 277-278).

<sup>134</sup> Palgrave (1893, p. 515-516) discute brevemente a capacidade do governo da Índia de fixar a taxa de câmbio entre a libra e rúpia através da oferta de letras denominadas de *Council Bill* (estas letras significavam uma operação reversa àquela das letras da Índia, pois eram emitidas pelo Ministério da Índia em Londres e pagas em rúpias pelo governo da Índia). Em resumo, Palgrave coloca a questão da seguinte forma: “The position of the Indian Government in the matter may be compared to that of the Bank of England in relation to the London money market. The late Mr. Bagehot described the influence of the Bank of England in this relation thus: ‘A very considerable holder of an article may for a time vitally affect its value if he will lay down one minimum price which he will take and obstinately adhere to it.’ The question for the Indian Government to consider [...] is simply this: Has it the power to enforce its decision?” (Ibid., p. 516).

[...] It is an opinion supported by the best authorities, and proved by experience, that coins of gold and silver cannot circulate as legal tenders of payment at fixed relative values [...] without loss; this loss is occasioned by the fluctuating value of the metals of which the coins are formed. A proportion between the gold and silver coin is fixed by law, according to the value of the metals, and it may be on the justest principles, but owing to the change of circumstances gold may become of greater value in relation to silver than at the time the proportion was fixed, it therefore becomes profitable to exchange silver or gold, so the coin of that metal is withdrawn from circulation; and if silver should increase in its value in relation to gold, the same circumstances would tend to reduce the quantity of silver coin in circulation. As it is impossible to prevent the fluctuation in the value of the metals, so it is also equally impracticable to prevent the consequences thereof on the coins made from these metals [...] that silver should be the universal money of account (in India), and that all [...] accounts should be kept in the same denominations of rupees, annas and pice<sup>135</sup> [...] (AMBEDKAR, 1947, p. 8-9)

A nova rúpia não seria, contudo, igual à dos imperadores mongóis no peso e na finura. A proposta da diretoria da companhia era que “[...] the new rupee [...] be of the gross weight of 180 Troy grains [...] Deduct one-twelfth alloy [15 Troy grains] and contain of fine silver 165 troy grs”. (Ibid., p. 9).

A diretoria não fixou um prazo para que a rúpia, como definida acima, fosse introduzida em todos os territórios sob o seu governo. Segundo Bagchi (1985, p. 503), a proposta de 1806 de adotar a rúpia de prata em todos os territórios britânicos na Índia não foi introduzida devido à escassez de prata, principalmente, em Madras. Nesse período, como vimos no Capítulo 4, a situação financeira da companhia se deteriorara rapidamente com a política de conquista e anexação territorial de Wellesley. Até 1803, o superávit orçamentário da companhia em Bengala havia sido capaz de cobrir (Tabela 3, p. 116) os déficits das presidências de Madras e Bombaim, mas, com a guerra com os maratas, isto não foi mais possível, e a companhia teve de recorrer pesadamente ao crédito, com os banqueiros indianos e os mercadores privados britânicos.

Na realidade, já havia em andamento um processo de convergência monetária nos

---

<sup>135</sup> *Annas e pice* são frações da rúpia.

territórios sob o governo da companhia antes de 1806. Na presidência em Bengala, este processo é bem evidente. O intermitente padrão bimetálico que a companhia implementou na presidência de Bengala já fora um avanço em relação às inúmeras moedas, na maioria das vezes com a mesma denominação, que circulavam nos territórios quando a companhia passou a governá-los. Isso fica evidente em um trecho da regulação estabelecida pela companhia em 1793, que promulgava a rúpia *sicca* o padrão monetário em todos os distritos de Bengala, Bihar e Orissa.

The principal districts in Bengal, Bihar and Orissa, have each a distinct silver currency [...] which are the standard measure of value in all transactions in the districts in which they respectively circulate. In consequence of the Ryots being required to pay their rent in a particular sort of rupee they of course demanded it from manufacturers in payment of their grain, or raw materials, whilst the manufacturers, actuated by similar principles with the Ryots, required the same species of rupee from the traders who came to purchase their cloth or their commodities. [...] As a further consequence, every sort of rupee brought into the district was rejected from being a different measure of value from that by which the inhabitants had become accustomed to estimate their property, or, if it was received, a discount was exacted upon it, equal to what the receiver would have been obliged to pay upon exchanging it at the house of a shroff for the rupee current in the district, or to allow discount upon passing it in payment to any other individual. (AMBEDKAR, 1947, p. 6)

Como podemos ver na Tabela 4 a seguir, nos territórios que foram incorporados na presidência de Bengala, o governo da companhia havia proclamado novas unidades monetárias, estabelecendo três tipos de rúpia como unidade de valor e meio de pagamento em três grandes áreas. A rúpia de Benares tinha validade em todo o território de Benares, que havia sido incorporado pela companhia, em 1775. A rúpia de Furrukabad circularia legalmente no território composto pelas províncias conquistadas dos maratas em 1803 e pelas províncias cedidas (recebidas como pagamento em troca da aliança subsidiária do vizir de Oudh). Enquanto isso, a rúpia *sicca* passaria a ser a moeda corrente nos distritos de Bengala, Bihar e Orissa. Nestes últimos, por diversas vezes, a companhia foi obrigada a cunhar e decretar de curso forçado a moeda de ouro, denominada *mohur*, devido a sua incapacidade de

continuar pagando em rúpias.

Ao decretar estas novas unidades de conta para cada uma das três regiões, a companhia teve de impor sua moeda sobre as demais, e fez isso ao determinar o que seria aceito nos tesouros do governo como pagamento dos impostos devidos ao Estado.

Tabela 4 - Principais Unidades Monetárias emitidas pelo governo da Companhia das Índias Orientais nas três principais regiões sobre seu governo

Emitidas pelo Governo de	Território no qual circulava	Data e autorização de emissão	Moedas de Prata			Moedas de Ouro		
			Nome	Peso bruto Troy grs.	Conteúdo puro Troy grs.	Nome	Peso bruto Troy grs.	Conteúdo puro Troy grs.
Bombaim	Presidência		Rúpia de Surat	179,00	164,74	Mohur	179,00	164,74
Madras	Presidência		Rúpia de Arcot	176,40	166,48	Pagoda	52,40	42,55
Bengala	Bengala, Bihar e Orissa	Regulação XXXV de 1793	Rúpia Sicca (19th Sun) <sup>1</sup>	179,66	175,93	Mohur	190,80	189,4
	Cuttock	Regulação XII de 1805	Rúpia Sicca (19th Sun) <sup>1</sup>	179,66	175,93	-	-	-
	Províncias cedidas	Regulação XLV de 1803	Rúpia de Furrukabad	173,00	166,14	-	-	-
	Províncias conquistadas		(Lucknow Sicca of the 45th Sun)			-	-	-
	Província de Benares	Regulação III de 1806	Rúpia de Benares (Muchleedar)	175,00	168,88	-	-	-

Fonte: AMBEDKAR, 1947, p.10

(1)" From 1773 on, in order to prevent the clipping by the money-changers, the sicca-rupee of Bengal was provided with na inscription "19 Sun Sikkah " (i. e., coined in the 19th year of Shah Alam, the last of the Moguls)" (ELLSTAETTER, 1895, p. 82)

Embora todas estas unidades monetárias – as rúpias, o *mohur* e a pagoda – mantivessem a denominação existente durante o governo mongol, elas eram moedas da companhia, por ela proclamadas, definidas e redefinidas em vários momentos ao longo dos

séculos XVIII e XIX.

É interessante observar que a companhia acabou por fazer o mesmo que os poderes regionais indianos que a antecederam. Os governos da companhia nos territórios indianos, entre 1765 e 1835, emitiram suas próprias moedas, mas mantiveram o desenho e as inscrições definidas pelo padrão de cunhagem mongol (as moedas traziam em persa o nome do imperador, o lugar em que foi cunhada e o ano de emissão).<sup>136</sup> Um exemplo dessa prática pode ser observado na Figura 1, que mostra o verso e o reverso da rúpia *sicca* de Bengala, que a companhia emitiu de 1792 até 1818.



Figura 1. East India Company, Murshidabad, Bengal 1792-1818, Rupee. The East India Company minted this Rupee in the name of the Mughal Emperor Shah Alam II who was only nominally the Emperor.  
Fonte: <http://southasiancoins.com/mughalcoins.html>

Em relação às moedas de pequeno valor, a companhia também introduziu mudanças nos territórios sob seu governo. No período da dinastia mongol, além das moedas de ouro e prata, existiam também moedas de cobre que, junto com as conchas (*cowries*), eram os principais meios de troca utilizados nas comunidades rurais do interior da Índia. As moedas de cobre, na época em que a companhia assumiu o poder, possuíam também uma grande variedade, pois elas representavam frações menores da rúpia ou da pagoda, e estas subdivisões variavam de acordo com o poder soberano e a região da Índia.

---

<sup>136</sup> A partir de Aurangzeb, as moedas dos imperadores mongóis na Índia foram padronizadas: “Aurangzeb, the last of the Grand Mughals, was austere in his ways and orthodox in his beliefs. He did away with the Kalima, the Islamic Article of Faith from his coins, and the format of coins was standardised to incorporate the name of the



Apesar de as conchas serem uma mercadoria e não existir nenhuma política para estabilizar seu valor, segundo Bagchi (1985, p. 503), seu valor teria variado pouco entre o período mongol e o início do século XIX. Entretanto, em 1807, quando a companhia decretou que pararia de aceitar as conchas para pagamentos ao fisco, aceitando, a partir desta data, somente pagamentos em rúpias, seu valor caiu rapidamente.

[...] by Regulation 7 of 1807 it was declared that revenue would be received in the public Treasuries only in Calcutta sicca rupees, and the rate of exchange was fixed at 4 kahans of cowries to the rupee. But with the effective demonetization of the cowrie for purposes of the public fisc, with the much greater drainage of silver from Orissa than before on account of increased revenue demands by the British, and with the drying up of the external sources of supply of silver, caused by a decline in rice trade with Southern India and the imposition of a salt monopoly by the East India Company's government, the exchange value of the cowrie declined rapidly (within a period of four years) to 7 kahans to the rupee. (BAGCHI, 1985, p. 504).

Os impostos sobre a terra em Bengala, Bihar e Orissa eram cobrados aos cultivadores pelos *zamindars* com quem a companhia havia estabelecido um acordo permanente de tributação, em 1793, estendido depois para as demais regiões da presidência, como vimos no Capítulo 4. Não podendo mais pagar nenhuma parte do imposto sob a forma de conchas, os *zamindars* aumentaram a pressão sobre os cultivadores para a obtenção de rúpias. No entanto, isso se tornava difícil quando o produto não era do interesse das casas comerciais britânicas ou da companhia. Não conseguindo obter as rúpias necessárias para pagar os impostos fixados, cultivadores e *zamindars* acabavam tendo de se endividar com banqueiros e emprestadores locais de dinheiro. Segundo Bagchi (Idem), este endividamento ocorria com mais frequência nos distritos do interior do que nos distritos próximos à costa, onde se localizavam os principais centros comerciais e urbanos da Índia.

Segundo Bagchi, o fim da aceitação das conchas no pagamento de tributos deveu-se ao fato de que “The British had no use for such burly media of exchange because most of their

---

ruler, the mint and the date of issue.” (Reserve Bank of India, Monetary Museum). Disponível em:

needs were tied to long-distance trade, including export trade, and to the remittance of tribute to England” (Ibid., p. 505).

Entretanto, isso não explica por que a companhia aceitou e utilizou este incômodo meio de pagamento para despesas locais de pouco valor ao longo de 42 anos. É mais provável que a real motivação da companhia em suprimir pagamentos de impostos em conchas e em espécie esteja relacionada a um processo de monetização da economia indiana, semelhante ao que ocorreu na colonização europeia da África.<sup>137</sup>

Direct taxation was used to force Africans to work as wage laborers, to compel them to grow cash crops, to stimulate labor migration and control labor supply, and to monetize the African economies. [...] If Africans were working as wage laborers or growing cash crops instead of producing their own subsistence, they would be forced to purchase their means of subsistence, and that increasingly meant purchasing European goods, providing European capital with additional markets. It thus also promoted, in various ways, marketization and commoditization. (FORSTATER, 2003, p. 14)

Bagchi reconhece que, simultaneamente às mudanças nos meios de pagamento, o governo da companhia introduziu também, entre o final do século XVIII e início do século XIX, duas outras mudanças nos territórios sob o seu governo.

First, the commodity composition of India's exports was drastically altered and this had major repercussions on the nature and level of employment of large sections of the population. Secondly, revenues were not only assessed in cash but demanded in the form of coins of silver and gold, and later on, in the form of Company's rupees alone (BAGCHI, 1985, p. 507).

Pagamentos em espécie também deixaram de ser aceitos nos guichês da companhia. Ambedkar (1947, p. 28) aborda com muita clareza esta questão ao observar que, à medida que a companhia foi conquistando território após território na Índia e tendo colocado todos os pagamentos do governo em uma base monetária, o governo da companhia “[...] was compelled to realise all its taxes in cash, and as each citizen was bound to pay in cash, he in

---

<http://rbi.org.in/currency/museum/c-colo.html>. Acesso em: maio de 2010.

<sup>137</sup> Apesar das medidas de monetização dos pagamentos de impostos introduzidas pelo governo, Chandavarkar (1984, p. 765) não considera que a monetização da economia fosse um objetivo consciente da política oficial.

his turn stipulated to receive nothing but cash, so that the entire structure of the society underwent a complete transformation”.

Essas mudanças significaram grandes perdas para uma parte da população que pagava seus impostos em espécie ou em conchas e que viu seus ativos perderem valor de uma hora para outra, sendo forçada a buscar formas de obter a rúpia da companhia. Essa monetização forçada da economia indiana, sem dúvida, irá facilitar a maior penetração dos produtos manufaturados britânicos, tentada ao longo de tantos anos sem sucesso.<sup>138</sup>

Segundo Bagchi (1985, p. 505), a perda de importância das conchas como meio de pagamento não foi acompanhada por uma maior oferta de moedas de cobre de pequeno valor, de forma que, em 1814, havia evidências de escassez de moedas de pequena denominação.

Na segunda década do século XIX, quando as finanças da companhia se tornaram mais estáveis, o plano de tornar a rúpia de prata a moeda de referência nos territórios da Índia britânica começou a ser implementado. Seguindo parcialmente a recomendação da diretoria da companhia, o governo em Madras, em 1818, proclamou a rúpia como unidade de conta e determinou a cunhagem de rúpias de prata e de ouro, ambas com o mesmo peso bruto e com o mesmo grau de pureza, diferindo apenas no metal com que eram fabricadas. As rúpias de prata e de ouro substituiriam as moedas até então em circulação, a rúpia de Arcot e a

---

<sup>138</sup> Webster (1990) defende que a revogação do monopólio comercial da companhia na Índia pelo Parlamento britânico, em 1813, tinha como uma das principais motivações a crença de que o fim do monopólio impulsionaria a plantação de algodão e de outros produtos primários na Índia, assim como ampliaria as exportações de manufaturas britânicas para lá. O algodão cultivado até então na Índia não era adequado às manufaturas britânicas, pois era de fio curto, próprio para os teares manuais indianos e asiáticos. Logo, seria necessário modificar o tipo de algodão cultivado e seu processamento. Além disso, o preço do algodão indiano e de outras matérias-primas indianas deveria ser baixo para reduzir o custo para os fabricantes britânicos. Durante a Guerra Civil Americana, quase cinquenta anos após o fim do monopólio da companhia, o algodão indiano se mostrará uma alternativa barata ao algodão americano para a indústria têxtil britânica. A esse respeito, ver Harnerty (1971). Segundo Cain e Hopkins (1980, p. 479), “Exports of manufactured cotton goods to India [...] grew at 5,8 per cent per annum between 1820 and 1855 compared with an overall growth rate of cottons of only 1,7 per cent. None of this could have taken place without British control, which was steadily extended in scope throughout the period”. Obviamente, não foi apenas a abertura comercial que fez a economia indiana se adequar às necessidades da economia britânica. Tais mudanças foram facilitadas por políticas impostas pela companhia que permitiram uma maior complementaridade entre as duas economias.

pagoda.<sup>139</sup>

The task of reducing the existing units of currency to that proposed by the Court was first accomplished in Madras. On January 7, 1818, the Government issued a Proclamation by which its old units of currency — the Arcot rupee and the Star pagoda — were superseded by new units, a gold rupee and a silver rupee, each weighing 180 grs. troy and containing 165 grs. of fine metal. (AMBEDKAR, 1947, p.16-17)

Em 1824, o governo da companhia em Bombaim declarou que “a gold rupee and a silver rupee of the new Madras standard to be the only units of currency in that Presidency” (Ibid., p. 17).

Com o objetivo de avançar em direção a uma só unidade de valor na presidência de Bengala, o governo suprimiu a rúpia de Benares, tornando a rúpia de Furrukabad também válida em Benares.

The Government of Bengal had a much bigger problem to handle. It had three different principal units of silver currency to be reduced to the standard proposed by the Court. It commenced its work of reorganisation by a system of elimination and alteration. In 1819, it discontinued the coinage of the Benares rupee and substituted in its place the Furrukabad rupee, the weight and fineness of which were altered to 180.234 and 135.215 grs. troy respectively (Idem).

As unidades monetárias não passaram por mais nenhuma alteração nos anos 1820 até o início dos anos 1830,<sup>140</sup> pois os governos das três presidências relutavam em desmonetizar o ouro. Segundo Ambedkar (Ibid., p.20) “at the end of 1833, therefore, the position was that the Court desired to have a uniform currency with a single standard of silver, while the authorities in India wished for a common currency with a bimetallic standard”. Assim, a diretoria defendia uma moeda uniforme nas três presidências, mas composta de unidades monetárias independentes: cada presidência cunharia sua própria moeda, e a moeda cunhada em uma presidência seria de curso forçado apenas nela e não nas demais. Entretanto, as

---

<sup>139</sup> Faltava ainda desmonetizar o ouro conforme a orientação da diretoria em 1806.

<sup>140</sup> Com exceção de Bombaim que no mesmo ano em que introduziu a rúpia de prata e de ouro de padrão idêntico ao utilizado em Madras foi obrigada a declarar “[...] the Furrukabad rupee of 1819 standard as legal

autoridades na Índia desejavam uma moeda única para toda a Índia britânica, mas com padrão bimetalício.

Em 1833, com o fim do monopólio comercial da companhia na China, o Parlamento britânico instituiu a centralização de todos os poderes legislativos, jurídicos e executivos da administração imperial em toda a Índia. Até então, como vimos, o governador-geral de Bengala tinha poderes sobre as outras duas presidências, mas cada uma delas fazia suas próprias leis, tinha seu próprio exército, sua legislação tributária, seus tribunais, sua moeda, etc. Ou seja, o governo de cada presidência gozava de autonomia interna. Como reflexo dessa política descentralizada, cada governo da companhia possuía diferentes articulações com os grandes grupos comerciais financeiros e com os grandes proprietários de terra, britânicos e indianos, em cada uma das presidências. No entanto, a partir de 1833, o novo governador-geral da Índia teria poderes para promulgar leis para toda a Índia britânica.<sup>141</sup> Lord Bentick, o governador-geral de Bengala, foi empossado com os novos poderes. Esta centralização do poder político obviamente iria se refletir na organização do sistema monetário.

This change in the administrative system, perforce, called forth a change in the prevailing monetary systems. It required local coinages to be replaced by Imperial coinage. In other words, it favoured the cause of a common currency as against that of a mere uniform currency. The authorities in India were not slow to realise the force of events. The Imperial Government set up by Parliament was not content to act the part of the Dewans or agents of the Moghuls, as the British had theretofore done, and did not like that coins should be issued in the name of the defunct Moghul emperors who had ceased to govern. It was anxious to throw off the false garb and issue an Imperial coinage in its own name, which being common to the whole of India would convey its common sway. Accordingly, an early opportunity was taken to give effect to this policy. By an Act of the Imperial Government (XVII of 1835) a common currency was introduced for the whole of India, as the sole legal tender. But the Imperial Government went beyond and, [...] legislated '*that no gold coin shall henceforward be a legal tender of payment in any of the territories of the East India Company*'. (AMBEDKAR, 1947, p. 20-21)

---

tender within its territories on a par with the Bombay rupee, in order to facilitate the supply operation from Bengal". (Bombay Financial Consultations, dated April 14, 1824. Apud AMBEDKAR, op. cit., p. 20).

<sup>141</sup> O conselho de governo de Bengala, até então composto por quatro membros, mais o governador, ganhará um novo membro, indicado pelo governo britânico, que coordenará a comissão jurídica que terá como responsabilidade propor um código penal único para toda a Índia britânica (DUTT, 2006, vol. I, p. 179).

Assim, o novo governo-geral da Índia, no mesmo ato em que proclamava uma moeda única, a rúpia de prata, para todos os territórios sob o governo da companhia britânica das Índias Orientais, proclamava também o seu poder imperial sobre toda a Índia, despindo sua moeda de qualquer resquício de cerimônia para com o poder mongol que nominalmente ainda governava a Índia. A nova rúpia trará o nome da companhia, efígie do rei da Inglaterra, o ano de emissão e o valor da moeda em inglês e em persa, conforme pode ser visto na Figura 2.<sup>142</sup>



Figura 2. East India Company, 1835, One Rupee, Silver  
 Fonte: <http://rbi.org.in/currency/museum/cc-William.html>

O Ato de 1835 é o ponto culminante de um longo processo de reforma monetária iniciada pela companhia quando assumiu o governo territorial na Índia. Não porque ele tenha estabelecido o monometalismo para os territórios britânicos na Índia, como aponta Ambedkar (1947, p. 21), mas sim porque ele marca o início de fato do governo britânico na Índia, com a face do rei britânico estampada nas novas moedas, assim como o nome da companhia que o representa.<sup>143</sup>

O desejo de Elizabeth I, que, em 1600, mandou cunhar algumas moedas com sua efígie para serem mandadas nos navios da companhia britânica para Ásia, “in order that her

<sup>142</sup> A nova rúpia seguirá o padrão de peso e pureza proposto em 1806, já utilizado nas presidências de Madras e Bombaim. O Ato de 1835 irá padronizar também as subdivisões da rúpia que passarão a ser de curso forçado para pagamentos de pequeno valor em toda Índia britânica.

face should be as highly esteemed in distant Asia as that of the Spanish king” (ELLSTAETTER, 1895, p. 81), seria concretizado 235 anos depois pela monarquia britânica, cujos reis e rainhas estamparão moedas e notas na Índia até a sua independência em 1947.

Alguns autores (MURANJAN, 1952, p. 22; AMBEDKAR 1947, p. 20; LAUGHLIN, 1893, p. 593) propõem que o Ato de 1835 foi adotado para corrigir os problemas causados pela variedade de moedas e ausência de um padrão único de valor, o que prejudicava o comércio, e eliminar ou pelo menos reduzir os exorbitantes ganhos dos cambistas indianos.

Na realidade, a criação de uma moeda única atendia o objetivo primordial de criar um espaço econômico único integrando todos os territórios britânicos na Índia. Estava claro para o governo britânico que a continuação da administração dos territórios como se fossem governos distintos, ainda que aliados, era insatisfatória.

Esta organização em três centros de poder distintos tinha possibilitado a vitória militar sobre os poderes rivais indianos, uma vez que estes tinham de enfrentar não apenas as tropas da companhia da presidência com a qual faziam fronteira, mas também as tropas das outras duas presidências (fora o apoio dos governos indianos aliados, como o do *nizam* de Hyderabad que sempre apoiou a companhia em suas guerras com os maratas e contra Mysore).<sup>144</sup> No entanto, a divisão do poder britânico em governos quase que totalmente autônomos e heterogêneos enfraquecia a autoridade da companhia e dificultava a criação de um sistema monetário ordenado e hierarquizado.

Nesse sentido, a proclamação, pelo novo governo-geral, de uma única unidade de conta para toda a Índia britânica enfraquecia o poder dos banqueiros cambistas indianos de

---

<sup>143</sup> Algumas das moedas emitidas, como, por exemplo, a moeda de ¼ de rúpia (*anna*), trarão a insígnia da companhia em vez da efígie do monarca britânico.

<sup>144</sup> Segundo Barua (1994, p. 616), “The key to the British success lies in their unique geographic position in India. The British had three centers of power: Bombay, Calcutta, and Madras. These virtually straddle the three corners of the subcontinent, and they enabled the British to establish an intelligence network that was unrivalled in India. Furthermore, defeat in one of these regions did not mean annihilation for the British, as was the case with the French in Pondicherry; they merely retreated to the other two British strongholds. All of these

arbitrar os preços das diferentes unidades monetárias. Estes não tinham mais o poder de impor um forte desconto sobre a moeda emitida pela companhia como faziam até o final do século XVIII. Agora os banqueiros cambistas indianos poderiam continuar operando com as moedas emitidas pelos governos aliados na Índia e a rúpia da Índia britânica, mas tinham de seguir o câmbio proposto pelo governo da companhia e os descontos impostos sobre as demais moedas emitidas pelos governos aliados.

Assim, a centralização do poder britânico na Índia se fará acompanhar da afirmação da capacidade de dominação interna da companhia com a definição da rúpia que traz o seu nome e a face de seu rei como a moeda válida em todos os territórios que ela reivindica por direito como britânicos. A nova moeda ordenará o sistema monetário dentro da Índia britânica, subordinando os demais meios de pagamento. A ascensão da rúpia da companhia ou, melhor dizendo, da rúpia britânica, a uma posição central em todo o subcontinente indiano será concretizada ao longo do século XIX.

A definição de uma unidade de conta única para os territórios britânicos na Índia também cumprirá o papel de facilitar a regulação da taxa de câmbio entre a rúpia e a libra por meio do mecanismo da venda de letras de câmbio da companhia pagáveis em libras em troca de rúpias. Assim, o mesmo movimento que afirmava a supremacia da rúpia da companhia sobre as demais unidades monetárias no subcontinente indiano afirmava também a subordinação da rúpia à moeda do poder conquistador, a libra esterlina.

Simultaneamente a este processo de centralização monetária, a companhia prosseguiu em sua política de conquista territorial, expandindo-se para leste e oeste do subcontinente e submetendo poderes revoltosos na Índia.<sup>145</sup> Toda a nova aquisição territorial da companhia foi

---

advantages, coupled with the ability of the British to adapt and innovate on the basis of a vastly superior organizational and governmental infrastructure, led them to victory in their struggle against the Indian powers.”

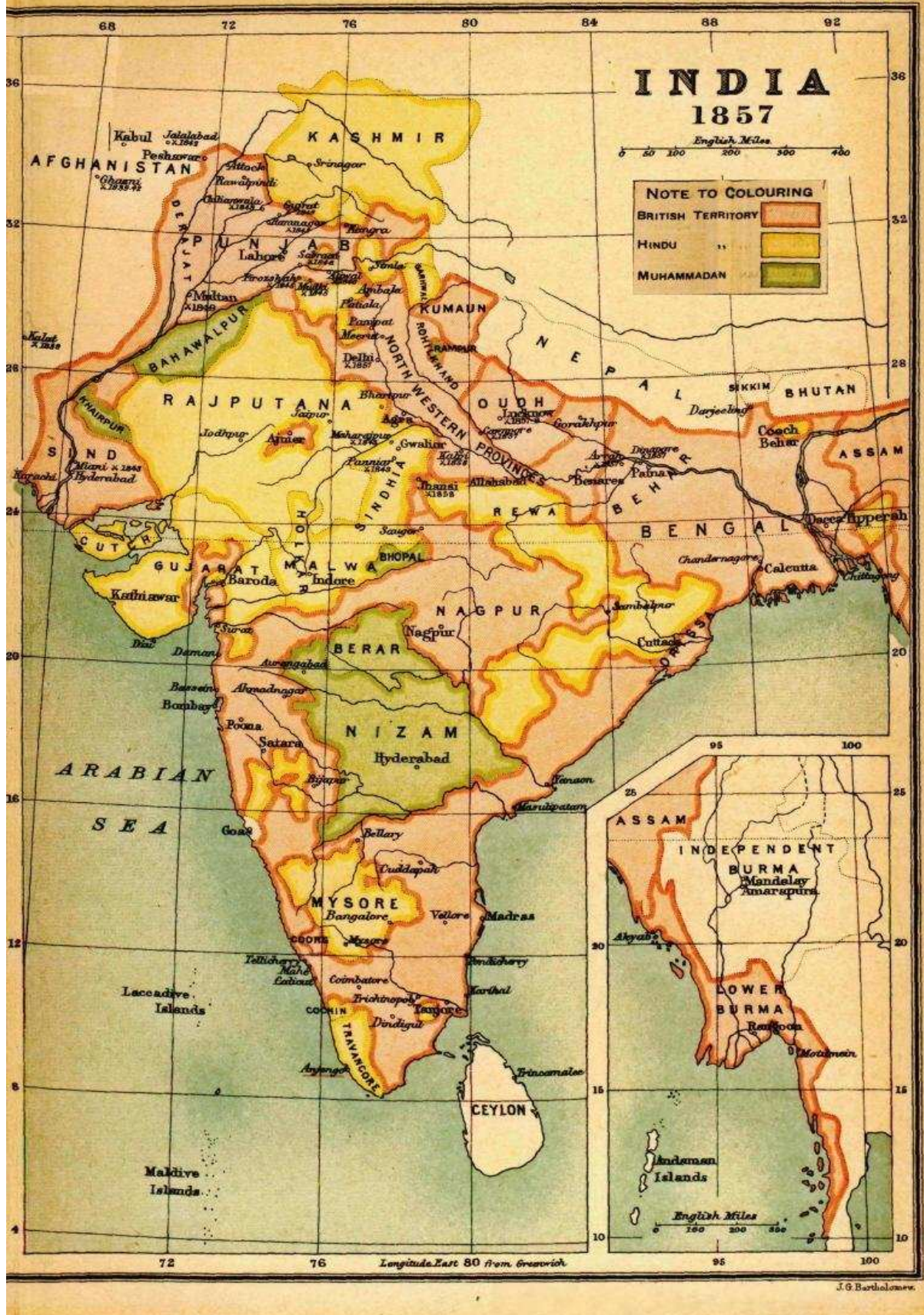
<sup>145</sup> Bayly (2008, p. 117) refere-se à expansão militar da companhia em direção ao leste e ao oeste do subcontinente e como ela ajudou a consolidar os interesses britânicos na região. “The Bengal and Madras armies were used in Burma and south-east Asia; the Bombay marine was used to cow the Wahhabis of Arabia and the rulers of Mesopotamia. All this helped to open up Asia’s trade to British goods. The conquest of Sindh and the



tratada como um anexo à Índia britânica, e a rúpia indiana foi proclamada a unidade de conta e meio de pagamento dos novos territórios. O Mapa 8 a seguir mostra a divisão territorial do subcontinente entre a Índia britânica e os governos indianos aliados e a expansão da companhia em direção ao leste.

---

Punjab pushed private trade to the north-west and led to growth of the port of Karachi. [...] Finally, in the 1850s, the intervention of the British and Indian armies in China widened the entrée of the British trade into valuable Far Eastern markets.”



Mapa 8 – Índia britânica e governos aliados, 1857.

Fonte: Wikipedia. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:IGI1908India1857b.jpg>

Por meio das armas e de seu poder comercial, a rúpia indo-britânica se tornou, no início do século XX, a moeda oficial nos seguintes territórios fora do subcontinente: no leste da África, Quênia, Uganda, Tanganica, Zanzibar, Somália e Moçambique; no Oriente Médio: Aden, Omã, Kwait, Bahrain e Qatar; nos arquipélagos Maurícios, Seychelles e Straits Settlements (Cingapura, Penang e Malaca).

Mwangi (2001, p. 772), ao analisar a crise da rúpia na década de 20 do século XX, após mais de vinte anos como a unidade de conta e meio de pagamento nos territórios britânicos da África Oriental, expressa com precisão o papel da rúpia no sistema colonial britânico nessa parte do mundo.

The mobility of colonial currency between India and East Africa had allowed the British colonial state to 'represent itself as the center of a world which is accessible via a uniformly quantifying metaphor', the Indian rupee. Yet this mobility had also given rise to a spatial unity between India and East Africa that threatened to dislocate the terms of the colonial hierarchy of power. For while the British had complacently viewed their colonial project in East Africa as an extension and a continuation of colonial project in India, their very premises had generated a disquieting confusion as to the identity of the colonial power in East Africa.

Por se constituir em um símbolo do sucesso da conquista britânica na Índia, a rúpia será usada em outras colônias britânicas e áreas de dominação econômica, criando um subsistema colonial no qual a Índia e a rúpia funcionam como canais por meio dos quais os territórios do subsistema se integravam ao império colonial britânico. Na próxima seção, analisaremos com mais detalhe o processo de ordenação e hierarquização do sistema bancário da Índia britânica.

## 5.2 A ORDENAÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO E BANCÁRIO DA ÍNDIA BRITÂNICA

No início do século XIX, existia no subcontinente indiano o sistema bancário nativo com os banqueiros cambistas indianos que lucravam com operações de empréstimo, com a arbitragem do preço entre as diferentes moedas existentes no subcontinente e com comércio interno e externo. Entre seus principais clientes estavam os governantes indianos, grandes proprietários de terra, mercadores e a antiga nobreza mongol, assim como o novo poder ascendente, a companhia britânica das Índias Orientais, que se tornará o poder supremo na Índia, com o auxílio financeiro dos banqueiros indianos.

It is a commonplace, though an amazing one, of Indian political history that the country was subjugated and occupied by the British with the aid of Indian mercenaries or rice soldiers. Accident or design appears to have conspired to disguise the equally important fact that it was Indian money furnished by Indian bankers which enabled these mercenary armies to be raised (MURANJAN, 1952, p.15).

Paralelamente ao sistema bancário nativo, as casas comerciais privadas britânicas começaram a fundar seus próprios bancos na Índia, no final do século XVIII.

Banking on modern lines began in this country with the foundation of the Agency Houses of Calcutta and Bombay in the eighteenth and early nineteenth centuries. [...] Banking was only an adjunct, although the most important one, to their business. In the course of their banking activities, they issued quite a volume of notes. (MURANJAN, 1952, p. 1)

Esses bancos não eram companhias por ações. Eles eram braços financeiros de casas comerciais britânicas e foram em geral criados na sequência de operações de empréstimo à companhia britânica em virtude das suas dificuldades financeiras surgidas com as operações militares na Índia. O Banco do Hindustão (Tabela 5 a seguir), um dos mais antigos e duradouros, fundado em 1770, era controlado por Alexander & Co. Pouco depois, em 1773, foi fundado o Banco de Bengala e Bihar, com o apoio do governador-geral Warren Hastings.



No entanto, este logo teve de fechar suas portas. Além desses, também em Calcutá, foram lançados outros dois bancos ligados a casas comerciais, ambos de curta duração: o Banco de Bengala e o Banco Geral da Índia foram fundados em 1784 e faliram em 1791.<sup>146</sup> Segundo Bagchi (1985, p. 508), era de conhecimento público que o crédito destes bancos flutuava de acordo com o crédito da casa comercial. Contudo, as dificuldades financeiras enfrentadas nesse período pela companhia, sua principal cliente, devem também ter contribuído para a falência.

Segundo Muranjan, estes bancos competiam entre si para ter suas notas bancárias aceitas nos pagamentos ao governo da companhia em Bengala, pois isso ampliaria em muito a aceitabilidade e a circulação de suas notas.

The Bengal Bank, launched into existence before 1786, had a circulation of 8 lakhs when it closed its doors in 1791, owing largely to the panic of war with Tipu Sultan. These banks competed very keenly for the privilege of having their notes made receivable “at all offices of Government at the Presidency”, or “in all payments to Government at different treasuries and public offices at the Presidency”. In those days, circulation of notes depended very largely on the confidence that Government treasuries received them. For this reason, in the interior, notes were returned almost immediately they were received and paper circulation hardly existed. The choice of the Government fell at first on the General Bank of India, which, however, was dissolved in 1793 (MURANJAN, 1952, p.3).<sup>147</sup>

---

<sup>146</sup> Uma exceção aos bancos criados pelas casas comerciais privadas no século XVIII foi o Banco de Bombaim, fundado pelo governo da companhia britânica das Índias Orientais em Bombaim, em 1720. O banco contava com a sanção da diretoria da companhia e tinha permissão para emitir notas até um pequeno limite (de 8 a 10 *lakhs* de rúpias). A concessão de créditos por prazo muito longo, sem as devidas garantias, levou a um acúmulo de créditos pendentes e de dívidas com o governo, de forma que o governo da companhia optou por encerrar suas atividades bancárias (MURANJAN, op. cit., p. 4-5). Segundo informações do Reserve Bank of India – RBI, o banco encerrou suas atividades em 1770. Disponível em: <http://www.rbi.org.in/currency/museum/m-1720.html>.

<sup>147</sup> Embora Muranjan refira-se à falência do Banco Geral da Índia, em 1793, segundo informações do Reserve Bank of India – RBI, o banco encerrou suas atividades em 1791.

<b>Tabela 5 - Os Principais Bancos na Índia, 1720-1843</b>			
<b>Ano de Fundação</b>	<b>Ano de Falência (F) ou de União (U)</b>	<b>Nome da Instituição Bancária</b>	<b>Sede</b>
1720	1770	Bank of Bombay	Bombay
1770	F 1832	Bank of Hindostan	Calcutta
1773	F 1775	General Bank of Bengal and Bihar	Calcutta
1784	F 1791	Bengal Bank	Calcutta
1786	F 1791	General Bank of India	Calcutta
1788	Unknown	The Carnatic Bank	Madras
1806	U 1920	Bank of Calcutta (1806) and later Bank of Bengal <sup>1</sup> , 1808	Calcutta
1819	F 1828	The Commercial Bank	Calcutta
1824	F 1829	The Calcutta Bank	Calcutta
1828	Unknown	Bank of India	
1829	F 1848	The Union Bank	Calcutta
1833	F 1866	The Agra & United Service Bank Ltd. (Earlier The Agra Bank and later The Agra and Masterman's Bank, London)	Agra
1835	F 1837	The Bank of Mirzapore	Mirzapur
1836	Still Born	Bank of India (London)	
1840	F 1859	North Western Bank of India	Mussoorie
1840	U 1920	Bank of Bombay <sup>1</sup> : Re-formed in 1868	Bombay
1841	U 1849	The Bank of Ceylon (Taken over by the Oriental Banking Corporation)	Colombo
1842	F 1884	The Oriental Bank Corporation <sup>2</sup> (Earlier, Bank of Western India)	Bombay
1842	1863	The Agra Savings Fund	Agra
1843	U 1920	Bank of Madras <sup>1</sup>	Madras

Sources: Cooke, Brunyate, Tandon, Maharashtra State Archives and RBI

Disponível em: <http://www.rbi.org.in/currency/museum/m-1720.html>

Obs. ( 1 ) Os Bancos de Bengala, Bombaim e de Madras, denominados bancos presidenciais, foram fundidos pelo governo da Índia para a criação do Banco Imperial da Índia em 1921.

(2) O Banco Oriental se tornará o banco do governo da companhia no Ceilão em 1849, cumprindo as mesmas funções que os bancos presidenciais.

No início do século XIX, o governo da companhia patrocinará o primeiro banco por ações criado na Índia. Seus principais acionistas eram proprietários de várias casas comerciais privadas britânicas de Calcutá. De acordo com Bagchi (1985, p. 507-508), o Banco de Calcutá, fundado em 1806, foi o primeiro banco por ações criado na Índia britânica, mas ele só abriu suas portas em 1809, já com o nome de Banco de Bengala e com o patrocínio do governo da companhia em Bengala.

As is well known, it was a government-sponsored bank, but four-fifths of the share capital were held by private persons, and the share-holding was fairly scattered. Agency houses were heavily represented among its shareholders, and the partners of the major agency houses sat on its direction regularly. But it was not controlled by a single agency house, although it often seemed to be run by and for the three or four leading agency houses of Calcutta. Its charter was granted by the East India Company (ultimately with the legal authority of the British Parliament) and conferred limited liability on the shareholders. (The Bank of Bengal enjoyed also the right of note-issue up to 1860. The three Presidency Banks, viz. the Banks of Bengal, Bombay and Madras lost the privilege of note-issue when James Wilson introduced government paper currency). (Idem).

A criação do Banco de Bengala ajudou o governo da companhia a estabilizar o seu crédito e a ter firme controle sobre o financiamento do comércio de Calcutá e seus arredores. Além disso, os comerciantes britânicos de Calcutá adquiriram uma base mais ampla de liquidez. (Ibid., p. 512-513)

Under the charter of the Bank of Bengal, the bonds issued by the East India Company's government became acceptable securities for extending loans. This at once became a means of raising the demand for the Company's paper permanently and reducing the discount on such securities. Furthermore, a large fraction of the new bank's capital was permanently invested in these securities; the proportion of the capital thus locked up went up in periods of slack trade (Ibid., p. 513).

A criação do Banco de Bengala também ampliou a demanda pelos títulos da companhia, que passaram a ser aceitos como garantia para empréstimos, constituindo parte do capital do banco. Além disso, o Banco de Bengala também cumpriu o papel de ampliar a circulação de notas bancárias. Sendo reconhecido como banco do governo e tendo suas notas bancárias aceitas em pagamentos de obrigações ao governo, o banco gozava de maior

credibilidade pública que todos os outros até então criados. A emissão de notas pelo Banco de Bengala expandiu a liquidez disponível para os comerciantes e liberou um pouco as rúpias da circulação geral. Entretanto, a emissão de notas não aumentou significativamente o valor dos meios de circulação no interior, pois elas só eram usadas por uma pequena parcela da população, composta de mercadores europeus, funcionários públicos e alguns grandes *zamindars*. Isso porque as notas bancárias eram de valor muito elevado para as transações comuns.

By 1820, its note circulation had reached the figure of 43 lakhs. Naturally the notes of these banks were not much in evidence beyond the outskirts and environs of Calcutta. A witness before the Parliamentary Select Committee of 1831 informs us that these notes went as far as Chandranagore and Serampore, about 25 to 30 miles from Calcutta, and that they were not to be seen in the villages to any extent. The smallest denomination of notes was Rs. 4 while the Bank of Bengal issued notes ranging between Rs. 10 and Rs. 20,000. ((MURANJAN, 1952, p. 3-4)

As notas bancárias do Banco de Bengala criaram uma espécie de circuito fechado de pagamento, composto por *zamindars*, mercadores ricos do interior e comerciantes ricos em Calcutá. Esta rede de crédito em grande parte passava por cima dos banqueiros cambistas tradicionais (BAGCHI, 1985, p. 513).

O negócio do Banco de Bengala era, naturalmente, influenciado pelo ramo indiano do comércio e do crédito.

There is mention of hundi as a source of income in the earlier years, there was a Nagree munshi on the establishment of the bank (paid for by the khazanchee)<sup>148</sup> whose job it was to help translate the content of the hundis for the khazanchee and his staff, and in the 1840s elaborate rules were framed for discounting hundis. The operations of the bazaar affected the rates charged by the bank. In times of tight credit, it would find government securities being deposited with it and cash being drained out to feed the bazaar. The bank then raised its rates of interest in order to keep within the rule regarding cash to liabilities ratio and to protect its future capacity to extend loans. In the reverse situation, it would find its discount business dwindling practically to zero since bazaar rates were lower than the bank rates. (Ibid., p. 514)

---

<sup>148</sup> Tesoureiro indiano responsável pelos descontos das *hundis*.



Os banqueiros indianos agiam como *khazanchees* ou tesoureiros para as filiais dos bancos britânicos que não tinham como avaliar as garantias oferecidas por comerciantes, proprietários de terras (*zamindars*)<sup>149</sup> e pequenos banqueiros indianos. Assim, muitas das grandes casas bancárias indianas endossavam as garantias dadas sobre os empréstimos concedidos pelos bancos britânicos.

O Banco de Bengala e o lado indiano do mercado monetário também se relacionavam por meio dos *banians*, que eram a âncora financeira por trás de muitas das casas comerciais britânicas. Era comum que *banians* e outros banqueiros indianos captassem recursos no Banco de Bengala, cujas taxas de juros eram menores, e repassassem esses recursos a taxas mais elevadas, em operações financeiras com menores garantias. Banqueiros indianos, por exemplo, aceitavam as notas emitidas por instituições como o Banco do Hindustão, o Banco Comercial ou o Banco de Calcutá. Quando estas empresas faliram nos anos 1830 levaram junto vários banqueiros indianos (Ibid., p. 515).<sup>150</sup>

Em Bombaim e em Madras, a situação era bem distinta daquela que encontramos em Bengala. No final do século XVIII, Madras experimentou uma explosão de lançamento de bancos, todos de curta duração, pois viviam fundamentalmente de empréstimos ao nababo de Arcot. Quando suas reivindicações de dívida contra o estado de Carnataca, que havia passado para o controle da companhia, não foram reconhecidas pelo governo britânico, os bancos faliram.

---

<sup>149</sup> Segundo Bagchi (2005, p. 97), era proibido por lei que as terras fossem dadas em garantia de empréstimo ao Banco de Bengala (posteriormente, esta regulação foi estendida aos bancos das presidências de Madras e Bombaim), mas os títulos emitidos pela Companhia das Índias Orientais poderiam ser utilizados como colateral para a obtenção de empréstimos. Após os anos 1850, os títulos emitidos pelas companhias ferroviárias serão usados como garantia para levantamento de crédito.

<sup>150</sup> “By 1829-30, the Agency Houses stumbled into their final crisis. Among those which perished were Alexander & Co., Colin & Co., Fergusson & Co., Mackintosh & Co., Cuttendon & Co., Palmer & Co., etc. Seven or eight of these alone are reported to have lost 15 million pounds. With them were dragged into insolvency the associated banks as well” (MURANJAN, 1952, p. 7). Essa crise está relacionada com prejuízos das casas comerciais britânicas com a produção e o comércio de índigo. Muranjan também cita a corrida para saques e a excessiva emissão de notas sem reservas suficientes.

In Madras, [...], by the end of the eighteenth century, three private banks were in operation, viz., the Carnatic Bank, the Madras Bank and the Asiatic Bank. They thrived on the Ramp of Arcot, on the expenditure made by the East India Company's government on the Mysore Wars, on the prize-money secured in these wars, and on the private trade carried on by Europeans (some of them still in government employment). [...] With the formal acquisition of the territory of the Nawab of Arcot by the British and the scaling down of the fantastic claims made by the European debtors against the Nawab, the fate of the banks and of many of the firms backing them seems to have been sealed. But while they lasted, the banks and the agency houses associated with them (such as Harrington & Co., Lautour & Co., De Fries & Co.) did a thriving business in lending money to the government on profitable terms. Such terms often included a repayment in Bengal bills or bills on England. The government was also compelled, from time to time, to receive the notes issued by the banks, in payment for public dues (BAGCHI, 1985, p. 509).

O único banco estabelecido em Madras após este período foi o Banco do Governo, fundado por William Bentinck, governador de Madras, em 1806. Bentinck criou um banco puramente público, em desrespeito às instruções dos diretores da Companhia das Índias Orientais e do governo da companhia em Bengala. Ele também foi de encontro à vontade de um grupo de funcionários públicos relacionados com as casas comerciais privadas, que desejavam, em 1799, um banco privado, mas apoiado pelo governo. Logo após a criação do banco, Bentinck foi chamado a Londres, principalmente por causa do motim em Vellore. No entanto, o banco criado por ele continuou a prestar serviços ao governo até que parou de funcionar para dar lugar ao Banco de Madras, fundado em 1843 (Ibid., p. 509).

O Banco de Madras era um banco misto, com capital acionário público e privado. O capital privado britânico, após o episódio em que seus créditos com o nababo de Carnataca não foram reconhecidos, estava fraco demais para criar, por conta própria, um banco sem patrocínio governamental.

Em Bombaim, a fragilidade financeira do governo, a falência do banco governamental, em 1770, e o declínio da atividade econômica, que só começou a se recuperar no final do século XVIII, fizeram com que não houvesse qualquer movimento para a criação de bancos até 1836, quando um grupo de empresários britânicos e indianos começou a levantar capital

para a criação do Banco de Bombaim, que nasceu em 1840. Embora o Banco de Bombaim não contasse com capital público, como o Banco de Bengala e o de Madras, ele recebeu forte apoio do governo da presidência, tendo permissão para emitir notas, que eram aceitas em pagamentos ao governo. Em contrapartida, o Banco de Bombaim, semelhantemente ao Banco de Bengala, ampliou a demanda pelos títulos emitidos pelo governo da presidência, ao estabelecer que eles seriam recebidos como garantia de empréstimos, e auxiliou financeiramente o governo, como fizeram, no passado os banqueiros de Surat e as casas comerciais britânicas.

Esses diferentes rumos da atividade bancária em Bombaim e Madras devem-se ao declínio econômico da presidência de Madras, que já se iniciara com a redução de seu comércio exportador e de suas manufaturas de algodão, acelerando-se com as proibições e altas tarifas impostas aos produtos indianos na Europa e com a penetração dos baratos têxteis ingleses no mercado indiano e asiático, no século XIX.<sup>151</sup> Bombaim, por outro lado, recuperou o vigor que havia perdido no século XVIII, com o crescimento de suas exportações para a China.

Em Bombaim, no início do século XIX, o capital privado britânico era forte e o governo financeiramente fraco. A força do capital privado derivava principalmente do comércio com a China, em que o ópio e o algodão eram as principais mercadorias. As finanças do governo em Bombaim, que sempre foram precárias, praticamente entraram em colapso com a guerra anglo-marata no início do século XIX. Em virtude dos empréstimos das casas comerciais privadas ao governo de Bombaim, o comércio de algodão e as áreas de plantação de algodão e de ópio nos territórios recém-conquistados dos maratas pela Companhia foram entregues nas mãos de grandes financistas (BAGCHI, 1985, p. 510).

---

<sup>151</sup> Segundo Bayly (2008, p. 124), a presidência de Madras havia perdido 40% do seu comércio exportador de tecidos entre 1824 e 1850. Muito dessa contração ocorreu no sudeste da Ásia onde as manufaturas britânicas

Em 1836, parcialmente em resposta a um movimento abortado que pretendia formar um banco que cobrisse toda a Índia,<sup>152</sup> alguns dos novos operadores britânicos do comércio em larga distância em Bombaim lançaram uma proposta de banco apoiada pelo governo de Bombaim nas mesmas linhas do Banco de Bengala. A oposição de algumas casas comerciais fez com que somente em 1840 o Banco de Bombaim passasse a funcionar (Ibid., p. 510- 511).

Apesar de em 1843, todas as três presidências da companhia na Índia possuírem um banco apoiado pelo governo, há algumas diferenças bastante significativas entre Bombaim, por um lado, e Bengala e Madras, por outro. Para começar, ao contrário de Bengala e Madras, o Banco de Bombaim não era semipúblico, mas sim uma *joint venture* entre proeminentes comerciantes britânicos e indianos. (Ibid., p. 511)

Em Bombaim, o governo sempre dependera financeiramente da comunidade de negócios. O dinamismo do comércio do ópio e do algodão forneceu a base de recursos para uma agressiva comunidade empresarial que poderia sempre contar com o apoio do governo local. Nas décadas de 1840 e 1850, em Bombaim, empresários britânicos e seus associados indianos estavam investindo em bancos, empresas de navegação, fábricas de processamento de algodão, prensas hidráulicas, etc.

Em consequência desses investimentos, Bombaim se tornará o centro de novos bancos e instituições financeiras nas décadas de 1850 e 1860. No entanto, a crise financeira de 1865-1866, causada principalmente pela especulação com algodão, terras e ações e pelo colapso do mercado ao fim da Guerra Civil Americana, selará o fim de muitas empresas e bancos, incluindo o Banco de Bombaim (Ibid., p.508). Entretanto, os empresários de Bombaim, com o

---

tinham substituído seus tecidos vermelhos e azuis. “The particular problems of Madras were also exacerbated by the very rapid imposition of cash revenue and rents in place of grain rents in the period 1800-10 [...]”

<sup>152</sup> Muranjan (op. cit., p. 3) faz referências a duas propostas de criação de um banco britânico que cobrisse toda a Índia britânica: a primeira, em 1808; a segunda, em 1836. Ambas foram rejeitadas pelos acionistas da companhia, muitos deles donos de grandes bancos ingleses, como Francis e Alexander Baring e Nathan Rothschild. “Robert Richards, a member of Government of Bombay, proposed his General Bank in 1808. The proposal was rejected by the Court of Directors. In 1836, merchants in India proposed the ‘Great Banking Establishment for British India’. The proposal was rejected by the Court of Proprietors.”

apoio do governo local, ainda que em conflito com o governo-geral, que desejava que o Banco de Bengala absorvesse o falido Banco de Bombaim, conseguiram que o Banco de Bombaim fosse refundado com ajuda governamental.

A comunidade financeira de Bombaim, quando comparada à de Madras e Bengala, era muito mais agressiva e defendia uma mínima intervenção governamental nos negócios. Mesmo com a participação do governo no novo Banco de Bombaim, os empresários desejavam o mínimo controle oficial sobre o novo banco (BAGCHI, 2005, p. 97-98).

Nesse período, a comunidade empresarial britânica, na presidência de Madras, era reduzida e fraca. Bengala, por outro lado, possuía uma rica e poderosa comunidade empresarial, devido à importância do porto de Calcutá, tanto para o comércio externo, quanto para o interno. Suas minas de carvão, plantações de chá, seda e juta forneciam rentáveis oportunidades de investimentos para o setor privado.<sup>153</sup> Também em Bengala se encontrava a sede do governo britânico na Índia, e as principais reformas do sistema administrativo, legal e educacional nos territórios indianos foram aí introduzidas e só muito depois estendidas às demais regiões. Assim, havia em Bengala um maior peso e influência da burocracia estatal, o que propiciou outro tipo de relação entre a comunidade privada de negócios e a burocracia do Estado. Segundo Bagchi (2005, p. 98), “The seat of the Government of India was in Bengal and the British business community naturally looked to the government for various favours. [...] and there was clearly recognized *camaraderie* between the bureaucracy and business magnates”.

Embora não existam dados abrangentes sobre concessão de crédito durante a primeira metade do século XIX no subcontinente indiano, Muranjan (1952, p. 8), Bagchi (2005, p. 98) e Chandavarkar (1984, p. 766) sustentam que a participação dos bancos por ações, liderada pelos bancos presidenciais, na estrutura de crédito era pequena. Na Tabela 6, são apresentados

alguns dados referentes ao capital, emissão de notas e desconto de letras de câmbio dos principais bancos que atuavam na Índia e no Ceilão em meados do século XIX.

Tabela 6 - Bancos na Índia, capital, notas em circulação, espécie em caixa e letras descontadas

Nome do Banco	Ano de fundação	Sede	Capital subscrito £	Notas em circulação £	Espécie em caixa £	Letras descontadas £
Bank of Bengal	1809	Calcutá	1.070.000	1.714.771	851.964	125.251
Bank of Madras	1843	Madras	300.000	123.719	139.960	59.871
Bank of Bombay	1840	Bombaim	522.000	571.089	240.073	195.836
Oriental Bank <sup>1</sup>	1851	Colombo	1.215.000	199.279	1.146.529	2.918.399
Agra and U. P. Bank	1833	Agra	700.000	-	74.302	-
North Western Bank	1840	Calcutá	220.000	-	-	-
Delhi Bank	1844	Delhi	180.000	-	-	-
Simla Bank	1844	Simla	63.850	-	-	-
Dacca Bank	1846	Dacca	30.000	-	-	-
Mercantile Bank		Bombaim	500.000	777.156	77.239	109.547

Elaboração própria a partir da seguinte fonte: Martin, R. M. *The Indian Empire*, vol I, p. 565 Apub AMBEDKAR, 1947, p. 34

Obs. Embora o autor não mencione a data Ambedkar supõem que estes dados referem-se aos anos 1850s.

(1) O Banco Oriental era o banco do governo da companhia no Ceilão, cumprindo as mesmas funções que os bancos presidenciais.

Segundo Bagchi, o papel limitado desses modernos bancos é bem ilustrado pelo Banco de Madras.

It had a capital of only Rs 3 million but found it difficult to employ even that capital profitably in commercial loans. On the other hand, it found itself periodically in a crisis of liquidity. In times of need, it could not easily dispose of the government securities in which a substantial fraction of its resources was invested. There was hardly a market for government securities in Madras, and they had to be sold in Calcutta or Bombay. Even in these cities the securities market in the 1840s was still rather rudimentary. On the

<sup>153</sup> Diferentemente do que ocorria em Bombaim, as plantações de ópio em Bengala eram monopólio da companhia.

other hand, the few large firms which controlled the Bank of Madras cornered most of the credit when the money market was tight, and this led to the complaints by the Indian and smaller Europeans merchant [...]. (BAGCHI, 2005, p.102-103).

O principal negócio de muitos desses bancos era o financiamento ao comércio exterior para a Europa e outras regiões da Ásia, África e Oriente Médio. Segundo Bagchi, nos anos 1850, os setores bancários indiano e britânico estavam unidos em muitos pontos, mas o aspecto mais importante dessa associação acabara no final da década de 1830, quando, na renovação da concessão do Banco de Bengala, o governo impôs sua exclusão das operações cambiais externas e do financiamento do comércio externo.

The Europeans and others connected with the Bank of Bengal voluntarily accepted the limiting of the activities of that bank to domestic banking in the charter of 1839, thus leaving foreign exchange banking to new banks based in London. The Bank of Bombay made a bid for the right to engage in foreign exchange business in the 1850s but it was turned down by the government. Even there, despite the upsurge in trade, the tide was turning against Indo-British joint ventures in joint-stock banking and against foreign exchange banking controlled by any India-based bank. In Madras, despite a degree of fairness practised by the Government Bank as between Indian and European borrowers, Europeans were edging out Indians from internal exchange business since Government Treasuries meted out a preferential treatment in discounting European bills rather than Indian hundis (BAGCHI, 1985, p. 517).

No início dos anos 1860, os três bancos presidenciais foram excluídos das atividades cambiais e do financiamento do comércio externo. Tais atividades passariam a ser exclusividade dos bancos de câmbio com sede em Londres, que começaram a abrir filiais na Índia. Assim, estabeleceu-se institucionalmente a exclusão de todos os estabelecimentos bancários indianos, isto é, de qualquer banco cuja sede fosse a Índia britânica, deste ramo de negócio, independentemente da composição acionária do banco.

A fixação do câmbio entre a rúpia e a libra esterlina passaria agora a ser realizada pelo Ministério da Índia e seria operada pelos bancos britânicos sediados em Londres. Segundo Balachandran (2005, p. 10), o governo colonial não estava interessado simplesmente no

financiamento das exportações indianas (e na criação de um superávit comercial), pois isso os bancos indianos poderiam fazer, mas sim em assegurar que esse superávit fosse remetido a Londres para saldar as obrigações indianas.

O controle do câmbio tornou-se muito mais importante ao final dos anos 1850, pois agora a remessa da renda territorial da Índia para a Grã-Bretanha não mais seria feita por meio do comércio do chá. Como vimos no terceiro capítulo, a companhia estabelecera um acordo com o governo, em 1784,<sup>154</sup> pelo qual a renda territorial na Índia seria transferida para a Grã-Bretanha por meio do comércio do chá, via Cantão. Para garantir os recursos necessários à aquisição do chá, a companhia exportava prata, sob a forma de bulhão, e outras mercadorias da Índia para o Cantão. Os comerciantes privados britânicos também foram incentivados pela companhia a exportar para a China o ópio produzido na Índia.<sup>155</sup> As receitas obtidas pelas exportações de mercadorias indianas para a China pelos comerciantes privados eram adquiridas pela companhia em troca de letras de câmbio resgatáveis em Londres em libras esterlinas. Estas receitas eram utilizadas para garantir grandes carregamentos de chá que eram exportados para a Inglaterra. Com isso, o chá era importado pela Grã-Bretanha sem que ela tivesse de realizar qualquer exportação equivalente para a Ásia.<sup>156</sup>

No entanto, desde que o império britânico na Índia havia passado para a Coroa britânica, em 1858, e a Companhia das Índias Orientais teve suas atividades encerradas, sendo absorvida pelo governo britânico, a transferência da renda territorial da Índia para a Grã-Bretanha passou a ser realizado por meio do pagamento de uma renda anual (*home charge*). A

---

<sup>154</sup> Através da Lei de Comutação, negociada poucos meses depois da promulgação do Ato da Índia.

<sup>155</sup> Segundo Bayly (2008, p. 116) “Opium [...] remained a government monopoly in India even after 1834 when the Company lost its monopoly of the China trade to free-traders. Opium continued to provide up to 15 per cent of the Indian government’s income and to account for up to 30 per cent of the value of India’s trade up to 1856.” Apesar de deter o monopólio sobre o ópio na Índia, a companhia não o comercializava para China devido à proibição das autoridades chinesas. A companhia financiava a exportação de ópio pelas casas comerciais privadas britânicas, evitando, dessa forma, entrar diretamente em atrito com as autoridades chinesas. Quando, no entanto, a exportação de ópio para a China foi ameaçada, a companhia não hesitou em usar seu exército na Índia para garantir a continuidade da exportação de ópio para a China.



*home charge* equivalia aos encargos da dívida externa indiana para com a Grã-Bretanha. Estes encargos estavam relacionados ao pagamento de dividendos e da indenização dos acionistas da companhia, pagamento de aposentadorias dos funcionários civis e militares da empresa, pagamento das despesas do Ministério da Índia, pagamento do deslocamento e do treinamento das Forças Armadas indianas na Grã-Bretanha, pagamento das garantias para a construção das estradas de ferro na Índia, etc. Assim, o controle do câmbio era essencial para garantir o valor em libras da renda que a Índia era obrigada a pagar anualmente a Grã-Bretanha.

O processo de construção e hierarquização do sistema monetário prosseguiu, em 1862, quando o governo indiano retirou dos bancos presidenciais o direito de emitir notas bancárias, transferindo ao Tesouro a autoridade da emissão de papel-moeda, com base nas reservas metálicas mantidas em garantia.

O segundo momento emblemático desse processo ocorreu em 1876, quando o governo imperial britânico na Índia decretou uma lei (negociada anteriormente) pela qual os remanescentes governos autônomos existentes na Índia se comprometiam a não mais emitir suas moedas pelos próximos 30 anos e aceitavam como padrão comum de moeda a rúpia da Índia britânica. Apesar de a cunhagem ter sido abolida em alguns estados como, por exemplo, na Cashimira, em Mysore e em Rewah, grandes estados, como Hyderabad, continuaram a cunhar suas próprias moedas ao longo do século XIX. Estas moedas eram aceitas na Índia britânica, mas sofriam um grande desconto.

Nos últimos vinte cinco anos do século XIX, a rúpia sofrerá um processo quase contínuo de desvalorização em relação à libra esterlina. Este processo não resultou da queda do preço da prata em relação ao ouro, muito pelo contrário. Como observou Knapp (2003, p. 232-251), o preço da prata em relação ao ouro foi influenciado pela valorização cambial da

---

<sup>156</sup> Estamos assumindo que os carregamentos de metais preciosos, sob forma de bulhão, enviados para adquirir mercadorias asiáticas pelos países europeus eram uma exportação de mercadorias e não unidades monetárias usadas para pagar as mercadorias adquiridas.

libra frente à rúpia. Esse processo de valorização da libra em relação à rúpia não foi reflexo apenas das pesadas obrigações externas da Índia para com a Grã-Bretanha, mas resultou também do controle monetário e cambial do governo britânico sobre a moeda indiana. A excessiva oferta de letras do conselho (*bills of council*)<sup>157</sup> pelo Ministério da Índia em Londres garantia que o preço da rúpia em relação à libra fosse sempre depreciado.

Segundo De Cecco (1974, p. 37-38), à medida que a perda de competitividade inglesa se acentua na segunda metade do século XIX, a Índia tornou-se cada vez mais essencial para assegurar o equilíbrio da conta corrente inglesa. Isto porque a Índia possuía um grande superávit nas suas relações comerciais com o resto do mundo, de forma que este poderia ser utilizado para adquirir produtos britânicos. Esta relação com a Índia permitiu a Inglaterra manter-se até 1914 como a maior exportadora individual de produtos manufaturados, embora tivesse perdido a liderança na produção e nos mercados dos “países independentes”. A manutenção de sua conta corrente positiva também permitiu a Inglaterra continuar, durante todo este período, como exportadora líquida de capitais e reinvestir o lucro de seus investimentos externos, conferindo liquidez ao “sistema monetário internacional”. Esta situação confortável em relação à Índia também possibilitou que o capital inglês buscasse países que oferecessem mais elevado retorno, sem se preocupar com a exigência da contrapartida de aquisição de produtos ingleses dos países receptores. A manutenção desta relação com a Índia foi obtida por meio da política colonial (barreiras não tarifárias) e pelo controle da política fiscal e monetária da Índia.

---

<sup>157</sup> As letras do conselho substituíram as letras da Índia que eram anteriormente emitidas pela companhia, mas funcionavam em um sentido inverso. As letras da Índia eram emitidas na Índia, denominadas em libras reembolsáveis em Londres pela companhia. As letras do conselho, por sua vez, eram denominadas em rúpias recebíveis na Índia e vendidas em Londres pelo Ministério britânico para Índia em troca de libras. As vendas das letras do conselho eram operacionalizadas pelos bancos cambiais britânicos. As receitas da venda das letras eram emprestadas pelo Ministério da Índia para os bancos londrinos ou depositadas no Banco da Inglaterra e eram usadas para pagar as obrigações da Índia para com a Grã-Bretanha. Para mais detalhes sobre o funcionamento das letras de conselho e como elas favoreceram a sustentação do padrão ouro, ver: De Cecco (1974, p. 62-75), Sen (2005, p. 98-104) e Balachandran (2005, p. 19-25).

Oficialmente a Índia só adotou o padrão ouro em 1893, quando a livre cunhagem da prata foi suspensa e se fixou a paridade cambial entre a rúpia e a libra esterlina, embora o processo de subordinação e vinculação da rúpia à libra esterlina já tivesse começado muito antes. Na verdade, este processo já se iniciara em 1835, no primeiro momento em que a rúpia foi proclamada pela companhia a unidade monetária de toda a Índia britânica. Ou seja, ele começara quando a companhia afirmou a soberania britânica sobre os territórios indianos, exercendo sua prerrogativa de definir a unidade de conta e os meios de pagamento nela expressos, que seriam aceitos na quitação das obrigações para com o poder governante.

As regulações posteriores foram movimentos de ordenação e de subordinação das demais unidades monetárias existentes nos territórios indianos e de seus emissores à moeda e ao poder britânico na Índia, de forma a assegurar a posição-chave que a Índia e a rúpia indiana irão exercer para a sustentação do sistema de pagamento internacional centrado em Londres e na libra esterlina.

## **CONCLUSÃO: TERRITÓRIO, TRIBUTO, COMÉRCIO E MOEDA**

A sequência lógica evolutiva proposta por Menger e incorporada pelo *mainstream* econômico, que começa com o escambo sendo substituído pelo dinheiro-mercadoria e este sendo aperfeiçoado pelo papel-moeda e pelo crédito até chegar ao dinheiro atual, através de um processo espontâneo de minimização dos custos de transação não encontra sustentação histórica.

O dinheiro é um padrão abstrato de valor no qual as relações de crédito e débito são expressas. Os reconhecimentos de dívida são hierarquizados socialmente de acordo com a avaliação da solvência de seu emissor. O dinheiro é sempre um meio de pagamento cartal, definido e proclamado pelo Estado, sendo associado ao Estado que o cria. O que lhe permite agir assim é sua capacidade de se colocar como credor da coletividade e de colocar a sociedade como sua devedora, sujeita a lhe pagar tributos, taxas, direitos, licenças, etc. Portanto, a validade do dinheiro é restrita ao território sobre o qual o soberano tem o poder de impor à população a condição de devedora, estabelecendo a cobrança de impostos.

Externamente, o valor do dinheiro é definido de forma semelhante a como é definido o preço de um ativo na bolsa de valores, ou seja, seu valor é influenciado pelas transações comerciais e financeiras que envolvem os países que irão afetar a oferta e demanda da moeda estrangeira, mas também é influenciado pela perspectiva que se tem da evolução futura dos negócios que envolvem os países. O preço da moeda, em termos da moeda estrangeira, está sujeito, portanto, a oscilações em virtude das transações comerciais e financeiras, bem como a mudanças nos humores do mercado.

Um poder soberano pode realizar intervenções no mercado cambial, de modo a influenciar o valor de sua moeda em termos da moeda estrangeira, de forma a garantir o valor de seus créditos em relação aos demais soberanos, estabelecendo o seu padrão monetário

como aquele a ser copiado, e impondo uma determinada paridade entre sua moeda e a moeda dos países devedores como uma condição necessária para o acesso a seu mercado, a seus produtos e a seu capital.

O sucesso da administração do câmbio depende, no entanto, do poder econômico, pois a manutenção da paridade sempre envolve custos e requer recursos que nem todos os países são capazes de suportar.

A construção de um padrão monetário internacional nunca é produto das forças dos mercados ou de uma definição técnica decorrente das propriedades intrínsecas do material utilizado para corporificar o dinheiro. O padrão monetário internacional é sempre o resultado de uma política.

É a partir da perspectiva teórica desenvolvida por Knapp e por Innes que analisamos a conquista territorial britânica na Índia, a substituição do comércio pela tributação como principal fonte de lucro e de financiamento para novas conquistas, o estabelecimento da supremacia britânica no subcontinente indiano, a remodelagem do sistema monetário nos territórios conquistados, a centralização do poder e da autoridade monetária com a proclamação da moeda da Índia britânica, assim como os mecanismos utilizados para estabilizar o câmbio entre o dinheiro inglês e a moeda indiana.

A ascensão da companhia ao poder territorial na Índia foi um processo gradual, possibilitado pela fragmentação do poder mongol e pela ascensão de poderes regionais na Índia durante o século XVIII. As promessas de lucro decorrentes do patrocínio da conquista do poder por grupos políticos indianos levaram a competição comercial entre as companhias britânica e francesa na Índia a se transformar em uma disputa militar. O sucesso da política de patronagem da companhia britânica no sul da Índia foi determinante para que a companhia não se sujeitasse às barreiras impostas pelo governante indiano à contínua expansão de suas atividades comerciais e das atividades comerciais de seus servidores em Bengala. A deposição

dos governantes que se opunham a seus interesses levou à conquista direta do poder pela companhia em Bengala. Entretanto, o modo pelo qual a companhia exerceu seu poder não significou, a princípio, qualquer ruptura com os padrões de governos indianos. Como os governantes indianos do século XVIII haviam feito, a companhia britânica preservou, na aparência, as formas do governo mongol. Também como seus predecessores, a companhia estabeleceu parcerias com administradores de impostos e banqueiros indianos. Parte da economia indiana manteve-se bastante dinâmica pelo menos até o final do século XVIII, e, assim, os britânicos foram capazes de arrecadar elevados impostos e tomar grandes empréstimos dos banqueiros indianos.

As notícias da vitória da companhia na Índia e as projeções de fabulosos lucros a partir desta conquista provocaram uma feroz batalha pelo controle da companhia. Como consequência desta batalha, uma longa e debilitante guerra passa a ser travada entre os acionistas e os diretores. À instabilidade administrativa somaram-se as derrotas militares na Índia e a deterioração de sua situação financeira em Londres.

Tal situação forçou a companhia a buscar o auxílio financeiro do governo que foi condicionado à aceitação pelos acionistas da reforma da companhia. O Ato de Regulação de 1773 procurou corrigir a instabilidade institucional da companhia, assim como estabelecer algum grau de controle do governo sobre ela. A ação de resgate do governo, em 1773, marcou o início da mudança de papéis na relação credor-devedor entre a companhia e o Estado.

O Ato de Regulação e o auxílio financeiro do governo em 1773 não foram suficientes para evitar que a companhia enfrentasse uma nova e mais grave crise financeira nos anos 1780. Ameaçada pela insolvência, a companhia teve de se sujeitar a uma nova intervenção governamental, em troca do auxílio financeiro.

O Ato da Índia, em 1784, marcou o início do controle do governo britânico sobre os territórios na Índia. A companhia torna-se então responsável apenas pelas atividades

comerciais e pela execução da política que passou a ser definida pelo governo por meio do Comitê de Controle (*Board of Control*).

O acelerado crescimento das importações britânicas de chá, após a promulgação pelo governo do Ato de Comutação, produziu a maioria dos lucros necessários para satisfazer os acionistas. Dado o sucesso da estratégia pós-1784 de transformar o comércio com a China no eixo do sistema de remessa da renda territorial da Índia para a Grã-Bretanha e a crescente pressão política em favor da liberação comercial como forma de ampliar a penetração britânica na Ásia, o governo decidiu acabar com o monopólio comercial da companhia na Índia em 1813.

Entre 1814 e 1833, a companhia foi se afastando das atividades comerciais e dedicando-se às tarefas civis e militares de consolidação do império britânico na Índia e na Ásia. O comércio não era mais o negócio principal da companhia. Seu maior objetivo na Índia era governar os territórios, de forma a extrair os recursos tributários que permitissem a expansão do poder imperial britânico no subcontinente indiano e na Ásia. O comércio se restringiu cada vez mais a ser um instrumento por meio do qual parte destes recursos eram transferidos da Índia para a Grã-Bretanha. A lucratividade da companhia agora dependia de sua habilidade em manter o controle sobre suas províncias na Índia.

Ao lançar-se à conquista da supremacia no subcontinente indiano, a companhia enfrentou dois grandes desafios. O primeiro foi militar. A companhia tinha de enfrentar e derrotar seus rivais no subcontinente e, ao mesmo tempo, precisava defender seus territórios e os de seus aliados de possíveis ataques externos. O segundo desafio era como financiar a continuidade dessa política de conquista territorial, uma vez que a lógica da conquista não era meramente comercial. Será por meio do crescimento de sua dívida na Índia que a companhia financiará a sua cara máquina de guerra.

Ao final da guerra com os maratas, os comerciantes privados britânicos tinham se tornado os grandes financiadores da companhia na Índia, tomando o lugar dos banqueiros indianos e suas *hundis*. A substituição dos mercadores e dos banqueiros indianos, nos postos-chave da economia indiana e do comércio com a China e com outras partes da Ásia, por comerciantes privados britânicos permitiu à companhia expandir suas letras de câmbio (rúpia-libra) como meio de pagamento, em substituição às *hundis* indianas. Isso não significou que os banqueiros e mercadores indianos tenham sido totalmente excluídos dos negócios ou que suas *hundis* tenham deixado de circular, mas sim que eles foram subordinados à companhia, e suas *hundis* passaram a ser apenas um meio de pagamento cartal emitido por um agente privado na nova ordem monetária e mercantil indiana.

Em 1833, com o fim do monopólio comercial da companhia na China, o Parlamento britânico instituiu a centralização de todos os poderes legislativos, jurídicos e executivos da administração imperial em toda a Índia. Esta centralização do poder político se refletiu na organização do sistema monetário.

Em 1835, a rúpia de prata foi proclamada a unidade monetária de todos os territórios indianos sob o governo da companhia britânica das Índias Orientais. O Ato de 1835 foi o ponto culminante de um longo processo de reforma monetária iniciada pela companhia quando assumiu o governo territorial na Índia. Ele marca o início de fato do governo britânico na Índia, com a face do rei britânico estampada nas novas moedas, assim como o nome da companhia que o representa.

A criação de uma moeda única atendia o objetivo primordial de criar um espaço econômico único, integrando todos os territórios britânicos na Índia, e enfraquecia o poder dos banqueiros cambistas indianos de arbitrar os preços das diferentes unidades monetárias.

Assim, a centralização do poder britânico na Índia se fará acompanhar da afirmação da capacidade de dominação interna da companhia, com a definição da rúpia indo-britânica, que



traz a face do rei britânico, como a moeda válida em todos os territórios indianos reivindicados pela Grã-Bretanha. A nova moeda ordenará o sistema monetário dentro da Índia britânica, subordinando os demais meios de pagamento. A ascensão da rúpia indo-britânica a uma posição central em todo o subcontinente indiano será concretizada ao longo do século XIX.

A definição de uma unidade de conta única para os territórios britânicos na Índia também facilitará a regulação da taxa de câmbio entre a rúpia e a libra por meio do mecanismo da venda de letras de câmbio da companhia, pagáveis em libras em troca de rúpias. Assim, o mesmo movimento que afirmava a supremacia da rúpia britânica sobre as demais unidades monetárias no subcontinente indiano afirmava também a subordinação da rúpia à moeda do poder conquistador, a libra esterlina.

Simultaneamente a este processo de centralização monetária, a companhia prosseguiu em sua política de conquista territorial, expandindo-se para leste e oeste do subcontinente e submetendo poderes revoltosos na Índia. Toda a nova aquisição territorial da companhia foi tratada como um anexo à Índia britânica, e a rúpia indiana foi proclamada a unidade de conta e meio de pagamento dos novos territórios.

Por se constituir em um símbolo do sucesso da conquista britânica na Índia, a rúpia será usada em outras colônias britânicas e áreas de dominação econômica, criando um subsistema colonial no qual a Índia e a rúpia funcionam como canais por meio dos quais os territórios do subsistema se integravam ao império colonial britânico.

No início dos anos 1860, os bancos presidenciais foram excluídos pelo governo indiano das atividades cambiais e do financiamento do comércio externo. Tais atividades passariam a ser exclusividade dos bancos de câmbio com sede em Londres que começaram a abrir filiais na Índia. Assim, institucionalizou-se a exclusão de todos os estabelecimentos

bancários indianos deste ramo de negócio, independentemente da composição acionária do banco.

A fixação do câmbio entre a rúpia e a libra esterlina passaria agora a ser realizada pelo Ministério da Índia e seria operada pelos bancos britânicos sediados em Londres. O governo colonial estava preocupado em assegurar que o superávit comercial indiano fosse remittido a Londres para saldar as obrigações indianas para com a Grã-Bretanha.

O controle do câmbio tornou-se muito mais importante ao final dos anos 1850, pois a remessa da renda territorial da Índia para a Grã-Bretanha não mais seria feita por meio de mercadorias asiáticas. Desde que o império britânico na Índia havia passado para a Coroa britânica, em 1858, e a Companhia das Índias Orientais teve suas atividades encerradas, sendo absorvida pelo governo britânico, a transferência da renda territorial da Índia para a Grã-Bretanha passou a ser realizada pelo pagamento de uma renda anual (*home charge*). Assim, o controle do câmbio era essencial para garantir o valor em libras da renda que a Índia era obrigada a pagar anualmente à Grã-Bretanha.

O processo de construção e hierarquização do sistema monetário prosseguiu, em 1862, com o governo indiano retirando dos bancos presidenciais o direito de emitir notas bancárias que foi transferido para o Tesouro.

Em 1876, o governo imperial britânico na Índia decretou que os remanescentes governos autônomos existentes na Índia não mais emitiriam suas moedas pelos próximos 30 anos e que a rúpia da Índia britânica seria o padrão monetário em todo o subcontinente. Alguns grandes estados, como Hyderabad, continuaram a cunhar as próprias moedas ao longo do século XIX, mas estas moedas sofriam um grande desconto na Índia britânica.

Entre 1875 e 1893, a rúpia sofrerá um processo quase contínuo de desvalorização em relação à libra esterlina. Este processo não foi resultado da queda do preço da prata em relação ao ouro, mas, pelo contrário, o preço da prata em relação ao ouro é que foi

influenciado pela valorização cambial da libra frente à rúpia. A valorização da libra em relação à rúpia não foi reflexo apenas das pesadas obrigações externas da Índia para com a Grã-Bretanha, mas foi resultado também do controle monetário e cambial do governo britânico sobre a moeda indiana. A excessiva oferta de letras do conselho pelo Ministério da Índia em Londres garantia que o preço da rúpia em relação à libra fosse sempre depreciado.

À medida que a perda de competitividade inglesa se acentuou na segunda metade do século XIX, a Índia tornou-se cada vez mais essencial para assegurar o equilíbrio da conta corrente inglesa. O grande superávit comercial indiano com o resto do mundo foi utilizado para adquirir produtos britânicos. Esta relação com a Índia permitiu à Inglaterra manter sua conta corrente positiva e continuar como exportadora líquida de capitais. A manutenção desta relação com a Índia foi obtida por meio da política colonial (barreiras não tarifárias) e pelo controle da política fiscal e monetária da Índia.

Oficialmente a Índia só adotou o padrão ouro em 1893, quando a livre cunhagem de prata foi suspensa, e a paridade cambial entre a rúpia e a libra esterlina foi fixada. Entretanto, o processo de subordinação e vinculação da rúpia à libra esterlina já tinha começado em 1835, quando a rúpia foi proclamada pela companhia a unidade monetária de toda a Índia britânica. Logo esta subordinação já existia, desde que a companhia afirmou a soberania britânica sobre os territórios indianos, exercendo sua prerrogativa de definir a unidade de conta e os meios de pagamento nela expressos que seriam aceitos na quitação das obrigações para com o poder governante.

As legislações monetária e bancária introduzidas posteriormente foram movimentos de ordenação e de subordinação das demais unidades monetárias existentes nos territórios indianos e de seus emissores à moeda e ao poder britânico na Índia, de forma a assegurar a posição-chave que a Índia e a rúpia indiana irão exercer para a sustentação do sistema de pagamento internacional centrado em Londres e na libra esterlina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, Gustavo de O. & ROCHA, Marco Antônio. Dois Momentos para a Teoria Cartalista da Moeda – De Knapp a Goodhart. **Economia**, Brasília (DF), v. 10, n. 1, p. 153-168, jan/abr 2009.

AMBEDKAR, B. R. **History of Indian Currency and Banking**. Published by C. Murphy for Thacker and Company Limited, Bombay, 1947. Disponível em: <http://www.archive.org/details/indiansilvercurr00ellsrich>. Acesso em: 14 de junho, 2010.

ARASARATNAM, S. Trade and Political Dominion in South India, 1750-1790: Changing British-Indian Relationships. **Modern Asian Studies**, Cambridge: Cambridge University Press, vol. 13, n. 1, p.19-40, 1979.

BABB, Sarah & CARRUTHERS, Bruce G. The Color of Money and the Nature of Value: Greenbacks and Gold in Postbellum America. **The American Journal of Sociology**, vol. 101, no. 6, pp. 1556-1591, May, 1996.

BAGCHI, A. K. Anglo-Indian Banking in British India: From The Paper Pound to the Gold Standard. In: Porter, A. N. and Holland, R. F. (Eds.) **Finance and Empire 1790-1960**. Frank Cass and Company Limited, Abingdon: Oxon, New York: NY, 2005. pp. 93-108.

\_\_\_\_\_. Transition from Indian to British Indian Systems of Money and Banking 1800-1850. **Modern Asian Studies**, Special Issue: Papers Presented at the Conference on Indian Economic and Social History, Cambridge University, April 1984: Cambridge University Press, Vol. 19, No. 3, pp. 501-519, 1985.

\_\_\_\_\_. **The evolution of the State Bank of India: Volume I: The roots, 1806-1876, Part II: Diversity and Regrouping, 1860-1876**. Bombay: Oxford University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. **The evolution of the State Bank of India: Volume II: The Era of The Presidency Banks, 1876-1920**. New Déli: Altamira Press, 1997.

BARUA, Pradeep. Military Developments in India, 1750-1850. **The Journal of Military History**, Published by: Society for Military History. Vol. 58, No. 4, pp. 599-616, Oct., 1994.

BAYLY, C. A. **Indian Society and the making of the British Empire**. The New Cambridge History of India, II.1 Indian Society and the Transition to colonialism, Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BAYLY, C. A. Patrons and Politics in Northern India. **Modern Asian Studies**, Cambridge: Cambridge University Press, Vol. 7, No. 3, pp. 349-388, 1973.

BALACHANDRAN, G. Introduction. In: BALACHANDRAN, G (ed.) **India and World Economy 1850-1950**, Oxford India Paperbacks, Oxford University Press, New Déli, India, 2005. pp. 1-45.

BELKE, A. and POLLEIT, T. **Monetary Economics in Globalised Financial Markets**. Springer, Heildelberg, 2009. pp. 8-9.

BELL, Stephanie. The Role of the State and the Hierarchy of Money. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge: Cambridge University Press, 25, pp. 149-163, 2001.

\_\_\_\_\_. **The Hierarchy of Money**. Working Paper n. 231. The Levy Economic Institute of Bard College, April 1998. Disponível em: <http://www.levyinstitute.org/pubs/wp231.pdf>. Acesso em 22/06/2010.

BONAR, J. Knapp`s Theory of Money. **The Economic Journal**, vol. 32, No. 125, pp. 39-47, Mar., 1922.

BOWEN, H. V. Investment and empire in the later eighteenth century: East India stockholding, 1756-1791. **Economic History Review**, 2nd ser., 42, pp. 186-206, 1989.

\_\_\_\_\_. The little parliament: the General Court of the East India Company, 1750-1784. **Historical Journal**, 34, p. 857-72, 1991.

\_\_\_\_\_. British India, 1765-1813: The Metropolitan Context. In: MARSHALL, P. J. (ed.) **The Oxford History of the British Empire. The Eighteenth Century**. Oxford University Press, Oxford, 1998. pp. 530-551.

\_\_\_\_\_. Sinews of trade and empire: the supply of commodity exports to the East India Company during the late eighteenth century. **Economic History Review**, 55, pp. 446-486, 2002.

\_\_\_\_\_. **The Bussiness of Empire: The East India Company and Imperial Britain, 1756-1833**. 3rd printing. Cambridge: Cambridge University Press, UK, 2007.

CAIN, P. J. Economics and Empire: The Metropolitan Context. In: PORTER, A. (ed.) **The Oxford History of the British Empire. The Nineteenth Century.** Oxford: Oxford University Press, 1999. pp. 31-52.

CAIN, P. J. & HOPKINS, A. G. **British imperialism: innovation and expansion, 1688-2000.** 2 ed. London: Longman, UK, 2002.

\_\_\_\_\_. Gentlemanly capitalism and the British expansion overseas, I: the old colonial system, 1688-1850. **Economic History Review**, 2nd. ser., 39, pp. 501-25, 1986.

\_\_\_\_\_. The political economy of British expansion overseas, 1750-1914. **Economic History Review**, 2nd. ser., 33, pp. 463-90, 1980.

CARRUTHERS, Bruce G. **City of capital: politics and markets in the English Financial Revolution**, 2 ed. Princeton: Princeton University Press – New Jersey, 1999.

CHANDAVARKAR, A. G. Money and Credit 1858-1947. In: KUMAR, D. and DESAI, M. (Ed.) **The Cambridge Economic History of India volume II: c. 1757 – c. 1970.** Hyderabad, India: Orient Longman and Cambridge University Press, 1984. pp. 762-803.

CHAUDHURI, K. N. India's foreign trade and the cessation of the East India Company's trading activities, 1828-1840. **Economic History Review**, 19, pp. 345-66, 1966.

\_\_\_\_\_. Treasure and trade balances: the East India Company's export trade, 1660-1720. **Economic History Review**, 21, pp. 480-502, 1968.

\_\_\_\_\_. Foreign Trade and Balance of Payments (1757-1947). In: KUMAR, D. and DESAI, M. (Ed.) **The Cambridge Economic History of India volume II: c. 1757 – c. 1970.** Hyderabad, India: Orient Longman and Cambridge University Press, 1984. pp. 804-877.

\_\_\_\_\_. **The Trading World of Asia and the English East India Company, 1660-1760.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CHAUDHURY, Sushil. International Trade in Bengal Silk and the Comparative Role of Asians and Europeans, circa. 1700-1757. **Modern Asian Studies**, Cambridge: Cambridge University Press, Vol. 29, No. 2, pp. 373-386, May, 1995.

\_\_\_\_\_. European Companies and the Bengal Textile Industry in the Eighteenth Century: The Pitfalls of Applying Quantitative Techniques. **Modern Asian Studies**, Cambridge: Cambridge University Press, Vol. 27, No. 2, pp. 321-340, May, 1993.

CHECKLAND, S. G. Finance for the West Indies, 1780-1815. **Economic History Review**, Cambridge: Cambridge University Press, 2nd ser., 10, pp. 461-69, 1957-58.

CLAUSON, G. L. M. The British Colonial Currency System. **The Economic Journal**, Blackwell Publishing for the Royal Economic Society, Vol. 54, No. 213, pp. 1-25, Apr., 1944.

DAVIS, Ralph. English foreign trade, 1700-1774. **Economic History Review**, 2nd ser., 15, pp. 285-303, 1962.

DE CECCO, Marcello. (1974), **Money and Empire: The International Gold Standard, 1890-1914**, Oxford: Basil Blackwell, 1974.

DUFFY, M. World-Wide War and British Expansion, 1793-1815. In: MARSHALL, P. J. (ed.) **The Oxford History of the British Empire. The Eighteenth Century**. Oxford: Oxford University Press, 1998, pp.184-207.

DUTT, R. C., **The Economic History of India**. 2 vols. 5th ed. Publications Division, Ministry of Information and Broadcasting, Government of India, 2006.

ELLSTAETTER, Karl. **The Indian Silver Currency: an Historical and Economic Study, 1850-1933**. Economics Studies of the University of Chicago, n. III, University of Chicago Press, 1895. Disponível em: <http://www.archive.org/details/indiansilvercurr00ellsrich>. Acesso: 01 de junho, 2010.

ESTEBAN, Javier Cuenca. The British Balance of payments, 1772-1820: India transfers and war finance. **Economic History Review**, vol. 54, n.1, pp. 58-86, 2001.

FIORI, J. L. Estados, Moedas e Desenvolvimento. In: FIORI, J. L. (Org.) **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 49-83.

FORSTATER, Mathew. **Tax-Driven Money: Additional Evidence From the History of Thought, Economic History, and Economic Policy**. Working Paper n. 35, Center for Full Employment and Price Stability – CFEPS, University of Missouri, Kansas City, August 2004. Disponível em: <http://www.cfeps.org/pubs/wp-pdf/WP35-Forstater.pdf>. Acesso 22/06/2010.

\_\_\_\_\_. **Taxation: A Secret of Colonial Capitalist (so-called) Primitive Accumulation.** Working Paper n. 25, Center for Full Employment and Price Stability – CFEPS, University of Missouri, Kansas City, May 2003. Disponível em: <http://www.cfeps.org/pubs/wp-pdf/WP25-Forstater.pdf>. Acesso 22/06/2010.

FURBER, Holden. The United Company of Merchants of England Trading to the East Indies, 1783-1796. **Economic History Review**, vol.10, n. 2, pp. 138-147 , Apr., 1940.

GALLAGHER, J. & ROBINSON, R. The imperialism of free trade, 1815-1914. **Economic History Review**, 2nd. ser., 6, pp.1-15, 1953.

GARDINER, Geoffrey W. The Primacy of Trade Debts in Development of Money. In: Wray, L. R. (ed.) **Credit and State Theories of Money - The Contributions of A. Mitchell Innes.** Edward Elgar, Cheltenham, UK – Northampton Ma, USA, 2004. pp. 128-172.

GELDERBLOOM, Oscar & JONKER, Jost. Completing a financial revolution, **Journal of Economic History**, 64, pp. 641-672, 2004.

GREEN, E. H. H. The Political Economy of Empire, 1880-1914. In: PORTER, A. (ed.) **The Oxford History of the British Empire. The Nineteenth Century.** Oxford: Oxford University Press, 1999. pp.346-370.

HABIB, Irfan. Usury in Medieval India. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge: Cambridge University Press, Vol. 6, No. 4, pp. 393-419, Jul., 1964.

HANCOCK, David. “Domestic bubbling”: eighteenth century London merchants and individual investment in the Funds. **Economic History Review**, vol. 47, n. 4, pp. 679-702, 1994.

HARNETTY, Peter. Cotton Exports and Indian Agriculture, 1861-1870. **Economic History Review**, 2nd. ser., vol. 24, n. 3, pp.414-29, Aug., 1971.

HENRY, John F. The Social Origins of Money: The Case of Egypt. In: Wray, L. R. (ed.) **Credit and State Theories of Money - The Contributions of A. Mitchell Innes.** Edward Elgar, Cheltenham, UK – Northampton Ma, USA, 2004. pp. 79-98.

INGHAM, G. The Emergence of Capitalist Credit Money. In: Wray, L. R. (ed.) **Credit and State Theories of Money - The Contributions of A. Mitchell Innes.** Edward Elgar, Cheltenham, UK – Northampton Ma, USA, 2004. pp. 173-222.



\_\_\_\_\_. Money is a social relation. **Review of Social Economy**, vol. LIV, n. 4, winter 1996.

INNES, A. M. What is Money? In: Wray, L. R. (ed.) **Credit and State Theories of Money - The Contributions of A. Mitchell Innes**. Edward Elgar, Cheltenham, UK – Northampton Ma, USA, 2004a. pp. 14-49.

\_\_\_\_\_. The Credit Theory Money. In: Wray, L. R. (ed.) **Credit and State Theories of Money - The Contributions of A. Mitchell Innes**. Edward Elgar, Cheltenham, UK – Northampton Ma, USA, 2004b. pp. 50-78.

KEY, John. **The Honourable Company. A History of The English East India Company**. London: Haper Collins Publishers, 1991.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**, 19<sup>a</sup> reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

KINDELBERG, C. **A financial history of Western Europe**, Oxford: Oxford University Press, 1993.

KNAPP, G. Friedrich. **The State Theory of Money**, Simon Publications, San Diego, CA, 2003.

KUMAR, Dharma. The Fiscal System. In: KUMAR, D. and DESAI, M. (Ed.) **The Cambridge Economic History of India volume II: c. 1757 – c. 1970**. Hyderabad, India: Orient Longman and Cambridge University Press, 1984. pp. 905-944.

LAUGHLIN, J. Laurence. Indian Monetary History. **The Journal of Political Economy**, Published by: The University of Chicago Press, Vol. 1, No. 4, pp. 593-596, Sep., 1893.

LENMAN, B. P. Colonial Wars and Imperial Instability, 1688-1793. In: MARSHALL, P. J. (ed.) **The Oxford History of the British Empire. The Eighteenth Century**. Oxford: Oxford University Press, 1998, pp. 151-168.

LEONARD, Karen. The 'Great Firm' Theory of the Decline of the Mughal Empire. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge: Cambridge University Press, Vol. 21, No. 2, pp. 151-167, Apr., 1979.

\_\_\_\_\_. Indigenous Banking Firms in Mughal India: A Reply. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge: Cambridge University Press. Vol. 23, No. 2, pp. 309-313, Apr., 1981.

LERNER, Abba P. Money as a Creature of the State. **The American Economic Review**, vol. 37, No. 2, Paper and Proceedings of the Fifty-ninth Annual Meeting of the American Economic Association, pp. 312-317, May, 1947.

MACLEOD, Henry Dunning. **Indian Currency**. London, New York and Bombay, London: Longmans, Green and Co., 1898. Disponível em: <http://www.archive.org/details/indiancurrency00maclrich>. Acesso em: 01 de junho, 2010.

MALHOTRA, D. K. **History and problems of Indian Currency, 1835-1949, an introductory study**. Published Minerva Book Sindia, 1949. Disponível em: <http://www.archive.org/details/historyandproble032929mbp>. Acesso em: 14 de abril 2010.

MARSHALL, P. J., The British in Asia: trade to dominion, 1700-1765. In: MARSHALL, P. J. (ed.) **The Oxford History of the British Empire. The Eighteenth Century**. Oxford: Oxford University Press, 1998. pp. 487-507.

\_\_\_\_\_. Western Arms in Maritime Asia in the Early Phases of Expansion. **Modern Asian Studies**, Cambridge: Cambridge University Press, Vol. 14, No. 1, pp. 13-28, 1980.

\_\_\_\_\_. Economic and Political Expansion: The Case of Oudh. **Modern Asian Studies**, Cambridge: Cambridge University Press, Vol. 9, No. 4, pp. 465-482, 1975.

MARX, K. British Rule in India. **New-York Daily Tribune**, June 25, 1853, MECW Volume 12, p. 125. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1853/06/25.htm>. Acesso em: 05/01/2010.

MENGER, Carl. On the Origins of Money. **Economic Journal**, vol. 2, pp.239-255, 1892.

METRI, M. M. **Poder, Moeda e Riqueza na Europa Medieval**. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: UFRJ / INSTITUTO DE ECONOMIA, 2007.

\_\_\_\_\_. **Das Armas à Moeda**. XVI Encontro Nacional de Economia Política (SEP), PUC-SP, São Paulo, Junho/2009. Disponível em: [http://www.sep.org.br/artigo/1586\\_bb65f9673127a8f10d27a2b105a0fdf3.pdf](http://www.sep.org.br/artigo/1586_bb65f9673127a8f10d27a2b105a0fdf3.pdf). Acesso em 21 de junho de 2010.

METRI, M. M. **Uma Economia Política da Moeda**. Mimeo. 2009.

MILL, James. **The History of British India**, 6 vols. (3<sup>rd</sup> edition) (London: Baldwin, Cradock, and Joy, 1826), On Line Library of Liberty, Disponível em: [http://oll.libertyfund.org/?option=com\\_staticxt&staticfile=show.php%3Ftitle=1867](http://oll.libertyfund.org/?option=com_staticxt&staticfile=show.php%3Ftitle=1867). Acesso 14 de abril 2010.

MIROWSKI, P. E., The rise (and retreat) of a market: English joint-stock shares in the eighteenth century. **Journal of Economic History**, vol. 41, No. 3, pp. 559-77, Sep., 1981.

MISES, L. **The Theory of Money and Credit**. Liberty Fund, Indianapolis, 1981.

MOORE, R. J. Imperial India, 1858-1914. In: PORTER, A. (ed.) **The Oxford History of the British Empire. The Nineteenth Century**. Oxford: Oxford University Press, 1999. pp. 422-446.

MUI, Hoh-Cheung & MUI, Lorna H., The Commutation Act and the tea trade in Britain, 1784-1793. **Economic History Review**, New Series, vol. 16, No. 2, pp. 234-53, 1963.

MURANJAN, S. K. **Modern Banking in India**. 3rd Ed. 1952. Osmania University Library, digital publication, 7/05/2005. Disponível em: <http://www.archive.org/details/modernbankingini033589mbp>. Acesso em : 8 de maio de 2010.

MWANGI, Wambui. Of Coins and Conquest: The East African Currency Board, the Rupee Crisis, and the Problem of Colonialism in the East African Protectorate. **Comparative Studies in Society and History**, Vol. 43, No. 4, pp. 763-787, Oct., 2001.

O'BRIEN, P. K. European economic development: the contribution of the periphery. **Economic History Review**, New Series, Vol. 35, No. 1, pp.1-18, Feb., 1982.

\_\_\_\_\_. Inseparable Connections: Trade, Economy, Fiscal State and the Expansion of Empire. In: MARSHALL, P. J. (ed.) **The Oxford History of the British Empire. The Eighteenth Century**. Oxford: Oxford University Press, 1998. pp. 53-77.

PALGRAVE, R. H. I. The Rate Fixed by the Indian Government for Council Bills. **The Economic Journal**, Blackwell Publishing for the Royal Economic Society, Vol. 3, No. 11, pp. 515-516, Sep., 1893.

PRAKASH, Om. **European Commercial Enterprise in Pre-Colonial India**. The New Cambridge History of India, II.1 Indian Society and the Transition to colonialism, Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. On Estimating the Employment Implications of European Trade for the Eighteenth Century Bengal Textile Industry — A Reply. **Modern Asian Studies**, Cambridge: Cambridge University Press, Vol. 27, No. 2, pp. 341-356, May, 1993.

PRICE, J. M. The Imperial Economy, 1700-1776. In: MARSHALL, P. J. (ed.) **The Oxford History of the British Empire. The Eighteenth Century**. Oxford: Oxford University Press, 1998. pp. 78-104.

PORTER, A. Introduction: Britain and the Empire in the Nineteenth Century. In: PORTER, A. (ed.) **The Oxford History of the British Empire. The Nineteenth Century**. Oxford: Oxford University Press, 1999. pp.1-30.

RAY, R. K. Indian Society and the Establishment of British Supremacy, 1765-1818. In: MARSHALL, P. J. (ed.) **The Oxford History of the British Empire. The Eighteenth Century**. Oxford: Oxford University Press, 1998. pp. 508-529.

RAYCHAUDHURI, Tapan. The mid-eighteenth-century background. In: KUMAR, D. and DESAI, M. (Ed.) **The Cambridge Economic History of India volume II: c. 1757 – c. 1970**, Orient Longman and Cambridge University Press, Hyderabad, India, 1984. pp. 3-35.

SCOTT, W. R. **The Constitution and Finance of English, Scottish and Irish Joint-Stock Companies to 1720**, Cambridge: Cambridge University Press, 3 vols., 1912. Disponível em: <http://socserv.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/scott/index.html>. Acesso: 06/10/2008.

SEABROOKE, Leonard. **US Power in International Finance: The Victory of Dividends**. Palgrave Macmillan, 2001. p. 22-47.

SEN, Sunanda. Tributes and Transfers from Colonial India. In: BALACHANDRAN, G (ed.) **India and World Economy 1850-1950**. Oxford India Paperbacks, Oxford University Press, New Déli, India, 2005. pp. 93-154.

SIDDIQI, A., Money and prices in the earlier stages of empire: India and Britain, 1760 to 1840. **Indian Economic & Social History Review**, Vol. 18, n. 231, pp. 231-62, 1981.

STOCKWELL, A. J. British Expansion and Rule in South-East Asia. In: PORTER, A. (ed.) **The Oxford History of the British Empire. The Nineteenth Century.** Oxford: Oxford University Press, 1999. pp. 371-394.

SUBRAMANIAN, L. Baniyas and the British: the Role of Indigenous Credit in the Process of Imperial Expansion in Western India in the Second Half of the Eighteenth Century. **Modern Asian Studies**, Vol. 21, n. 3, pp. 473-510, 1987.

SUTHERLAND, Lucy S., Samson Gideon and the reduction of interest, 1749-50. **Economic History Review**, 16, pp.15-29, 1946.

TCHERNEVA, Pavlina. Chartalism and the tax-driven approach to money. In: ARESTIS, P. & SAWYER, M. (Eds.) **A Handbook of Alternative Monetary Economics**, Edward Elgar Publishing, UK, 2006, pp. 69-86.

\_\_\_\_\_. **The Nature, Origins, and Role of Money: Broad and Specific Propositions and their Implications for Policy.** Working Paper n. 46, Center for Full Employment and Price Stability – CFEPS, University of Missouri, Kansas City, July 2005. Disponível em: <http://www.cfeps.org/pubs/wp-pdf/WP46-Tcherneva.pdf>. Acesso: 22/06/2010

TOMLINSON, B. R. Economics and Empire: The Periphery and the Imperial Economy in: Porter, A. (ed.) **The Oxford History of the British Empire. The Nineteenth Century.** Oxford: Oxford University Press, 1999. pp. 53-74.

TYMOIGNE, Éric and WRAY, L. Randall. **Money na Alternative Story.** Working Paper n. 45, Center for Full Employment and Price Stability – CFEPS, University of Missouri, Kansas City, July 2005. Disponível em: <http://www.cfeps.org/pubs/wp-pdf/WP45-Tymoigne-Wray.pdf>. Acesso: 22/06/2010.

TYMOIGNE, Éric. **An Inquiry into the Nature of Money: An Alternative to the Functional Approach.** Working Paper n. 481. The Levy Economic Institute of Bard College, november 2006. Disponível em: [http://www.levyinstitute.org/pubs/wp\\_481.pdf](http://www.levyinstitute.org/pubs/wp_481.pdf). Acesso: 22/06/2010.

WARD, J. R., The industrial revolution and British Imperialism, 1750-1850, **Economic History Review**, vol. 47, no. 1, pp. 55-7, 1994.

WASHBROOK, D. A. India, 1818-1860: The Two Faces of Colonialism. In: Porter, A. (ed.) **The Oxford History of the British Empire. The Nineteenth Century.** Oxford: Oxford University Press, 1999. pp. 395-421.

WEBSTER, Anthony. The political economy of the trade liberalization: the East India Company Charter Act of 1813, **Economic History Review**, vol. 43, no. 3, pp.404-419, 1990.

\_\_\_\_\_. The strategies and limits of gentlemanly capitalism: the London East India agency houses, provincial commercial interests, and the evolution of British economic policy in South and South East Asia 1800–50. **Economic History Review**, Vol. LIX, no. 4, pp. 743–764, 2006.

WRAY, L. Randall. **Banking, Finance, and Money: a Socio-economics Approach**. Working Paper n. 459. The Levy Economic Institute of Bard College, July 2006. Disponível em: [http://www.levyinstitute.org/pubs/wp\\_459.pdf](http://www.levyinstitute.org/pubs/wp_459.pdf). Acesso: 22/06/2010.

WRAY, Randall L. (ed.), Conclusion: The Credit Money and State Money Approaches. In: Wray, L. R. (ed.) **Credit and State Theories of Money - The Contributions of A. Mitchell Innes**. Edward Elgar, Cheltenham, UK – Northampton Ma, USA, 2004. pp. 223-262.

\_\_\_\_\_. **The Credit Money and State Money Approaches**. Working Paper n. 32, Center for Full Employment and Price Stability – CFEPS, University of Missouri, Kansas City, July 2005. Disponível em: <http://www.cfeps.org/pubs/wp-pdf/WP32-Wray.pdf>. Acesso: 22/06/2010.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e Moeda Hoje: a chave para o pleno emprego e a estabilidade dos preços**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Contraponto Editora, 2003.

\_\_\_\_\_.Senhoriagem ou soberania? **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p.193-211, jul./dez. 2002.

\_\_\_\_\_. **The Neo-Chartalist Approach to Money**. Working Paper n. 10, Center for Full Employment and Price Stability – CFEPS, University of Missouri, Kansas City, July 2000. Disponível em: <http://www.cfeps.org/pubs/wp-pdf/WP10-Wray.pdf>. Acesso: 22/06/2010.

\_\_\_\_\_. **Modern Money**. Working Paper n. 252. The Levy Economic Institute of Bard College, September 1998. Disponível em: <http://www.levyinstitute.org/pubs/wp252.pdf>. Acesso: 22/06/2010.

\_\_\_\_\_. **Money and Taxes: The Chartalist**. Working Paper n. 222. The Levy Economic Institute of Bard College, January 1998. Disponível em: <http://www.levyinstitute.org/pubs/wp222.pdf>. Acesso em: 22/06/2010.

WRIGHT, J. F. The contribution of overseas savings to the funded national debt of Great Britain, 1750-1815. **Economic History Review**, Vol. 50, no. 4, pp. 657-74, 1997.